UNIVERSIDADE DE LISBOA
ISEG - INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

A Política Externa Enquanto Instrumento Catalisador do Desenvolvimento Nacional: O Caso de Cabo Verde

ISABEL MONTEIRO

Orientador: Professor Doutor Eduardo Moraes Sarmento

Tese Especialmente Elaborada para Obtenção do Grau de Doutor em Estudos de Desenvolvimento

2025
Lisboa – Portugal

UNIVERSIDADE DE LISBOA

ISEG - INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

A Política Externa Enquanto Instrumento Catalisador do Desenvolvimento Nacional: O Caso de Cabo Verde

ISABEL MONTEIRO

Orientador: Professor Doutor Eduardo Moraes Sarmento

JÚRI

Presidente: Doutora Maria Rosa Vidigal Tavares da Cruz Quartin Borges, Professora Catedrática e Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Doutora Sandra Maria Correia Loureiro, Professora Catedrática no ISCTE Business School do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
- Doutor José Luís Mascarenhas Monteiro, Professor Auxiliar Convidado na Universidade de Santiago de Cabo Verde;
- Doutor Manuel Francisco Pacheco Coelho, Professor Associado com Agregação no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa;
- Doutor Eduardo Sarmento Ferreira, Professor Auxiliar com Agregação no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Ao Leonardo Cruz, meu filho, meu amor maior. Que esta jornada seja o vento que embala os teus sonhos e a coragem que te inspire a nunca desistir.

Agradecimentos

A conclusão desta tese de doutoramento representa o fim de uma jornada longa e desafiadora, que não teria sido possível sem o apoio de muitas pessoas a quem desejo expressar a minha mais profunda gratidão.

Em primeiro lugar, quero manifestar o meu sincero agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor Eduardo Moraes Sarmento. A sua disposição para aceitar o desafio desta tarefa, mesmo antes de me conhecer, foi fundamental. Sou imensamente grata pela sua orientação, pelo encorajamento constante e pelos *feedbacks* sempre rápidos ao longo destes quase dois anos.

Agradeço também a todos os meus professores e membros do corpo docente que, de forma direta, como o Professor Doutor João Estêvão — meu primeiro orientador neste percurso —, ou indireta, contribuíram para o meu crescimento académico e pessoal. O vosso apoio foi crucial e é profundamente apreciado.

Não posso deixar de expressar a minha gratidão ao meu amigo Mestre João Esteves, pelos indispensáveis apoios durante todas as fases de elaboração desta tese, ao Doutor Abel Djassi, pelos valiosos comentários e sugestões e Doutora Elga Furtado pela ajuda na parte metodológica. A vossa colaboração foi inestimável.

Dirijo um agradecimento especial a cada um dos entrevistados, cuja generosidade em compartilhar conhecimentos extraordinários enriqueceu grandemente este trabalho. Um reconhecimento particular vai para Sua Excelência, o Presidente da República José Maria Neves; ao Ex-Presidente da República, Comandante Pedro Pires; aos Ex-Ministros dos Negócios Estrangeiros José Brito e Victor Borges; bem como aos ilustres Embaixadores José Luís Rocha, Hércules Cruz, Fernando Wahnon, Domingos Mascarenhas, Maria de Jesus Miranda, ao Ministro Plenipotenciário António Nascimento e à Conselheira de Embaixada Sónia Andrade.

A minha mais sincera gratidão vai também para a minha estimada amiga Sílvia de Carvalho (Vinha), pela confiança inabalável que deposita em mim, e para Patrick V. Verkooijen, cujas interações inspiradoras reacenderam o meu ímpeto e desejo de concluir esta tese.

Finalmente, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que este doutoramento se tornasse realidade. Este trabalho é também o resultado do vosso apoio.

ÍNDICE GERAL

Dedicatória iii
Agradecimentos iv
Índice Geral v
Índice de Quadros viii
Índice de Gráficos ix
Índice de Figuras xi
Lista de Siglas, Abreviaturas e Acrónimos.....xii

Resumo 1
Abstract.....2
Introdução 3
- Contexto e Justificação.....3
- Problema e Objetivos da Pesquisa.....3
- Metodologia.....4
- Estrutura do Estudo.....4
- Conclusão e Contribuição Esperada.....5

CAPÍTULO I

1. ABORDAGEM METODOLÓGICA 6

1.1 Estudo de Caso.....6
1.2 O Objeto do Estudo.....7
1.3 Recolha de Dados 8
1.3.1 Pesquisa Bibliográfica e Fontes Primárias 8
1.3.2 Entrevistas.....9
1.3.3 Observação Participante.....10
1.4 Análise dos Dados.....11
1.5 Hipóteses de Trabalho.....13

CAPÍTULO II

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: UMA INCURSÃO PELOS CONCEITOS E PELA LITERATURA.....15
2.1 Desenvolvimento: Um Processo Complexo e Multidimensional 15

2.2 A Controversa Definição de Pequenos Estados 33
2.3 Os PEID e suas Idiossincrasias: Fragilidades, Oportunidades e Edificação de Resiliência.....40
2.3.1 Insularidade e Isolamento Geográfico.....44
2.3.2 Recursos Internos Limitados e Pouca Diversidade Económica.....45
2.3.3 Fraca Capacidade Institucional dos Sectores Público e Privado.....47
2.3.4 Mercado Interno Reduzido.....49
2.3.5 Economia Excessivamente Aberta.....52
2.3.6 Fragilidade Ambiental e Climática - Impacto das Mudanças Climáticas.....54
2.3.7 Consequente Vulnerabilidade.....58
2.3.8 Algumas Implicações da Globalização.....65

2.4 Política Externa, Diplomacia e os Pequenos Estados (PE) / PEID 77

2.4.1 Política Externa.....78
2.4.2 Diplomacia.....81
2.4.3 Estudo da Política Externa dos Pequenos Estados no Âmbito das Teorias das Relações Internacionais.....91

CAPÍTULO III

3. BREVE CARACTERIZAÇÃO DE CABO VERDE: DE UM ESTADO "INVIÁVEL" A PAÍS PRM.....101

3.1 Evolução Económica e Social de Cabo Verde: Desafios e Progresso.....120
3.2 Ganhos Sociais e Políticos.....127

CAPÍTULO IV

4. A POLÍTICA EXTERNA CABO-VERDIANA NO CONTEXTO DA COMPLEXIDADE CRESCENTE DA GLOBALIZAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIAS.....132

4.1 O Dilema Cabo-verdiano: Entre uma Perspetiva de Ancoragem à Europa e a Pertença Geográfica à África.....134
4.1.1 As Motivações da Ancoragem à União Europeia (UE).....135
4.1.2 África na Política Externa de Cabo Verde.....141
4.2 Dos Atores da Política Externa de Cabo Verde.....151

4.3 As Linhas de Força e as Diferentes Fases da Política Externa Cabo-Verdiana.....157
4.4 Fases e Outros Momentos Relevantes na Política Externa de Cabo Verde.....178
4.5 Indícios de uma Nova Fase da Política Externa Cabo-Verdiana?.....183

CAPÍTULO V

5. FONTES EXTERNAS DE FINANCIAMENTO E O CONTRIBUTO DAS PARCERIAS BILATERAIS NO DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE.....189

5.1 Fontes Externas de Financiamento ao Desenvolvimento.....190

5.1.1 Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD): Evolução e Impacto.....190
5.1.2 Remessas de Migrantes: Um Pilar Crucial do Desenvolvimento Nacional.....196
5.1.3 Investimento Direto Estrangeiro (IDE): Oportunidades e Desafios.....200
5.1.4 Comparação e Interação entre os Três Principais Fluxos (APD, IDE e Remessas).....205

5.2 Parcerias Bilaterais e o Financiamento do Desenvolvimento: O Caso de Portugal e dos EUA 210

5.2.1 Portugal.....210

5.2.1.1 Programas e Áreas de Cooperação Prioritárias.....213

5.2.2 Estados Unidos da América.....226

5.2.2.1 O Primeiro Compacto da MCC.....227

5.2.2.2 O Segundo Compacto da MCC.....232

CONSIDERAÇÕES FINAIS 240

- Desafios Atuais e Perspetivas para o Reforço da Política Externa Cabo Verde.....244
- Limitações e Desafios Metodológicos da Investigação.....251
- Pistas para Investigações Futuras.....252

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 253

ANEXO.....300

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Lista dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento……41

Quadro 2: Evolução da População Residente em Cabo Verde por Ilha (1970-2010)..103

Quadro 3: População Residente Segundo Meio de Residência por Concelho em *2021..104*

Quadro 4: Saldos em Fim de Período (Em Milhões de Escudos Cabo-Verdianos), 1975-2010, Balancetes do Banco de Cabo Verde e dos Bancos Comerciais.106

Quadro 5: Cabo Verde: Instituições de Saúde de 1975 a 2017……..108

Quadro 6: Evolução do Comércio Externo, 2014 - 2022, em Milhares Contos…….110

Quadro 7: Número de Estabelecimento de Ensino por Nível, 1974/75-2013-2014….112

Quadro 8: População Residente, Repartição da População Ativa nas suas Componentes, taxa Bruta de Atividade por Sexo, Relação de Masculinidade (2000 e 2010)……118

Quadro 9: Principais Indicadores do Mercado de Trabalho – 2017-2022…….119

Quadro 10: Evolução da Ajuda Externa de 1980 a 1986……....191

Quadro 11: Evolução da Ajuda Externa em relação à % do PNB (1980-1986)……...192

Quadro 12: Peso das Remessas, IDE e APD no PIB de Cabo Verde……207

Quadro 13: Correlação entre o PIB, APD, IDE e Remessas em Cabo Verde de 1980 a 2022……..208

Quadro 14: Eixos de Intervenção do PIC 2012-2015……..…….219

Quadro 15: Benefícios Estimados do Primeiro Compacto……..228

Quadro 16: Benefícios Estimados para o Projeto de Desenvolvimento do Sector Privado……..229

Quadro 17: Benefícios Estimados para o Projeto de Gestão de Bacias Hidrográficas e Apoio Agrícola…….. 230

Quadro 18: Total de Desembolsos Efetuados no Segundo Compacto……233

Quadro 19: Projeto de Água, Saneamento e Higiene (WASH) - Benefícios Esperados ao Longo de 20 anos……..…….,233

Quadro 20: Gestão de Terra para Investimento - Benefícios Esperados II……...234

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pirâmide Etária Cabo Verde, 2010 e 2021……...105

Gráfico 2: Comércio Externo - Resumo Comparativo das Importações e Exportações (milhões de contos) 1975-2000……..109

Gráfico 3: Evolução do Comércio Externo (Mil contos), Cabo Verde, 2014-2022……111

Gráfico 4: Número de Estabelecimento de Ensino por Nível, 1974/75-2013-2014….112

Gráfico 5: Pobreza Absoluta Global e Pobreza Absoluta Extrema: Percentagem (%) a População Pobre e em Extrema Pobreza……113

Gráfico 6: Incidência da Pobreza, Segundo Meio de Residência. Cabo Verde, 2001/02, 2007 e 2015……..113

Gráfico 7: Despesa Média Anual por Pessoa no Agregado: 2001 e 2015 (em ECV)..115

Gráfico 8: Despesas Anuais Médias, por Pessoa, (CVE) Segundo os Concelhos (2015)…….117

Gráfico 9: Evolução das Taxas Médias de Crescimento do PIB de Cabo Verde por Década (%)……..…….121

Gráfico 10: Evolução da Composição Setorial do PIB (%): 1970 – 2022……122

Gráfico 11: Evolução das Receitas em Percentagem do PIB (%)……..124

Gráfico 12: Evolução das Receitas do APD em Percentagem do PIB (%) – 1980 a 2022……125

Gráfico 13: Evolução das Taxas Médias de Crescimento do PIB de Cabo Verde por Década (%)…….....126

Gráfico 14: Evolução do Peso do Stock de Dívida Externa de Cabo Verde no seu Produto Nacional Bruto (%) 1981 – 2021……..127

Gráfico 15: Evolução de IDH de Cabo Verde e respetivo Ranking Mundial de 2000 a 2021……..128

Gráfico 16: Índice de Perceção de Corrupção de Cabo Verde de 2012-2022…….130

Gráfico 17: Evolução de APD de 1996 a 2009 (em milhões USD)……..……192

Gráfico 18: Evolução do APD em Percentagem do RNB de 2000 a 2009……..…193

Gráfico 19: Evolução das Receitas do APD em Percentagem do PIB (%) – 1980 a 2022……..194

Gráfico 20: Volume de Remessas em USD a Preços Correntes de 1980 a 2023….198

Gráfico 21: Peso (%) das Remessas no PIB de 1980 a 2023……..……..199

Gráfico 22: Volumes de IDE Líquido Captado (USD Preços Correntes) de 1990 a 2022……...202

Gráfico 23: Peso (%) do IDE no PIB de 1990 a 2022……..……...203

Gráfico 24: Peso (%) da APD, IDE e das Remessas no PIB de 1980 a 2022……..…205

Gráfico 25: Comparação do Peso (%) da APD, IDE e das Remessas no PIB de 1980 a 2022……..206

Gráfico 26: IDE em Cabo Verde por País de Origem de 2000 a 2023……..…213

Gráfico 27: Estrutura da Ajuda Portuguesa a Cabo Verde (1999 -2010)……..…217

Gráfico 28: Estrutura Geográfica do Comércio Externo de 1990 a 2018…..……...220

Gráfico 29: Exportações de Cabo Verde por Destino (1º Trimestre 2012 em %).…..221

Gráfico 30: Importações por Origem (1º Trimestre de 2012 em %)……..221

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Análise de Conteúdo…….....……..11

Figura 2: Mapa de Cabo Verde…….....…..101

Figura 3: Mapa de Localização de Cabo Verde……102

Figura 4: Mapa de Localização de Cabo Verde……....141

Figura 5: Mapa dos Países Membros da Comunidade CEDEAO...…….....…142

Figura 6: Mecanismo de Coordenação da Implementação do PEDS II e dos ODS..156

Figura 7: Cabo Verde: País Plataforma de Circulação no Atlântico Médio (PEDS I)...172

Figura 8: Visão e Objetivos Estratégicos do PEDS II….....……...…175

Figura 9: Fases e Outros Momentos Relevantes na Política Externa de Cabo Verde.182

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ACC – Acordo de Cooperação Cambial

AOSIS – *Alliance of Small Island States*/ Aliança dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

AGOA – *African Growth and Opportunity Act*

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

ACACL – Área Continental Africana de Comércio Livre

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CAPE – Conferência Anual sobre a Política Externa

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CILSS – Comité Permanente Interestadual de Luta contra a Seca no Sahel

COP – Conferência das Partes da UNFCCC

COSMAR – Centro de Operações de Segurança Marítima

CPLP – Comunidade dos Países da Língua Portuguesa

ECREE – Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética

ETLS – **Esquema** de Liberalização Comercial da CEDEAO

ETOPS – Extended-*range Twin-engine Operational Performance Standards.*

EU/EUA – Estados Unidos de América

FAA – *Federal Aviation Administration*

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População

G77+China – Grupo dos 77 & China

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

IDH – Índice do Desenvolvimento Humano

IPCC – *United Nations Intergovernmental Panel on Climate Change*

IVE – Índice de Vulnerabilidade Económica

MNA – Movimento dos Não Alinhados

MVI - Índice de Vulnerabilidade Multidimensional

NU/ONU – Nações Unidas/Organização das Nações Unidas

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIF – Organização Internacional da Francofonia

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organizações não Governamentais

OMC – Organização Mundial do Comércio

PADES – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Secundário

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PD – Países Desenvolvidos

PE – Pequeno (s) Estado (s)

PED – Países em Desenvolvimento

PEID – Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PMA – Países Menos Avançados

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PEC – Programa Estratégico de Cooperação

PRM – País de Rendimento Médio

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

RE – Remessas de Migrantes

RASD – República Árabe Saharaui Democrática

SEM – Sistema Económico Mundial

SOFA – *Status of Forces Agreement*

UA – União Africana

UE – União Europeia

UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNDP – *United Nations Development Program*

UNRISD – *United Nations Research Institute for Social Development*

VAB – Valor Acrescentado Bruto

VNR – *Voluntary National Review*

ZMAO – Zona Monetária da África Ocidental

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

RESUMO

A presente tese examina o papel da política externa no desenvolvimento de um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), com particular foco em Cabo Verde. Argumenta-se que, contrariamente às teorias realista e neorrealista — que postulam uma influência limitada ou nula dos pequenos Estados no sistema internacional, com políticas externas predominantemente moldadas por fatores exógenos — os Estados de menor dimensão conseguem, ainda assim, definir e moldar as suas próprias políticas externas, recorrendo a formas distintas de *soft power*. Acresce que, não raras vezes, estes Estados conseguem desempenhar um papel relevante nas dinâmicas internacionais, especialmente no contexto regional ou através da sua integração em blocos multilaterais. O argumento central reside no facto de que, apesar dos desafios que os PEID enfrentam para se afirmarem na arena global, a política externa constitui um instrumento estratégico essencial para o seu desenvolvimento. Para concretizar o objetivo proposto, a tese realiza uma análise diacrónica e sincrónica da política externa cabo-verdiana, com ênfase no período de 1975 a 2022, explorando o seu papel no desenvolvimento do país e sublinhando as suas ruturas e continuidades. Esta análise contempla um cotejo entre a retórica discursiva e as políticas e estratégias adotadas, confrontando-as com a prática institucionalizada. O longo período temporal estudado permite identificar diferentes estratégias de atuação e possibilita uma análise multidimensional do impacto da política externa, tendo em consideração as repercussões da globalização. Do ponto de vista metodológico, adotou-se uma abordagem qualitativa, recorrendo a uma combinação de métodos de investigação que se complementam. Além da revisão exaustiva da literatura especializada, foram consultadas fontes primárias e realizadas entrevistas com políticos e diplomatas, as quais revelaram informações cruciais sobre eventos e episódios marcantes da política externa cabo-verdiana. Este estudo demonstrou que a política externa desempenha um papel central no desenvolvimento de Cabo Verde, evidenciando a importância das parcerias estabelecidas e dos fluxos externos, que corroboram a eficácia das estratégias diplomáticas e destacam o papel determinante da inserção do país na arena internacional para a concretização dos seus objetivos de desenvolvimento.

Palavras-Chave: Cabo Verde, Política Externa, Diplomacia, Desenvolvimento, Globalização, Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, Ajuda Pública, Remessas, Investimento Directo Estrangeiro.

ABSTRACT

This thesis examines the role of foreign policy in the development of a Small Island Developing State (SIDS), with a particular focus on Cabo Verde. It is argued that contrary to realist and neorealist theories - which postulate a limited or negligible influence of small states in the international system, with foreign policies predominantly shaped by exogenous factors - smaller states are nonetheless capable of defining and shaping their own foreign policies, employing distinct forms of soft power. Moreover, these states often manage to play a significant role in international dynamics, especially within regional contexts or through their integration into multilateral blocs. The central argument is that, despite the challenges SIDS face in asserting themselves on the global stage, foreign policy is a strategic and essential tool for their development. To achieve the proposed objective, this thesis undertakes a diachronic and synchronic analysis of Cabo Verde's foreign policy, with an emphasis on the period from 1975 to 2022, exploring its role in the country's development and highlighting its ruptures and continuities. This analysis includes a comparison between political rhetoric and the policies and strategies adopted, confronting them with institutional practice. The long period under study allows for the identification of different strategies and enables a multidimensional analysis of the impact of foreign policy, taking into account the repercussions of globalization. From a methodological standpoint, a qualitative approach was adopted, utilizing a combination of complementary research methods. In addition to a comprehensive review of specialized literature, primary sources were consulted, and interviews were conducted with politicians and diplomats, which revealed crucial information about significant events and episodes in Cabo Verde's foreign policy. This study demonstrated that foreign policy plays a central role in Cabo Verde's development, highlighting the importance of established partnerships and external flows, which corroborate the effectiveness of diplomatic strategies and underscore the crucial role that the country's positioning on the international stage has played in achieving its development goals.

Keywords: Cabo Verde, Foreign Policy, Development, Globalization, Small Island Developing States, Official Development Assistance, Remittances, Foreign Direct Investment

INTRODUÇÃO

Contexto e Justificação

O desenvolvimento sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) tem ganhado uma crescente relevância nas relações internacionais, dados os desafios específicos que esses países enfrentam no contexto do desenvolvimento global, incluindo as vulnerabilidades económicas e sociais, dependência de ajudas externas e vulnerabilidade a choques climáticos, fatores que muitas vezes limitam o alcance de políticas públicas eficazes. Cabo Verde, enquanto paradigma de PEID, constitui um estudo de caso pertinente para explorar o papel da política externa como um instrumento estratégico de desenvolvimento.

Num cenário internacional predominantemente dominado por grandes potências, as teorias tradicionais das relações internacionais, como o realismo e o neorrealismo, tendem a subestimar o papel dos pequenos Estados, alegando que as suas políticas externas são principalmente moldadas por fatores exógenos e que esses países não possuem uma influência significativa nas dinâmicas globais. No entanto, esta tese desafia essas premissas, ao argumentar que, mesmo com as suas limitações de dimensão e poder, os PEID, como Cabo Verde, têm a capacidade de moldar e definir as suas políticas externas de maneira eficaz, sobretudo através de uma forma distinta de *soft power*.

Este estudo propõe-se, assim, a investigar como a política externa de Cabo Verde, influenciada por uma combinação de fatores internos e externos, tem contribuído para o desenvolvimento do país e para a sua projeção internacional desde a independência, em 1975, até ao presente momento. A análise abrange quase cinco décadas, permitindo explorar as continuidades, ruturas e transformações nas estratégias e práticas diplomáticas de Cabo Verde.

Problema e Objetivos da Pesquisa

A questão central que orienta esta tese é: de que forma a política externa de Cabo Verde tem contribuído para o seu desenvolvimento económico e social? Para explorar esta questão, são levantados dois eixos de análise principais: (1) Quais são as principais ancoragens e fontes de financiamento que têm sustentado o

desenvolvimento de Cabo Verde? (2) Qual é o papel da política externa na dinamização deste processo de desenvolvimento? O objetivo desta pesquisa é analisar como as estratégias diplomáticas e de política externa de Cabo Verde têm sido utilizadas para superar as suas fragilidades estruturais e como elas contribuem para posicionar o país estrategicamente no cenário internacional, gerando parcerias e atraindo fontes de financiamento. A relevância deste estudo reside não apenas na amplitude temporal da análise, mas também na sua capacidade de fornecer uma visão contextualizada da interação entre política externa e desenvolvimento sustentável nos PEID.

Metodologia

Para alcançar os objetivos delineados, adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa. O estudo baseia-se numa análise diacrónica e sincrónica da política externa cabo-verdiana, com ênfase no período compreendido entre 1975 e 2022. A investigação foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica e documental, incluindo documentos oficiais do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde e relatórios internacionais, bem como entrevistas semiestruturadas com diplomatas e outros atores políticos, entre os quais Presidentes da República e ex-Ministros dos Negócios Estrangeiros (MNE).

O estudo de caso foi utilizado como método central, pois permite uma análise rica e detalhada da realidade cabo-verdiana, ao mesmo tempo que possibilita uma interpretação das dinâmicas internacionais e do papel do país na arena global. A observação participante, apoiada pela experiência da autora, como diplomata, proporciona uma perspetiva privilegiada sobre os processos e dinâmicas internas e externas que moldaram a política externa cabo-verdiana.

Estrutura do Estudo

Esta tese está estruturada de forma a proporcionar uma análise aprofundada da evolução da política externa de Cabo Verde. Inicia-se com uma revisão teórica abrangente, que explora os conceitos de desenvolvimento, Pequenos Estados e as especificidades dos PEID. Dentro desta revisão, são também apresentados os conceitos de política externa e diplomacia, essenciais para a compreensão do papel dos Estados no sistema internacional. A política externa, entendida como o conjunto de ações e estratégias adotadas por um Estado para defender os seus interesses no plano

internacional, ganha contornos específicos nos PEID, onde a vulnerabilidade económica, social e ambiental molda as prioridades externas. Neste contexto, a diplomacia emerge como um instrumento fundamental da política externa, permitindo aos PEID recorrerem à abordagem multilateral e ao fortalecimento de alianças regionais e globais para amplificar a sua influência no cenário internacional e garantir parcerias estratégicas que promovam o desenvolvimento sustentável. Esta fundamentação teórica estabelece o pano de fundo essencial para a compreensão das dinâmicas subjacentes ao desenvolvimento e à política externa de Cabo Verde, realçando as estratégias singulares que os PEID, como Cabo Verde, adotam para navegar num sistema internacional marcado por assimetrias de poder. De seguida, apresenta-se a metodologia adotada no estudo, cuja descrição é crucial para entender o processo de recolha e análise de dados, garantindo o rigor científico da investigação. O estudo de caso inclui um diagnóstico detalhado de Cabo Verde, analisado à luz da multidimensionalidade do desenvolvimento. Tal abordagem permite apreender de forma holística as diversas dimensões que influenciam o progresso do país. A investigação prossegue com uma análise pormenorizada da trajetória de Cabo Verde no cenário internacional, salientando as estratégias e linhas de força adotadas ao longo das diferentes fases da sua política externa, com destaque tanto para as ruturas quanto para as continuidades que marcaram essa evolução. Por fim, a investigação culmina numa incursão pelas principais parcerias e fluxos externos de financiamento, explorando de que forma essas relações e recursos externos influenciaram a dinâmica económica do país e contribuíram para o seu desenvolvimento.

Conclusão e Contribuição Esperada

A análise realizada demonstra que a política externa cabo-verdiana é, de facto, um fator essencial para o desenvolvimento do país. A capacidade de Cabo Verde de posicionar-se estrategicamente na arena internacional tem sido determinante para alcançar os seus objetivos de desenvolvimento, tanto a nível económico como social. As estratégias diplomáticas adotadas revelam-se eficazes na mobilização de recursos e na formação de parcerias que respondem às necessidades do país. Espera-se que esta investigação contribua para uma melhor compreensão das interações entre política externa e desenvolvimento nos PEID, desafiando visões tradicionais e oferecendo novas perspetivas sobre o papel da diplomacia no desenvolvimento sustentável de pequenos Estados.

CAPÍTULO I

1. ABORDAGEM METODOLÓGICA

1.1 Estudo de Caso

Este capítulo incide sobre o objeto do estudo, as hipóteses de investigação, os procedimentos de análise de dados, as estratégias metodológicas adotadas para recolher os dados e os elementos que asseguram a credibilidade e a validade dos mesmos e permitem encontrar respostas às seguintes perguntas: **Quais são as principais ancoragens e fontes de financiamento de desenvolvimento de Cabo Verde? Qual a importância da política externa no processo de desenvolvimento de Cabo Verde?** Conferindo novidade académica, o trabalho baseia-se num estudo de caso, combinando a pesquisa bibliográfica e a realização de entrevistas - a diplomatas e políticos - com o fato da autora integrar a carreira diplomática cabo-verdiana.

Mais especificamente esta dissertação consiste num estudo de caso qualitativo e **explicativo**, com viés **interpretativo**, tendo como premissa que esses dois tipos de estratégia de investigação (explicativa e interpretativa), embora diferentes, não são mutuamente excludentes e combinados permitem melhor atingir o intento de chegar a um conhecimento holístico da política externa cabo-verdiana, *analisando dados contextuais, geralmente não estruturados e não numéricos* (Mason, 2002). O método de estudo de caso é um método de pesquisa popular que é particularmente atraente para disciplinas aplicadas, já que a melhoria da prática subjaz um melhor entendimento dos processos, problemas e/ou programas conseguidos através de estudos. Usar esta abordagem em pesquisa congrega vários pontos fortes, incluindo a capacidade de usar uma variedade de métodos de pesquisa (Cardoso, 2022; Davies, 2007), a possibilidade de obter uma análise rica que pode ser transferida para situações/casos semelhantes (Merriam, 2009) e de estudar profundamente um assunto.

A opção pela versão explicativa do estudo de caso tem a ver com o objetivo empírico desta tese que se prende com a apresentação de uma explicação plausível em relação aos caminhos percorridos pela política externa cabo-verdiana desde a independência até à presente data, incluindo as suas roturas e/ou continuidades. Num plano secundário, pretende-se contribuir para melhorar a narrativa sobre a política

externa dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID). Esta investigação também se enquadra num paradigma interpretativo de matriz essencialmente qualitativa (Bogdan & Biklen, 1994; Cropley, 2022; Moreira, 1994; Quivy & Campenhoudt, 2008) que explora as possibilidades quase infinitas dos detalhes. Uma vantagem do paradigma interpretativo é que ele permite ao pesquisador entender um fenómeno através de um processo de exploração de suspeitas iniciais e desenvolvimento de teorias preliminares (Trochim & Donnelly, 2008). Foi privilegiando o processo indutivo e empirista (Lessard-Hébert et al., 1990) e uma visão holística da temática analisada, resultando, no seu conjunto, na utilização de diferentes e complementares estratégias metodológicas, por forma a dar resposta ao que pretende que é fazer uma abordagem analítica eclética e pluralista que, de certo modo, possa confirmar a visão construtivista das relações internacionais e, sobretudo, desconstrói a visão realista e neorrealista de que para os PEID os determinantes internos pouco ou nada influenciam as opções de política externa destes Estados.

Ainda, considerando a importância dos fatores externos, far-se-á a distinção entre influência externa, cuja inspiração vem diretamente das teorias realistas da política externa (*i.e.* fatores de poder correspondentes aos tradicionais aspetos respeitantes às hierarquias de poder estrutural e consequente atração que os grandes poderes exercem em relação aos Pequenos Estados) e fatores internos, cuja inspiração vem das diretrizes construtivistas de análise da política externa (i.e. os fatores ideacionais e normativos e que dizem respeito ao conjunto de estruturas normativas, internas e internacionais, bem como às ideias, perceções e visões do mundo). Ao nível interno, analisar-se-á, sobretudo, como a agenda de desenvolvimento de Cabo Verde influenciou a sua política externa, bem como os fatores que justificam o suporte necessário à estratégia da política externa por parte da elite política cabo-verdiana.

1.2 O Objeto do Estudo

O desenvolvimento dos PEID é normalmente associado a inúmeros obstáculos, nomeadamente os altos custos de produção, transação e transporte, as vulnerabilidades aos choques externos, bem como adversidades naturais, que se repercutem na competitividade e volatilidade do rendimento, bem como no seu posicionamento internacional. Daí que as teorias *mainstream* das relações internacionais normalmente frisam a posição de subalternização destes Estados no

jogo de poder entre as Nações. Porém, este trabalho argumenta que ser pequeno e vulnerável não é sinónimo de impotência na atuação internacional e mais a política externa - além de beneficiar de *inputs* da política interna - pode desempenhar um papel de relevo no desenvolvimento destes Estados e Cabo Verde representa um caso paradigmático para testar a contribuição da política externa enquanto instrumento estratégico do desenvolvimento de um PEID.

1.3 Recolha de Dados

O método de estudo de caso instiga o investigador a fazer uso de um leque alargado de material empírico (vide Yin, 2018 & 1984). Para esta investigação serão utilizadas múltiplas fontes de recolha de dados (Ponte, 1994), quais sejam: pesquisa bibliográfica, fontes primárias, entrevistas e observação participante.

1.3.1 Pesquisa Bibliográfica e Fontes Primárias

As pesquisas bibliográficas e documentais (fontes primárias) acompanharam todas as fases desta dissertação. Toda a bibliografia relativa à temática foi analisada e classificada como valor acrescentado para a investigação. A elaboração do arcabouço teórico e consequente estabelecimento do estado da arte implicou uma criteriosa e exaustiva recolha de elementos, essencialmente bibliografia especializada e versou sobre as definições de Desenvolvimento e de Pequenos Estados (PE), as Idiossincrasias, Fragilidades, Oportunidades e Edificação de Resiliências dos PEID, bem como considerações teóricas sobre Política Externa e Diplomacia. Foi ainda feito uso de forma extensiva da literatura cabo-verdiana de áreas transversais, mas com interesse para os propósitos desta tese.

Foi igualmente feita análise documental de fontes primárias (Lessard-Hébert et al., 1990 & Tuckman, 2002), nomeadamente a documentação pública oficial, quer nacional ou internacional. A recolha de informação a partir da análise de documentos concebidos além dos propósitos do estudo que se está a realizar constitui uma fonte que permite validar e confirmar a evidência sugerida por outro tipo de fontes (Yin, 1984).

Dos documentos nacionais constam, designadamente, os programas dos diferentes governos, os planos estratégicos nacionais e sectoriais, as declarações e comunicados governamentais, as publicações ministeriais, os relatórios e estudos

oficiais, os discursos proferidos por atores políticos e diplomáticos cabo-verdianos, a legislação relevante, bem como artigos de imprensa.

Foi dada particular ênfase aos documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (os arquivos históricos e diplomáticos) e do governo, (nomeadamente os sucessivos Programas do Governo, as Grandes Opções do Plano/Planos de Desenvolvimento). Foi igualmente realizado um cruzamento de dados macroeconómicos sobre a caracterização e evolução do país, provenientes de diversos organismos oficiais, como o Banco de Cabo Verde, o INE (Instituto Nacional de Estatística) e o Banco Mundial, numa análise sistemática das estatísticas disponíveis desde 1975 até 2022. Ao nível internacional foram privilegiados os acordos, comunicados conjuntos e outros documentos de cooperação. Outro núcleo documental importante constitui as publicações das agências especializadas das NU (Nações Unidas) e outros organismos institucionais, bem como outros documentos oficiais das NU, incluindo resoluções e relatórios e de outras organizações internacionais como a UE (União Europeia), UA (União Africana) e a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental). Por último, sempre que necessário foram consultadas fontes digitais governamentais ou de reconhecida autoridade.

1.3.2 Entrevistas

Foram realizadas 11 entrevistas[1] (individuais e semi-estruturadas[2]) às autoridades cabo-verdianas competentes, tanto a nível de decisão política (*policy makers)*, como ao nível da execução da política externa, considerados atores - chave e informantes privilegiados não só porque influenciam as decisões, como também porque permitem acesso a informações que de outra forma seria impossível, pois a escassez de documentos escritos (oficiais e científicos) obriga a que se recorra a memórias de pessoas que experienciaram em primeira mão os eventos e feitos mais marcantes da política externa do país. Como nota, Tuckman (2002, p. 517) uma das

[1] A entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, o que ajuda ao investigador desenvolver intuitivamente a ideia sobre a forma como os sujeitos compreendem aspetos do mundo (Bogdan & Biklen, 2010).

[2] A entrevista semiestruturada permite garantir que se extraia informações centrais de cada participante, sendo ao mesmo tempo flexível o suficiente para permitir que se investigue profundamente as ricas descrições de experiências que os participantes compartilham (Belotto, 2017, *apud* belotto 2018).

.

formas mais direta de encontrar informações sobre um determinado fenómeno, constitui em questionar as pessoas que, de alguma maneira, nele estão envolvidas. A experiência particular dos entrevistados permite explorar, de forma aprofundada, um tema ao mesmo tempo que desencadeia a reflexão e tomada de consciência por parte dos envolvidos acerca do assunto estudado (Almeida & Freire, 2003; Elhami & Khoshnevisan, 2022; Kvale, 1996). Foram entrevistados sete diplomatas (cinco Embaixadores, um Ministro Plenipotenciário e uma Conselheira de Embaixada) e cinco figuras políticas de diferentes governos, incluindo antigo e atual Presidente da República e ex-Ministros dos Negócios Estrangeiros.

As perguntas da entrevista seguiram uma abordagem do geral para o específico (Seidman, 2019), com as questões iniciais a servirem como guia para que a autora/entrevistadora pudesse manter flexibilidade e controlo sobre o processo. Isso permitiu a reformulação ou alteração da ordem das perguntas ao longo da entrevista, bem como a recentragem da conversa, quando necessário. Com base na pergunta inicial e nos objetivos previamente definidos, foram delineadas 12 questões principais, organizadas de forma encadeada, conforme ilustrado no guião em anexo.

Entendendo-se que a transcrição é o procedimento no qual o investigador escuta atentamente as entrevistas gravadas e as regista por escrito (Cohen et al., 2018; Tracy, 2020), todas as entrevistas foram transcritas de forma literal (Tracy, 2020) pela autora, após ouvi-las tantas vezes quanto necessário para garantir uma compreensão plena.

1.3.3 Observação Participante

Atendendo ao facto de a autora ser diplomata de carreira, com mais de 20 anos de experiência, integrando naturalmente o grupo e tendo participado em inúmeros processos, reuniões, negociações e missões, tanto a nível interno como externo, recorreu-se igualmente à técnica de observação participante. Esta abordagem implica que o investigador, para além de observar o grupo, participe ativamente nas suas atividades. O facto de ser um elemento do grupo a efetuar a pesquisa traz benefícios no que respeita ao conhecimento intrínseco e profundo da realidade em estudo e ao acesso a documentos e eventos/processos tanto bilaterais como multilaterais. Sobre as eventuais desvantagens desta proximidade, reconhece-se que pode haver algum enviesamento no tratamento das informações que poderá facilmente ser suplantada

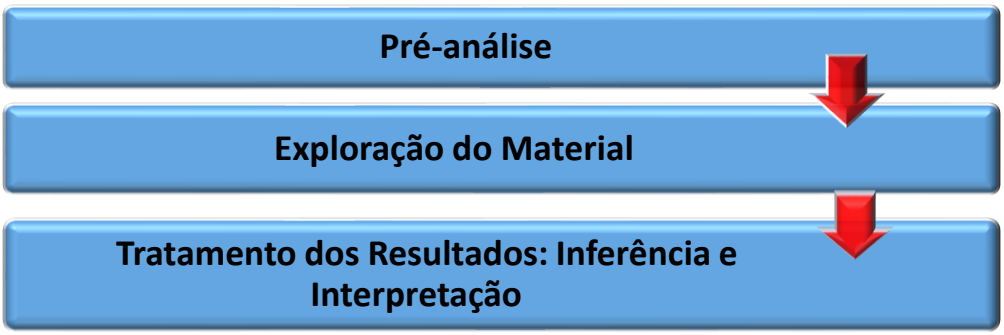
pelo acesso privilegiado, ao qual pode não estar acessível a elementos externos ao grupo. Considera-se que o fato da autora ter a noção da necessidade de acautelar a desvantagem identificada permitirá reduzi-la ao mesmo tempo que possibilitará tirar vantagens dos processos que a mesma participou no decorrer da sua carreira (Santo, 2010; Ugwu, 2023).

A utilização de múltiplas técnicas e métodos de recolha de dados e fontes possibilita assegurar a abordagem de diferentes perspetivas, criando condições para uma verdadeira triangulação dos dados, o que permite aceder a um conjunto de dados pertinentes que levam à confirmação ou infirmação das hipóteses de trabalho anunciadas e conduzem a um conhecimento mais apurado da realidade cabo-verdiana. A triangulação não é uma ferramenta ou uma estratégia de validação, mas uma alternativa à validação, porquanto a combinação de múltiplos métodos, materiais empíricos, perspetivas e observadores em um único estudo representa uma estratégia que adiciona rigor, amplitude e profundidade a qualquer investigação (Denzin & Lincoln, 1994; Donkoh & Mensah, 2023).

1.4 Análise dos dados

Para análise dos dados, *i.e.,* utilização de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, utilizar-se-á a análise de conteúdo temático, tal como perspetivado por Bardin (2016), seguindo as três etapas identificadas por este autor a saber: pré-análise; exploração do material e o tratamento dos resultados: inferência e interpretação (figura 1).

Figura 1: Análise de Conteúdo



Fonte: Elaboração própria a partir da esquematização feita por Bardin (2016).

O facto de a análise de conteúdo ser uma técnica de tratamento de dados que visa à interpretação de material de índole qualitativo, assegurando uma descrição objetiva e sistemática, possibilitando o uso de várias fontes para a recolha de dados, foi determinante na escolha deste método. Por compreender um conjunto de técnicas de análise da comunicação, utilizando procedimentos sistemáticos que permite interpretar o conteúdo de uma mensagem e levar à inferência de conhecimentos, ao mesmo tempo que mantém o rigor e o carácter científico da pesquisa (Bardin), a análise de conteúdo se afigura ideal para este estudo de caso.

Na fase de Pré-análise, procedeu-se a uma imersão nos documentos, recorrendo à leitura flutuante (Bardin, 2016), com o objetivo de constituir o 'corpus' documental e obter uma visão abrangente das informações disponíveis. Esta etapa, orientada pela conceptualização sobre desenvolvimento, PE (Pequeno Estado), PEID, política externa, diplomacia e as idiossincrasias dos PEID (fragilidades, oportunidades e construção de resiliências), focou-se também nas especificidades de Cabo Verde no contexto do desenvolvimento e na condução da sua política externa. Embora esta imersão tenha sido central nesta fase da análise de conteúdo, a consulta de documentos continuou a ser uma prática recorrente até à conclusão desta investigação

A segunda fase da análise de conteúdo apelidada de exploração do material, foi feita tendo como base a codificação estrutural de Saldaña (2009), por meio do qual foram rotuladas passagens com expressões/termos relacionados com as questões da pesquisa. Com este método pretende-se reduzir significativamente o número de códigos e fornecer um contexto para criar categorias de códigos ou famílias de códigos.

Também foi utilizado o método descritivo de codificação para criar um título/categoria que transmita a essência do conteúdo dos estratos das entrevistas. Essa abordagem permitiu enfrentar alguns dos desafios resultantes das perguntas abertas usadas na pesquisa qualitativa, através das quais os participantes podem fornecer respostas longas e complexas, divagar ou discutir vários temas, o que pode aumentar expressivamente a dificuldade de codificação e potencialmente reduzir a confiabilidade dos resultados (Campbell et al., 2013).

Os dados foram codificados manualmente. No entanto, não foi utilizado o tradicional lápis de cores, mas sim usadas as funcionalidades do *Microsoft Word* para destacar seções no texto e as funções de comentário para adicionar os códigos nas

margens das transcrições. O objetivo foi, através da utilização da tabela de análise de conteúdo dessa forma, conseguir agrupar itens de dados que estão relacionados e consequentemente identificar as categorias. Depois foram examinados os padrões colocados juntos para que se possa detetar temas-chave (Percy et al., 2015) ou um padrão adicional que será considerado tema secundário.

Tendo como base o resultado da primeira fase, no segundo nível de análise foram interpretados os dados com relação aos temas emergentes *vis-à-vis* as questões de pesquisa, por forma a determinar se as suspeitas iniciais são confirmadas ou confrontam os pressupostos iniciais.

Na terceira e última fase da pesquisa, *i.e*., tratamento dos resultados/dados, por forma a que fiquem ordenados, expressivos e apropriados, serão efetuadas as devidas inferências, não negligenciando o referencial teórico.

1.5 Hipóteses de Trabalho

Concordado com Bogdan e Biklen (1994, p. 84) que defendem que "*os investigadores qualitativos partem para um estudo munidos dos seus conhecimentos e da sua experiência, com hipóteses formuladas com o único objetivo de serem modificadas e reformuladas à medida que vão avançando"* e tendo presentes os objetivos delineados, esta tese norteou-se pelas seguintes hipóteses de trabalho:

1. Embora não se possa descurar a posição hegemónica das grandes potências em condicionar a política externa dos PE, estes têm a possibilidade de ter uma política ativa e influente a ponto de constituir um instrumento valioso de desenvolvimento, pondo em causa o argumento realista de que a atuação externa dos mesmos depende essencialmente de fatores exógenos, havendo nenhum ou pouco espaço para a política interna influenciar a política externa.

2. Políticas e estratégias externas adequadas oferecem aos PEID a possibilidade de transformar as suas fragilidades - considerados fatalismos que condenam esses Estados ao subdesenvolvimento - em potencialidades e consequentemente trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável. Neste contexto, as ancoragens escolhidas e as parcerias desenvolvidas por Cabo

Verde desempenharam um papel importante no seu processo de desenvolvimento.

3. Há uma ligação estreita entre a política externa de Cabo Verde e o seu desenvolvimento e consequente graduação da lista dos Países Menos Avançados (PMA) para a lista dos Países de Rendimento Médio (PRM).

CAPÍTULO II

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: UMA INCURSÃO PELOS CONCEITOS E PELA LITERATURA

2.1 Desenvolvimento: um Processo Complexo e Multidimensional

> *Development must be redefined as an attack on the chief evils of the world today: malnutrition, disease, illiteracy, slums, unemployment and inequality. Measured in terms of aggregate growth rates, development has been a great success. But measured in terms of jobs, justice and the elimination of poverty, it has been a failure or only a partial success.*
>
> Streeten, ex-Diretor do Instituto Mundial de Desenvolvimento (in Todaro, 1993, p.62).
>
> *Development should therefore be perceived as a multidimensional process involving the reorganization and reorientation of entire economic and social systems. In addition to improvements in incomes and output, it typically involves radical changes in institutional, social, and administrative structures as well as in popular attitudes and even customs and beliefs.*
>
> Todaro e Smith (2012, p.109)

O presente capítulo oferece uma perspetiva integrada e global dos contributos relevantes emanados de um conjunto amplo e diversificado de abordagens teóricas sobre o desenvolvimento, além de explorar as principais dimensões - humana, sustentável, local, participativa, comunitária e social - do processo de desenvolvimento que têm emergido na literatura, sobretudo depois do advento da economia do desenvolvimento e têm alargado o espectro conceptual deste conceito. Este Capítulo incide ainda sobre a problemática da definição de Pequenos Estados (PE) — almejando chegar a uma definição funcional e pragmática - bem como as particularidades e desafios dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) no contexto da globalização e do desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento, particularmente a partir da Segunda Guerra, no contexto de descolonização e de amplas transformações políticas e económicas no cenário internacional, foi sistematicamente analisado, em termos analíticos e normativos, sem que com isso se tenha chegado a um consenso universalmente aceite quanto ao seu significado (vide: Seers,1969; Myrdal, 1970; Furtado, 1964; Goulet, 1971;

Adelman, 1975; Hicks & Streeten, 1979; Wiarda, 1983; UNDP, 1992 e Ferreira & Raposo, 2017).

Para Ferreira e Raposo (2017), enquanto conceito académico, político e operacional, as suas aceções são múltiplas e até menos claras hoje do que há alguns anos. Contudo, é inegável a multitude de contributos, que têm enriquecido tanto o campo teórico como prático, alargando o espectro conceptual desta terminologia. Notadamente se pode destacar a captação da sua multidimensionalidade e consequente obrigatoriedade de uma abordagem interdisciplinar para o cabal entendimento da sua polissemia, tendo em conta a multiplicidade das suas componentes[3].

É igualmente pertinente recordar a associação, sobretudo nos primórdios da emergência da economia do desenvolvimento[4], entre o crescimento económico[5] e o desenvolvimento, ao ponto de este ser confundido com aquele. Essa ideia está intimamente ligada a Teoria do Liberalismo Clássico de Adam Smith, com foco na importância da acumulação do excedente de capital e consequente riqueza, que se aprofundou no século XIX através das teorias de David Ricardo[6] e Karl Marx[7], embora o mesmo tenha contraposto de forma direta a Ricardo (Silva et al., 2017, p.45).

---

[3] Entre as quais se destacam a económica, social, política, cultural, ambiental e local.

[4] De salientar que o desenvolvimento só se afirmou como campo disciplinar minimamente independente a partir da Segunda Guerra Mundial. A economia do desenvolvimento incide-se sobre a explicação das questões do subdesenvolvimento, sob a premissa de que os mercados são imperfeitos, centrado a sua análise nas questões de desenvolvimento que afligem os Países Menos Avançados (PMA), tentando descortinar as razões da sua permanência nesta categoria e as condições necessárias para que transitem para a categoria de desenvolvidos. Pelo seu contributo impulsionador neste domínio merecem ser destacados autores como: Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis, Albert Hirschman, Hans Singer, Dudley Sears, Walt Whitman Rostow, Raúl Prebisch, François Perroux, Gunnar Myrdal, entre outros.

[5] Medido através da explicitação de índices como PIB (Produto Interno Bruto), PNB (Produto Nacional Bruto), Rendimento *Per Capita*, entre outros indicadores. Sendo uma classificação quantitativa, o aumento do nível de riqueza é determinado pelo incremento do produto, rendimento, investimento e emprego numa determinada região.

[6] Que reitera a importância da acumulação de riqueza bem como a não interferência do Estado no Mercado, sob pena de gerar desequilíbrios e diminuir a acumulação de excedente de capital e consequente, empobrecimento dos ricos e dos pobres (Ricardo, 1996, *apud* Silva et al., 2017, p.45).

[7] Também defende a relação de causalidade entre a acumulação de capital e o crescimento económico, sendo que *o excedente é gerado pela dinâmica entre dois polos: em um, a massa cada vez maior de riquezas à disposição do capital, enquanto no polo oposto aumenta a miséria operária, levando-o ao entendimento de que todo progresso social vivenciado no capitalismo gera antagonismos* (Marx, 1946, *apud* Silva et al., 2017, p.45).

Segundo Amaro (2004, p. 9), as principais consequências desta relação umbilical entre o crescimento económico e o desenvolvimento constituem: (i) considerar o crescimento económico como condição *sine qua non* do desenvolvimento, uma vez que do mesmo dependem as melhorias de bem-estar da população a todos os níveis e (ii) utilização sistemática de indicadores de crescimento, em especial, o nível de rendimento per capita, para classificação dos países quanto ao seu grau de desenvolvimento (*i.e.* desenvolvidos, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento). Tal classificação baseava-se em indicadores económicos, segundo os quais desenvolver um país significava industrializar, instituindo uma economia de mercado que incluísse a maior parte da população. Importa, ainda, explicitar que a definição de desenvolvimento, especialmente quando se privilegia a componente económica, teve e ainda tem uma conotação marcadamente ocidental, *i.e.* baseia-se em valores e práticas predominantemente ocidentais, o que explica o paralelismo entre o desenvolvimento e a modernização[8] e industrialização e consequente exacerbada concentração de esforços na promoção do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), relegando outras componentes do desenvolvimento para um plano secundário (Amaro, 2003, Ferreira & Raposo, 2017).

Essa visão do desenvolvimento como um processo evolutivo, ancorado na ideia de progresso foi fortemente reforçado por Rostow, com a sua Teoria de Fases de Crescimento. Com efeito, até o início dos anos 60, o desenvolvimento era particularmente visto como um processo de sucessivos e obrigatórios estágios de crescimento económico, cujas variáveis determinantes constituem a poupança, o investimento e a ajuda externa que, na medida certa, supostamente permitiriam aos Países em Desenvolvimento (PED) palmilhar os mesmos caminhos de sucesso dos Países Desenvolvidos (PD)[9]. As teorias de desenvolvimento que emergem neste

[8]As teorias de modernização surgiram no contexto da Guerra Fria no decorrer dos anos 50 e 60. Analisam os fatores determinantes da transição de uma sociedade primitiva, rural, agrícola e, por conseguinte, tradicional para outra urbana, industrial, avançada e moderna e as implicações políticas, sociais e culturais do crescimento económico. Segundo Eisenstadt (1966, p. 1), historicamente, a modernização é o processo de mudança sociais, económicas e políticas que ocorreram na Europa Ocidental e América do Norte do século XVII ao século XIX e então transportadas para outros países europeus e nos séculos XIX e XX para a América do Sul, Ásia e África. Sobre estas teorias ver proveitosamente, entre outros autores: Lewis (1954); Nurkse, (1953); Rostow (1960); Eisenstadt (1966); SO (1990); Smelser (1966); Mcclelland (1961); Parsons (1951); Billet (1993; Inglehart (1997); Rosentein-Rodan (1943) e Hirschman. (1958).

[9] A injeção de capital, através do Plano Marshall, e seu papel na reconstrução da Europa, ajudou na criação do mantra do *big push*, centrado na ideia de que os países pobres para saírem da atonia

período estavam intrinsecamente acopladas ao processo de desenvolvimento do mundo ocidental – as várias fases de industrialização e o uso intensivo de tecnologia. Rostow identificou 5 fases de crescimento, a saber: sociedade tradicional, as precondições para a descolagem para o desenvolvimento, o arranque (*take off*), a marcha para a maturidade e a era do consumo de massa (Rostow, 1960, pp.1-3).

Foi a partir dos anos 50 e sobretudo nos anos 60 e 70 que a insatisfação[10], incitada pela abordagem economicista, deu origem a multiplicidade de análises que tentam captar outras dimensões do desenvolvimento. Schumpeter (1961) questiona a ideia desenvolvimento ser somente o resultado da acumulação de capital por entender que o avanço económico de um povo não emerge simplesmente das condições económicas pregressas, mas da totalidade de aspetos vivenciados pela sociedade. Por seu lado, Seers (1969, p. 3) defende que, mesmo numa economia em crescimento, o desenvolvimento só é atingindo com a redução e eliminação de pobreza, desigualdade e desemprego. Nesta mesma linha, nas Conferências Mundiais sobre o Emprego 1976 e 1977 (ILO, 1976, p. 15) foi concluído que o crescimento rápido a nível nacional, particularmente em relação aos PED, não se traduz automaticamente na redução da pobreza, desigualdade ou mesmo na criação suficiente de emprego produtivo. Por outro lado, tendo como pressuposto de que o objetivo principal do desenvolvimento é satisfazer as "necessidades básicas"[11], a qualidade de vida das pessoas, mais do que o rendimento per capita, deve ser o indicador mais apropriado para medir o desenvolvimento (ILO, 1976).

económica em que se encontravam bastava ter uma grande dose de capital e seguirem os passos dos países desenvolvidos.

[10]Principalmente pelo facto do crescimento económico não ter sido acompanhado de melhorias significativas no bem-estar da maioria da população dos PED.

[11]Esta abordagem foi introduzida pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) na Conferência Mundial sobre o Emprego em 1976, onde foi definido o padrão mínimo de vida que uma sociedade deve almejar para os grupos mais pobres. A satisfação das necessidades básicas implica cobrir as exigências mínimas de uma família em relação ao seu consumo pessoal no que concerne, designadamente a alimentação, vestuário, habitação, educação e saúde. Implica igualmente a satisfação das necessidades de natureza mais qualitativa, quais sejam um ambiente saudável, humana e gratificante e participação na tomada de decisões que afetam a vida e os meios de subsistência das pessoas e suas liberdades individuais (ILO, 1976, p.7). Nas palavras de Moreira e Crespo (2011, p.830), *partindo do patamar de sobrevivência para o patamar de dignidade mínima, a sobrevivência fisiológica, a educação e a saúde são os pilares das* necessidades básicas e *o emprego um pilar instrumental (um meio de obter rendimento).*

A consciencialização da multidimensionalidade do desenvolvimento deu lugar a novas linhas de pesquisa sobre indicadores de Medição do Desenvolvimento. A pesquisa científica em relação aos indicadores compósitos foi levada a cabo primeiramente pelo Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (sigla em inglês UNRISD[12]), que utilizou um conjunto de indicadores físicos, sociais e culturais (UNRISD, 1970). Outra importante contribuição foi dada pelos pesquisadores Morris e Liser (1977), que criaram o Índice da Qualidade Física da Vida (sigla em inglês PQLI[13]).

Nos anos 80 e 90 Amartya Sen (1985, 1992 e 1999) deu uma importante contribuição neste debate ao introduzir o que ele denomina de *capability approach*[14], que põe ênfase na remoção de restrições[15] tanto físicas como psicológicas que colidam com o bem-estar das pessoas. Seguindo a linha de pesquisa de Sen, o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), preparado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, sigla em inglês), propôs uma abordagem multidimensional do desenvolvimento – o paradigma do desenvolvimento humano - e passou a incluir indicadores compósitos de desenvolvimento (De Muro Pasquale et. al., 2009, p.3). As análises teóricas mais recentes desta medição, embora reconheçam a premência da dimensão económica, incorporam outras, de uma forma integrada, por forma a captar a complexidade e os diferentes componentes interatuantes. Neste contexto, Moreira e Crespo analisaram 54 indicadores compósitos de desenvolvimento. Concluíram que a saúde e educação são as dimensões mais frequentemente incluídas, entre as quais se incluem, nomeadamente: o rendimento, distribuição do rendimento, educação, saúde, emprego, infraestruturas, valores e ambiente. Por outro lado, concluíram ainda que, na

[12]*United Nations Research Institute for Social Development*. O índice geral de desenvolvimento do UNRISD é composto por 18 variáveis enquadradas nas seguintes categorias: (i) saúde; (ii) nutrição; (iii) educação; (iv) habitação; (v) transportes e serviços; (vi) agricultura; (vii) indústria; (viii) comércio; (xix) aspetos económicos "gerais" (McGranahan et al., 1972).

[13]*Physical Quality of Life Index*.

[14]Baseada na ideia de que a redução da pobreza só é possível quando se é livre, *i.e.* quando se é detentor das capacidades que facultam as pessoas terem uma vida produtiva, inclusiva e digna, por forma a satisfazerem as necessidades básicas físicas e psicológicas. *Capability approach* pressupõe designadamente: multidimensionalidade e multidisciplinaridade na abordagem do desenvolvimento, complementaridade das suas diversas componentes, aceitação da diversidade humana, complexidade do *homo economicus,* respeito pelas liberdades, justiça e ênfase no homem como fim (ver Sen, Amartya, 2005, 2004, 1999, 1993, 1992, 1985, 1979).

[15]Iliteracia, doença, falta de acesso aos recursos ou falta der liberdade civil e política.

maioria dos casos, os indicadores captam poucas dimensões constitutivas do desenvolvimento (Moreira & Crespo, 2011, p. 833).

Na mesma linha de abordagem de *capability approach,* o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2021/2022 mostra que o distúrbio mental, provocado pelas incertezas da vida hodierna restringe o desenvolvimento humano e, em última análise, limita a liberdade das pessoas em aceder ao seu potencial máximo e viver uma vida plena. Os efeitos são especialmente prejudiciais às crianças e podem perpetuar a desigualdade em ciclos intergeracionais de sofrimento mental e dificuldades socioeconómicas e quebrar esses ciclos requer ação de pessoas e formuladores de políticas em três frentes: prevenir angústias, mitigar crises e construir resiliência psicológica[16] (UNDP, 2022).

As insuficiências e limitações da componente económica *per si* em captar a complexidade e multidimensionalidade do desenvolvimento ditaram o aparecimento de outras abordagens, traduzidas na estruturação de conceitos alternativos, que enfatizam determinados aspetos, sem os quais o desenvolvimento, no sentido lato, estaria incompleto. Ganharam grande dinâmica os conceitos de desenvolvimento, social, humano, local, comunitário, participativo e sustentável. A emergência dessas abordagens, a partir de final dos anos 50, é consequência dos seguintes fatores, segundo a sistematização feita por Amaro (2003, pp. 14 e 15): (i) mal-estar social e frustrações nos Países em Desenvolvimento (PED) relativamente aos resultados práticos dos modelos de desenvolvimento seguidos até então; (ii) consciencialização dos problemas ambientais daí decorrentes; (iii) persistentes crises económicas dos anos 30 que minaram a confiança cega no crescimento económico, enquanto promotor de desenvolvimento, e mudança de paradigma de crescimento económico (do fordismo à acumulação flexível[17]) e por último (iv) existência de diversas crises e "mal-estares" sociais, económicos, ambientais e políticos nos países socialistas.

---

[16] Isso porque, na ausência de resiliência psicológica, o sofrimento mental pode resultar em transtornos mentais. Estes estão associados a resultados educacionais negativos, baixa produtividade no trabalho, pobreza, mortalidade prematura e excessiva e fraca saúde geral UNDP, 2022, p. 75).

[17] Caracterizada pela flexibilidade na organização do trabalho, no planeamento e na produção ao contrário dos sistemas de produção em massa do fordismo, qualificada pelo Harvey (2008, p.135) pela *"*Rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa, que impediam a flexibilidade do planeamento (…)" e "Rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho*".*

A consciência de que o crescimento económico deve estar associado à melhoria de qualidade de vida e do bem-estar das populações fez com que o desenvolvimento deixasse de estar centrado na economia para centrar-se no homem, como exigência moral e contrapartida obrigatória dos avanços da economia. O desenvolvimento humano *per si* é bastante complexo e abrangente, abarcando a satisfação das necessidades básicas e complementares como a liberdade, a igualdade de oportunidades, a sustentabilidade e a segurança (UNDP, 1996), permitindo ao ser humano atingir o seu potencial e viver uma vida condigna, livre de medo e qualquer tipo de exploração e opressão.

O primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano define o desenvolvimento humano como um processo de alargamento de escolhas das pessoas, permitindo às mesmas ter uma vida longa e saudável, beneficiando de conhecimento e acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente (UNDP, 1990, p.10). Engloba ainda escolhas como a liberdade política, económica e social, bem como a oportunidade de ser criativo e produtivo, ter autorrespeito e direitos humanos garantidos. Nesta mesma linha, Sen (1999) concebe o desenvolvimento enquanto expansão de liberdade (política, económica e social), o que vai para além satisfação das necessidades básicas, pois engloba a garantia de algumas liberdades fundamentais associadas à educação, participação política, entre outras. O objetivo último do desenvolvimento humano é, portanto, ampliar as escolhas[18] das pessoas, por forma a torná-lo um processo mais democrático e participativo. Considerar o desenvolvimento como uma expansão das liberdades substantivas, como definida por Sen, orienta as políticas e estratégias de desenvolvimento para questões humanas e sociais.

A limitação do PIB e outras métricas quantitativas em medir o desenvolvimento e captar todas as dimensões deste processo, bem como o facto do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH - uma unidade de medida utilizada para aferir o grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade nos requisitos de educação, saúde e rendimento, criado para enfatizar que as pessoas e suas capacidades - e não apenas

[18]Essas escolhas incluem: salários e empregos decentes, cuidados de saúde, oportunidades, educação, ambiente limpo e seguro, possibilidade de participar no processo de decisão das comunidades e gozo das liberdades (económica, política e humana) básicas (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - UNDP, 1991).

o crescimento económico - constituem critérios importantes na avaliação do desenvolvimento de um país) não levar em conta a questão da sustentabilidade ambiental, ditou o aparecimento do Índice de Desenvolvimento Social[19], um esforço mais inclusivo e abrangente para medir o progresso social nas suas várias dimensões: necessidades humanas básicas das populações, qualidade das instituições e oportunidades existentes relativas ao desenvolvimento pleno de cada cidadão.

Entretanto, convém não perder de vista que embora a ligação não seja automática o desenvolvimento social está intimamente ligado ao crescimento económico. Midgley (1995, p. 25) define desenvolvimento social[20] como um processo de mudança social planeado e concebido para promover o bem-estar da população como um todo, integrada no processo dinâmico de desenvolvimento económico. O objetivo do desenvolvimento social no contexto do bem-estar moderno é produzir um bem-estar social, que torna as pessoas capazes de agir e tomar suas próprias decisões no sentido mais lato. O potencial do desenvolvimento social reside no fato de suas estratégias de intervenção contemplar os níveis macro, meso e micro e englobar tanto os governos como as organizações internacionais. Jacobs e Cleveland (1999) definem desenvolvimento social, no seu sentido mais amplo, como um movimento ascendente da sociedade, no sentido de permitir o aumento dos níveis de energia, qualidade, eficiência, produtividade, complexidade, compreensão, criatividade, escolha, maestria, prazer e realização. E isso é atingível quando a opção estratégica envolve estruturar, a nível nacional, o consumo, a produção, o investimento e as políticas de emprego para a satisfação das necessidades elementares da toda a população, particularmente no que diz respeito a educação e saúde.

O desenvolvimento humano está intimamente ligado ao desenvolvimento social, porquanto a preocupação com a satisfação das necessidades básicas e expansão das

[19]Mede a performance dos países nas dimensões sociais, usando indicadores como esperança de vida, alfabetização e liberdade de escolhas, visando captar uma serie de questões que constituem o bem-estar e identificar as áreas prioritárias que precisam ser melhoradas.

[20]Paiva (1977) foi um dos primeiros autores a propor um modelo de desenvolvimento social. Ele identificou duas dimensões inter-relacionadas, o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos para trabalhar para o seu próprio bem-estar e para o da sociedade e a edificação de instituições que permitam que as necessidades humanas, sobretudo as básicas possam ser satisfeitas em todos os níveis. Entretanto, o desenvolvimento social atraiu, pela primeira vez, atenção generalizada na Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social em Copenhaga, em 1995, onde foi realçado que este desenvolvimento deve servir para construir comunidades igualitárias e solidarias e criar sociedades em que os seres humanos possam viver juntos em paz e os seus direitos respeitados.

liberdades tendem a garantir uma maior distribuição de rendimento e consequente esbatimento das desigualdades sociais e aumento do bem-estar geral, sem negligenciar o fato das sociedades ou grupos sociais, como unidades, serem sempre compostos por atores individuais. Portanto, desenvolvimento humano e das sociedades resultam da capacidade das sociedades aumentarem a liberdade de escolha dos indivíduos, mormente através do empoderamento.

Ainda na lógica do desenvolvimento centrado nas pessoas, distinguem-se o desenvolvimento local ou endógeno e o desenvolvimento comunitário, frequentemente (con)fundidos, apesar das diferenças genealógicas, ao nível da história e teorias (Ferreira & Raposo, 2017). Ambos partem do pressuposto das potencialidades do esforço local para o desenvolvimento global de um país. Contudo, essas potencialidades podem e devem ser galvanizadas através do aumento das capacidades das comunidades e das suas pessoas para melhor poderem responder aos desafios locais que ajudam a resolver os nacionais. O desenvolvimento local traduz-se no processo através do qual as comunidades ou grupos locais organizam ‘’respostas locais’’ para responderem às ameaças e problemas provocados pelos “desafios globais”, *i.e.*, mobilizando as suas solidariedades e desejo de “autonomia” como “capacidade de reação à pressão heterónoma” (Pecqueur,1989, *apud* Ferreira & Raposo, 2017, p. 124). Por seu lado, o desenvolvimento comunitário é uma abordagem holística baseada em princípios de empoderamento, direitos humanos, inclusão, justiça social, autodeterminação e ação coletiva (Kenny, 2007), através do qual uma comunidade se engaja num processo que visa melhorar as suas condições sociais, económicas e sua situação ambiental. Portanto, baseia-se na interação entre as pessoas e ação conjunta, em vez de atividade individual.

Associado ao desenvolvimento local surge o conceito de desenvolvimento participativo, que consiste não apenas na melhoria genuína e duradoura das condições de vida e de existência, mas sobretudo põe a tónica na luta política pelo empoderamento dos indivíduos, que remete para a ideia de cidadania e, portanto, democracia ativa e permanente (Friedmann, 1996). Para Muls (2012, p. 3), a mobilização dos atores locais, a formação de redes entre organismos e instituições locais e uma maior cooperação entre empresas situadas num mesmo território, são instrumentos que têm possibilitado aos territórios novas formas de inserção produtiva e uma atenuação das desigualdades sociais.

As distinções entre as várias formas adjetivadas de desenvolvimento, nem sempre são lineares e categóricas, existindo zonas cinzentas de interseção que aconselham cautela nas diferenciações. Tome-se, por exemplo, os desenvolvimentos humano e social, ambos centrados no homem, enquanto ator e sujeito de desenvolvimento e o desenvolvimento local, comunitário e participativo, ambos focalizados nas potencialidades locais. Por outro lado, os autores da corrente do "pós-desenvolvimento" criticam não só o desenvolvimento baseado no crescimento económico e progresso material como também os desenvolvimentos alternativos. Amaro (2020, p. 91) nota que esta corrente entende que a adjetivação do desenvolvimento não passa de uma nova roupagem[21] cujo intento é perpetuar a influência de dominação ideológica de um conceito que, na sua formulação dominante, apresenta três principais "pecados originais": ser capitalista, colonialista e patriarcal (Amaro, 2020, p. 91).

Dos diferentes conceitos, o do desenvolvimento sustentável[22], quiçá por englobar as diversas dimensões (económica, social e ambiental[23]) deste processo, tem sido analisado e defendido amplamente. No sentido estrito, traduz-se na preocupação de se satisfazer as necessidades da população mundial no presente momento, sem, contudo, se comprometer as capacidades das gerações futuras de fazerem o mesmo. No sentido mais amplo, abarca inclusive o desenvolvimento humano. Ultrapassa a preservação do meio ambiente *tout cour*, pois implica: o respeito pelas necessidades humanas e os limites da natureza; um desenvolvimento tecnológico e saberes que privilegiem os equilíbrios ecológicos fundamentais de longo prazo e um ambiente democrático, norteado por princípios de equidade entre gerações e entre Estados e valorização da participação local *bottom-up* (que vem de baixo e é centrado nas pessoas) neste processo. O desenvolvimento auto-sustentável só ocorrerá se houver

[21](….) *considerando que não trouxeram nada de radicalmente novo, embora tenham eventualmente, nalguns casos, permitido e enquadrado algumas iniciativas e projetos interessantes e com resultados positivos para algumas comunidades ou grupos de população sem, no entanto, pôr em causa "a fé, a ideologia e o modelo" inerentes ao conceito de desenvolvimento, nos seus efeitos estruturais nefastos (…)"* (Amaro, 2020, p. 92).

[22]O primórdio deste conceito remonta aos anos 70, com a emergência da terminologia ecodesenvolvimento, que foi amplamente desenvolvida por Sachs (1986) que chamou a atenção para a dimensão económica e ecológica do desenvolvimento.

[23]A institucionalização da problemática ambiental não só se traduziu em debates e produções teóricas como catapultou o tema para a ribalta da agenda política internacional, com repercussão no âmbito dos governos e da sociedade civil.

harmonia entre os objectivos de desenvolvimento humano e os objectivos de crescimento económico e, para tal, é necessário prestar mais atenção às políticas sociais (de investimento em bens públicos, de redistribuição de rendimentos, de segurança social, fomento do emprego e de iniciativas privadas de base, saúde para todos, etc.). Nas asserções de Amaro (2003, p.17), "O desenvolvimento sustentável pressupõe uma nova relação com a Natureza, assente numa interdependência sistémica, definida através de um ritmo sustentável de equilíbrio entre *inputs, throughputs* e *outputs* na interação entre a economia e a ecologia."

Seja qual for o enfoque ou a vertente do desenvolvimento em causa, análises empíricas entre países em combinação com estudos a nível micro mostram que não se pode negligenciar a relevância das instituições[24] na evolução das nações (Ferrini, 2012; Acemoglu & Robinson, 2012). Nas palavras de North (1990, p. 4), as instituições constituem as regras do jogo de uma determinada sociedade, mais concretamente as restrições humanamente concebidas que moldam a interação humana. As mesmas estruturam os incentivos nas trocas humanas, sejam políticas, sociais ou económicas". Elas incluem, por exemplo, contratos e execução de contratos, proteção de direitos de propriedade, estado de direito, burocracias governamentais e mercados financeiros. Incluem, ainda, hábitos e crenças, normas, clivagens sociais e tradições na educação (as chamadas instituições informais). As instituições formais tendem a ser a cristalização de instituições informais (North, 1990), pois as normas sociais nos domínios de género, classe e casta, por exemplo, determinam regras de participação e representação política, métodos de troca económica e inclusão de diferentes grupos na sociedade (Pateman, 1988). O quadro institucional económico refere-se, portanto, a todos os arranjos, normas e regulações erigidas pelo governo bem como incentivos dados aos principais agentes económicos com implicação nos custos de transação e na canalização de investimentos para setores produtivos. As instituições podem conduzir o país tanto para maiores níveis de desempenho macroeconómicos como à um PIB baixo, dependendo da qualidade, do desenvolvimento, da formação e da implementação das reformas institucionais (Javadov et al*.,* 2021).

[24] Constituem arranjos concebidos com objetivo de estruturam a interação política, económica e social. Sobre este assunto ver proveitosamente: Hall e Jones (1999), Acemoglu et al. (2001), Rodrick et al, (2004), Acemoglu (2003), Acemoglu et al. (2005), Ferrini (2012) e Acemoglu e Robinson (2012).

Acemoglu e Robinson (2012) vão ainda mais longe afirmando que não é a localização, a cultura ou mesmo falta de conhecimento, que determina o sucesso de uma nação, mas sim o tipo e a qualidade das instituições económicas e políticas edificadas num momento crítico da história do país e que tem implicações diretas nos serviços públicos prestados, leis de propriedade e acesso ao financiamento. Os dois autores asseveram, ainda, que instituições certas *i.e* inclusivas, são mais propícias à inovação e ao empreendedorismo e consequentemente ao crescimento económico, porquanto reforçam os direitos de propriedade, criam condições de concorrência equitativas, bem como incentivam os investimentos em novas tecnologias e conhecimento, ao passo que instituições extrativas existem sobretudo para extrair recursos de muitos e distribuí-los para poucos, e nessa medida, ao invés de criar, dissipam valor numa economia.

Embora não se possa fugir da controvérsia em relação a supremacia das instituições em relação a outros fatores na determinação do sucesso das nações, os argumentos de Acemoglu e Robinson (2012) vêm reforçar o consenso sobre a importância das instituições no desenvolvimento, no qual o Estado e o Mercado tem destaque especial. Pese embora a polémica[25] em relação à questão da primazia de um em relação ao outro que ainda continua em voga, quiçá porque de ambos os lados os argumentos são convincentes, embora a solução não esteja no primado de um ou outro, mas sim na complementaridade das duas instituições. Os defensores da intervenção do Estado posicionam-se criticamente face ao mecanismo neoclássico dos preços e dos mercados, pois consideram estes incompletos, ineficientes, falíveis e incapazes de resolver os problemas dos Países em Desenvolvimento (PED). “A defesa do ativismo

[25]Rodrik (2002) defende que a dicotomia rivalista Estado-mercado, consubstanciada em modelos ortodoxos que ignoram ou rejeitam o outro lado, ora tratando-se das visões estruturalistas que negligenciam a esfera da iniciativa e incentivos privados, ora do neoliberalismo ou o receituário do “Consenso de Washington”, traduzido nas medidas de estabilização e dos ajustamentos estruturais, revelou ser um entrave ao progresso socioeconómico de uma grande parte dos PED, particularmente na América Latina e em África. A perigosidade da desregulação do mercado, sobretudo a financeira, foi mais uma vez mais comprovada com a crise do subprime, iniciada em 2008 nos Estados Unidos e que rapidamente assumiu contorno global, tendo passado para o sector económico e consequentemente social. Esta crise, com consequências perniciosas para economias europeias, reforça esta constatação, mostrando que mesmo economias supostamente estáveis ou mesmo as mais dinâmicas (como prova a crise asiática de 1997), podem ser seriamente afetadas. Do lado oposto, as críticas ao Consenso de Washington, cujo mantra governava a conceção das organizações internacionais em matéria de desenvolvimento, atesta a tomada de consciência de que um excesso de mercado pode prejudicar o desenvolvimento.

do Estado constitui uma das principais bases teóricas da Economia do Desenvolvimento e reflete o modo como a nova disciplina tinha combinado a herança do pensamento económico clássico com as fortes influências do keynesianismo dominante" *(*Estêvão, 2004a, p. 4*).*

Do lado oposto deste axioma estão os defensores da abertura do mercado, da ausência de regulação e do liberalismo económico, como condições necessárias para os países em desenvolvimento se adaptarem às flutuações internacionais. Ao invés disso, a heurística de desenvolvimento baseado no mercado livre e no *laissez faire* não tem beneficiado o próprio sistema que a advoga. O que se tem vislumbrado sobretudo a partir de 1980 é o aumento das desigualdades económicas entre os países do Norte e do Sul, apenas atenuado pela emergência de classes médias na China e na Índia (Chang, 2002a; Wade, 2004); a par do aprofundamento do fosso entre ricos e pobres em vários países ocidentais (Ferreira & Raposo, 2017; Stiglitz, 2013). Por outro lado, a privatização crescente e a minimização do Estado têm manobrado uma progressiva desterritorialização da economia e a desresponsabilização da política económica.

As duas opções – uma centrada no Estado e outra no mercado, de forma dicotómica e maniqueísta - levadas ao extremo pecam por não captar a relação dinâmica e simbiótica entre a economia de mercado e o intervencionismo estatal. Outrossim, o papel de outras instituições é preponderante na articulação dessa complementaridade, provendo o quadro normativo e prático para o crescimento económico e o desenvolvimento sustentado. De qualquer das formas o binómio Estado-Mercado requer uma estrutura sólida e um acompanhamento constante, para que as qualidades de ambos possam ser exploradas ao máximo e as falhas colmatadas, numa incrustação omnidirecional dos sistemas económico, social e político.

Tendo como pano de fundo a multidimensionalidade do desenvolvimento e a necessidade de uma coordenação global das estratégias de desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas adotou em 2000 a chamada Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)[26], um plano acordado por líderes de 189 países,

[26] São 8 os ODM estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo primordial foi o de melhorar a qualidade de vidada e da sociedade. São eles:1 - Acabar com a fome e a miséria; 2 - Oferecer educação básica de qualidade para todos; 3 - Promover a igualdade de género e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortandade infantil; 5 - Melhorar a saúde das grávidas; 6 - Combater a Sida, a malária e outras doenças; 7 - Garantir qualidade de vida e respeito pelo ambiente; 8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento (*UN General Assembly,* 2000).

através do qual comprometeram-se a atingir, antes de 2015, um conjunto de oito objetivos quantificáveis, como reduzir a pobreza extrema e a fome pela metade, promover a igualdade de género ou reduzir a mortalidade infantil. Após a era dos ODM, ciente da necessidade de uma coordenação global mais eficaz e da importância da promoção de um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável, baseado nomeadamente nos princípios da universalidade e solidariedade, as NU (Nações Unidas) adotaram, em 2015, os chamados ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)[27], plasmados na Agenda 2030.

É inevitável quando se associa o desenvolvimento a um adjetivo, por mais abrangente que possa ser, não haver, a priori, um enviesamento natural, uma atenção especial que é dispensada ao significado que o acompanha. Por exemplo é difícil desassociar o desenvolvimento sustentável da questão ambiental, tal como o desenvolvimento humano tende a dar mais importância ao homem. A adjetivação do desenvolvimento deve ser entendida como forma de captar e validar as suas múltiplas dimensões, porquanto é um processo (multifacetado, complexo, demorado e de contínua interação e sinergia entre diversos fatores) de mudanças e transformações que requer certas condições prévias (resiliências criadas ou naturais) e a edificação e manutenção de outras (infraestruturas físicas, humanas e institucionais), respeitando o equilíbrio das suas diversas dimensões, por forma a proporcionar um crescimento

[27] Os 17 ODS constituem um apelo global à ação para erradicar a pobreza, proteger o ambiente e o clima, e garantir que todas as pessoas, em qualquer lugar, possam desfrutar de paz e prosperidade. São eles: **(1)** erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; **(2)** erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável; **(3)** garantir o acesso a cuidados de saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; **(4)** garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; **(5)** alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e raparigas; **(6)** assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água potável e saneamento para todos; **(7)** garantir o acesso a energia acessível, fiável, sustentável e moderna para todos; **(8)** promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo, e o trabalho digno para todos; **(9)** construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; **(10)** reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles; (11) tornar as cidades e as comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis; **(12)** garantir padrões de consumo e produção sustentáveis; **(13)** adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos; (14) conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; **(15)** proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade; **(16)** promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis; e **(17)** reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

económico sustentável, acompanhado de uma melhoria na qualidade de vida das pessoas a nível individual e da sociedade em geral, tanto em termos materiais como imateriais. Sendo multidimensional, a correta medição deve obrigatoriamente permitir que todas as componentes sejam devidamente incorporadas na equação do desenvolvimento. E nesta equação convém, ainda, dar a devida atenção às instituições que promovem desenvolvimento, sem negligenciar a relação dinâmica entre a economia de mercado e o intervencionismo estatal.

A consciencialização de que o desenvolvimento resulta da sinergia gerada pela complexa, extensa e ininterrupta interação entre diversos fatores também teve a sua consequência no debate sobre as teorias de desenvolvimento. Tanto a emergência e o aprofundamento de novos conceitos de desenvolvimento, como a própria ineficiência e inépcia de planos e soluções mágicas para o desenvolvimento, comummente mistificados pelos técnicos e políticos, obrigaram a questionamentos e respostas menos ortodoxas deste fenómeno.

Embora por natureza conflituosa, as diferentes abordagens do desenvolvimento são, muitas vezes, complementares. Com base num processo de afinação, através de uma análise que privilegia uma perspetiva integradora que explora as complementaridades entre as diversas condições necessárias para o sucesso do desenvolvimento, é possível compreender que juntos as diferentes abordagens fornecem as bases para examinar as questões atuais de desenvolvimento, pese embora a dificuldade em extrair, no campo da economia de desenvolvimento, doutrinas e paradigmas universais e irrefutáveis seja a nível ideológica, teórica ou mesmo empírica.

E isso aplica-se igualmente ao papel dos diferentes intervenientes no processo de desenvolvimento. Tome-se como exemplo paradigmático, uma das discussões mais acutilantes sobre este tema que é o papel do Estado e do mercado no desenvolvimento, onde ambos os flancos esgrimem argumentos aparentemente destoantes. Entretanto, ultimamente, inclusive os técnicos do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional[28], tradicionalmente neoliberais e consequentemente acérrimos

[28] O fato do debate público ter ligado as crises em economias de mercado emergentes e em desenvolvimento ao Consenso de Washington levou ao demanda por um Consenso Pós-Washington por instituições internacionais e Organizações Não Governamentais (ver, por exemplo, Stiglitz 1999; Stallings e Peres 2000).

defensores da omnisciência do mercado - tendo em conta a experiência no terreno - tendem a abandonar os cânones estáticos e pré-determinados da perspetiva neoclássica e a admitir que a chave para o desenvolvimento bem-sucedido está em alcançar um cuidadoso equilíbrio entre o que o governo pode cumprir com sucesso, o que o mercado pode fazer e o que ambos podem juntos atingir.

O papel das instituições é preponderante na articulação dessa complementaridade, provendo o quadro normativo e prático para o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável. Aliás, num ambiente com instituições precárias ou mesmo inexistentes, dominado por desigualdades socioeconómicas, governos e mercados tendem invariavelmente a falhar. A pertinência das instituições (formais e informais) e arranjos institucionais é reconhecida sobretudo pelos institucionalistas, embora, por vezes, com diferentes nuances. Neste contexto, Chang (2006) nota que estas organizações usam as instituições para justificarem porque falharam consistentemente em relação aos programas de ajustamento estrutural para os PED, argumentado que não são as políticas económicas que não se adequam à realidade destes países, mas sim as instituições dos mesmos é que são deficientes. Isto explica, em parte, porque a questão da arquitetura institucional e a operacionalização da mesma no desenho de estratégias de desenvolvimento defronta dúvidas e dificuldades.

No entanto, o reconhecimento da importância das instituições não deve subjazer a ditadura de Instituições padrões globais que nega a real diversidade institucional existente entre os diferentes países e a relevância das idiossincrasias nacionais, bem como a multiplicidade de possíveis arranjos funcionais nos processos de desenvolvimento. É certo que não existe uma fórmula mágica que compreenda terminantemente os fatores de sucesso de certos arranjos em detrimento de outros e, ainda menos se pode presumir, uma resposta unívoca que encerre as dúvidas e desafios do desenvolvimento sustentável. No entender de Rodrik (2002), decorrem daqui duas inferências plausíveis: a primeira, traduz a miopia e inadequação das políticas condicionadas do Consenso de Washington[29] baseadas na receita *one size*

[29] Este consenso representa um compêndio de orientações políticas económicas formuladas na década de 1980, visando promover a liberalização dos mercados e a minimização da intervenção estatal na economia. Este conjunto de diretrizes abrange, entre outros, a disciplina fiscal, a reforma tributária, a liberalização do comércio e a desregulamentação, propondo ainda a privatização de empresas estatais e a garantia de segurança jurídica para investidores. Embora inicialmente acredite-se que estas políticas

fits all, cuja afirmação presente não encontra reflexo na história dos atuais países desenvolvidos (nem tão pouco é conclusiva em termos teóricos - atente-se à moderna teoria de crescimento endógeno e à questionabilidade das liberalizações comercial e financeira como propulsoras do crescimento económico ou da disciplina estatal). A segunda é a rejeição da diversidade institucional já existente e por advir, condenando a priori formas e acertos institucionais potencialmente melhores e mais bem-sucedidos. Esta rejeição ganha contornos ainda maiores à luz das dinâmicas evolutivas das próprias instituições e conceções de desenvolvimento que se vão gerando ao longo do tempo. Por exemplo, as instâncias regulatórias servem para colmatar falhas de coordenação e de mercado, tais como: custos de transação, fraudes, concorrência imperfeita, informação assimétrica (conducente ao risco moral ou seleção adversa). A necessidade imperativa de instituições de supervisionamento é crucial para o funcionamento adequado do mercado.

Por outro lado, axiomas que já foram tidos como antagónicos encontraram forma de se auto complementarem, tendo reconquistado espaço na equação do desenvolvimento fatores que tinham sido descartados por algumas teorias. Tome-se como exemplo o papel da agricultura para o desenvolvimento. Observando os padrões de desenvolvimento dos países ricos, tal como o declínio da percentagem da força de trabalho em agricultura, levou a que muitos PED negligenciassem este setor vital para o desenvolvimento. As estratégias adotadas passaram a preterir este setor que tem importância para o desenvolvimento não só pelo seu valor intrínseco e capacidade de contribuir para a diminuição da pobreza e aumento do bem-estar da população, como pelo seu potencial catalisador em relação à expansão de outras atividades. Nesta mesma linha de pensamento, Conceição (2002, p. 16) defende que “A cultura tem um papel transcendental na formação da estrutura social e nas identidades individuais, metas, preferências e estilos de vida, os quais, por outro lado, exercem impacto sobre a vida económica e ajustamento institucional, ambos relacionados à cultura e poder.”

---

fossem soluções eficazes para impulsionar o crescimento em países em desenvolvimento, o mesmo tem sido objeto de críticas severas por sua propensão a exacerbar desigualdades sociais e a provocar crises económicas, particularmente quando suas recomendações são aplicadas de maneira inflexível e sem a devida consideração das especificidades locais. O debate em torno deste conjunto de políticas continua a influenciar as discussões sobre desenvolvimento económico e justiça social, destacando a necessidade de abordagens mais contextualmente sensíveis.

Concluindo, sendo complexo, multidimensional, controverso[30] e ambíguo o desenvolvimento está associado a multitudes de conceitos e requer abordagens interdisciplinares. As suas várias ramificações e adjetivação subjazem a necessidade de medir e analisar o desenvolvimento não só através do crescimento económico[31], mas também do bem-estar geral do homem e da sociedade, dando o devido valor aos saberes locais e à sustentabilidade da exploração dos recursos. E isso explica o fato da pesquisa relativamente ao desenvolvimento testemunhar a consolidação de um paradigma de transformação socioeconómico centrado na pessoa humana (e liberdades) e processos localizados de empoderamento (e formas estáveis de mudança) (Andreoni, 2022). E por forma a refletir este consenso do dealbar do século XXI (UN, 2000b) o desenvolvimento enquanto crescimento económico em vigência nas décadas de 1950 e 1960 passou-se para a problemática do alívio da pobreza na década de 1970, desenvolvimento sustentável na década de 1980, desenvolvimento humano na década de 1990, ODM em 2000, e ODS em 2015. É nesta mesma lógica que os critérios das NU para a graduação do País Menos Avançado (PMA) para o grupo dos Países de Rendimento Médio (PRM) passaram a incluir o IDH e o Índice de Vulnerabilidade Económica - IVE (CDP & DESA, 2008)[32].

É nesta ambiência de múltiplas abordagens — onde todas oferecem contributos valiosos e, na maioria das vezes, não são mutuamente exclusivas —, assim como na evolução do conceito de desenvolvimento, que os PEID, tendo em conta as suas especificidades, devem encontrar um *best way* que lhes permita transformar fragilidades em resiliências e trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável. No entanto, é crucial compreender o que significa ser um Pequeno Estado e quais as particularidades dos PEID, assim como as potenciais implicações dessas características no seu processo de desenvolvimento, abordados na secção seguinte.

---

[30] Cf., por exemplo: Murteira (1990, pp. 69-71), Sachs (1992, pp. 1-5), Estevão (1992, pp. 6-25), Rist (2008, pp. 8-24).

[31] Defensores do desenvolvimento humano consideram o crescimento do PIB como a condição necessária, mas insuficiente para garantir o desenvolvimento humano, sendo os homens tanto beneficiários como participantes no processo de desenvolvimento (UNDP 1990). Por outro lado, desenvolvimento humano é condição *sine quo non* para o desenvolvimento económico (Midgley, 1995; UNDP, 1990). De facto, não faltam exemplos de desfasamento entre o progresso económico e o desenvolvimento social.

[32] Os critérios iniciais para determinar se um país pertence ao grupo dos menos avançados foram PIB per capita baixo e a presença de impedimentos estruturais ao crescimento. Desde então, os critérios de elegibilidade para a graduação foram refinados e evoluíram para os seguintes: PIB per capita, IDH e IVE (CDP, DESA, 2008).

2.2 A Controversa Definição de Pequenos Estados

> *It proved impossible to decide what ‘‘smallness’’ means with any precision. It is a comparative and not an absolute idea. Whatever scales of magnitude are employed seem arbitrary, and it is difficult to pick out of them where smallness begins or ends. Countries can be small in one sense and not in another. Smallness in whatever form it may exist is only one of the variables*. (Benedict, 1967, p.29)

Um dos principais problemas na definição de Pequenos Estados (PE) reside na própria definição de “Pequeno”. No entanto, ao contrário do que se poderia esperar, a falta de consenso - o que reflete a diversidade entre este grupo de países - não tem desencorajado os estudiosos (Baldacchino & Wivel, 2020 e Henrikson, 2001). Se por um lado, os debates à volta desta questão criaram uma definição fundamentalmente ambígua que dificultou a edificação de teorias e complicou a comparação (Long, 2017, p. 144), por outro, as discussões sobre a definição forneceram um terreno fértil para um estudo pluralista de PE e uma discussão contínua sobre o significado e as consequências da pequenez na política (Maass, 2009).

A primeira geração de literatura[33] que se debruçou sistematicamente sobre os Pequenos Estados (PE) estava preocupada essencialmente com algumas grandes questões: a sua conceptualização, bem como a vulnerabilidade e falta de poder destes Estados e consequente sobrevivência entre os grandes poderes. Embora a descolonização dos anos 50 e 60 tenha aumentado significativamente o número destes Estados, chamando a atenção de muitos estudiosos[34], a sua definição continua, ainda neste período, residual e negativa, associada ao que não eram, *i.e*, grandes poderes (Neumann & Gstöhl, 2006, pp. 4–7; Browning, 2006, p. 669; Baldacchino & Wivel, 2020, p. 4).

ou mesmo médios, o que pressupõe pôr ênfase na falta de poder dos mesmos no sentido quantitativo. ‘‘Grande’’ é igualmente um conceito abstrato. Embora possa haver algum entendimento sobre o que constitui um grande Estado, a opinião ainda varia de uma perspetiva para outra. Ultimamente, ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, possuir armas nucleares ou porta-aviões têm sido

[33]Nasra (2010) e Neumann e Gstoehl (2006) identificaram o final dos anos 50 como início da genuína escola do estudo dos PE.

[34]Entre outros: Baher (1975), East (1975), Keohane (1969), Rothstein (1968), Vital (1967 e 1971).

critérios usados para determinar o poder de um país (Handel, 1990, p.12; Cooper & Scobell, 2014. Tal classificação pode ser problemática, já que com esta caracterização França seria considerado um grande poder ao contrário de Alemanha que não possui nenhum dos requisitos acima mencionados. Krause & Singer (2001, p. 15) propõem uma lista, segundo os mesmos de acordo com o ‘’consenso académico’’, de nove grandes potências desde 1816 a 2001, pese embora nem sempre tenham coexistido no mesmo período: Áustria-Hungria, China, França, Alemanha/Prússia, Itália/Sardenha, Japão, Rússia/URSS, Reino Unido e Estados Unidos da América.

Embora o cerne da questão continue a ser as fraquezas dos PE, no final dos anos 60 começaram a aparecer estudos (nomeadamente Rothstein, 1968 e Vital, 1967 e 1971) a debruçarem-se sobre os meios de compensar as fragilidades dos mesmos e garantir a sua segurança. A este respeito, Vital (1967, p.8) examina as “deficiências” e “possibilidades” destes Estados no que concerne ao seu tamanho[35] e opções políticas. Apesar de reconhecer a importância dos recursos materiais, sugere que fatores como o nível de desenvolvimento, a proximidade a áreas de grande poder, a natureza do ambiente estatal e a coesão ou suporte da população, desempenham um papel relevante na classificação de um Estado. Vital argumenta ainda que os PE atuando sozinhos enfrentam um alto custo de independência, pelo que têm, deste modo, três possíveis escolhas: estratégia passiva de renúncia, estratégia ativa no sentido de tentar alterar o ambiente da política externa a seu favor (*i.e.,* subversão) ou ainda uma estratégia defensiva para preservar o *status quo (i.e.,* diplomacia tradicional) (Vital 1967). Autores como Rothstein (1968), Keohane (1969), Vital (1971), East (1975), Hey (2003), defendem que, por causa das suas fragilidades, e ao contrário dos grandes Estados, os pequenos tentam maximizar ações conjuntas, para defenderem os seus interesses nas instituições regionais e internacionais.

Entretanto, escolas subsequentes direcionaram as suas investigações para estratégias que permitem eventualmente mitigar as debilidades estruturais dos PE[36]. Mais recentemente, o desenvolvimento da EU (União Europeia) tem servido de mote para inúmeros estudos sobre a influência destes países nas relações internacionais.

[35] Considerou Pequenos Estados os países desenvolvidos com 10-15 milhões de habitantes e os subdesenvolvidos com 20-30 milhões.

[36]Por exemplo: Alesina e Spaloare (2005), Bräutigam e Woolcock (2001), Briguglio et al., (2006) e Ingebritsen et. al., (2006).

Pese embora a importância do estudo destes países no contexto das relações internacionais[37], até à presente data, em razão da heterogeneidade deste grupo, não há um consenso sobre a sua definição em termos absolutos e, sobretudo, relativos. Um Estado pode ser considerado com facilidade pequeno em relação a um país e grande em relação a outro[38] (Campling, 2006, in Greig et al., 2011: 169, Wivel & Thorhallsson, 2006, p. 654). O tamanho é um conceito inerentemente relacional, porquanto grande ou pequeno só tem sentido quando se caracteriza um ator ou objeto em relação a outro em um determinado contexto (Panke, 2012, p.315). Ainda em termos relativos, Mouritzen e Wivel (2005) privilegiam o poder que os Estados possuem em relação ao poder que de fato exercem. Eles consideram que um Estado pode ser influente em relação a um determinado Estado, mas simultaneamente fraco em relação a outro, ou seja, pode ser considerado pequeno numa área de política, mas grande noutra. Outrossim, como advertem vários autores (entre os quais: Neumann & Gstoehl, 2006, Mouritzen & Wivel, 2005; Raadschelders, 1992) geralmente as fronteiras entre microestado, pequeno Estado e potência média são confusas e arbitrárias.

Há, portanto, várias medidas para determinar o "tamanho". Os indicadores mais usados são a dimensão populacional[39] (Charles et al., 1997; Olafsson, 1998; Kisanga

[37]A mais óbvia razão da relevância do estudo dos PE é o facto de, por uma razão ou outra, a maioria dos Estados do sistema internacional podem ser considerados pequenos. Embora seja discutível os indicadores usados para esta classificação, fica clara a ideia de que o número destes seja significativo. Também é interessante o estudo das nuances nas relações de poder. O estudo dos Estados pequenos, por exemplo, no seio da União Europeia tem demonstrado que estes Estados podem ter voz nas relações internacionais (vide nomeadamente: Nasra, 2010 e 2011). Sobretudo é relevante a análise de como os pequenos Estados podem potenciar as suas fragilidades e transformá-las em pontos fortes.

[38]Por exemplo a Polónia é um Estado grande quando comparado à Lituânia, mas um Estado pequeno quando comparado à Rússia.

[39]Mesmo utilizando somente este este critério a definição de PE varia significativamene: Inicialmente muitas escolas concordaram que um país com um milhão de habitantes deve ser qualificado de pequeno (Clarke e Payne, *apud* Maass 2009, p.75), mas o aumento geral da população mundial elevou esse número para um milhão e meio (Commonwealth Consultative Group, 1985, World Bank, 2017). Outros consideram 10 e alguns 15 milhões como limite de população para que um país seja classificado de pequeno (Hein, 1985, p.18). Para Commonwealth, um Estado pode ser considerado Pequeno tendo uma população igual ou inferior a 1.5 milhão ou ainda superior (exemplo: Botsuana, Jamaica, Lesoto, Namíbia e Papua Nova Guiné) desde que compartilhe algumas das seguintes características: Determinado posicionamento geográfico, forte dependência do comércio, acesso limitado ao financiamento do desenvolvimento e impacto desproporcional das catástrofes naturais e das alterações climáticas (Vide: Commonwealth Secretariat, 1985 e https://thecommonwealth.org/our-work/small-states. Há ainda os que consideram até 16 milhões (por exemplo, os Países Baixos na UE) ou 25 milhões (por exemplo, Madagascar na África) (Marriott, 1943 e Molis, 2006).

& Dancie, 2007), a extensão territorial (Hanggi, 1998, p.81; Olafsson, 1998, pp. 8-10)[40], os recursos económicos[41] (East, 1975, p. 160) e a capacidade de defesa (força militar)[42] (East, 1975, p.160). Porém, por um lado, a diminuição da conquista militar ao longo do século XIX alterou os pré-requisitos para que um Estado seja considerado importante e, por outro lado, PE localizados em países em desenvolvimento geralmente têm populações maiores do que PE economicamente avançados na Europa e no Leste Asiático (Vital, 1967). Ademais, os recursos humanos e económicos tendem a ser considerados como "poder latente" fornecendo a base para a superestrutura militar (Mearsheimer, 2014), daí que o foco no poder com base em recursos materiais está intrinsecamente associado à segurança militar, já que estes recursos estão intimamente ligados à sobrevivência militar do Estado (Wivel et al., 2014, p. 7).

Definições mais recentes de "pequenas economias" têm usado como indicador a percentagem da participação do país no comércio internacional[43]. Pese embora a sua pertinência a nível das negociações comerciais, este indicador revela fraca correspondência com o critério tamanho da população. Além do mais, usando este critério a grande maioria dos países seria considerada pequena economia.

Para Deutsch (apud East, 1975, p. 460), um PE pode ser entendido como um país cujo Produto Interno Bruto (PIB) é inferior a 1% do total do PIB mundial. Apesar de a capacidade económica de um país ser uma componente importante nesta definição, por si só não capta a complexidade desta realidade. Também o uso exclusivo do tamanho geográfico tem encontrado poucos seguidores (Maass, 2009, p. 72). A dimensão da população tende a ser o indicador mais escolhido, conquanto existem dificuldades em apontar um número que seja aceite por todos. Por outro lado, admitindo a hipótese, por exemplo, que um PE deve ter uma população não superior a 1,5 milhões (um milhão e meio); um que tenha 1,5 milhões + 1 já não é pequeno? São estas insuficiências que obrigam a que este critério não seja também usado sozinho, mas sim, aliado a outros. East (1975, p. 160) sugere a combinação de população, extensão territorial, o peso económico e militar. Thorhallsson and Wivel (2006, pp. 653-4), usaram

[40]Normalmente usado em conjugação com outros indicadores: recursos económicos e militares (Haenggi, 1998, p.81).

[41]Geralmente medido pelo PNB, PIB e Rendimento per Capita.

[42]Na sua definição de PE, Vital (1967) utiliza o tamanho do país e da população; a definição de Rothstein (1968) é mais abstrata e leva em consideração questões como poder político e formação de alianças.

[43] Ver nomeadamente Davenport (2002).

também um conjunto de indicadores para definir PE, quais sejam: recursos limitados no que diz respeito à dimensão da população, tamanho geográfico, peso económico, redes diplomáticas e capacidades militares.

As definições quantitativas[44] utilizam o critério ‘‘tamanho absoluto’’ – baseiam-se em fatores demográficos, geográficos, económicos ou militares, usados isoladamente ou em combinações variadas. Procuram chamar a atenção para as fragilidades que, duma forma ou outra, são o subproduto da pequenez – limitação de recursos, mercado insustentável, capacidade de segurança inadequada, bem como exposição a riscos ambientais e externos. Utilizando estas variáveis, um número significativo de Estados é considerado pequeno em termos absolutos e a maioria deles pode ser considerado pequeno em termos relativos. Estas circunstâncias tendem a circunscrever as políticas económicas desses Estados, direcionando-as principalmente para as questões que, de alguma forma, atenuam ou acautelam essas fraquezas, mas, podem não captar suficientemente a complexidade das relações internacionais e consequentemente têm pouco a dizer sobre o papel que os PE possam desempenhar no concerto internacional, onde todos, independentemente da sua dimensão, são parte.

A este respeito, é interessante a abordagem de Nye (1990, pp. 31-35) de *soft power* (uso da cultura, ideologia e instituições, além das capacidades mais óbvias, na definição de agendas políticas e na moldagem das preferências dos outros) em oposição ao poder *tout court* ou *hard power* (imposição de uma vontade recorrendo à pujança tanto económica como militar) nas relações internacionais. Para este autor foi o uso do *soft power* que permitiu aos EUA, além de manter o seu poder hegemónico, diminuir os custos da sua liderança.

Os PE, como atores internacionais, além de não terem capacidade de exercer poder, não conseguem resistir quando Estados poderosos o exercem em relação a eles (Fox, 1959). Este autor assevera, ainda, que os PE, além de “pequenos” também são fracos, por terem pouca relevância num mundo dominado pelo poder político. A visão

[44] A principal objeção ao uso exclusivo dos critérios quantitativos tem a ver com o fato deles conduzirem a muitas exceções, suscitando dúvidas se o ponto onde se decide que um estado é pequeno não deve ser decidido de forma diferente (por exemplo porque não um milhão e quinhentos e não um milhão e seiscentos para categorizar um Estado de pequeno?). Daí a necessidade de utilização combinada de critérios.

deste autor está em consonância com a perceção dos realistas[45] de que países pequenos e sem recursos têm pouca importância a nível internacional, daí serem "encorajados a desenvolverem estratégias de agregação, formação de coligações e integração" (Gleason et a*.,* 2008, p. 1). Ainda, normalmente se consideram a parte mais fraca de um relacionamento assimétrico, incapaz de mudar a natureza ou o funcionamento do relacionamento por eles mesmos (Wivel et al., 2014, p. 9).

A ideia dos PE serem fracos[46], leva a uma outra questão que é a (falta de) segurança dos mesmos. Rothstein (1968, p. 3), na sua análise sobre este grupo de países, chegou à conclusão de que os mesmos formam alianças para poderem diminuir as suas deficiências no domínio da segurança. O argumento de que os PE são fracos e sem poder na área de segurança é geralmente associado à necessidade da política externa destes países centrar-se na sua sobrevivência, ao contrário do acontece com os países poderosos que podem dar ao luxo de se preocuparem com outras questões além da sua continuidade.

O uso dos indicadores qualitativos, para além de ou em combinação com os critérios quantitativos, reflete a incapacidade, inadequação e insuficiência da abordagem quantitativa, devido à heterogeneidade e complexidade das características do PE. Os critérios qualitativos lidam principalmente com as possibilidades de ação do Estado (Rothstein, 1968, p. 12) e sua atitude (Evans & Newnham, 1998, p. 500-501), bem como a perceção dos (pequenos) Estados sobre si mesmos (Hey, 2003, p. 1). Alguns autores acentuam a importância da perceção, enquanto critério qualitativo, afirmando que PE é aquele que se sente pequeno e é visto como pequeno pelos outros. As definições qualitativas abrangem ainda as características físicas e geográficas dos Pequenos Estados, o seu grau de insularidade e de vulnerabilidade (Kurecic et al., 2017).

Também se sugere que os PE podem ser identificados pela sua forma característica de se comportar como um grupo. De acordo com Evans e Newnham

[45]Baseado no pressuposto hobbesiano de que o sistema internacional é anárquico e os Estados, através do equilíbrio de poder, procuram sobreviver – a este ambiente desorganizado e descentralizado - numa filosofia de todos contra todos, prevalecendo o mais forte, que passa a ditar as regras do jogo.

[46]Com a ressalva de que ser pequeno não se traduz automaticamente em fraqueza, já que esta é uma expressão de qualidade e não de quantidade (como é a pequenez). PE podem ser fortes e grandes Estados fracos, se tiverem instituições fracas e, entre outras características negativas, poderosas tendências centrífugas (Kurecic et al., 2017).

(1998, p.502), esses padrões de comportamento traduzem-se no seguinte: envolvimento limitado nos assuntos mundiais, ancoragem nas organizações intergovernamentais (OI), apoio ao direito internacional, evitar o uso da força e um alcance geográfico e funcional limitado das atividades da política externa. Contudo, facilmente se pode argumentar que esses padrões de comportamento não são exclusivos dos PE, sobretudo quando se trata de apoio ao direito internacional, bem como dar importância às OI, ou mesmo optar por uma posição de neutralidade[47].

Portanto, os PE devem ser pequenos em termos qualitativos, quantitativos e devem ainda "sentir e agir pequeno", (Henrikson, 2001, pp. 62-63), o que leva a uma classificação em termos absolutos e relativos. Assim, por exclusão, os PE, normalmente estando livre de responsabilidade sistémica, mas ao mesmo possuindo um espaço de manobra limitado de ação, principalmente quando se trata de relações exteriores, não fazem parte dos considerados ''grandes poderes''. Eles têm um sistema político, económico, administrativo e militar limitado e consequentemente são pouco competitivos e ao mesmo tempo propensos a um arranjo monopolista ou oligopolista (Armstrong et al., 1993; Murray, 1981).

No entanto, não deixam de ser Estado, que goza do privilégio de participar na ordem internacional e que opera no mesmo amplo ambiente político e económico que todos os outros estados, embora com limitado poder de forjar consenso quando sozinhos. Mas, quando se trata de um país, um voto, tem tanto poder como os países mais poderosos. Ademais, são simplesmente demasiado numerosos e – por vezes individualmente, mas certamente coletivamente – importante demais para serem ignorados (Neumann & Gstöhl, 2006, p. 3).

Entrementes, convém não perder de vista o papel das instituições. *i.e.*, a edificação e gestão de instituições nacionais e internacionais que ajudam os Pequenos Estados a enfrentar e manobrar da melhor forma os desafios decorrentes das suas limitações. Como constatam Baldacchino e Wivel (2020), o número crescente, a complexidade e a minuciosidade das instituições internacionais ajudaram a nivelar o campo de atuação nos assuntos internacionais, permitindo aos PE uma voz maior e

[47] Exemplos disso são especialmente reconhecíveis durante a Segunda Guerra Mundial, onde a neutralidade do Estado era uma questão premente. Ilustrações desses Estados neutros foram Turquia, Finlândia, Noruega, Suécia e Espanha (Baker, 1959).

mais plataformas e arenas onde exercer influência, embora tenha também restringido a autonomia destes países e aplicado mais pressão sobre suas limitadas e escassas relações diplomáticas e recursos administrativos. O grau de institucionalização de uma determinada área política é o fator contextual mais comumente citado em relação às possibilidades de influência dos PE (Wivel &Thorhallsson, 2006; Panke, 2010).

As perspetivas supra abordadas mostram que se pode optar pela utilização de critérios quantitativos, qualitativos ou ainda pela autodefinição ou perceção de outrem, podendo também haver uma mescla destas abordagens, mas sem que leve a uma definição abrangente e contundente, porquanto a interpretação será sempre obscurecida por pontos de vista individuais e critérios arbitrários, uma vez que aquelas abordagens são, em essência, tanto restritivas quanto paradoxais.

Assim, este trabalho adota a definição proposta pelo Banco Mundial (WB, 2017) – de que a população de um PE não deve elevar-se a mais de um milhão e meio de habitantes, coadjuvado com a perceção de Henrikson (2001) de que esta conceptualização deve envolver, igualmente, elementos qualitativos (neste caso particular, nomeadamente a perceção, padrão de comportamento e atitude) que permitam que este grupo de Estados sintam-se e atuem como pequenos, partindo do pressuposto que esses elementos condicionam as opções de política externa e do desenvolvimento destes. No entanto, entende-se que ser pequeno e com poder limitado não significa ausência de opções de atuação a nível internacional, pelo contrário, uma vez identificadas as suas fragilidades, os pequenos Estados, incluindo os insulares, podem e devem trabalhar no sentido de edificar resiliências e tirar vantagem do mundo globalizado.

2.3 Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) e suas Idiossincrasias: Fragilidades, Oportunidades e Edificação de Resiliências

> *Un insular es un hombre en una roca, y también un hombre como una roca. No puede dar la espalda a la geografía, porque es fruto de ella. Es un hombre obsesionado por los viajes y amenazado por ellos. Es en fin un habitante de un paraíso o de un infierno* (Anónimo in Santos, 2011, p.5).

Quadro 1: Lista dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

Membros das Nações Unidas	**Não Membros das Nações Unidas/ Membros Associados das Comissões Regionais**
1. Antígua e Barbuda	**1.** Anguila
2. Bahamas	**2.** Aruba
3. Bahrein	**3.** Bermudas
4. Barbados	**4.** Comunidade das Marianas do Norte
5. Belize	**5.** Curaçau
6. Cabo Verde	**6.** Guadalupe
7. Comores*	**7.** Guam
8. Cuba	**8.** Ilhas Caimã
9. Dominica	**9.** Ilhas Cook
10. Estados Federados da Micronésia	**10.** Ilhas Turcas e Caicos
11. Fiji	**11.** Ilhas Virgens Americanas
12. Granada	**12.** Ilhas Virgens Britânicas
13. Guiana	**13.** Martinica
14. Guiné-Bissau*	**14.** Montserrat
15. Haiti*	**15.** Niue
16. Ilhas Marshall	**16.** Nova Caledônia
17. Ilhas Maurícias	**17.** Polinésia Francesa
18. Ilhas Salomão*	**18.** Porto Rico
19. Jamaica	**19.** Samoa Americana
20. Kiribati*	**20.** São Martinho
21. Maldivas	
22. Nauru	
23. Palau	
24. Papua Nova Guiné	
25. República Dominicana	
26. Santa Lúcia	
27. Samoa	
28. São Cristóvão e Nevis	

29. São Tomé e Príncipe*	
30. São Vicente e Granadinas	
31. Seicheles	
32. Singapura (faz parte da AOSIS e é classificada como um PEID, embora seja um país desenvolvido e não seja considerado um pequeno Estado)	
33. Suriname	
34. Timor-Leste*	
35. Tonga	
36. Trinidad e Tobago	
37. Tuvalu*	
38. Vanuatu	

Fonte: https://www.un.org/ohrlls/content/list-sids * Também País Menos Desenvolvido.

Atualmente as Nações Unidas reconhecem 58 países e territórios classificados como PEID, distribuídos em três regiões geográficas (Caribe, Pacífico e Atlântico, Oceano Índico e Mar da China Meridional - AIS)[48], com uma população agregada de cerca de 65 milhões - pouco menos de 1% da população mundial - cuja maior concentração se encontra no Caribe e no sudoeste do Pacífico (UN-OHRLLS, 2009 e 2015). Este grupo representa a interseção de pelo menos 4 grupos - Pequenos Estados, Estados Insulares, Países em Desenvolvimento e PMA - que enfrentam desafios significativos por direito próprio. Consequentemente, os PEID[49] estão entre os Estados mais vulneráveis da comunidade internacional[50]. Embora sejam diferentes em termos

[48] A maioria dos PEID faz parte da AOSIS (*Alliance of Small Island States),* a maior coligação *ad hoc* de pequenas ilhas e países costeiros de baixa altitude. Conta com 44 Estados e observadores, representando cerca de 20% do total de membros da ONU. Esta aliança constitui a voz dos PEID nas negociações climáticas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (sigla em inglês: UNFCCC) e tem desempenhado um papel de liderança na defesa de esforços globais para lidar com as mudanças climáticas.

[49] De acordo com o Secretariado da *Commonwealth* (2000), 3 em cada 4 pequenos Estados são Ilhas.

[50] O Grupo de PEID foi oficialmente reconhecido como um grupo de países em desenvolvimento que enfrenta vulnerabilidades específicas (ambiental, económica e social) na Cimeira da Terra (vide UNCED, 1992). A primeira conferência mundial sobre o desenvolvimento sustentável dedicada inteiramente a este grupo de países foi realizada em Barbados, em 1994, sob os auspícios das NU. Esta Conferência aprovou a Declaração de Barbados e o Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos PEID. Em 2005, as Maurícias acolheram a Reunião "Barbados + 10", um evento de alto nível, cujo objetivo foi o de fazer o balanço de implementação dos documentos adotados em Barbados e procurar garantir o engajamento político da comunidade internacional em prol dos PEID. Em 2014, em Samoa, na Terceira Conferência Internacional sobre os PEID foi adotado o Caminho das Modalidades de Ação Aceleradas para Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SAMOA

populacionais, distribuição geográfica, níveis de rendimento e desenvolvimento, estes países compartilham desafios e vulnerabilidades que os tornam um grupo *sui generis*.

Os PEID, além de terem de lidar com os constrangimentos de serem pequenos, compartilham particularidades geográficas, ambientais, económicas e sociais, bem como padecem de necessidades específicas de desenvolvimento e extrema vulnerabilidade que constituem desafios para o seu desenvolvimento, independência e sobrevivência[51] (Commonwealth Secretariat / World Bank, 2000). Com efeito, o isolamento, a dispersão e, por vezes, dificuldades de acesso, adicionam debilidades extra a estes países. Ademais, exposições frequentes a riscos e desastres naturais intensificados pelas mudanças climáticas e fragilidade ambiental[52] (OECD, 2015); dependência externa para financiamento do desenvolvimento aliada à dificuldade no acesso ao capital estrangeiro; exiguidade populacional; capacidade institucional e diversificação económica limitadas; elevado grau de abertura e consequentes choques económicos; erosão da preferência das exportações tradicionais; subida rápida do fardo da dívida de muitos PEID; desemprego juvenil; problemática da segurança; pobreza; entre outras características e/ou circunstâncias, tornam estes Estados particularmente vulneráveis, embora não sejam características exclusivas deste grupo de países (Herbert, 2019; UNWTO, 2018; WB, 2017; OECD, 2018a e 2015; Sarmento, 2008).

As fragilidades frequentemente associadas a estes grupos de países podem ser categorizadas em 6 grupos: I) Insularidade e Isolamento Geográfico; II) Recursos Internos Limitados e Pouca Diversidade Económica; III) Fraca Capacidade Institucional dos Sectores Público e Privado; IV) Mercado Interno Reduzido, V) Economia Excessivamente Aberta VI) Fragilidade Ambiental e Climática - Impacto das Mudanças Climáticas; e Consequente Vulnerabilidade.

Pathway, 2014) que reafirmou que os PEID continuam a ser um caso especial para o desenvolvimento sustentável devido às suas vulnerabilidades únicas e particulares. Também fornece orientação política sobre economia, meio ambiente e prioridades sociais nos PEID, bem como sobre os meios de implementação.

[51] Tanto as NU como outras organizações internacionais, como o Banco Mundial, a Secretaria da Commonwealth e a Organização Mundial do Comércio, reconhecem as dificuldades únicas que enfrentam os SIDS (Commonwealth Secretariat / World Bank, 2000).

[52] Espelhada nomeadamente na diminuição contínua de estoques de peixes, biodiversidade ameaçada, disponibilidade limitada de água, desafios de gestão de terras, etc. (OECD 2015).

2.3.1 Insularidade e Isolamento Geográfico

Uma das características mais preponderantes dos PEID é a insularidade e o isolamento (Deidda, 2016, Alonso et al., 2014, Armstrong et al., 1998; Armstrong & Read, 2000 e 2002), que afeta o comércio por estarem ligados às dificuldades relativas ao transporte[53] e comunicação (Deidda, 2016 p.108) e consequentemente interfere com o normal desenvolvimento destes países. Sendo uma condição geográfica permanente, as consequências económicas da insularidade não podem ser completamente eliminadas, mas somente mitigadas através da adoção de políticas e medidas adequadas. Deidda (2016, p.112) identifica três dimensões interligadas que concorrem para definir a insularidade: pequenez, afastamento e isolamento e ambiente natural e cultural vulnerável. Adicionalmente, as consequências da insularidade são exacerbadas no caso de arquipélagos, uma vez que a fragmentação do mercado interno agrava os constrangimentos enfrentados pelas ilhas, dando origem à chamada dupla insularidade (*idem*, p.116).

O facto de as ilhas estarem, muitas vezes, afastadas dos grandes mercados repercute-se nos custos de produção, transporte e a consequente capacidade de exportação[54] (OECD, 2018a), afetando a competitividade que poderia galvanizar a concorrência, com efeitos positivos na melhoria da eficiência, na redução dos custos e na estimulação da inovação. No entanto, se, por um lado, o distanciamento e o isolamento dificultam o processo de integração na economia mundial das ilhas, por outro, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e transporte, potenciado pela globalização, tem facilitado essa inserção. Outrossim, um aspeto positivo da insularidade é o facto dos PEID serem Grandes Estados Oceânicos, por terem direito a vastas áreas de zona económica exclusiva, que a serem exploradas de forma sustentável, podem ressarcir parte das desvantagens da insularidade. Neste contexto, é relevante destacar a formalização da *Marae Moana* em 2017, o Parque das Ilhas Cook que cobre praticamente toda a Zona Económica Exclusiva (1,9 milhão de

[53] A dependência de poucos meios de transporte pode levar a monopólios e pouca confiabilidade dos mesmos, bem como ao aumento dos custos de armazenamento e de seguro, maior perigo de danos das mercadorias em trânsito e deseconomias em cargas e rotas (Deidda, 2016, p.115). Além disso, a dependência excessiva das ilhas em relação às importações e o fato das exportações tenderem a ser de baixo volume e alto valor tornam as viagens de retorno subutilizadas, aumentando os custos de transporte (Armstrong & Read 2004b).

[54] Similarmente aumenta o custo da importação, que se repercute no bem-estar do consumidor.

quilómetros quadrados), e que constitui o maior parque marinho multiuso do mundo - para conservação e gestão integrada dos oceanos - onde grande parte da área deve permanecer livre da exploração mineira (Lewis et al., 2017). Também, países remotos tendem a ter maior nível de comércio bilateral, apesar de terem menos relação comercial com o resto do mundo, pelo que o efeito negativo de ser remoto pode ser parcialmente compensado por um aumento do comércio com um parceiro (Deidda, 2016, p.113).

Outrossim, as políticas e investimentos públicos e de incentivos a investimentos privados fazem toda a diferença quando se trata de diminuir as desvantagens da insularidade, sobretudo no que se refere ao transporte, desenvolvimento de infraestrutura e promoção de uso de tecnologia de informação e comunicação. Nesse sentido, como sugerido por Marrocu e Paci (2010), o aprimoramento da infraestrutura voltada principalmente para a produção pode ajudar não só a aumentar a produção nacional, mas também diminuir as disparidades regionais. Por outro lado, uma boa rede de comunicação, transporte e distribuição tem o potencial de ajudar a reduzir a distância dos principais centros comerciais (Deidda, 2016, p.122).

2.3.2 Recursos Internos Limitados e Pouca Diversidade Económica

Outra comum dificuldade enfrentada pelos PEID tem a ver com o facto da dotação de recursos[55] ser normalmente bastante limitada[56], o que torna proibitivamente cara a produção de certos produtos e serviços, sendo quase impossível em certos casos. O mercado reduzido, acoplado à fraca dotação de recursos, inibe o desenvolvimento do setor privado, fazendo com que os PEID tenham atividades empresariais limitadas e uma economia pouco diversificada[57] (tanto em relação à produção como à exportação), o que exacerba a dependência do ambiente externo. Essas delimitações fazem com que a maioria das empresas desses países sejam

[55] Naturais, humanos, entre outros.

[56] Nomeadamente associada à terra arável, água doce, minerais e fontes de energia convencionais. Embora existam países pequenos ricos em recursos naturais, a exploração sustentável desses recursos não está assegurada, pois é necessário que haja disponibilidade de recursos para operacionalizar a sua exploração.

[57] As economias dos PEID tendem a concentrar-se em um número limitado de setores como por exemplo: turismo, serviços, agricultura, pesca e extração de recursos naturais (OECD, 2018a).

pequenas, obviando o desenvolvimento das economias de escala[58]. É mais provável ocorrerem vantagens competitivas[59] quando a economia em causa é grande o suficiente para suportar *clusters* de empresas em qualquer sector, com relações horizontais e verticais. Tais oportunidades, onde grandes empresas ou *clusters* de empresas usam recursos, capacidades e tecnologias existentes para gerar novos produtos, estão menos disponíveis nos PEID (OECD, 2018a).

A aposta no comércio e IDE (Investimento Directo Estrangeiro) como forma de ultrapassar as insuficiências dos PEID em relação aos recursos tem sido criticada por potenciar a dependência desses países, mas é benéfica, sobretudo quando expõe essas economias às ideias e concorrência externas. As interações com outros países podem fazer aumentar o âmbito de trocas de conhecimento e pode ajudá-los na acumulação de capital humano e no desenvolvimento, sobretudo se houver um certo grau de mobilidade de trabalho entre os PEID e seus vizinhos grandes. Porém, como as pequenas economias tendem a ser especializadas, torna mais difícil existirem empresas em número ou em escala suficiente para se interagir com empresas estrangeiras (Lederman & Lesniak 2018, p.31) e isso pode limitar os PEID no usufruto das vantagens do IDE e das empresas multinacionais[60].

---

[58]A limitada capacidade de explorar economias de escala ou diversificar a produção não implica necessariamente um baixo rendimento *per capita* ou crescimento económico baixo. Se o pequeno Estado for rico em recursos naturais e/ou humanos, pode ultrapassar a questão do tamanho, o que faz com que o crescimento dependa sobretudo das políticas e estratégias adotadas. Por exemplo, os países ricos em petróleo ou com condições climatéricas favoráveis para o turismo, mesmo que tenham dimensões reduzidas, têm boas condições para superar esse condicionalismo.

[59] A dificuldade em competir externamente dos países de pequena dimensão também é exacerbada pelo facto de: a educação e as formações, em vários níveis, serem limitadas; as instituições, sobretudo as financeiras, serem fracas e o facto ainda de haver um sistema de infraestruturas deficiente, entre outros constrangimentos (Marinescu, 2022; Anckar, 2020; Baldacchino, 2020a; Sarapuu & Randma-Liiv, 2020; Adeoti et al., 2020).

[60] As empresas multinacionais possuem inúmeras vantagens e desvantagens. Das vantagens pode-se ressaltar o *apport* tecnológico que levam às economias recetoras, nomeadamente; a criação de emprego; o aumento das receitas do Estado (incidência sobre os impostos) e a dinamização do parque industrial. Podem ainda ajudar as empresas locais a aumentar a produtividade servindo como novas fontes de financiamento para o desenvolvimento industrial, auxiliando na melhoria de seus sistemas de gestão, fornecendo acesso a mercados globais, gerando inovações e criando *spillovers* tecnológicos em empresas domésticas (Sugiharti et al., 2022; Paul et al., (2021); Chen & Inklaar, 2016; Dogan & Wong, 2020; de Beule & van Beveren, 2019; Nguye et al., 2021; Li & Tanna, 2019; Ni et al., 2017; Bigliardi et al., 2021; Petrochilos; 1989). Das desvantagens destacam-se o impacto devastador sobre as pequenas empresas locais, a interferência na política destes países, a corrupção das autoridades estatais (para se conseguir as facilidades que facultam o aumento dos lucros) e a espoliação dos recursos naturais dos países de acolhimento. Importa sublinhar, ainda, que essas empresas trazem, sobretudo, uma nova dinâmica à competitividade, afetando o lucro das empresas nacionais e por vezes

Tendo em conta os constrangimentos supramencionados, mormente as limitações do mercado e dos recursos naturais, para muitos PEID diversificar a economia, apesar de ser crucial, acaba sendo uma tarefa hercúlea, mas não impossível. Briguglio et al. (2005) asseveram que por meio da diversificação de atividades sustentáveis no longo prazo (especialmente serviços, notadamente o turismo, que converte desvantagens geográficas como dificuldade de acesso e distância em benefícios), investimentos em serviços de telecomunicações, bem como abordagens regionais que galvanizem investimentos adicionais em serviços governamentais, infraestrutura e desenvolvimento humano, representam várias formas destes países lidarem com as suas deficiências.

Importante para o esforço de diversificação dos PEID é a criação de ambientes propícios para novos investimentos e indústrias, incluindo empresas de base tecnológica e de serviços indústrias, bem como energias renováveis. Para as ilhas, a exploração da economia oceânica, bem como das energias renováveis (especialmente devido ao alto custo das exportações de combustíveis fósseis e à possibilidade de exploração das energias térmica oceânica, eólica, solar disponíveis nestes países), constituem domínios de grande potencial. Os PEID podem e devem ainda explorar outras áreas, incluindo indústrias culturais como artes cénicas, treinamento em artes visuais e de media, galerias, museus, festivais, música e literatura. Essas indústrias - assim como os desportos – constituem motores económicos e de emprego potencialmente poderosos para estes países (UNEP, 2014).

2.3.3 Fraca Capacidade Institucional dos Sectores Público e Privado

Outra debilidade frequentemente associada aos PEID é a questão da fraca capacidade institucional, tanto no sector privado como no público, que interfere com o aprovisionamento de determinados serviços públicos[61]. Com efeito a administração pública, a política e a economia política dos pequenos Estados sofrem limitações

levando a falência dos mesmos, já que as empresas estrangeiras podem beneficiar-se de tecnologia mais avançada, bem como conhecimento e práticas mais eficientes (vide proveitosamente Yasin et al., 2022; Paul et al., 2021; Suyanto et al., 2021; Aitken & Harrison, 1999).

[61] Incluindo a formulação de políticas, atividades de regulação, educação e serviços sociais, segurança e defesa, justiça, assuntos externos, instituições monetárias e financeiras, sistema judicial, infraestruturas de comunicação, saúde pública e parques nacionais.

absolutas em relação à capacitação técnica e institucional (Anckar, 2020; Baldacchino, 2020a; Sarapuu & Randma-Liiv, 2020).

Também, tendo em conta o número reduzido de contribuintes, os custos *per capita* dos serviços públicos tendem a ser elevados. Em contrapartida, os políticos têm mais facilidade em agradar a populações reduzidas, diminuindo as probabilidades de convulsões sociais, já que, no entender de Alesina e Spolaore (2003 e 1997), existe um *trade-off* entre os benefícios do tamanho e os custos da heterogeneidade referente aos bens públicos e políticas governamentais. Também os pequenos Estados estão mais abertos a mudanças, extremamente adaptáveis e flexíveis a novos desafios, com maior integração política e mais bem preparados para enfrentar incertezas e choques externos, devido à prevalência de maior solidariedade e coesão social (Sarmento 2019; Briguglio, 2018; Castello & Ozawa,1999). Nesta mesma linha de raciocínio, Briguglio (2018, p.1) considera que as duas principais explanações na literatura que explicam o sucesso económico das pequenas ilhas (mais do que as políticas adotadas), constituem i) a desenvoltura inata dos ilhéus que os permite serem mais coesos e terem mais flexibilidade no processo de decisão, mais facilidade em governar e uma inata tendência para o empreendedorismo e ii) as medidas adotadas nestes países para edificar resiliências e mitigar as suas vulnerabilidades face aos choques externos.

Ainda, a maior coesão e capital social facilitada pela pequena dimensão em termos populacionais (Kuznets, 1960) está intimamente ligada ao desenvolvimento de laços sociais mais fortes entre os cidadãos, estabelecimento de redes de confiança que podem reduzir substancialmente os custos de transação. Entretanto, convém não perder de vista que embora a forte coesão social é apontada como uma vantagem associada ao pequeno Estado, Briguglio (1995) argumenta que essa maior coesão pode criar problemas administrativos, tendo em atenção que as pessoas se conhecem bem e se relacionam com muita frequência e isso pode comprometer a imparcialidade e a eficiência da administração pública.

Por seu lado, um sector privado fraco interfere com a capacidade de absorção, tanto da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) como do Investimento (Direto Estrangeiro ou doméstico). Isto porque os participantes tanto do sector público como privado carecem, muitas vezes, de competências indispensáveis para conceber projetos (tome-se, por exemplo, os complexos mecanismos de aceso ao financiamento

no âmbito do financiamento climático e propostas inovadoras (incluindo *blended Finance*)[62] e têm dificuldades em demonstrar a viabilidade dos seus investimentos. Um fraco sector privado, sobretudo sem apoios, pode igualmente ter dificuldades em adaptar-se à redução das proteções tarifárias e consequente aumento da concorrência.

Sendo essenciais para o desenvolvimento sustentável, edificação de instituições fortes, eficazes, transparentes e responsáveis não podem ser negligenciadas pelos PEID, porquanto tanto podem determinar a qualidade de serviço prestados aos cidadãos, como desempenhar um papel importante na atração de investimentos e potencialmente no debelar de algumas das fragilidades deste grupo de países.

2.3.4 Mercado Interno Reduzido

Uma outra característica de um PEID é a estreiteza do mercado interno[63] e suas implicações. Populações pequenas e dispersas estão associadas a altos custos de produção, fornecimento e transação de muitos bens e serviços, incluindo relativos a administração e infraestrutura (especialmente energia, comunicações e transportes), o que pode ser um fardo para o setor público, propenso a terem gastos maiores em comparação a outros Países em Desenvolvimento (PED) com nível de rendimento semelhante (OECD, 2018a, Read, 2010, p.5). Outrossim, mercado interno pequeno aliado a uma base de recursos naturais limitados subjaz uma economia pouco diversificada, o que limita a produção em grande escala[64] e reduz o escopo do investimento público e privado, com impactos concomitantes no crescimento económico e na criação do emprego, bem como no custo de vida para os residentes (Deidda, 2016; OECD 2015).

---

[62]Financiamento misto*, i.e.,* combinação de diferentes fontes para financiamento de investimento com impacto no desenvolvimento dos PED.

[63]Além de ser diminuto é imperfeito, porquanto a pequenez não impede as pequenas empresas de serem monopólios ou oligopólios em termos do mercado local, com prejuízo para a concorrência e consequentemente para a competitividade. Também a regulação pode ser complicada se o monopólio for exercido por um investidor externo poderoso.

[64]No entanto, Ramondo et al. (2016) ao analisarem a questão da pequenez e economias de escala, concluíram que as pequenas economias têm a mesma probabilidade de suceder economicamente do que as grandes, sobretudo quando adicionados os ganhos de geração de conhecimento na equação do desenvolvimento. Por conseguinte, as pequenas economias têm a mesma probabilidade de conseguir elevado rendimento do que as grandes.

De facto, a demanda interna inadequada faz com que as empresas (Pequenas e Medias) operem abaixo da escala considerada minimamente eficiente, causando altos custos de produção no setor manufatureiro, bem como no setor dos serviços e nas principais concessionárias de serviços públicos (Deidda, 2016). Isso tem implicações importantes nas estruturas setoriais, no potencial de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) local e na política de concorrência doméstica, uma vez que afeta a competitividade das empresas locais e as exportações para os mercados regionais e globais, resultando no aumento não só dos custos de produção, mas também de vida dos residentes (*idem*).

Com efeito, num mercado diminuto, a procura é insuficiente para permitir que as empresas gozem dos benefícios da especialização/divisão de trabalho, o que se repercute negativamente na eficiência/produtividade e frequente inovação do processo e do produto. Em razão disso as empresas nacionais têm dificuldades em competir com as estrangeiras, inclusive no próprio mercado interno. Em outras palavras, os mercados tendem a ser pouco competitivos e as empresas, além de serem *price-takers*[65]*,* não sofrem as pressões de eficiência e do crescimento dos mercados competitivos[66]. No entanto, as pesquisas de Alesina e Spaloare (2003) demonstram que a relação entre o tamanho do país e seu sucesso económico, medido através do crescimento e rendimento *per capita*, depende do regime comercial. Segundo estes autores, países pequenos podem prosperar num mundo de comércio livre, se adotarem políticas abertas, enquanto num mundo de restrições, países maiores levam vantagem, na medida em que têm mercados internos maiores.

A lógica aqui é que a dimensão do mercado de um país, ou seja, o número de indivíduos a interagirem numa dada economia, depende da abertura do país ao comércio internacional. Um país pequeno integrado na economia mundial tem o mundo como o seu mercado. Estes autores vão ainda mais longe, afirmando que se as fronteiras políticas não delimitassem as transações económicas, o tamanho duma Nação não interferiria com o seu crescimento (*op. cit*., pp.3-6). Por sua vez, Easterly e Kraay (2000) argumentam que as vantagens de crescimento económico por causa da

[65] Não tem capacidade de influenciar o preço.

[66] O que obsta à produção em larga escala (consequentemente o custo por unidade tende a ser elevado) e, em última análise, o desenvolvimento de novas tecnologias orientadas para o mercado interno fica também comprometido.

abertura (ao comércio e investimento) superam as desvantagens em termos de volatilidade do comércio. A abertura ao comércio, ao alargar o mercado interno das pequenas economias, pode potencialmente permitir-lhes desenvolver economias de escala num maior número de empresas, ao passo que a abertura ao investimento permite que as pequenas economias aumentarem seus níveis de investimento e potencialmente compensar alguns dos problemas causados pelas suas baixas taxas de poupança interna (Lederman & Lesniak 2018, p.4).

Similarmente, a Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento[67] que teve lugar em Monterrey, em 2002, reconheceu que a liberalização do comércio pode e deve beneficiar os PED, através da promoção do crescimento, geração de emprego e aumento dos rendimentos das trocas internacionais (UNDESA, 2002). No entanto, advertiu que os principais beneficiários da liberalização têm sido os Países Industrializados e Países de Rendimento Médio Alto (*idem*). Daí que as NU recomendaram, entre outras medidas, que se garanta acesso ao mercado para produtos dos PED e se aborde as questões do abuso de medidas antidumping - enquanto barreira às exportações - e o impacto das barreiras não tarifárias (UNGA, 2005). Recomendaram ainda que se facilite a adesão dos PED e PMA à Organização Mundial do Comércio (OMC) e se apoie a capacitação e assistência técnica daqueles países (*idem*).

Mesmo reconhecendo alguma vantagem relativa dos PE em relação aos países de maiores dimensões no que diz respeito à abertura ao comércio, nada garante que aqueles países possam usufruir deste suposto benefício, porquanto é exigível que, no mínimo, sejam competitivos para poderem usufruir da vantagem da integração na economia mundial. Por outro lado, não se pode descurar os estudos sobre os efeitos perversos da liberalização e desregulação que desmistificam diversos mitos sobre o desenvolvimento[68], como os de Chang e Grabel (2004), que puseram a descoberto algumas lacunas e falácias intrínsecas do sistema neoliberal. Para estes autores, a importância da argumentação histórica atinge aqui a sua evidência máxima, demonstrando factualmente a distância entre a retórica e a realidade. Tome-se, por

[67] A primeira reunião das NU do nível de Cimeira sobre questões financeiras e relacionadas com o desenvolvimento global.

[68] Entre outros autores, ver proveitosamente: Chang (2002a, 2002b, 2002c); Lal (1985); Rodrik (2002); Stiglitz, (1996) e Strange, (1998).

exemplo, os mitos que dizem respeito ao compromisso dos Países Desenvolvidos (PD) com o Mercado Livre e às virtudes ou sucessos do neoliberalismo (*op. Cit., pp.*7-24). É constatada a valência intervencionista no passado e no presente, aos níveis da política industrial, comercial e financeira. Mesmo no caso dos adeptos mais fervorosos da desregulamentação e liberalização, como os E.U.A., são facilmente observáveis as medidas intervencionistas usadas. Em contextos de fragilidade económica sectorial (nacional), não têm sido poupados esforços para proteger os segmentos mais suscetíveis. Torna-se ainda mais notável, em contextos de crise, a urgência dos Estados em atuar intensamente na economia (real ou financeira), de forma a colmatar prejuízos, quebras de confiança e a promover a estabilidade. Atente-se, nomeadamente, à injeção de capitais na indústria da aviação comercial, após o 11 de Setembro de 2001. Lucas (2019) calculou que o custo direto total do resgate nos EUA associado à crise financeira de 2008 foi da ordem de US$ 500 bilhões, ou seja 3,5% do PIB em 2009. Numa era em que o capitalismo se tornou uma aposta aliciante e a economia financeira tende a triunfar sobre a real, os Estados de matriz mais neoliberal vêem-se de forma mais incisiva à mercê dos efeitos nefastos da desregulamentação, da liberalização dos movimentos de capitais e das acrobacias imprudentes da especulação.

Daí que, um dos desafios da definição e implementação de políticas públicas que promovam a internacionalização é criar uma espécie de externalidade internacional positiva entre as políticas públicas internas e os movimentos de internacionalização, se se quer construir uma competitividade sustentável. Pese embora as eventuais vantagens da integração dos PEID na economia mundial, a mesma deve ser acautelada e não feita de forma voluntarista. Também não deve ser descurado o papel do Estado, do Mercado e das Instituições complementares, por forma a que se minimize os prejuízos e maximize as benesses, já que o Estado deve ter um papel proactivo no balanceamento do mercado, com uma gestão consecutiva das suas falhas intrínsecas.

2.3.5 Economia Excessivamente Aberta

Os PEID ao terem um elevado índice de concentração de exportação e serem dependentes de importações estratégicas, ficam expostos ao comércio internacional e volatilidade financeira, o que os torna vulneráveis economicamente e especialmente suscetíveis aos choques externos (Briguglio et al., 2009, Briguglio & Galea, 2002, p.2),

embora tenham uma capacidade restrita de prevenção ou recuperação das crises económico-financeiras. Pelo facto de grande parte da atividade económica dos mesmos estar relacionada com exportações e importações, mesmo interrupções ténues nos mercados mundiais – como, por exemplo, flutuações da procura e dos preços das exportações, quer de mercadorias, quer de serviços – podem ter um grande impacto nas suas economias. Ainda, a grande abertura ao comércio faz com que essas economias sejam mais dependentes das receitas aduaneiras do que os países de dimensões maiores e eventual redução destas receitas, em razão da liberalização do comércio externo, pode levar a uma queda das receitas fiscais que nem sempre é fácil compensar a curto prazo, através do aumento de outros impostos, criando um potencial problema de aumento da dívida[69].

Entretanto, existem exceções que permitem inferir que uma grande exposição aos choques externos não seja fatal para pequenas economias, porquanto mesmo nestas condições há países que conseguiram manter um nível elevado do PIB[70] *per capita*. Briguglio (2003 in Briguglio et al., 2009, pp.229) classificam esta particularidade de "paradoxo de Singapura"[71], argumentado que isso é possível quando tanto o governo, como o sector privado levam a cabo ações e políticas de edificação de resiliências. Tanto para resistir aos choques externos, como para recuperar dos seus efeitos adversos Briguglio et al. (2009) identificam quatro componentes do índice de resiliência, quais sejam: estabilidade macroeconómica, eficiência do mercado microeconómico, boa governação e desenvolvimento social.

Por seu lado, Read (2010) enaltece sobretudo as políticas relativas à construção de mecanismos de combate aos choques externos e volatilidade do crescimento, incluindo o impacte das mudanças climáticas que requerem políticas adequadas para a estabilização das receitas e da dependência de importação estratégica. Para este autor é igualmente crucial o desenvolvimento de capacidades no sentido da diversificação da qualidade e quantidade da produção, agregando valor às exportações,

[69] Resultante de sua limitada base de recursos para gerar receitas, fraca capacidade de mobilizar receitas fiscais internas, altos custos de prestação de serviços públicos com poucos retornos de escala e alta vulnerabilidade a choques externos de vários tipos, em geral, os PE têm elevadas e insustentáveis dívidas, o que, por sua vez, faz com que esses países enfrentem dificuldades para obter novos financiamentos privados (e públicos) (WB, 2017, p.13).

[70] Produto Interno Bruto.

[71] Alusivo ao crescimento extraordinário deste país, apesar de ser insular e considerado pequeno.

não só através de inovação tecnológica, como também através da absorção de tecnologias existentes (*idem*). Santos-Paulino (2011, p.866) defende que, por causa das suas fragilidades, os PEID[72] devem adotar políticas de gestão de riscos para lidar com a volatilidade agregada (*i.e.*, os termos de troca, o sistema financeiro, os fluxos de capitais internacionais, a política fiscal e sistema de política monetária e cambial) que devem incluir a diversificação da carteira internacional, auto seguro - com base em fundos de estabilização - e auto proteção, consistindo principalmente na diversificação do comércio e do pacote de políticas comerciais adequadas, quais sejam impostos e subvenções comerciais (vide igualmente Lederman & Lesniak 2018 e Collier et al., 1999).

2.3.6 Fragilidade Ambiental e Climática - Impacto das Mudanças Climáticas

A vulnerabilidade ambiental e climática dos PEID não só é amplamente reconhecida pela comunidade internacional[73], como também é objeto de inúmeros estudos[74], incluindo os do IPCC[75]. Pese embora o facto de contribuírem de forma marginal para as alterações climáticas - considerando que eles são responsáveis por menos de 1 por cento de emissões globais de gases de efeito estufa (Watson et al., 2016, p.1; UN-OHRLLS, 2015, p.6) - os PEID têm uma capacidade limitada de responder e de se recuperar de eventos extremos, sobretudo no que diz respeito aos recursos humanos e financeiros tanto para avaliar os riscos como para planear respostas apropriadas (Thomas et al., 2020; Thomas & Benjamin, 2018; Moncada et al., 2018; Scandurra et al., 2018). Cerca de 65 milhões de pessoas e 20% da biodiversidade global sofrem com os impactos nocivos das mudanças climáticas nos PEID (UNDGC, 2019). Ademais, a limitação de recursos daquele grupo de países pode

[72]Sobretudo tendo em conta a alta variabilidade da oferta e da procura, baixa elasticidade dos preços das exportações, especialização excessiva de produção e comércio (centrado principalmente numa ou duas mercadorias) e alta taxa de concentração de exportação para determinados mercados.

[73]Vide UNFCCC, 1992; UNFCC, 2015 e SAMOA Pathway, 2014, entre outros documentos/acordos multilaterais.

[74] O Relatório do risco mundial de 2020 classificou oito PEID entre os 10 países em maior risco de desastres naturais, principalmente extremos eventos climáticos (Behlert, et al., 2020).

[75] Para um entendimento cabal dos efeitos das mudanças climáticas, as tendências atuais e perspetivas futuras, ver os relatórios (https://www.ipcc.ch/reports/) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (sigla em inglês IPCC: *United Nations Intergovernmental Panel on Climate Change)* que foi criado pelas Nações Unidas para avaliar a ciência relacionada com as alterações climáticas.

ser exacerbada pela necessidade de muitas vezes terem de desviar recursos de programas públicos existentes[76] para dar resposta a problemas relacionados com a emergência climática. Isso, por sua vez, pode levar a maiores restrições de meios, afetando negativamente a capacidade de resposta a desastres e destacando o efeito negativo das alterações climáticas no desenvolvimento sustentável dos PEID, incluindo no que se refere ao planeamento urbano, uso da terra, extração de recursos naturais e gestão da água (Bambrick, 2018; Kelman, 2014).

Devido à sua geografia e localização geográfica, os PEID já vivenciam os riscos associados ao aumento global da temperatura, enfrentando riscos significativos de eventos como tempestades, ciclones tropicais, inundações e processos mais lentos, incluindo a subida do nível do mar, erosão costeira, mudanças no ciclo global da água, ondas de calor marinhas e acidificação dos oceanos[77] que vão continuar a se intensificar à medida que as temperaturas globais aumentam (IPCC, 2019; IPCC, 2018ª; UN-OHRLLS, 2015). Mais especificamente, refere-se a inundações marinhas de áreas baixas, branqueamento de corais[78], intrusão salina em sistemas terrestres, ecossistemas degradados, mudanças de espécies, perda de habitat, doenças induzidas pelo clima, bem como vítimas e danos causados por eventos extremos (OHRLLS, 2015), incluindo calor extremo e seca. Embora os padrões variem entre as ilhas, muitos PEID enfrentarão secas crescentes e níveis reduzidos de precipitação anual à medida que as temperaturas globais aumentam, levando à escassez de água fresca, (Karnauskas el al., 2018). Também, ondas de calor marinhas aumentaram de duração e intensidade desde o início de 1980 e espera-se que continuem a agravar-se, bem como prevê-se que o oceano se torne ainda mais quente, mais acidificado e menos oxigenado (*idem*), o que resultará em alta exposição dos recursos marinhos a essas mudanças. Ainda, as mudanças climáticas antropogénicas têm aumentado os níveis de

[76] Como programas que promovem o desenvolvimento sustentável e a adaptação.

[77] Mudanças nas características dos oceanos, como acidificação e aquecimento, concomitantemente com as atividades humanas, levaram à perda de quase 50% das zonas húmidas costeiras em todo o mundo, enquanto as espécies marinhas estão diminuindo e/ou se afastando dos trópicos em direção aos polos, levando, por sua vez, a mudanças na estrutura do ecossistema (IPCC, 2019).

[78] A perda dos recifes de corais está a ter um impacto particular nas pescas nos PEID, com o peixe se tornando mais escasso e causando desafios à governança da pesca e à regulamentação da mesma entre as jurisdições nacionais (Thomas et al., 2020).

precipitação, a rapidez dos ventos, a intensidade dos ciclones tropicais e outras tempestades (IPCC, 2018b).

A nível económico[79], as próprias características que tornam o PEID único, contribuem para aumentar a sua vulnerabilidade em relação aos desafios climáticos. Setores críticos para as economias nacionais de muitos PEID – como turismo, pesca e agricultura – dependem das condições ambientais e, portanto, são afetados por quaisquer mudanças no meio ambiente (Mycoo, 2018; Monnereau, 2017). Também, espera-se que as mudanças climáticas tenham impactos negativos nas propriedades costeiras e seu valor através da perda e danos causados pelo aumento do nível do mar, aumento da intensidade das tempestades, inundações e outros eventos extremos, particularmente em PEID tropicais (IPCC, 2019).

Outrossim, devido às suas pequenas economias e populações reduzidas, um único desastre de grande escala pode resultar em danos de proporções nacionalmente significativas (Mycoo, 2018).[80] Essa situação é exacerbada pelo facto de os programas de adaptação terem financiamento limitado, o que ameaça a sustentabilidade de longo prazo de projetos de edificação de resiliências (Baldacchino, 2018; Nunn, 2018). Por outro lado, a escassez de água doce como consequência de eventos climáticos extremos (como furacões, inundações e secas) afetarão grande parte da população cujos meios de subsistência dependem da produção agrícola de alto valor como banana e plátanos, (Karnauskas el al., 2018; FAO, 2014).

Espera-se ainda que as alterações climáticas aumentem os riscos para a saúde humana (IPCC, 2018b). Particularmente preocupante para os PEID é o risco crescente de doenças transmitidas por vetores (mosquitos e carraças), incluindo malária e

[79] Prevê-se que os riscos económicos ligados às mudanças climáticas para os PEID serão maiores do que a média global, com perdas médias anuais projetadas, até 2030, entre 0,75% e 6,5% do PIB para os PEID do Pacífico em comparação com a média global de 0,5% (UN-OHRLLS, 2015).

[80] Por exemplo, em 2017 o furacão Maria resultou em danos de mais de 225% do PIB anual de Dominica (Government of Dominica, 2018). No Pacífico, o custo económico estimado do ciclone Pam (2015) em Vanuatu em todos os setores foi de aproximadamente 64% do PIB do país e em Fiji, o ciclone Winston (2016) deslocou mais de 130.000 pessoas (Thomas et al., 2017). Também furacões recentes no Atlântico Irma (2017), Maria (2017) e Dorian (2019) foram tempestades extremas que exibiram uma rápida intensificação antes de atingirem a costa, causando grandes danos em vários PEID do Caribe. Em Vanuatu, houve um período relativamente curto entre a categoria 5 Tropical Ciclones Pam (2015) e Harold (2020), cada um deles causaram danos equivalentes a 70 por cento o PIB do país (Governo de Vanuatu, 2015; Governo de Vanuatu, 2020 conforme citado em UNCTAD, 2021).

dengue, com possíveis mudanças na sua distribuição geográfica, estações de transmissão (podendo vir a ser mais prolongadas) e taxas de picadas (UN-OHRLLS, 2015, Hoegh-Guldberg et al., 2019). Há também um risco elevado de doenças transmitidas por alimentos e água, como a cólera, com a possibilidade de mudança na distribuição geográfica e sazonal (Thomas et al., 2020). A desnutrição decorrente da redução da produção de alimentos também é esperada devido ao aumento das temperaturas, mudanças na precipitação e aumento na frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos (UN-OHRLLS, 2015). Esses riscos adversos à saúde serão particularmente agudos em sociedades de baixa e média renda, que incluem PEID. Espera-se que temperaturas mais altas afetem adversamente a saúde de alguns habitantes da ilha que já sofrem com ondas de calor e surtos associados de doenças transmitidas por vetores (*Idem*). Por fim, devido à relativamente pequena variabilidade natural das temperaturas nos PEID tropicais, há ainda o potencial para riscos elevados à saúde humana decorrentes do aumento das temperaturas médias (IPCC, 2018b).

O maior aliado dos PEID, além da contínua advocacia para que a temperatura global não ultrapasse os 1,5 graus Celsius, é a edificação de resiliência face aos choques ambientais, por meio do desenvolvimento de programas e projetos de adaptação. Estes devem fazer parte do planeamento a longo prazo, alinhando-se com os valores socioculturais e as prioridades de desenvolvimento, e sendo sustentados por processos inclusivos que envolvam ativamente as comunidades. Deve haver ainda uma abordagem programática – ou seja, uma estrutura prática que pode ser usada para projetar programas que incorporem vários aspetos da gestão de riscos de desastres (por exemplo, alerta precoce e preparação, resposta, recuperação, proteção social e financeira) com resiliência climática (por exemplo, planeamento espacial baseado em riscos e investimentos que incluem riscos de mudanças climáticas de longo prazo) como parte do desenvolvimento (World Bank, 2017, p.11). Considerando que, entre 2003 e 2021, foram aprovados 437 projetos no âmbito dos fundos climáticos multilaterais (sem contabilizar as ações bilaterais), num montante total de 2,3 mil milhões de dólares, o financiamento climático revela-se não apenas crucial para o reforço da resiliência e para a mitigação das vulnerabilidades dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) - potenciando investimentos nos domínios da agricultura, biodiversidade, infraestruturas e energias renováveis (Watson et al., 2022) - , mas também como um instrumento determinante para o financiamento do próprio

desenvolvimento destes países. Betzold e Weiler (2017) concluíram que os países mais expostos aos efeitos das mudanças climáticas receberam mais ajuda para adaptação, embora o financiamento climático global seja ainda fragmentado (vide também Pickering et al., 2017).

Tendo em conta que o nível atual de mitigação e as limitações das medidas de adaptação (inclusive limitação financeira), os PEID serão, em muitos casos, gravemente afetados pelas alterações climáticas, pelo que, em última instância resta a possível compensação por Perdas e Danos no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC, sigla em inglês) e do Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas.

Os desafios tradicionais/estruturais dos PEID são ainda agravados por desafios novos/renovados e emergentes no passado recente, quais sejam: a perda mais rápida do que o previsto da preferência pelas exportações tradicionais, o que reforça a necessidade conexa e premente desses países diversificarem a sua atividade económica; uma subida rápida dos encargos da dívida para muitos deles; suscetibilidades ambientais acrescidas; maiores preocupações com o desemprego juvenil, a segurança e a criminalidade; a pandemia do HIV/SIDA, bem como a pandemia de COVID-19 e a Guerra na Ucrânia.

2.3.7 Consequente Vulnerabilidade

Os condicionantes/fragilidades supra elencados podem traduzir-se em vulnerabilidades económica, ambiental, institucional e social[81], que constituem desafios sérios para o desenvolvimento dos PEID e merecem a devida atenção quando se pretende criar resiliências. O elevado grau de abertura, a forte dependência de parceiros globais através do comércio, turismo, remessas, serviços financeiros, APD (incluindo financiamento concecional, eventos climáticos extremos e outros desastres externos - resultando na perda de vidas, meios de subsistência e infraestrutura –

[81]O rápido crescimento populacional na maioria dos PEID cria dificuldades no fornecimento de serviços básicos e oportunidades de emprego e a dispersão espacial de alguns agrupamentos de ilhas afeta a capacidade do governo de fornecer serviços públicos, aumentando seus custos relativos (OCDE 2015). Em contrapartida, os PEID possuem estruturas demográficas e sociais mais modernas que a média dos PED, como podem atestar as taxas (menores) de mortalidade e natalidade e os índices (maiores) de esperança de vida da população, bem como a maior facilidade para assimilar novas mudanças sociais, adotar inovações e absorver tecnologias (Sarmento,2019).

traduzem-se numa vulnerabilidade crónica e multifacetada dos PEID, incidindo particularmente na volatilidade do rendimento nacional, na competitividade e no acesso ao capital externo.

A significativa volatilidade do crescimento, muitas vezes associada ao impacto de desastres naturais e outros choques exógenos e à fraca gestão fiscal contribuíram para a acumulação substancial de dívidas[82] em muitos destes países (Banco Mundial, 2021). Os rácios da dívida pública em relação ao PIB dos PEID são, em média, superiores aos de outros PED, mas variam significativamente entre os países[83]. Outrossim, a crise do COVID-19, aliada às necessidades crónicas de adaptação às mudanças climáticas, contribuíram para aumentar a dívida em muitos PEID, ameaçando um desastre total da dívida (UNCTAD, 2021, p.16; Terauds & Zhuawu, 2021) e aumento da vulnerabilidade destes países, sobretudo se não houver, a médio e longo prazo, a reestruturação das dívidas e um novo arranjo para aceder ao financiamento concessionário e APD.

Os PEID foram duramente atingidos pela crise financeira global de 2008-2009, da qual eles não haviam se recuperado totalmente quando a Pandemia de COVID-19 mergulhou a economia global em recessão (UNCTAD, 2021) que esta sendo exacerbada pelos impactos da guerra na Ucrânia[84]. Embora tenham até agora conseguido conter as consequências para a saúde da pandemia de COVID-19, os PEID estão entre as economias em desenvolvimento mais atingidas em termos económicos e fiscais: em 2020, seu PIB caiu 6,9% contra 4,8% em todos os outros PED (OECD, 2021). Isso é principalmente devido a contrações globais em dois setores da economia oceânica que são fundamentais para muitos destes países: turismo e pesca. Esta crise foi amplificada pelas vulnerabilidades estruturais dos PEID, como dependência excessiva de um ou dois setores económicos, altos déficits fiscais e elevados níveis de

[82]Também, em comparação com outros Países em Desenvolvimento, os PEID dependem mais do Apoio APD e remessas, enquanto os fluxos financeiros privados (nomeadamente empréstimos bancários e investimento direto estrangeiro) representam uma parcela menor do financiamento externo total do que em outros lugares (OCDE, 2015).

[83]Desde um dígito (Tuvalu e Timor-Leste) até mais de 100 por cento (Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Butão, Cabo Verde, Dominica, Maurício e Suriname) até o final de 2021 (Banco Mundial, 2021).

[84]Recentes projeções da UNCTAD (2022) estimam que a economia mundial crescerá menos um ponto percentual abaixo do esperado devido a esta guerra, que já está a perturbar gravemente a segurança alimentar, energia e mercados financeiros (Vide também UN, 2022).

dívida pública, bem como constrangimentos significativos à mobilização de financiamento público e privado (*idem*). Daí que os PEID sentiram profundamente essas contrações relacionadas com a pandemia, que afetaram turismo e comércio, minando suas principais fontes de divisas, produtos básicos e emprego, e lançando um grande número de pessoas na precariedade e insegurança alimentar (UNCTAD, 2021) e exacerbando a sua vulnerabilidade.

Entretanto, a ligação entre a vulnerabilidade[85] e o crescimento não é consensual. Estudos empíricos de Armstrong e Read (2002) demonstram, inclusive, que há uma correlação positiva entre "vulnerabilidade" (de acordo com o índice de vulnerabilidade de Briguglio[86]) e o crescimento dos países pequenos[87]. Com base nas suas descobertas, estes autores criticam as análises conceptuais que têm sido desenvolvidas a respeito dos pequenos Estados, afirmando que o índice de vulnerabilidade está mal especificado. Armstrong e Read (2006, 2004b) defendem ainda que ser pequeno e arquipelágico (inclusive quando se é montanhoso) não implica necessariamente uma má performance económica. Com efeito, a exiguidade territorial incorpora algumas vantagens e inclusive alguns dos aspetos considerados pontos fracos podem igualmente constituir uma mais-valia. Tome-se por exemplo a questão do isolamento que, associado à pequenez, ao sol e belas praias, do ponto de vista turístico, constituem uma receita perfeita para o sucesso (vide também: Baum, 1997; Butler, 1993; Gossling, 2003; Peron, 2004; Sheller, 2003).

Além do mais, a pequenez facilita a coordenação do desenvolvimento do turismo, propiciando a inovação e adaptação, consoante a procura e novas prioridades (vide ainda: Croes, 2006; Streeten, 1993). Essa possibilidade de fácil reajustamento pode ser igualmente transportada para outras áreas quando as políticas e investimento não respondem às reais necessidades do desenvolvimento do país. Scheyvens e

[85]De realçar, no entanto, que apesar dos progressos registados em diversas áreas (género, saúde, educação e meio ambiente) os PEID progrediram menos do que a maioria das outras economias em termos de crescimento económico, redução da pobreza e da sustentabilidade da dívida (Sarmento, 2008).

[86]Sobre isso ver: Briguglio (1995, 1997 ou ainda 2003). O Índice de Vulnerabilidade original de Briguglio (1995) cataloga 114 Estados, utilizando as variáveis dimensão, insularidade, isolamento e suscetibilidade de ocorrência de desastres naturais, tendo em conta, respetivamente, a abertura ao comércio, a proporção dos custos de transporte no comércio e os custos dos desastres naturais.

[87]Sobre uma abordagem mais positiva na análise dos PEID, sobretudo na perspetiva económica, ver ainda: Armstrong & Read (2000) Baldacchino (2005); Easterly & Kraay (1999).

Momsen (*2008*) destacam ainda a facilidade que os PEID têm em criar uma marca própria que os permita conquistar nichos específicos de mercado. Armstrong e Read (2006, p.80 e 1998, p.570) sublinham o forte capital social, cultural e natural existente em muitos PEID, que também constituem impulsionadores importantes para o turismo e a economia. Estes dois autores (*idem*, p. 13) apontam ainda como ponto forte dos PEID o respeito pela abordagem holística e tradicional do desenvolvimento, patente em muitos destes países, que contrapõe à doutrina neoliberal, ao evidenciar a importância da cultura, bem-estar espiritual, preocupação com o meio ambiente e gerações futuras, ao invés de priorizar a vertente puramente económica. Baldacchino (2005, pp.35–36), por sua vez, frisa as fortes ligações internacionais dos PEID, corolário da intensidade de trocas com outros países e do movimento de pessoas de e para essas Ilhas. Também os PEID têm força política (analisada com mais acuidade no segmento sobre a política externa a seguir) que normalmente não é facilmente percecionada pelo facto de as relações internacionais serem dominadas pelos chamados Estados fortes e poderosos ou quando a análise deixa de lado a posição geoestratégica destes países e seu potencial na resolução de conflitos regionais.

Os PEID não só podem aproveitar as suas vantagens relativas, como também adotar estratégias[88], políticas e medidas que galvanizem o crescimento e a diversificação económica e sejam conducentes à edificação de capacidades produtivas e resiliências necessárias para suportar um processo de transformação estrutural e sustentável que explore inteligentemente as sinergias entre os setores público e privado. Como estratégia de longo prazo para aumentar a sua competitividade em áreas, como por exemplo, da tecnologia financeira, negócios de terceirização e design, os PEID, com base nas suas vantagens comparativas, podem e devem impulsionar o desenvolvimento de setores cruciais e conexos, mas que carecem de mais dinamismo como P&D, desenvolvimento do capital humano, inovação e governança, que permitem que empresas e trabalhadores inovem e se adaptem ao ritmo acelerado da mudança tecnológica e às mudanças nas cadeias globais de valor (UNCTAD, 2021, pp.28-29). As etapas intermediárias para essa estratégia de longo prazo podem incluir o investimento em novas tecnologias em setores bem estabelecidos dos PEID, o que

[88] Que podem ser a combinação de quatro estratégias de desenvolvimento económico, lideradas por sectores importante para os PEID, a saber: manufatureira, de serviços, bem como a agricultura e variantes extrativistas baseada em recursos naturais (UNCTAD, 2021)

pode incluir, por exemplo, agricultura de precisão ou parcerias público-privadas com os principais consumidores de energia para construir capacidade de geração de energias renováveis (*idem*).

Ainda, segundo Briguglio *et al.* (2006), o sucesso dos PEID depende do acelerar do processo de reforma, incluindo a criação de um clima propício ao investimento, melhoria da qualidade de segurança e dos recursos humanos, bem como o reforço da cooperação regional, a construção de resiliência ambiental e outros mecanismos especificamente concebidos para compensar as suas vulnerabilidades e melhorar a qualidade da assistência internacional. Jayaraman (2008, pp.46-47), por sua vez, identifica, um conjunto de medidas e políticas que os PEID devem levar a cabo para criarem resiliências, quais sejam: consolidação fiscal, liberalização financeira, promoção da competição nacional e promoção da competitividade internacional, utilização eficiente da ajuda, redução dos desperdícios e ineficiências e prevenção da corrupção, encorajamento do IDE e melhoramento da gestão do desastre.

O turismo é também considerado uma opção viável e uma das atividades mais resilientes a nível mundial (Sarmento, 2019) sobretudo para as regiões insulares que oferecem boas praias e bom clima[89]. Para a maioria dos PEID, o turismo é um setor chave para a sua economia, em mais de metade é a fonte mais importante de divisas e para muitos, o principal motor do crescimento e a fonte de procura de recursos naturais, infraestrutura e serviços (Hampton, & Jeyacheya, 2020). Ainda, segundo Sarmento (2019, p.42), para as ilhas que escolhem este sector como motriz do crescimento económico, paralelamente ao desenvolvimento do turismo, também se assiste à criação de centros financeiros offshore e das zonas francas com resultados encorajadores. Entretanto não se pode descurar a necessidade de se desenvolver um turismo que respeite a cultura e a população locais e também não exerça pressão excessiva sobre o ambiente e os recursos energéticos.

[89]As descobertas empíricas de McElroy (2006, p.61) sugerem que as pequenas ilhas turísticas bem-sucedidas representam um caso especial de desenvolvimento insular e uma alternativa à migração, remessas Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Contudo, a especialização no turismo como uma opção para o desenvolvimento económico é criticada por alguns estudiosos e decisores políticos, por causa do seu impacto negativo na comunidade e ambiente (Hampton & Jeyacheya, 2020). Também é um sector muito vulnerável à envolvente externa, nomeadamente conflito armado, mudanças nas preferências dos consumidores dos países desenvolvidos e poder das companhias multinacionais.

Há ainda sempre algum espaço para políticas independentes e criação de nichos de mercado. Em geral, enaltece-se a pertinência da formação de recursos humanos com elevado grau de qualificação e a criação de condições para o desenvolvimento de uma economia baseada particularmente no conhecimento e na informação. Os PEID devem identificar e priorizar atividades de alto valor que não dependam de economias de escala ou proximidade geográfica de mercados, como oportunidades de nicho em *fintech*, negócios terceirizados ou design (UNCTAD, 2021).

Evidências empíricas[90] mostram que o facto de um PEID ser pequeno não é necessariamente um obstáculo ao desenvolvimento, já que existem países de pequenas dimensões com melhores performances económicas que países grandes. A pequenez pode representar vantagem como desvantagem. De facto, algumas características decorrentes da pequenez foram identificadas como vantajosas quais sejam: maior homogeneidade e coesão; consequentemente maior flexibilidade e tomada de decisão e eficiência; maior abertura à mudança; bem como ganhos do comércio internacional (vide ainda: Ashoff, 1989; Streeten 1996).

> *Microstates are like a canoe in the wide-open sea*
> *It can sail freely or be navigated with purpose*
> *It survives only if one has learned nature's challenges*
> *However, watch out for the wrath of the trickster giant*
> *Remember that canoe size matters not to safety*
> *For there will come a time when the waves are bigger*
> *Bigger than even the canoe to surely sink it because life*
> *Depends not on canoe size*
> *But on the magic of buoyancy* (Jonassen, 1999 in Connell, 2007, p.116)

Também, existem vários aspetos que constituem uma dimensão importante de qualquer esforço de desenvolvimento que podem compensar a diferença de tamanho e da insularidade. Estes incluem aspetos como o nível de desenvolvimento económico

[90] As análises descritivas de Taymoz (2009) mostram que o tamanho não obsta necessariamente ao desenvolvimento de um país, *i.e.* os países pequenos não são os mais pobres. Eles são, contudo, mais especializados em serviços e são mais abertos economicamente, as suas economias podem ser vulneráveis por causa da falta de diversificação e instabilidade, mas a "vulnerabilidade" não parece ter um impacto mensurável sobre o nível e crescimento do rendimento. Ver igualmente: Easterly e Kraay (2000), e Armstrong e Read (2003).

e humano, uma identidade cultural bem definida, coerência política[91] (UNCTAD, 2021), dotação e gestão eficiente dos recursos existentes, qualidade das instituições (Bräutigam & Woolcock, 2001) e a localização (Armstrong et al., 1998; Armstrong & Read, 2001, 2002 e 2004). PEID que estejam perto de regiões políticas e economicamente dinâmicas tendem a ter mais possibilidades de ter altas taxas de crescimento e níveis de rendimento. Ainda, tal como no caso do comércio, a mobilidade populacional é elevada nos países pequenos que têm um número considerável de concidadãos a viver em países estrangeiros, podendo a diáspora desempenhar um papel relevante no desenvolvimento do país de origem, através das diferentes remessas[92].

Concluindo, não obstante as idiossincrasias dos PEID, que aconselham que o processo de crescimento perfilhado pelos mesmos seja corolário do contexto cultural, histórico e da realidade social de cada um, resulta evidente que este grupo de países partilha algumas características que constituem sérios desafios[93] para o seu progresso[94] e precisam ser debeladas e sempre que possível transformadas em resiliências[95], capazes de impulsionar, de forma sustentável, o desenvolvimento destes Estados, assegurando o adequado desenvolvimento humano, a sustentabilidade ambiental e políticas económicas capazes de gerar externalidades com efeito positivo na promoção da igualdade e exclusão da pobreza em todas as localidades. A aposta

[91]Que realça a importância da boa governação, do capital humano e social como um elemento-chave na elaboração de políticas e criação de resiliência económica.

[92]Que podem ser traduzidas em remessas sociais (valores, comportamentos, relações sociais e ideias apreendidas pelos migrantes no país anfitrião e transportados para o país de origem), fluxos de recursos em produto e transferências monetárias que, pelo seu impacto na economia recetora dos PEID, devem ser tidos em devida conta nas políticas dos mesmos.

[93]Ver nomeadamente: Armstrong e Read (2003) e Horscroft (2005). Outrossim, as tendências económicas atuais de aumento do protecionismo, nacionalismo económico e aumento da incerteza estão exacerbando a falta de poder dos PEID (Briguglio, 2018).

[94] Se para a política externa pode-se ter a ilusão de ser pouco relevante ser pequeno ou pequeno e insular, o mesmo não se pode dizer quando se trata de estratégias de desenvolvimento a adotar, pois como se viu a insularidade acrescenta outras características às dos PE e, mais importante, vulnerabilidades que precisam ser seriamente acauteladas para não porem em causa a sustentabilidade do desenvolvimento.

[95]Há muitos fatores que podem impulsionar a resiliência económica dos Estados vulneráveis, incluindo: melhoria na competitividade económica, construção de um ambiente macroeconómico estável, melhoria na governação, diversificação económica para diminuir a excessiva dependência de um número reduzido de produtos exportáveis, melhoria das infraestruturas de comunicação e transportes (Briguglio & Galea 2002**,** p.8).

na valorização de recursos humanos[96], criação de um clima propício ao investimento que respeite o ambiente e o contexto destes Estados e que ponha ênfase na inovação constituem medidas e políticas que fazem grande diferença. A edificação de instituições fortes e que respeitem a história e o contexto específicos das Ilhas poderá ser uma mais-valia não só a nível interno, mas também relativamente ao aproveitamento das vantagens do mundo globalizado.

2.3.8 Algumas Implicações da Globalização

> *Globalization is not a phenomenon. It is not just some passing trend. Today it is an overarching international system shaping the domestic politics and foreign relations to virtually every country, and we need to understand it as such (*Friedman, 1999, p.7).

Embora seja desafiante elaborar uma definição definitiva que capture a complexidade do fenómeno da globalização, pode-se começar por explorar algumas aproximações a este conceito. As reflexões de Soros[97], Adda[98] e Baudrillard[99] revelam alguns dos aspetos que mais contribuíram para as transformações significativas não apenas nos sistemas económico, financeiro, político e de comunicações internacionais, mas também nos padrões culturais (ver ainda Clark, 2014). Apesar das diferentes

[96] Uma estratégia de desenvolvimento de capital humano pode alavancar os programas e infraestrutura de educação existentes, juntamente com a ampla penetração da internet, para treinar uma massa crítica de, primeiro, instrutores e pesquisadores para montar programas de treinamento técnico direcionados e, segundo, engenheiros e outros graduados (UNCTAD, 2021).

[97]Soros (2002) define a globalização como a livre circulação de capitais e o crescente domínio das economias nacionais por parte dos mercados financeiros e das grandes multinacionais. Ele defende que a globalização está desequilibrada, uma vez que o desenvolvimento das nossas instituições internacionais não conseguiu acompanhar o ritmo acelerado dos mercados financeiros globais. Enquanto a economia global avançava, as políticas ficaram para trás (idem).

[98]Para Adda (1996), a globalização representa uma transformação mais significativa do que uma simples continuidade. Segundo ele, a crescente integração das diversas partes que compõem a economia mundial confere-lhe uma dinâmica própria, que escapa cada vez mais ao controlo dos Estados, afetando elementos essenciais da sua soberania, como o controlo monetário e a gestão das finanças públicas. A mobilidade de dados, imagens e capitais, impulsionada pela revolução das comunicações, tornou obsoletas as noções de fronteira e território. Ao mesmo tempo, esta revolução promove a organização da produção numa base transnacional e favorece a globalização dos padrões de consumo (idem)

[99]Baudrillard (1994) sustenta que o ecletismo é o ponto zero da cultura contemporânea, onde se ouve reggae, se vê westerns, se almoça no McDonald's e se janta comida tradicional, se usa perfume parisiense em Tóquio e roupa retro em Hong Kong, e onde o conhecimento é transformado em matéria de concursos televisivos

esferas em questão, o ponto em comum que atravessa todas estas dimensões é a interdependência global, que este processo acentua, transformando o nosso planeta numa suposta aldeia global, onde as fronteiras se esbatem e tempo e espaço adquirem uma nova configuração, intensificando e acelerando as relações à escala mundial. Juntamente com estas características, estão também os impactos em áreas como o meio ambiente, a criminalidade, o direito, as instituições, as organizações e as migrações, entre outras.

O fator que mais terá moldado o ritmo e as dinâmicas desta mudança paradigmática foi, possivelmente, o progresso tecnológico impulsionado pela evolução dos transportes e das comunicações. Paralelamente, a globalização como a entendemos hoje foi grandemente facilitada pela ascensão, a partir do final da década de 70, das políticas de liberalização e desregulamentação económica. A adoção da ideologia neoliberal, fortemente alicerçada nas teorias neoclássicas e nas ideias monetaristas, foi amplamente abraçada por diversos países e instituições financeiras internacionais, nomeadamente as de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial - BM, e mais tarde a OMC). Este movimento teve um momento de expansão significativa com a queda do bloco soviético e a consequente hegemonia dos Estados Unidos. O que Soros (1998), citado por Conversi (2004), chama de fundamentalismo do mercado livre, manifesta-se de tal forma que as regras dos mercados internacionais substituem, ou, mais precisamente, se tornam as políticas governamentais.

Por outro lado, a implementação do conjunto de políticas do Consenso de Washington tornou-se a contrapartida condicional para a chamada integração e para a APD, num sistema que aparenta não ter alternativas. No entanto, embora a globalização seja apresentada como inevitável e como uma promessa de desenvolvimento, prosperidade, bem-estar, progresso tecnológico, paz e democracia - quase como uma panaceia universal - a realidade tem vindo a evidenciar efeitos menos positivos. Entre eles contam-se a degradação ambiental, o esgotamento e a apropriação de bens comuns, as crises financeiras e económicas recorrentes, a privatização de recursos públicos, os monopólios de propriedade intelectual[100], o

[100] Para os críticos da globalização, a proteção dos Direitos da Propriedade Intelectual só tem contribuído para aumentar o gap tecnológico entre o Norte e o Sul, uma vez que funciona como um entrave às inovações e sai muito caro aos países em vias de desenvolvimento. A intransigência dos interesses

agravamento das desigualdades na distribuição da riqueza global[101], a dificuldade de acesso ou o acesso restrito às tecnologias de informação e comunicação, ou a direitos humanos fundamentais, bem como a manipulação dos organismos internacionais pelas grandes potências, contornando o direito internacional (público ou privado) para, posteriormente, impor a *Realpolitik*, ou seja, a posição mais conveniente, quer em questões ambientais, comerciais, militares ou de guerra.

Segundo Baldwin e Martin (1999), a globalização, com as características que goza atualmente, começou com a revolução industrial, sendo possível distinguir duas vagas[102]. Estes dois autores advogam que, ao contrário do que é usual pensar, a segunda vaga não é uma evolução da primeira onda, antes tem uma dinâmica muito diferente. As semelhanças abarcam os rácios de comércio e fluxos de capital e a abolição de barreiras às transações internacionais. Uma das principais diferenças é que antes da primeira onda não havia grandes diferença a nível de desenvolvimento entre os vários países - o mundo era agrário e pobre - enquanto a segunda vaga começa tendo como pano de fundo uma grande dicotomia entre o Norte rico e industrializado e o Sul marcadamente pobre[103].

---

articulados àqueles direitos e a subordinação estatal às lógicas da produção multinacional dificulta a coordenação com políticas de desenvolvimento tecnológico nacionais, impedindo a criação de fluxos de externalidades positivas. Para uma análise aprofundada das consequências negativas da globalização vide Stiglitz (2007).

[101] Vide, por exemplo, Wade (2017). Na mesma linha, segundo Santos (2000), estima-se que a globalização favoreça apenas 1/3 da população mundial, enquanto 2/3 ficam de fora.

[102] As duas ondas de globalização representam períodos distintos de interconexão global. A primeira onda, que se desenrolou entre 1870 e 1914, foi catalisada pela Revolução Industrial, pelos avanços nas comunicações e nos transportes, bem como pela expansão colonial europeia. Este período culminou numa integração económica sem precedentes, caracterizada pelo aumento do comércio internacional, da migração e dos fluxos de capitais, sendo abruptamente interrompido pela Primeira Guerra Mundial e suas repercussões. A segunda onda emergiu no pós-Segunda Guerra Mundial, ganhando força nas décadas de 1980 e 1990, com o advento da revolução tecnológica, a liberalização dos mercados e a criação de instituições financeiras globais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Este fenómeno promoveu a consolidação de uma economia mundial interdependente e cada vez mais integrada financeiramente, refletindo um aumento significativo na circulação de bens, serviços e capitais a nível global. Segundo Robinson (2018), embora os benefícios da primeira onda de globalização (ou seja, 1870-1913) tenham recaído principalmente sobre os proprietários de capital no mundo industrializado, os ganhos da última onda de globalização foram distribuídos de maneira mais uniforme, resultando numa redução drástica nos níveis globais de pobreza.

[103] Embora a 2ª onda da globalização tenha permitido que alguns Novos Países Industrializados se juntassem ao restrito grupo de países com elevado rendimento e tenha possibilitado uma convergência entre os países mais ricos, a mesma não conseguiu evitar o crescente afastamento do continente africano do processo de desenvolvimento. À medida que o Norte consolidou o seu processo de Revolução Industrial, o Sul foi perdendo capacidade competitiva em termos industriais, o que resultou

O impacto da supressão das barreiras no comércio de bens e ideias destaca uma das principais diferenças entre as duas ondas de globalização. Alguns estudiosos, incluindo Baldwin e Martin (1999), argumentam que, em vários aspetos, o nível de integração económica e financeira alcançado até 1914 era, em certas dimensões, superior ao que observamos atualmente. De facto, no final da primeira onda de globalização, o mundo estava intrinsecamente interligado de maneiras que não podemos subestimar. No entanto, é igualmente verdade que a interdependência mundial tem evoluído de forma exponencial, onde as dinâmicas do comércio e do capital estão a ultrapassar as limitações políticas tradicionais. Esta crescente interdependência também tem fomentado transformações sociais significativas, permitindo o surgimento de Movimentos Sociais. Estes movimentos aproveitam as facilidades proporcionadas pela globalização para unir pessoas de diferentes partes do mundo, com o objetivo de expor e combater o que consideram os malefícios associados à globalização. A capacidade de mobilização e a disseminação de ideias através das plataformas digitais têm sido cruciais para estas iniciativas, refletindo uma nova era de ativismo global. Esta análise sugere que, embora as condições e contextos das duas ondas de globalização sejam distintos, o fenómeno da globalização continua a moldar a sociedade de maneira complexa e multifacetada, criando tanto oportunidades quanto desafios.

Neste contexto, as repercussões negativas da globalização têm dado origem a movimentos antiglobalização com uma abrangência global. Qualquer tentativa de caracterizar este fenómeno não pode descurar uma análise holística do que poderá significar a conceção de um mundo alternativo. Este holismo tem sido continuamente ampliado através da problematização decorrente da emergência de novos movimentos sociais, reivindicações, manifestações, inter-relações, aspirações, propostas e práticas. A contestação à globalização apoia-se, sobretudo, numa pluralidade de conteúdos e expressões que moldam as diferentes visões sobre a natureza e o destino do mundo, bem como sobre os modos de intervenção neste contexto. Parte-se do princípio de que esta análise crítica não se faz de forma automática, mas sim de forma ponderada e

numa especialização produtiva espacial, em que o Norte se especializou em produtos industriais e o Sul em produtos primários (Baldwin & Martin,1999).

consciente, incorporando o processo subjetivo de construção de sentido que cada indivíduo realiza e que lhe confere significado à sua experiência pessoal.

O movimento antiglobalização é, portanto, um fenómeno plural que se posiciona contra os impactos negativos da globalização neoliberal, criticando a sua tendência para exacerbar desigualdades socioeconómicas e desestruturar a soberania nacional em favor do capital global. A diversidade dos seus membros — de sindicalistas a ambientalistas, de anarquistas a defensores de direitos indígenas e críticos das privatizações — é uma das suas características mais marcantes. Esses grupos convergem na acusação de que a globalização dominante, orientada por princípios neoliberais, amplia a pobreza global e enfraquece o exercício pleno da cidadania, especialmente nas nações mais vulneráveis.

Entretanto, apesar das críticas e das ações visíveis do movimento antiglobalização, este tem enfrentado uma série de dificuldades em travar o avanço da globalização. É pertinente mencionar o conceito de desglobalização, que surge como uma reação ou contraponto ao processo de globalização, indicando um certo recuo da interdependência entre nações. Este fenómeno tem-se manifestado em medidas como o aumento das barreiras comerciais e restrições aos fluxos de investimentos internacionais, refletindo uma tendência de maior protecionismo económico em várias regiões do mundo. Autores como Witt (2019) e García-Herrero (2019) discutem as implicações da desglobalização, abordando como essas políticas podem impactar as dinâmicas comerciais e financeiras globais. O Banco de Pagamentos Internacionais (BIS, 2018) também contribui para esta discussão, analisando os efeitos da desglobalização no sistema financeiro internacional. Apesar dessas tensões e desafios, a desglobalização permanece um conceito em debate e o processo de globalização continua a moldar significativamente o cenário global, demonstrando que, mesmo diante de movimentos contrários, as interações internacionais ainda desempenham um papel crucial no desenvolvimento económico e social.

Assim, embora existam evidências que sugerem que o processo de globalização, incluindo o livre fluxo de comércio, capital e pessoas, estagnou desde a crise financeira global de 2008 (García-Herrero, 2019), o mundo permanece profundamente interligado[104]. Várias questões emergentes passaram a ser de âmbito global e a integrar

[104] Atente-se aos impactos globais da Pandemia de COVID-19 e da guerra na Ucrânia.

a agenda internacional. Um exemplo notório é o ambiente. A produção industrial desenfreada e o consumo excessivo de recursos escassos resultaram em perdas significativas tanto para a humanidade quanto para o planeta, tornando-se uma preocupação constante para ativistas e líderes mundiais[105].

É nesse contexto que emerge uma importante componente da segunda vaga da globalização: a ideológica. Mais especificamente, a ideologia dos vencedores da Segunda Guerra Mundial, alargada a outros Estados[106], traduz-se na defesa dos direitos humanos, da democracia, da paz, da liberdade individual e da igualdade entre os géneros, ao mesmo tempo que abraça os princípios do Consenso de Washington[107]. Esta vertente ideológica da globalização, caracterizada pela desregulação e liberalização, aliada ao desenvolvimento de infraestruturas tecnológicas, tem vindo a moldar os contornos da globalização financeira. Num universo onde a criação de novos produtos financeiros, facilitada pela circulação de capital e pela forte integração dos mercados financeiros, tornou os países cada vez mais interdependentes, eventos aparentemente insignificantes num mercado financeiro podem provocar impactos abrangentes em outros. Exemplos disso incluem a crise financeira do sudeste asiático de 1997[108] e a crise do *subprime* de 2008, cujos efeitos, especialmente em termos de desemprego, perduraram por muitos anos.

---

[105] Efetivamente, o aquecimento global, corolário da redução da camada de ozono, já atingiu proporções inaceitáveis e com consequências devastadoras sobretudo para os PEID. A poluição e esgotamento dos recursos hídricos, afetando a distribuição da água a nível mundial, elevação do nível do mar, destruição de recifes de corais, com consequências catastróficas para a sobrevivência de inúmeras espécies, destruição da Amazónia e a extinção de alguns animais, constituem casos paradigmáticos.

[106] Por vezes os Estados adotam estes princípios de forma voluntária e outras vezes são coagidos a fazerem-no, através de sanções ou condicionalismos de APD. Veja, por exemplo, as sanções dos EUA em relação a Cuba, as intervenções militares em Iraque, Líbia, Afeganistão, entre outros. Em relação aos Condicionalismos de Ajuda, os Acordos de Cooperação, quer a nível bilateral ou multilateral costumam tê-los. Um caso elucidativo é o Acordo de Cotonou entre a Africa e a Europa e AGOA (*African Growth and Opportunity Act*) dos EUA com o continente africano

[107] A doutrina “all size fits one’’ emanada do Consenso de Washington dificilmente resultaria positivamente para todos, tendo em conta, particularmente, que liberalização comercial acompanhada de altas taxa de juro pode levar a destruição de emprego e aumento de desemprego; liberalização financeira sem uma boa estrutura regulatória leva a instabilidade; privatização sem políticas de competição pode levar ao monopólio e consequente aumento de preço e austeridade fiscal seguida cegamente leva invariavelmente ao desemprego (Sobre a limitação das políticas neoliberais, vide textos de Stiglitz (2018, 1996), Chang e Grabel (2004), renomados autores sobre o tema em questão.

[108] A crise asiática de 1997, também conhecida como crise monetária do Sudeste Asiático, eclodiu na Tailândia com o colapso financeiro do Baht, quando o governo daquele país resolveu desacoplar a sua moeda do dólar, numa tentativa de tornar o câmbio flutuante, com o objetivo evitar a massiva fuga de capitais. Após o agravamento da situação em Tailândia, a crise se espalhou para o Sudeste Asiático e o

De todas as valências da globalização já referenciadas a económica é a mais abrangente, no sentido de incorporar, em si, várias outras componentes, nomeadamente a financeira, comercial, empresarial, migratório, ambiental e organizacional. A globalização económica traduz-se no processo pelo qual a economia nacional, de forma mais ou menos gradual, vai ficando cada vez mais interligada e interdependente, de tal maneira que regras dos mercados internacionais têm vindo a substituir as políticas governamentais[109]. Essa maior interação económica entre os países é suportada pela maior circulação de bens e serviços, de capital e até de mão-de-obra a nível mundial. No entender de Stiglitz (2007) a globalização foi facilitada por três aspetos: políticas económicas de liberalização e desregulação, adoção destas políticas pelos países e instituições internacionais e desenvolvimento tecnológico que potenciou o desenvolvimento de transporte e de comunicação e informação.

A globalização permitiu também que as empresas ampliassem o seu campo de atuação e desempenhassem um papel vital no investimento e inovações tecnológicas, com repercussões nos volumes de investimento e de vendas que, em muitos casos, ultrapassam o PIB de diversos países juntos[110], comportando inúmeras vantagens, bem como desvantagens para os países de acolhimento do IDE. Porém, a desregulação como fator de atração do IDE não tem funcionado como profetizado. Em casos como a Rússia, essa medida permitiu uma saída rápida de capital deste país para o exterior, contribuindo para a descapitalização do mesmo. Para outros países mais pobres, em vez de atrair novas tecnologias, atraiu a corrida desenfreada aos seus recursos naturais levando, variadas vezes, à chamada maldição dos recursos ou a "*dutch desease"*[111].

Japão, afundando cotações monetárias, desvalorizando mercados de ações e precipitando a dívida privada.

[109] A integração europeia é um caso de estudo interessante e elucidativo neste domínio.

[110] Ver dados comparados de IDE em http://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.CD.WD.

[111] Essa teoria tenta explicar a relação de casualidade entre a exploração de recursos naturais de um país e a deterioração da sua economia provocada pela perda de competitividade, explicada por sua vez pela crescente valorização da moeda nacional por causa da excessiva entrada de divisas estrangeiras. Foi apelidada de *dutch desease* – doença holandesa em honra ao país onde foi analisado pela primeira vez quando, durante os anos 60, houve uma escalada dos preços do gás que aumentou substancialmente as receitas de exportação da Holanda e valorizou o florim (moeda da época). O excesso de exportações do gás derrubou as exportações dos demais produtos por falta de competitividade, afetando seriamente uma economia (principalmente o emprego) desenvolvida e que até então funcionava bem (Vide Stiglitz, 2007).

Como se pode constatar, a globalização está longe de ter trazido só benesses, ao contrário, tem-se traduzido num fenómeno complexo e de consequências também negativas, como também é o caso da internacionalização do crime e do terrorismo, grandemente auxiliados pelo desenvolvimento tecnológico e as facilidades do mundo globalizado, como a facilidade de movimentação de capitais. A existência de armas nucleares veio a exacerbar o espectro do alcance do terrorismo, com a possibilidade real destas armas caírem nas mãos de terroristas. *O*s tráficos de drogas, de pessoas, do comércio ilegal de armas constituem também aspetos críticos que foram agravados com o advento da globalização.

Assim, apesar da sua potencialidade no sentido de intensificar o comércio mundial, permitir a transferência tecnológica e aumentar o bem-estar geral da humanidade, a globalização não tem conseguido diminuir o fosso tecnológico e económico entre o Norte e o Sul. O desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza continuam a ser um desafio global, num mundo onde nunca houve tanta produção de riqueza. Como se pode facilmente depreender, não é a maioria que tem acesso à informática ou à internet, não são todos que podem viajar pelo mundo e conhecer outros continentes e é uma minoria que desfruta de todas as regalias procedentes do capital mundial. Inclusive os ganhos de eficiência com globalização tendem a diminuir progressivamente à medida que as barreiras comerciais caem, enquanto o custo redistributivo aumenta (vide Rodrik, 2017). Também à medida que os países se tornam cada vez mais abertos ao comércio internacional, o impacto nas comunidades e famílias afetadas, por meio de demissões ou salários mais baixos, tem sido considerável (Robinson, 2018, p.324). Ao mesmo tempo, baixa ou imperfeita mobilidade inter-regional tem dificultado os ajustes e, em certos casos, os efeitos negativos não se dissipam ou até são mesmo ampliados com o tempo (*idem*).

Entretanto, do que já foi exposto, também pode-se depreender que a globalização não constitui um processo cingido apenas de consequências nefastas e avesso ao desenvolvimento. Pelo contrário, se for bem gerida, pode contribuir para o desenvolvimento. Um grupo de países, que mostram que é possível um desenvolvimento sustentável com o atual estádio da globalização, são os países que fazem parte do chamado BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China[112]. Esses países, com

[112]A China tornou-se um fornecedor global dominante de produtos manufaturados, enquanto a Índia emergiu como um importante fornecedor global de serviços, Brasil e Rússia tornaram-se importantes

percursos de desenvolvimento algo díspares, mostraram que é possível romper com o ciclo da pobreza e dar o salto em frente. O acesso rápido a tecnologias, bem como novos medicamentos, equipamentos cirúrgicos e técnicas (Khan et al., 2016) e o aumento na produção de alimentos e diminuição (relativa) do custo dos mesmos, tem causado, nas últimas décadas, um aumento generalizado da longevidade, sobretudo nos países emergentes e desenvolvidos.

Bräutigam e Woolcock (2001, p.3) defendem que uma economia mais integrada internacionalmente pode permitir que os PE se adaptem rapidamente às mudanças de situações e desenvolvam mais facilmente políticas estratégicas de desenvolvimento. No entanto, o sucesso destes países no mundo global, depende igualmente da habilidade de combinar competitividade económica, inovação continuada, produção com alto valor agregado com redução da pobreza e melhoramento de indicadores socioeconómicos como saúde, longevidade, literacia e violência social (idem, p.5). Também no entender de Taymaz o sucesso da integração dos PE no mundo globalizado depende grandemente da capacidade competitiva e de inovação dos mesmos, que lhes permite criar produtos com elevado valor acrescentado. E para prosseguirem políticas autónomas que beneficiem o seu desenvolvimento aqueles Estados precisam de consolidar a sua coesão social, erigir instituições fortes e de alta qualidade e perfilhar as práticas de boa governação (Taymaz, 2009, p.6)

A transferência de novas tecnologias facilitada pela globalização tem igualmente o potencial de aumentar a flexibilidade da produção e diminuir as diferenças de custos entre a produção em pequena e grande escala. Assim, os produtores de um país pequeno, especializando-se em nichos de mercado que requeiram alta intensidade tecnológica ou em produtos locais e serviços específicos, podem aumentar e diversificar[113] a sua base produtiva. O caso de Singapura é paradigmático. A abertura ao comércio e ao investimento permitiu que o país aumentasse continuamente suas capacidades produtivas e tecnológicas ao longo dos anos, à medida que desenvolvia uma indústria manufatureira com alto valor agregado nas redes de produção regionais que surgiram durante os anos 1990 e 2000 (Robinson, 2018, p.322).

exportadores globais de matérias-primas que a China e a Índia precisam para sua industrialização (Lowe, 2016).

[113]A diversificação aliada a um ambiente de entendimento por parte da OMC de que medidas compensatórias e tratamento deferencial dos parceiros bilaterais, regionais e multilaterais são necessárias e indispensáveis para uma globalização mais vantajosa para os PEID.

Por outro lado, embora os custos de transporte e transação tendam a ser elevados para as ilhas, por estarem longe dos grandes mercados - a globalização[114] tem facilitado a mobilidade de recursos, sobretudo financeiros, permitindo aos PEID importar alguns serviços e produtos, cuja produção interna seria proibitivamente onerosa. Esta oportunidade, apesar de exacerbar a exposição às flutuações externas, oferece uma multiplicidade de alternativas de financiamento do desenvolvimento[115], incluindo o financiamento climático, que é crucial para os PEID. Como visto na seção anterior, apesar das suas emissões de gazes, que provocam o efeito de estufa, constituírem uma insignificância em relação à emissão global, os mesmos fazem parte dos grupos que mais sofrem com as consequências das mudanças climáticas.

Por causas das ameaças atuais e futuras, haverá uma necessidade de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, que exigirá a colaboração da comunidade internacional não só a nível financeiro, mas também no que concerne ao desenvolvimento de capacidades e transferência tecnológica. A cooperação internacional – também em outros domínios – constitui um elemento importante para o desenvolvimento dos PEID[116], constituindo um complemento ao financiamento/investimento nacional nos domínios económicos e sociais. Contudo, como consequência da globalização e da interdependência global, em tempos de crise internacional, há tendencialmente diminuição dos fluxos de APD[117].

O turismo, enquanto parte do processo de globalização (Mcleod 2004, p.4), tem sido apontado como umas das opções viáveis das pequenas economias e de poucos recursos de singrarem no mundo global (Sarmento, 2019), embora tendo sido identificados os perigos inerentes a uma exploração negligente deste sector (Vossenaar, 2004, e Twining-Ward & Butler, 2002). As lindas praias das Ilhas, aliado ao bom clima constituem um bom pacote turístico, sobretudo quando combinado com diferentes transportes náuticos e alternativas de turismo rural e de montanha.

[114]O declínio das barreiras comerciais e o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e transportes reduziram os custos de transação e transporte.

[115]Entretanto, não se pode olvidar que estes países têm uma certa dificuldade em aceder ao mercado global de capitais devido às suas fragilidades estruturais, que fazem com que sejam considerados países de risco.

[116]Ver modelo MIRAB (Migração-Remessa, APD e Burocracia) desenvolvido por Bertram e Watters (1985) e posteriores análises de Bertram (1999, 2006) que versam, sobre o papel da APD, entre outros determinantes, no desenvolvimento dos PEID.

[117]Sobre os dados da APD consultar: https://www.oecd.org/.

Entretanto não constituem passaporte direto para o desenvolvimento. Com efeito, como nota Silverman (2004), turismo contribui para a erosão da autenticidade, perda de autonomia, criatividade e poder dos locais. Por outro lado, além das mudanças socioculturais e económicas, há o risco de ocorrer danos ambientais que podem pôr em risco os limites e a capacidade de sustento das Ilhas, porquanto o turismo enquanto instrumento de desenvolvimento pode causar impactos antropogénicos com efeitos devastadores no ambiente (Apostolopoulos & Gayle, 2002, p.7) e na vida das pessoas das Ilhas. Contudo, o turismo continuará a desempenhar um papel importante na economia dos PEID, cabendo aos governos, através de políticas específicas de regulação deste sector controlar as externalidades negativas e direcionar os investimentos por forma a potencializar as externalidades positivas.

Por último, a migração, um dos aspetos mais visíveis e significativos da globalização, poderá ter um forte impacto no crescimento económico dos PEID. A mesma permite que os povos dos PE, à procura de trabalho ou educação, migrem para países maiores e mais desenvolvidos e enviem remessas que podem assumir várias formas e desempenhar um papel importante no desenvolvimento daqueles Estados (Baldacchino, 2006). Contrapondo o argumento positivo acima descrito, existem inúmeros estudos que exploram a relação entre a migração e a fuga de cérebros, *i.e.,* quadros altamente qualificados (*braindrain*), entre outros aspetos negativos das migrações. Docquier (2012) mostra que a fuga de cérebros está se tornando o padrão dominante de migração internacional e um aspeto importante da globalização. No entanto, o mesmo assevera que a fuga de cérebros não tem de esgotar a capacidade humana de um país e que a mesma pode gerar externalidades positivas (*idem*).

Como se pode depreender, a globalização representa tanto vantagens como riscos. Mesmo autores como Stiglitz que se debruçaram extensivamente sobre os malefícios da globalização desregulada, reconhecem que se bem explorada a mesma pode ser um aliado no processo de desenvolvimento de qualquer país. O acesso às tecnologias modernas e eficientes, bem como informações que, de outra forma, seriam difíceis de adquirir e o desenvolvimento de parcerias, tanto a nível bilateral como multilateral, podem efetivamente ajudar os países menos avançados a criar resiliências e colmatar suas insuficiências. No entanto, não se pode descurar a necessidade de se ter estratégias nacionais adequadas, bem como políticas, estruturas de governança e capacidade de proteger os recursos naturais, as

economias e, o mais importante, os interesses dos mais desprotegidos, por forma a que se garanta a distribuição equitativa dos benéficos da globalização e o almejado desenvolvimento sustentável.

Para os PEID, se por um lado a globalização pode exacerbar a vulnerabilidade económica, por outro, permite encurtar o tempo e a distância, possibilitando a estes países aumentarem o rácio do comércio, enfrentar os seus desafios de acesso à energia, diversificar a sua economia (explorando, com sucesso, alternativas à industrialização).

Segundo Robinson (2018), para economias pequenas e abertas, com recursos naturais limitados e exiguidade territorial, o envolvimento contínuo com os mercados mundiais mais do que uma escolha, constitui um imperativo económico. No entanto, o mesmo adverte que os formuladores de políticas, com intervenções estratégicas, devem gerir a globalização por forma a garantir que os ganhos sejam compartilhados de maneira mais uniforme e equitativa e os custos sejam reduzidos (*idem*). Importam não só algumas características destes países, como por exemplo a sua localização, bem como a criação de condições, políticas e estratégias que favoreçam o sucesso da integração internacional. Interessam igualmente o nível e volume e a eficácia da ajuda recebida, as regras do comércio mundial (e suas exceções – existência de esquemas preferenciais e tratamentos especiais e deferenciais), as instituições nacionais (que influenciam as escolhas políticas em resposta aos desafios da globalização) e a gestão de alguns dossiês internacionais como é o caso das mudanças climáticas que têm faculdade de mudar o destino dos PEID.

Ainda, Segundo Estêvão (2004), a vitalidade económica das regiões adjacentes é apontada por como um elemento fundamental, tendo implicações de maior importância para a política de integração internacional, sobretudo em relação às pequenas economias insulares. Os esforços de desenvolvimento dos países de dimensão reduzida podem ser também coadjuvados por aspetos como o nível de desenvolvimento económico e humano, identidade cultural bem definida, coerência política, dotação de recursos naturais etc., que ajudam a contornar a questão da pequenez. Igualmente, a diáspora poderá desempenhar um papel importante no desenvolvimento do país natal, através das diferentes remessas.

Concluindo, apesar das suas potencialidades, tanto a pequenez como a globalização têm impactos diferenciados – positivos e/ou negativos - sobre a economia dos países pequenos e insulares, cabendo às medidas, políticas e estratégias adotadas maximizar os benefícios e transformar os condicionalismos em vantagens. Deve-se também repensar o próprio paradigma da globalização neoliberal, que tende a privilegiar os mais fortes em detrimento dos mais fracos.

2.4 Política Externa, Diplomacia e os Pequenos Estados (PE)/Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID)

> ….*In a world of complex threats, our security and leadership depends on all elements of our power – including strong and principled diplomacy*.
>
> **Barack Obama** (2014).

> A política externa dos PEID não se impõe em silvos de guerra, mas se ergue no compasso do vento, onde as marés sussurram destinos. Não é batuta de maestro altivo, mas cordas de violino inquieto, que vibram entre ecos distantes e notas que pedem abrigo. Muitas vezes navega sem porto fixo, mas desenha rotas em correntezas, onde cada laço tecido é melodia que resiste às tempestades. **Isabel Monteiro (2024)**

Num mundo globalizado e interdependente a política externa e a diplomacia constituem elementos fundamentais da interação dos Estados com a comunidade internacional. Essa interação, seja ela uma simples coordenação ou colaboração ou ainda uma aliança político-económica mais aprofundada e com capacidade de mudar a balança de poder internacional, tem grandes implicações para um PE/PEID, sobretudo em razão das suas vulnerabilidades e suscetibilidade face à ambiência externa. As fragilidades destes Estados e o fato de serem considerados fracos e com poder limitado explica o porquê das teorias *mainstream* das relações internacionais verem a política externa daqueles países como dependentes do ambiente externo e dos grandes poderes que tendem a ditar as regras do engajamento internacional.

No entanto, a discussão teórica desta secção – intimamente ligada ao argumento central desta tese – mostra que as suprarreferidas teorias *mainstream* podem não ser

as mais adequadas para analisarem a política externa dos PE já que os mesmos não só podem ter um papel ativo e até influente a nível internacional, como as suas ações externas não dependem obrigatoriamente do ambiente externo, mas muitas vezes dos determinantes internos. Esta secção, além de fazer uma incursão teórica sobre o significado da política externa e diplomacia, incorre também sobre a teoria das relações internacionais mais adequada para analisar a política externa daqueles Estados. Dos diferentes tipos de Diplomacia foi feita uma incidência maior sobre a política e económica, por causa da centralidade e importância destas duas vertentes da diplomacia para qualquer país e sobretudo para um PEID, normalmente em constante busca de financiamento externo para avançar a sua agenda interna. Também foram afloradas as diplomacias cultural, pública, virtual e subnacional atendendo a pertinência das mesmas para os PEID.

A política externa e a diplomacia constituem vetores privilegiados de perscrutação do percurso histórico-político de uma nação arquipelágica e diasporizada …. (Costa & Pinto 2014, p.2). Embora sejam substancialmente diferentes em termos de teoria e prática (Naumescu, 2014) por estarem intrinsecamente ligadas, aquelas duas noções acabam sendo usadas de forma intercambiável (Naumescu, 2014; Nicolson, 1939).

2.4.1 Política Externa

Em relação à política externa, em razão das suas inúmeras variáveis no que concerne particularmente aos níveis de análise, atores, processos e resultados, não existe hodiernamente uma definição suficientemente elaborada e que a encapsule de forma perentória e casuística. Por exemplo, Padelford e Lincoln (1977) descrevem a política externa como a totalidade das relações de um Estado com o meio externo, enquanto resultado global do processo pelo qual o mesmo traduz os seus objetivos e interesses amplamente concebidos em cursos de ação específicos para atingir seus objetivos e preservar seus interesses. Daqui facilmente se pode extrair a ideia de que a política externa não pode ser desassociada da política interna/doméstica, *i.e.*, segundo Freire e Vinha (2011) pressupõe uma gestão dos contextos e interesses interno e externo. Com efeito a ligação entre os determinantes

internacionais/externos[118] (vide Alden & Aran, 2017; Gourevitch, 1978; Keohane & Nye, 2001; Waltz, 1979 e Rosenau, 1972), e domésticos/internos[119] (vide Hamilton & Tiilikainen, 2018; Saideman & Ayres, 2007; Neack et al., 1995; Elman, 1995; Kissinger, 1966) tem sido um tema assaz debatido no campo das relações internacionais e da análise de política externa e, para muitos analistas, na interação de um Estado com o mundo não se possa deixar de lado as ponderações de âmbito interno[120] (Erhan & Akdemir, 2018; Hill, 2015, Source, 2007), independentemente da preponderância de uma dimensão ou outra. Rosenau (1966, 1969), desafiando a convicção tradicional de que a política externa é produto da ambiência internacional, defende que a mesma implica uma relação bidirecional entre as dimensões interna e externa.

Modelski (1962, p.7) define a política externa como o sistema de atividades desenvolvido pelas comunidades para mudar o comportamento de outros Estados e para ajustar as suas próprias atividades ao ambiente internacional. Este autor põe ênfase na mudança de comportamento como *leitmotiv* das relações internacionais[121], descurando o fato de que, às vezes, a capacidade de influenciar pode ser bastante limitada e o que se quer é tão somente manter o *status quo*. Já para Gerner (1991), ampliando um pouco este conceito, entende que a política externa inclui intenções, declarações e ações dos atores em relação ao mundo externo e a resposta de outros atores a essas intenções, declarações e ações. Gerner destaca ainda a necessidade da análise da política externa ser feita a nível individual, estatal e sistémica *(idem*).

---

[118]Nomeadamente o sistema internacional ou a estrutura de poder, o direito internacional, as organizações internacionais, as alianças e a força militar ou corrida armamentista influenciam a implementação da política externa (Bojang, 2018).

[119] A política externa é também influenciada por um grande número de elementos que dizem respeito ao próprio Estado, nomeadamente o seu tamanho, o nível de desenvolvimento socioeconómico, o regime político, a institucionalização política e estruturas sociais, as capacidades militares, culturais e estratégicas, a opinião pública nacional, as conceções do papel nacional na arena internacional, as regras de tomada de decisão, bem como os traços de personalidade dos líderes políticos e consideração dos quadros ideológicos em que as decisões são tomadas, entre outros aspetos, que variam de um Estado para outro, e afetam diretamente tanto o processo de formulação de política externa quanto as decisões de política externa (vide: Bojang, 2018; Snyder et al., 2002 e Jørgensen, 2006).

[120]Para trabalhos que distinguem os níveis externo e interno de análise como determinantes do comportamento do Estado, vide, entre outros: De Mesquita e Lalman, 1992; Rosecrance e Stein, 1993; Singer, 1961; Snyder, 1991 e Waltz, 1959.

[121]Sobre a política externa enquanto esforço nacional para controlar o contexto externo e manter situações favoráveis e alterar as desfavoráveis, vide ainda: Patrício, 2014; Robinson, 2013 e Mendes, 2012.

Por seu lado, Carlsnaes (2002, p.335) define política externa como um conjunto de ações no plano externo, traduzidos por metas explicitamente declaradas, compromissos e/ou diretrizes, levados a cabo por representantes governamentais, agindo em nome de suas comunidades soberanas, em relação a determinados objetivos, condições ou atores tanto governamentais como não governamentais.

A política externa constitui, portanto, um conjunto de diretrizes estruturadas e estratégias pré-estabelecidas, que incluem expectativas, defesa e fortalecimento dos interesses, bem como objetivos distintos, definidos e implementados sistematicamente, para gerir as relações de um Estado/ator internacional com o mundo externo, seja a nível bilateral, regional, multilateral ou plurilateral, tendo em consideração os meios (económicos, políticos e militares) disponíveis. Além de englobar diferentes atores[122], a análise da política externa pode recair sobre vários níveis (individual, estatal e sistémico), distintos domínios (interno e externo) e variáveis (nomeadamente discursos, declarações, diretrizes, estratégias, políticas e ações). A substância da política externa é determinada por questões domésticas e internacionais e envolve processos de negociação, barganha, conflito e compromisso e muitas vezes, a dupla natureza das suas questões cria tensões para os atores envolvidos nos processos decisórios, por causa dos efeitos domésticos e internacionais das referidas questões (Erhan & Akdemir, 2018). Apesar das estruturas, dos agentes e contextos abrangidos pela política externa estarem para além das fronteiras políticas de um Estado, a tomada de decisão é uma área que alarga a fronteira entre as esferas interna e externa de atuação de um Estado, tanto no diz respeito à sua política quanto aos seus decisores (Brighi & Hill, 2012; Erhan & Akdemir, 2018). Outrossim, a política externa deixou de ser domínio exclusivo dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros para passar a englobar, *inter alia,* os departamentos governamentais dedicados ao comércio externo e investimento, à defesa, à segurança interna, à educação, à saúde, ao ambiente, à ciência e tecnologia, entre outros (Gaspa, 2020; Chohan; 2021).

[122]Incluindo diferentes segmentos do sistema governamental ou determinada instituição como a União Africana ou União Europeia ou entidades (sub-estatais, supra-estatais ou ainda não estatais) como corporações multinacionais, empresas transnacionais, organizações internacionais, ou organizações não-governamentais, entre outros.

2.4.2 Diplomacia

Da mesma forma que é difícil captar a amplitude daquilo que representa a política externa numa única frase/definição, o que subjaz a ambiguidade inerente e as constantes mutações das relações internacionais, encapsular a diplomacia numa única definição também não constitui uma tarefa fácil. Nas suas pesquisas, combinando conceptualizações teóricas e entrevistas a 198 embaixadores estaduais e aplicando uma lente interpretativa para fornecer uma aceção mais matizada da diplomacia, Siniver e Hart (2021) descobriram que as definições académicas de diplomacia ficam aquém de capturar a ampla gama de experiências do diplomata moderno.

Por seu lado, De Magalhães (1988, p.49) argumenta que as definições de diplomacia são imprecisas, incompletas e claramente erróneas, resultando em deplorável confusão conceitual (vide ainda: Siniver & Hart, 2021; Sharp, 2003 e Marshall, 1999). Entretanto, das muitas tentativas e aproximações se pode extrair o essencial daquilo que representa esse conceito. Segundo De Magalhães (1998) a diplomacia é usualmente definida através de quatro prismas: política externa, um instrumento de política externa, negociações internacionais e a atividade dos diplomatas. Berridge (2002, p.1) entende que diplomacia é permitir que os Estados assegurem os objetivos de suas políticas externas (vide igualmente Ruffini, 2016). Nestas abordagens, a diplomacia é vista como instrumento da política externa e mecanismo de representação, comunicação e negociação através dos quais Estados e outros atores internacionais conduzem os seus negócios (vide ainda Meerts *apud* Saner & Yiu, 2003).

Aquelas definições, além de centradas no Estado ignoram o fato da comunidade internacional enfrentar desafios mais recentes como o terrorismo, a proliferação de armas de destruição massiva, extremismo violento transnacional, mudanças climáticas, fluxos migratórios desregulados e pandemias que, além de desafiarem as fronteiras nacionais, exigem novas formas de cooperação diplomática, muito além das capacidades de Estados-nação individuais e, portanto, da tradicional diplomacia estatal (Lohmann, 2017; Hocking, 2004; Puchala, 1995; Craig, 1983).

Uma outra definição centrada no Estado é a de Watson (1984) que entende que a diplomacia contemporânea tem quatro tarefas principais, quais sejam: i) recolha de informações no exterior; ii) análise dessas informações pelos Ministérios dos Negócios

Estrangeiros; iii) desenvolvimento de políticas com base nessas informações e iv) comunicar tais políticas. Defende ainda que a negociação a nível diplomático acontece entre entidades políticas que reconhecem a independência umas das outras (*idem*). Para Murray (2012, p.122), negar o tradicionalismo ou o Estado-centrismo é negar a realidade do ambiente diplomático moderno*, i.e*., a onipotência da diplomacia tradicional e consequentemente as divisões entre as abordagens da diplomacia centradas no Estado e as emergentes são artificiais, forçando um debate estéril e improdutivo, o que dificulta o progresso em direção à inovação teórica sobre este assunto.

Plischke (1979, p.33), numa tentativa de englobar os vários elementos da diplomacia tradicional e moderna, defende que a mesma corresponde ao processo político pelo qual entidades políticas, geralmente Estados, conduzem relações oficiais entre si num ambiente internacional. Assevera ainda que com a proliferação da institucionalização dos assuntos internacionais por outros processos que não os processos diplomáticos clássicos, bem como a existência de outros atores internacionais como organizações internacionais e supranacionais, entidades políticas emergentes, a diplomacia não pode mais ser circunscrevida apenas à condução dos assuntos internacionais ou relações exteriores de Estados *(idem*).

Também, as pesquisas de Stein (2011), Adesina (2016), Stanzel (2019) e Siniver e Hart (2021) sugerem que o aumento da pluralidade de atores diplomaticamente ativos e inovações técnicas (mormente médias sociais) e a crescente consciencialização e sensibilidade do público para questões de política externa, tiveram um impacto notável na condução das negociações internacionais. Siniver e Hart (2021) asseveram ainda que choques na ordem internacional, revolução da comunicação global baseada na internet e problemas de legitimidade de governos liberais interferem com a reorientação da diplomacia, enquanto ferramenta da política externa. Com efeito, a diplomacia digital e as atividades na Internet no seu conjunto não só podem ajudar grandemente a projetar as posições da política externa de um Estado para o público nacional e estrangeiro, como alteraram a forma como os diplomatas e líderes estatais interagem na plataforma internacional, onde os acordos são formalizados (Goundar et al., 2020). Isso é particularmente importante para os PEID com limitados recursos. Também a diplomacia digital através de plataformas de redes sociais e o rápido aumento da conectividade móvel permitiram um envolvimento não tradicional entre os cidadãos e

os governos, o que, por sua vez, pode influenciar a tomada de decisões dos governos. Da mesma forma, os líderes mundiais usam ferramentas de media social para se envolver diretamente com o público que desejam influenciar (*idem*).

A moderna heurística da diplomacia[123] refere-se, portanto, ao conjunto de atividades, cujo escopo, diversificação, complexidade e alcance, modos, tipos e técnicas evidenciam facetas diferenciadas de um processo evolucionário que adapta a um ambiente relacional em mutação. Exige que se leve em conta os diferentes atores; os meios disponíveis para que se atinja os objetivos preconizados[124]; os fatores de influenciação, bem como a institucionalização de assuntos e objetivos globais. Uma das características da diplomacia enquanto instituição da sociedade internacional são os regulamentos que ela introduz nos assuntos internacionais – o conjunto de leis, políticas ou diretrizes, bem como normas e etiqueta que se espera que tanto os Estados quanto os diplomatas cumpram (Siniver & Hart, 2021). Para um PEID, a diplomacia representa o meio através do qual o mesmo tenta defender os objetivos preconizados pela sua política externa, visando o cumprimento das suas agendas nacionais e internacionais (sobretudo através da negociação) o que inclui construir uma opinião mundial favorável em relação ao mesmo. Abrange tanto a política quanto a prática, isto é, tanto as negociações, bem como os axiomas e decisões tomadas no âmbito das negociações (Weisbrode, 2016). Embora esta definição também se possa aplicar a qualquer outro Estado, para os PEID a ênfase estará sobretudo na opção pela negociação e não no uso de *hard power*, que não possuem.

Para autores como Rashid (2005, p.2) diplomacia no sentido tradicional é diplomacia política. No entender de Weisbrode (2016), os termos diplomacia e política têm sido íntimos, pois a diplomacia regula e faz a mediação da política entre entidades soberanas. Também, o fim da era colonial e a consequente perda das colónias obrigou os ex-colonizadores a apostarem mais na diplomacia económica tanto para apoiarem as suas empresas no exterior como para atraírem IDE (Silva, 2002). Por outro lado, uma mistura de ocorrências políticas e económicas, como a integração dos antigos países

[123]A diplomacia corresponde tanto uma categoria de prática quanto uma categoria de análise (Pouliot & Cornut, 2015, p. 299), o que significa que as definições contemporâneas de diplomacia são amplas e diferenciadas tanto a nível epistemológico como metodológico.

[124]Seja para formar alianças, negociar tratados, resolver disputas, fortalecer relações económicas e políticas, promover intercâmbios culturais e militares ou qualquer outro propósito mutuamente acordado.

comunistas na economia mundial, a nova escassez, o aquecimento global e o terrorismo internacional catapultaram a ascensão de assuntos correlacionados com a diplomacia e segurança económicas para o topo da agenda da política internacional (Bergeijk & Moons 2009, p. 37). Os Acordos de Lomé entre o Grupo ACP (África Caraíbas e Pacífico) e a União Europeia (UE) captam bem o espírito desta nova era. Entretanto, Rashid (2005 p.4) afirma que, independentemente da incrustação da economia na política, sendo o Estado uma entidade eminentemente política, as questões políticas tendem a se sobrepor às económicas. Assevera ainda que os países podem abster-se de desenvolver relações comerciais por considerações políticas, razão pela qual muitos países islâmicos não estabeleceram relações comerciais com Israel (*idem).* Embora essa assertiva possa corresponder à verdade em certos casos, não se pode descurar a importância crescente do domínio económico nas relações internacionais, obrigando Estados potencialmente rivais a manterem uma relação económica frutífera, como é o caso dos EUA e China.

A diplomacia económica[125] (DE) clássica*,* no sentido estrito[126], corresponde à prossecução dos objetivos económicos através de meios diplomáticos, mas que não se apoia exclusivamente em instrumentos políticos para os atingir (Carrière, 1998, *apud* Santos, 2009). De acordo com Bayne e Woolcock (2017, p.1), a diplomacia económica tem a ver com a forma como os Estados conduzem as suas relações económicas internacionais e tomam decisões domesticamente, bem como a forma como negoceiam uns com os outros internacionalmente e como esses dois últimos processos interagem. Já Bergeijk (2009, p.1) assevera que o objetivo da diplomacia económica é influenciar decisões sobre atividades económicas transfronteiriças (exportação, importação, investimento, empréstimo, ajuda e migração) realizadas por governos e atores não estatais. Chohan (2021) define a diplomacia económica como um processo, através do qual diferentes atores usam meios económicos para atingirem fins diplomáticos e vice-versa, criando valor entre e através dos públicos mediante um processo criativo e envolvendo gestores públicos internacionais e outros importantes parceiros.

[125]Para um entendimento cabal do significado e abrangência deste conceito vide: Baldwin (1985); Bayne e Woolcock (2017), Chohan (2021) e Blanchard e Ripsman, (2008).

[126]Ainda no sentido estrito, a diplomacia económica preocupa-se com questões de política económica internacional como preservar a estabilidade financeira global com níveis aceitáveis de desemprego juvenil e níveis controláveis de agitação civil e como estimular o crescimento económico, particularmente nos países mais pobres, o que implica tratar adequadamente as mudanças climáticas (Berridge, 2015).

A diplomacia económica, corolário de uma economia mundial em transformação e da própria reação à globalização, entre outras questões, enfrenta um conjunto de desafios, não alheios ao surgimento de um mundo multipolar e às crescentes tensões económicas entre a China e os EUA. Neste contexto, Yueh (2020, p.3) defende que a diplomacia económica deve procurar equilibrar a abertura comercial com os objetivos estratégicos da política externa e concomitantemente ajudar o país a navegar na economia global do século XXI, promovendo um sistema baseado em regras para mitigar as tensões das grandes potências e reconhecendo que toda a política económica externa é, em última análise, também doméstica. Além disso, a política económica externa está profundamente ligada às questões domésticas, o que exige uma coordenação cuidadosa entre as duas esferas. Yueh também observa que não existe uma abordagem universal — a lógica de "one size fits all" não se aplica à diplomacia económica. Em vez disso, diferentes países devem considerar diversos princípios, cada um com os seus próprios desafios específicos, ao formular a sua política económica externa. Estes desafios incluem a necessidade de se adaptar a contextos regionais e globais em constante mudança, gerindo as complexas interações entre os interesses comerciais, políticos e de segurança, tudo num cenário onde as regras e normas internacionais são frequentemente disputadas e redefinidas (idem). A capacidade de equilibrar essas dinâmicas é essencial para que os países possam não apenas participar eficazmente da economia global, mas também proteger os seus interesses nacionais num ambiente de crescentes incertezas e pressões geopolíticas.

Promover os objetivos económicos de um país (designadamente: promover o crescimento da economia por meio do aumento do comércio, promoção de investimentos e colaboração em acordos comerciais bilaterais e multilaterais), não significa concentrar-se somente em questões puramente económicas, porquanto esta vertente da diplomacia ultrapassa o desígnio da pura conjugação dos assuntos económicos e diplomáticos ao considerar implicações/interligações a outros níveis, nomeadamente ambientais, sociais e políticas. Os Estados Unidos da América, por exemplo, fizeram uso dessa diplomacia para, através do Plano Marshal, propalar o seu

modus vivendi. Também o Acordo de Cotonou[127], bem como o AGOA[128], ambos incidindo sobre questões essencialmente económicas, não estão desprovidos de considerações políticas e ideológicas[129]. Bayne e Woolcock (2017, p.10), defendem que a diplomacia económica tenta gerir três tipos de tensões fundamentais, quais sejam: (i) entre política e economia; (ii) entre pressões internacionais e domésticas (iii) entre governos e outras forças.

Sobretudo atualmente, com o nível de interdependência potenciada pela globalização e regionalização, bem como a crescente complexidade das relações internacionais torna-se cada vez mais difícil dissociar a diplomacia económica da questão política, o que pode variar é o nível da incrustação da economia na política, que depende dos objetivos e interesses em jogo que podem ser, por excelência, económicos (assegurar a competitividade e o crescimento económico), políticos (garantir a segurança e a sobrevivência) ou englobar as duas componentes, como é o caso da regulação (vide, entre outros, Farto, 2006; Santos, 2017 e Weisbrode, 2016).

A segurança, apesar de ser uma área por excelência política, pode também sofrer influências de arranjos genuinamente económicos. Por seu lado, a intensificação das relações comerciais, ou, num nível mais elevado, a integração económica regional, pode também exercer um papel positivo na prevenção do conflito e garantir, consequentemente, a segurança. Tome-se, por exemplo, o caso da integração europeia, inicialmente de índole predominantemente económica e que também visava

---

[127] Assinado em junho de 2000, entre 15 países europeus e 77 países da ACP (Africa, Caraíbas e Pacifico) para um período de 20 anos. Os Artigos 96 e 97 deste acordo justificam a suspensão da cooperação em caso de corrupção ou violação dos direitos humanos e princípios democráticos (European Commission, 2000).

[128] *African Growth and Opportunity Act*. Desde a sua entrada em vigor em 2000, o mesmo tem estado no centro da política económica dos EUA e do seu envolvimento comercial com a África. O AGOA oferece aos países qualificados da África Subsaariana acesso isento de impostos ao mercado dos EUA para mais de 1.800 produtos, além dos mais de 5.000 produtos considerados isentos de impostos no programa *Generalized System of Preferences*. Entretanto, para beneficiar desta oportunidade, os países africanos devem respeitar rigorosos requisitos de elegibilidade, incluindo estabelecer ou fazer progressos contínuos no sentido de estabelecer um Estado de Direito e o pluralismo político, bem como, promulgar políticas para reduzir a pobreza, combater a corrupção e proteger os direitos humanos (informação disponível online no site do *Office Of The United States Trade Representative*: https://ustr.gov/issue-areas/trade-development/preference-programs/african-growth-and-opportunity-act-agoa).

[129] Sobre isso Hurt (2003) defende que o neoliberalismo foi assumindo uma posição de proeminência na política económica internacional com base na premissa de que o desenvolvimento económico daqueles países passaria pela progressiva integração no mercado mundial ao invés dos mesmos serem protegidos dos excessos da economia de mercado, o que mudou a dinâmica das relações Norte-Sul.

a segurança política da região. Todavia, não há um consenso generalizado sobre a referida causalidade, pois não existe prova científica definitiva de que o comércio internacional determine relações políticas e diplomáticas ou vice-versa, embora a correlação seja robusta Bergeijk (2009, pp. 7-8). Também é pertinente relembrar que foi num ambiente de prosperidade partilhada que eclodiu a Primeira Guerra Mundial. Ainda, Chang et al., 2004 (*Apud* Bergeijk, 2009), num estudo que envolveu 30 países no período 1958-67 concluíram que, grosso modo, o conflito não tem um "efeito independente significante" no comércio, mas que o comércio instiga a cooperação.

Além de diplomacia económica, atualmente, dependendo das áreas temáticas de incidência, dos atores envolvidos, bem como da forma como a mesma é conduzida pode-se identificar diversos tipos de diplomacia[130]. A escolha do tipo de diplomacia depende dos objetivos da política externa dos Estados/atores internacionais, bem como dos meios disponíveis e a possibilidade de fazer valer esses meios. Neste contexto, a diplomacia cultural, enquanto o ato deliberado de engajamento cultural no exterior projetado para alcançar propósitos além da arte pela arte (Rawnsley, s.d.) constitui também um elemento de *soft power* e pode ser um grande aliado dos PEID na prossecução dos seus objetivos além-fronteiras. Não é por acaso que o Presidente Theodore Roosevelt acreditava que *uma nação com uma cultura forte (e comum) seria capaz de vencer mais batalhas pela negociação diplomática do que pela força das armas* (Collin, 1985, p.5). Esta diplomacia, que reflete a contribuição significativa do construtivismo[131] social para a teoria das relações internacionais, descreve programas ou atividades intencionais patrocinados ou organizados pelo governo e suas agências que desejam usar a cultura como forma de promover interesses e objetivos políticos, estratégicos ou nacionais (*idem*; Mark, 2010).

A Diplomacia Cultural pode ser definida como um conjunto de ações que se baseiam e utilizam a troca de ideias, valores, tradições e outros aspectos da cultura ou

[130]Para nomear alguns: Diplomacia Económica, Diplomacia Digital, Diplomacia do Desenvolvimento, Diplomacia Económica, Diplomacia Cibernética, Diplomacia da Inteligência Artificial, Diplomacia da Energia, Diplomacia da Saúde, Diplomacia da Ciência, Diplomacia do Desporto, Diplomacia do Clima, Diplomacia da Educação, Diplomacia Pública; Diplomacia Silenciosa e Secreta, Diplomacia de Crise, Diplomacia Coercitiva, Diplomacia Revolucionária, Diplomacia da Conferência, Diplomacia da Cidade, Diplomacia de Celebridades, Diplomacia Digital, Diplomacia Empresarial, Diplomacia Religiosa; Diplomacia Militar, Diplomacia Ambiental, Diplomacia Científica, Diplomacia Indígena, diplomacia cultural, etc. (vide, entre outros: Constantinou et al., 2016 e Cornago, 2008).

[131]Abordado mais adiante nesta secção.

identidade, seja para fortalecer relacionamentos, aumentar a cooperação sociocultural e promover interesses nacionais, podendo ser praticada pelo setor público, privado ou pela sociedade civil (ICD, 2023). Além de reforçar os objetivos estratégicos específicos ou orientados para a política externa, a dimensão normativa da diplomacia cultural continua sendo um ativo significativo para a capacidade de *soft power* de uma nação. A diplomacia cultural constrói relacionamentos, credibilidade e confiança a longo prazo e é especialmente importante quando as relações formais entre governos ou enviados diplomáticos são tensas ou lesadas (Rawnsley, s.d.).

Outro tipo de diplomacia importante para um PEID e intimamente ligada à diplomacia cultural (muitas vezes são usadas de forma intercambiável) é a pública. Esta diplomacia refere-se a atividades e relações estatais predominantemente culturais e informativas, projetadas para informar, influenciar e envolver públicos estrangeiros com o propósito de apoiar os objetivos da política externa vinculados ao interesse nacional (Snow, 2020, Tuch, 1990), bem como criar uma imagem positiva/favorável de um Estado ou de seus públicos nos corações e mentes de outros atores estatais e seus públicos (Dinnie, 2016; Dinnie & Sevin, 2020). Outrossim, envolver-se com o próprio eleitorado doméstico almejando o desenvolvimento da política externa e construção de identidade externa tornou-se parte da estratégia da diplomacia pública de países tão diversos como Canadá, Chile e Indonésia (Melissen, 2005; Potter, 2002). Através desta diplomacia, cujo elemento central é também a cultura, um Estado divulga ideias e políticas, programas, ou perspetivas para públicos globais/estrangeiros, usando métodos de divulgação diplomática, incluindo média social, comunicados de imprensa, gestão de sites e outras ferramentas de informação. Credibilidade, relevância e consistência nas mensagens são medidas críticas de sucesso desta diplomacia (Snow, 2020, p.4).

Enquanto a diplomacia pública se destina ao público em geral em sociedades estrangeiras, mais especificamente grupos, organizações e outros indivíduos não oficiais (Melissen, 2005, p.5), a diplomacia cultural representa a forma como um Estado usa arte e cultura para forjar um terreno comum e manter um bom relacionalmente com outros Estados e tende a ser uma comunicação entre funcionários e governos e não necessariamente voltada para o público em geral. Contudo esta separação tende a ser ilusiva, pois mesmo quando a mensagem é dirigida a entidades oficiais, sobretudo quando se usa tecnologia de informação e comunicação, essa mensagem pode atingir

o público em geral também. Seguindo a tendência/evolução da diplomacia em geral, Zaharna e Uysal (2016) sugerem que as práticas de diplomacia pública do século XXI evoluíram para incluir vários atores, incluindo organizações empresariais, não governamentais e transnacionais que colaboram e cocriam produtos de diplomacia pública. Por outro lado, existem outros atores não governamentais que podem engajar em seus próprios processos de diplomacia pública para competir ou confrontar o poder do Estado (Snow, 2020). Com efeito, grandes e pequenos atores não estatais e atores supranacionais e subnacionais desenvolvem suas próprias políticas públicas de diplomacia (Melissen, 2005).

A diplomacia pública, também intimamente ligada à diplomacia digital, foi impulsionada pelas tecnologias de informação e comunicação e tem um conjunto de ferramentas para avaliar os dados digitais em tempo real, incluindo persuasão e monitoramento constante da influência social, através dos diferentes média sociais. Isto explica o facto de as embaixadas em todo o mundo estarem a adotar rapidamente as novas medias, mas nem sempre sabem o que fazer com as mensagens que recebem, em parte devido ao pessoal despreparado para o mundo online e fora dos roteiros prescritos. De referir que na primeira década do século XXI, o *Second Life* era um meio virtual popular do qual muitas embaixadas aproveitaram para se comunicar diretamente com públicos globais cada vez mais dependentes da Internet (Sandre, 2015).

Portanto, através da sua cultura, os Estados podem fazer passar elementos que contribuem para melhorar a sua imagem ou criar uma onda/opinião positiva em relação a um determinado assunto, fazendo uso das tecnologias de informação e comunicação para influenciar públicos estrageiros, o que constitui também uma grande oportunidade para os PE ganharem influência e moldarem a agenda internacional de uma forma que vai para além do *hard power* que (não) possuem, explorando a sinergias e as áreas de interceções entre a diplomacia pública cultural e digital.

O facto da diplomacia clássica ter deixado de ser suficiente para responder aos desafios da atualidade (Burt, 1998, p.25), o que não é alheio ao fenómeno da globalização e à interdependência complexa e consequente diversificação dos atores internacionais, explica a importância crescente de um outro tipo de diplomacia que é a paradiplomacia, também denominada de diplomacia subnacional que incorpora atividades além fronteiras, nomeadamente das regiões, cidades, municípios, empresas

multinacionais, unidades federativas e Organizações Não Governamentais (ONG) . Soldatos[132] (1990), define a paradiplomacia como uma continuação direta, em diferentes níveis, de atividades estrangeiras de uma entidade sub-estatal. Em Cabo Verde a expressão cooperação descentralizada é utilizada para caracterizar essas atividades. Para Duchacek (1990), as políticas internacionais de um subestado podem ser paralelas, coordenadas ou complementares às do governo central, mas também podem entrar em conflito com as políticas e políticas internacionais do país. Para Cornago (2013) a paradiplomacia envolve a participação de governos não centrais nas relações internacionais através do estabelecimento de contactos permanentes ou *ad hoc* com entidades estrangeiras públicas ou privadas, de modo a promover questões socioeconómicas ou culturais, bem como quaisquer outras dimensões externas de suas competências constitucionais.

Sobretudo para um PEID, com limitações institucionais e de coordenação/articulação interna, a paradiplomacia pode, por um lado, constituir uma forma de diversificar as atividades e conseguir mais apoios internacionais, bem como fortalecer a política externa e a imagem destes países no exterior e, por outro, pode acarretar conflitos institucionais. Com efeito, esta crescente atividade de entidades não pertencentes aos governos centrais – sejam dos agentes públicos ou privados que participam nesta dinâmica multidimensional cada vez mais complexa de ação externa - implica dois grandes desafios. O primeiro tem a ver com a articulação da atividade paradiplomática com a política externa, seja porque a paradiplomacia é vista como um desafio à soberania do Estado, seja porque a multiplicidade de vozes que emanam de um mesmo país no cenário internacional dificulta a apresentação de uma política externa nacional coerente (Lecours, 2002). O segundo desafio tem a ver com a necessidade da devida preparação e capacitação dos atores paradiplomáticos no que diz respeito ao planeamento das suas ações internacionais (Alvarez, 2020) para evitar constrangimentos, desperdícios/ineficiências e frustrações. A paradiplomacia pode ainda causar tensão intergovernamental – entre os diferentes atores estatais - e ser suscetível a abusos e a instabilidade política (Nganje, 2014, p. 94).

Independentemente dos eventuais conflitos, para um PEID a diplomacia acaba sendo um instrumento dinâmico - que evolui com o tempo - e vital de sobrevivência

[132]O autor que introduziu o conceito de paradiplomacia.

destes países. A escolha do tipo de diplomacia deve refletir as condições e circunstâncias destes Estados, mas sobretudo deve servir para ajudar a avançar a agenda nacional em diferentes sectores. Para isso uma boa coordenação e cooperação entre os diversos atores governamentais e paradiplomáticos é fundamental para garantir a realização dos objetivos da política externa.

2.4.3 Estudo da Política Externa dos Pequenos Estados no Âmbito das Teorias das Relações Internacionais

A análise da política externa e da diplomacia dos PEID enquadra-se na análise da política externa dos Pequenos Estados (PE) que é normalmente feita a dois níveis: sistémico (Estado como parte integrante do sistema internacional) e individual (Estado como uma entidade individual). Em grande parte da literatura sobre relações internacionais, esta política externa é vista como cativa dos constrangimentos e oportunidades do sistema internacional. Autores como Fox (1959), Waltz (1979, 1959), Handel (1990), Walt (1987), Zahariadis (1994), Mearsheimer (2014), Weiner (2004) e Ringsmose (2009) consideram que devido às suas fragilidades - que os tornam vulneráveis às ameaças externas - e o facto de terem capacidades e recursos limitados para mudar as posições dentro do amplo sistema-mundo, os PE estão mais preocupados com a sua sobrevivência e segurança e predeterminados a operar numa base periférica[133], enquanto uma unidade política individual a ser considerada no equilíbrio da balança de poder internacional. Essa linha de pensamento desenvolvida pelos realistas[134] foi retomada pelos neorrealistas para analisar e compreender o comportamento dos Estados. A corrente neorrealista parte do pressuposto que as restrições internacionais influenciam o comportamento do Estado e, regra geral, as pressões internacionais prevalecem sobre os interesses domésticos, as lutas políticas internas e as características de determinados Estados na tomada de decisões de

[133] Para uma compreensão cabal da teoria do sistema-mundo vide Wallerstein (1976).

[134] De acordo a visão de Morgenthau (1948), comumente aceite como o pai do paradigma realista no campo das relações internacionais, o realismo tem como base uma série de pressupostos chave, a saber, que: i) O Estado é o ator central na arena internacional; ii) O estado natural da política internacional é o da anarquia - no sentido em que não há autoridade legal para vincular um Estado quando ele percebe que desassociar-se de qualquer acordo favorece o seu interesse; iii) Todos os Estados buscarão ter o máximo de poder possível; iv) A natureza intrínseca dos seres humanos determina o comportamento dos Estados; v) Os Estados, almejando poder e segurança, definirão e adotarão políticas de acordo com uma estrutura racional e vi) A força, ou a capacidade e vontade de usar a força, quando considerada necessária, é parte integrante da condição do Estado.

política externa, tendo em conta o carácter anárquico e caótico do sistema internacional e o fato de, em consequência, os Estados terem de garantir a sua própria segurança (Elman, 1995, p.172). Os neorrealistas defendem ainda que os estadistas, respondem racionalmente a certas pré-condições (capacidade e poder relativo do seu Estado e ameaça dos atores externos) e invariavelmente escolherão a política externa que oferece maior probabilidade de maximizar os benefícios e minimizar riscos de segurança, independentemente das condições internas (Abo Lila, 2017; Elman, 1995).

Seguindo a linha de pensamento dos neorrealistas, considera-se que os PE têm uma participação restrita nos assuntos internacionais, são a favor das organizações governamentais internacionais, são fortes defensores do Direito Internacional, evitam o uso da força militar e, regra geral, têm prioridades internacionais limitadas e na sua maioria regionais (Evans & Newnham, 1998, pp. 500–501). Contudo, apoiar o Direito Internacional, privilegiar a atuação a nível multilateral e através das organizações internacionais, optar pela diplomacia e rejeitar o uso da força, são características da política externa que podem não ser exclusivas dos PE, mas de todos os que praticam uma política externa influenciada por considerações de ordem ética e normativa.

Tanto os académicos como os diplomatas entendem que os elementos que acentuam a distinção entre a política externa dos PE e dos seus pares grandes, têm a ver com o facto destes Estados operarem em circunstâncias diferentes, ditadas fundamentalmente por falta de recursos, particularmente no que concerne ao problema de escassez de recursos humanos na burocracia, em geral, e nos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, em particular, e à elevada vulnerabilidade económica (Maass, 2009, p.78). As consequências da capacidade limitada dos PEID são exacerbadas pela assimetria de poder internacional, deixando os PE com capacidade limitada de influenciar os preços e as políticas em geral ao mesmo tempo que têm: dificuldades em gerir as ameaças à sua segurança, poder diplomático limitado para influenciar negociações e instituições internacionais, abertura crónica aos regimes de comércio internacional e vulnerabilidade a vários outros choques externos, económicos ou ambientais (Armstrong & Read, 2002; Briguglio, 1995; Cooper & Shaw, 2009; Thorhallsson & Steinsson, 2017; Värynen, 1971).

Outrossim, embora do ponto de vista estritamente legal todos os Estados soberanos sejam iguais, politicamente estão longe de gozarem da mesma igualdade

(Neumann & Gstoehl 2006, p .5), o que revela algumas contradições do próprio sistema internacional. Com efeito, se, por um lado, este legitima e perpetua a noção da soberania do Estado baseada nas relações de poder, por outro, promove e realça a proeminência da noção de dependência coletiva das leis do direito internacional, através de instituições globais como as Nações Unidas ou experiências regionais de diferentes graus de integração como a União Europeia, a União Africana, a ASEAN, entre outras. Os Estados grandes, *i.e.* poderosos, continuam a ser os atores dominantes, capazes de definir as oportunidades e impor os limites daquilo que os PE podem atingir, daí que uma boa parte da literatura respeitante aos PE, na asserção de Ethridge (2004, p. 2), ainda enfatize a dicotomia entre poderes hegemónicos e seus fracos e menos estandardizados vizinhos.

Todavia, recentemente, esta visão realista/neorrealista de que os PE nada podem fazer para mudar o curso dos acontecimentos a nível internacional e que a sua política interna pouco pode influenciar a sua política externa, tem vindo a ser questionada por alguns autores, que encontraram provas empíricas convincentes (Galal, 2020), sobretudo no seio da União Europeia (vide nomeadamente Mosser, 2001 e Ethridge, 2004, Elman,1995) de que, não só a política doméstica[135] pode mudar os rumos da política externa de um PE, como estes Estados podem ter um papel importante no sistema internacional, salvaguardadas algumas condições específicas, seja pelo fato exclusivo de existirem em número considerável. Estes Estados ao fazerem a correta priorização dos assuntos, negociar com tática e desenvolver *expertise* em regras e dinâmicas institucionais, podem ir além da mera defesa dos interesses nacionais centrais e exercer influência positiva nas instituições internacionais, através de, *inter alia*, ajudar na formação de consenso, adoção de políticas inovadoras, bem como da liderança de processos externos (Thorhallsson & Bailes, 2020). Tal deve-se ao facto de que, no desenvolvimento das suas ações, estes Estados tendem a ser cautelosos, flexíveis e a procurar consenso e construção de coligações, preferencialmente dentro de um ambiente institucional que pressupõe algumas regras básicas do jogo e que desencoraja comportamentos mais agressivos por parte dos grandes poderes (Wivel & Baldacchino, 2020).

[135] O que põe em xeque o defendido pelos neorrealistas de que o nível de análise mais adequado para a análise da política externa deste grupo de países é o sistema internacional, por este ser o fator determinante desta política.

Na asserção de Mosser (2001, p.54), o foco no poder é não na influência (dos PE) e nos Estados individualmente no sistema internacional ao invés de no seio das organizações internacionais é que tem levado a que se descarte a possibilidade dos PE poderem agir estrategicamente para preservar a sua segurança e ao mesmo tempo contribuir para a estabilidade e eficiência das organizações internacionais. Outrossim, a política externa destes estados nem sempre reflete interesses de segurança nacional ou interesses sistémicos/estruturais imperativos. Chong e Maass (2010, p. 381) também advogam que a visão dos realistas da impotência dos PE está agora, no século XXI, obsoleta, pois, há múltiplas dimensões e possibilidades de exercício de poder dos mesmos. Avançam ainda que quando este poder é exercido, estabiliza a ordem internacional ao tratar questões morais e humanitárias relegadas para segundo plano pelos grandes Estados. Com efeito, numa era de grandes potências, o *soft power* e a diplomacia económica podem ser a chave não apenas para um conjunto eficaz de políticas de um país, mas também para a revigorização do sistema económico global (Yueh, 2020, p.8).

Chong (2007, p.2) por seu lado, identifica três possíveis dimensões em que o *soft power* dos PE pode ser desenvolvido e "aumentar virtualmente" o poder dos mesmos, quais sejam: *alargamento do potencial da sua economia política, modelos de boa governação e mediação diplomática*. A primeira dimensão tem a ver com a criação e promoção do potencial da economia política através da gestão competente da distribuição da riqueza entre a população e ao mesmo tempo a criação de uma boa reputação que permita captar fluxos de trabalho, capital, comércio e investimento. Essas condições de base permitem que Estados pequenos, com recursos mínimos, possam desenvolver *soft power* ao concentrarem-se num determinado nicho de mercado e utilizando *outsourcing*/terceirização. A segunda dimensão tem a ver com o facto de a integração na rede global capitalista requerer a boa governação dos países, como espelham as condicionalidades impostas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional aos países que ajudam financeiramente. A mediação diplomática perfaz a terceira dimensão do *soft power* do grupo dos Estados em análise e advém do capital moral derivado da reputação interna e internacional dos mesmos que faz com que sejam ótimos candidatos para mediar diferendos entre outros Estados (*op. cit*., p.2-11). Ainda segundo este autor, os PE podem utilizar o sucesso da sua experiência de desenvolvimento e sua boa governação para alargar o seu potencial

económico, captando investidores internacionais e redes comerciais[136], podendo ainda servir de mediadores internacionais quando são imparciais.

Outrossim, a imagem inofensiva e imparcial que torna os PE credíveis também torna os seus diplomatas e estadistas hábeis e atraentes candidatos para missões internacionais de apuração de fatos, comissões de investigação e processos de mediação (Thorhallsson & Bailes, 2020). Os PE podem ainda desempenhar determinadas funções e elevar seus perfis quando assumem a presidência de organizações regionais ou outras instituições e quando sediam reuniões multilaterais em seu território (*idem*).

Tendo em conta que os PE atuam num ambiente que vai desde o uso discricionário do poder à observância coletiva da aplicação das normas do direito internacional, a mais-valia dos mesmos está em conseguir que prevaleça o Estado de Direito e a ideia de ilegalidade para quem tem um comportamento adverso, o que *per se* pode ajudar a ultrapassar a tentação do uso discricionário do poder como opção política viável pelos membros mais poderosos do sistema internacional (Camilleri, 2007, p. 3).

Ademais, a capacidade dos Pequenos Estados de se unirem e atuarem em conjunto — o que requer persistência diplomática, ao contrário da diplomacia coerciva, cujo impacto é mais imediato — pode aumentar a possibilidade de influenciarem o sistema internacional ou ganharem alguma margem de manobra. Nesse sentido, a influência e contribuição dos PEID, através da AOSIS, nas negociações internacionais, especialmente no contexto das mudanças climáticas (Grecequet et al., 2017; Betzold, 2015; Jaschik, 2014; Betzold et al., 2012; UN, 2010; Parry et al., 2007; UNFCCC, 2005; Ashe et al., 1999), constitui um exemplo paradigmático de como ultrapassam as barreiras e assimetrias impostas pelas abordagens neorrealistas ou neoliberais da política climática internacional (Grecequet et al., 2017; Hoad, 2015).

Os PEID, mediante uma diplomacia tenaz e articulada, têm exercido uma influência notável sobre os acordos universais relativos às mudanças climáticas, assim

[136] Nunca é demais realçar que os empréstimos e disponibilidade de IDE não são garantidos aos pequenos Estados, *i.e.,* não é uma questão de acesso automático da generosidade das instituições internacionais - nem mesmo os recéns graduados ao grupo dos PRM têm essa benesse - mas sim dependem, dentre outros motivos, da própria reputação e capacidade diplomática do país em causa.

como no estabelecimento de instituições no âmbito das Nações Unidas, nomeadamente a UNFCCC de 1992, o subsequente Protocolo de Quioto de 1997 e o histórico Acordo de Paris de 2015. Por meio desta intervenção, têm conseguido que as suas legítimas preocupações sejam consideradas na formulação dos quadros institucionais neste domínio específico (Rasheed, 2019). Com efeito, desempenharam um papel preponderante na criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e, subsequentemente, continuaram a assumir um protagonismo dinâmico e bem-sucedido no processo de negociação climática (De Águeda Corneloup & Mol, 2014; Benjamin, 2011). Ademais, Lakatos (2017) sublinha o papel relevante dos Pequenos Estados na promoção dos direitos humanos, evidenciando o seu contributo para a construção de uma agenda internacional centrada na salvaguarda dos direitos dos mais vulneráveis, consolidando assim o seu lugar como atores estratégicos na defesa de um multilateralismo inclusivo e equitativo

A influência/relevância dos PEID torna-se ainda mais percetível quando outros importantes grupos (como a União Europeia e G77+China) demonstram interesse em juntar esforço com estes países. Isso aconteceu, por exemplo, durante as negociações de Durban em 2011, quando a União Europeia (UE) e os PEID uniram forças para promover interesses comuns (Schaik, 2012, pp. 15-17). Os resultados das negociações pré e pós o Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas são o testemunho mais recente do impacto dos PEID nas negociações climáticas, mormente no que concerne à formulação e gestão de provisões especiais para garantir a ação coletiva internacional (Rasheed, 2019). Neste Acordo, os PEID conseguiram que fossem reconhecidas as suas vulnerabilidades e circunstâncias especiais, demonstraram liderança na questão da redução da emissão de gases de efeito estufa para limitar o aquecimento global abaixo de 1,5 °C, bem como conseguiram fazer avançar a negociação em relação ao complexo debate sobre Perdas e Danos (Ourbak & Magnan, 2017).

Embora as abordagens analíticas dominantes aplicadas às questões dos PE tenham usado como base os paradigmas realista e neorrealista (Baldacchino, 2009; Braveboy-Wagner, 2010; Elman, 1995; Ingebritsen, 2006), do exposto acima pode-se facilmente descortinar a insuficiência em usar as lentes destas teorias para explicar as diferentes nuances das atuações daqueles Estados na arena internacional. Isso explica a tentativa mais recente do uso da teoria construtivista, por autores como Browning e Galal, para explicar a política externa dos PE. A ascensão desse novo paradigma foi

em parte impulsionada pela constatação do facto das teorias das relações internacionais terem dificuldades em acompanhar o desenvolvimento político dos PE e consequentemente em poder explicá-lo (Neumann & Gstohl, 2006; Neuman, 1998).

O construtivismo, ao incorporar noções inovadoras como ideias, valores, identidades, crenças, perceções e preferências dos líderes políticos, enriqueceu a compreensão das motivações subjacentes ao comportamento dos atores no sistema internacional, postulando uma interação incessante entre o sistema internacional em constante construção e os atores, sejam eles estatais ou não estatais (Galal, 2020). Além de não descurar a centralidade do interesse enquanto motor das ações (Giddens, 2011), esta corrente preserva o papel do Estado como ator primacial nas dinâmicas das relações internacionais. Esta abordagem teórica evidencia a relevância da interação entre ideias e identidades, demonstrando que as mesmas constituem o substrato sobre o qual os interesses se erguem, desafiando a conceção de que estes sejam predeterminados, afirmando, ao contrário, que resultam de um processo de construção social mediado pela interação com outros atores e circunstâncias. Nesta perspetiva, a realidade internacional é concebida como uma construção social, onde as interações entre valores, identidades e práticas influenciam decisivamente os interesses do Estado, os quais são, por sua vez, reflexo das suas capacidades nacionais. Consequentemente, ao advogar que o carácter caótico do sistema internacional é uma criação dos próprios Estados-nação, e não uma condição imanente ao sistema, o construtivismo rejeita os postulados realistas que veem o caos como uma constante inescapável da experiência humana. Kubalkova (2015) acentua essa visão ao sustentar que a arquitetura dos blocos internacionais deve assentar em ideias e identidades compartilhadas, em vez de ser regida exclusivamente pela força material, como preconiza o realismo.

Não alheia à ascensão do construtivismo e consequente expansão da crença de que ideias são importantes na política internacional, alguns estudiosos voltaram as suas atenções para os pontos fortes dos PE, nomeadamente o fato de poderem agir para moldar e fortalecer os códigos internacionais de comportamento em relação àquilo que se considera o comportamento apropriado do Estado (Ingebritsen, 2002). Outros autores direcionaram a sua atenção para analisar como o conceito da identidade poderia ajudar a explicar a natureza mutável da política internacional na era pós-Guerra Fria e onde os PE poderiam encaixar-se na nova ordem (Browning, 2002; Kowert, 1998;

Neumann, 1998; Ringmar, 1996; Wendt, 1996; Williams, 1998). Ainda houve analistas que se concentraram na ideia de que os PE poderiam atuar como uma consciência moral internacional, particularmente em relação às mudanças climáticas (Davis, 1996).

Browning (2008) aborda a política externa dos PE através de uma perspetiva construtivista, argumentando que são as narrativas de identidade que permitem aos Estados discernir as ações possíveis e atribuir-lhes significado. Para o autor, a flexibilidade da política externa é intrinsecamente vinculada às narrativas que os políticos empregam em determinados momentos, o que pode restringir ou, inversamente, ampliar as opções de ação na arena internacional. De acordo com Galal (2020), as proposições e os argumentos emanados do construtivismo revelam que esta corrente teórica se configura como a mais apropriada para o tratamento, análise e interpretação do comportamento da política externa dos pequenos Estados, particularmente os pertencentes ao mundo em desenvolvimento. Isso se deve ao fato de que a identidade, as ideias e os valores ocupam uma posição preponderante na tomada de decisões desses países, constituindo determinantes essenciais na definição da sua política externa. Assim, os atributos e características do Estado, bem como as particularidades sociais - englobando ideologias, perceções e o conceito de identidade, além dos interesses locais dos diversos atores sociais e estatais — desempenham um papel fundamental na formulação de uma política externa que seja não apenas eficaz, mas também influente para um Pequeno Estado. Tal realidade é ainda mais pertinente ao considerar que, apesar de não possuírem as capacidades materiais e imateriais que caracterizam os países de médio e grande porte, os PE podem, ainda assim, construir políticas externas significativas e influentes (vide: Galal, 2020; Gavalia, 2013).

Em síntese, a literatura dominante nas relações internacionais tende a subestimar a importância dos PE, relegando-os a atores marginais que orbitam na periferia das questões globais. Este paradigma analítico desconsidera a influência da política interna na conceção da política externa destes Estados, conferindo primazia ao sistema internacional como a dimensão de análise mais relevante para explicar as suas escolhas. Face às vulnerabilidades, fragilidades e à escassez de poder material — particularmente em termos de capacidade militar — dos PE, assim como à assimetria do poder no contexto internacional, tanto o realismo, que enfatiza a natureza intrinsecamente conflituosa do ser humano como motor da disputa pelo poder, quanto

o neorrealismo, que se concentra na segurança, descuram determinantes cruciais que moldam o comportamento dos PE na arena internacional.

A corrente construtivista, ao enfatizar que os aspetos significativos das relações internacionais são, em última instância, moldados por um conjunto de ideias, identidades, normas e valores, enaltece a relevância dos determinantes internos - tais como a liderança e a perceção política - e das dimensões não materiais de poder na configuração da política externa dos PE. Esta abordagem, ao desvelar intersecção entre fatores internos e externos, revela-se mais adequada para explicar o comportamento dos PE no domínio externo. Independentemente da teoria que se escolha para debruçar sobre a análise da política externa destes Estados, a maioria dos estudiosos concorda que os PE detêm, na verdade, uma capacidade de manobra na sua política externa que frequentemente é subestimada e relegada para um plano secundário (Subotić, 2016; Reeves, 2014; Corneloup & Mol, 2013; Chong, 2010). Contrariando as expectativas estabelecidas pela literatura académica, em termos práticos, hoje os PE são mais visíveis e proeminentes do que em qualquer outro ponto da história mundial (Baldacchino & Wivel, 2020, p.2). Mais do que isso, existem diversas análises, seja a nível da influência individual dos PE no seio das organizações regionais, ou relativamente ao resultado do esforço conjunto dos mesmos enquanto grupo (como o exemplo de AOSIS supra descrito), que sugerem que os PE não sejam desprovidos de qualquer influência a nível internacional, podendo inclusive desempenhar papel externo eficaz e até influente.

Isto não quer dizer que se devam descartar os argumentos de que as vulnerabilidades e fragilidades dos PE constrangem a sua política externa ou que os PE devem ou podem negligenciar o ambiente externo na definição das suas ações externas, pelo contrário, para que sucedam não só certas condições devem ser garantidas (particularmente, solidariedade coletiva, arranjos institucionais internacionais que permitam/promovam a participação destes Estados e sobretudo a observância da aplicação das normas do direito internacional), como também devem saber navegar no sistema internacional, forjando parcerias estratégicas, adotando soluções criativas e fazendo uso de determinadas ferramentas (como diferentes tipos de diplomacia) para melhor poderem aproveitar as janelas de oportunidades existentes.

Só assim, poderão os PE usar a sua política externa como um instrumento para fazer avançar a sua agenda nacional, exercer alguma influência e ter um papel ativo na governança global, sobretudo a nível regional, onde podem desenvolver um papel importante na manutenção da paz e segurança. Al-Ani (2013), num estudo de caso de 2003 a 2009 sobre a política externa do Reino do Bahrein, concluiu que os pequenos Estados, através da sua política externa, fazem contribuições generosas para organizações regionais e internacionais.

No estudo de caso que se apresenta a seguir, proceder-se-á à análise da forma como um PEID) - Cabo Verde -, alicerçado na sua agenda nacional de desenvolvimento, empregou a sua política externa como uma ferramenta estratégica para obter recursos essenciais para o seu processo de desenvolvimento. Este processo culminou na transição de Cabo Verde de PMA para País de Rendimento Médio (PRM), evidenciando que, de facto, os fatores internos, mais do que meramente relevantes na formulação da política externa de um PE, podem revelar-se cruciais e determinantes.

CAPÍTULO III

3. BREVE CARACTERIZAÇÃO DE CABO VERDE: DE UM ESTADO ‘’INVIÁVEL’’ A PAÍS DE RENDIMENTO MÉDIO (PRM)

Este capítulo pretende dar a conhecer Cabo Verde, um país arquipelágico com desafios específicos, cuja caracterização clara se torna imprescindível para uma melhor compreensão das opções tomadas até ao presente e das decisões a considerar no futuro no âmbito da sua política externa.

Figura 2: Mapa de Cabo Verde

Fonte: https://www.mapsland.com/africa/cape-verde/large-regions-map-of-cape- verde (2024)

Cabo Verde, um país arquipelágico, composto por 10 ilhas[137] e um conjunto de ilhéus, localizado no meio do oceano Atlântico entre os continentes africano, europeu e americano, enquadra-se facilmente no grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), na medida em que obedece a todos os critérios elencados por Henrikson[138] e outros elementos tidos em consideração na definição de um PE.

[137] Nove das quais são habitadas.
[138] Vide a definição de Pequenos Estados no Capitulo II.

Uma população de 491.233 (Censo de 2021)[139] habitantes e uma área total de 4.033 km², coloca o país imediatamente no grupo dos PEID, quando o critério é a população ou extensão territorial. No entanto, tem uma vasta Zona Económica Exclusiva (ZEE), cerca de 734.000 km², o que equivale a aproximadamente 182 vezes o total da área emersa (MF, 2021). O país é conhecido pelas suas vulnerabilidades e fragilidades crónicas tributárias, sobretudo, da sua insularidade, exiguidade territorial, escassez de recursos minerais e humanos e condicionantes geoclimáticas. Além de padecer de secas cíclicas, somente 10% do seu território é classificado como terra cultivável. A insularidade cria problemas consideráveis de conectividade, bem como desafios para a prestação de serviços, nomeadamente o fornecimento de energia, água, educação e saúde. Mesmo abstendo-se de levar em consideração os critérios qualitativos, Cabo Verde é, sem margem para dúvida, em termos relativos e absolutos, um país pequeno, além de insular.

Figura 3: Mapa de Localização de Cabo Verde

Fonte:https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-estrategica-de-Cabo-Verde_fig1_340592883 (2024)

[139] Dados do Censo de 2021 em: https://ine.cv/censo-2021/.

Quadro 2: Evolução da População Residente em Cabo Verde por Ilha (1970-2010)

	Ano				
Meio de Residência/Concelho	**1970**	**1980**	**1990**	**2000**	**2010**
Cabo Verde	270.999	295.703	341.491	434.625	491.875
Meio Urbano	……	…….	150.599	234.368	303.979
Meio Rural			190.892	200.257	187.896
Santo Antão	44.623	43.321	43.845	47.170	43.915
São Vicente	31.578	41.594	51.277	67.163	76.140
São Nicolau	16.308	13.572	13.665	13.661	12.817
Sal	5.505	5.826	7.715	14.816	25.779
Boavista	3.569	3.372	3.452	4.209	9.162
Maio	3.466	4.098	4.969	6.754	6.952
Santiago	128.782	145.957	175.691	236.627	274.044
Fogo	29.412	30.978	33.902	37.421	37071
Brava	7.756	6.985	6.975	6.804	5.995

Fonte: Elaboração própria com os dados do INE (2016)

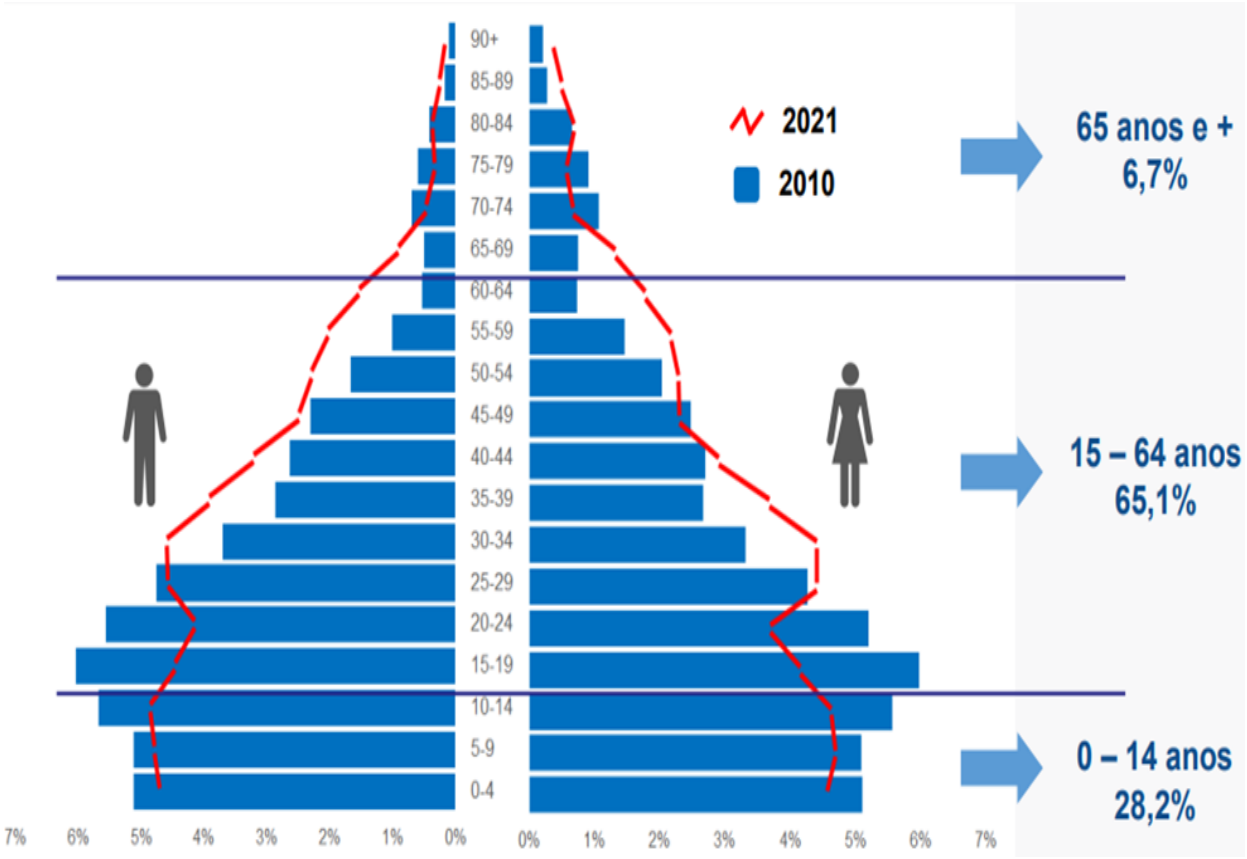
Quadro 3: População Residente Segundo Meio de Residência por Concelho em 2021

	Cabo Verde	Urbano		Rural	
	Nº	Nº	%	Nº	%
Total	**491 233**	**364 106**	**74,1**	**127 127**	**25,9**
Ribeira Grande	15 128	6 322	41,8	8 806	58,2
Paul	5 770	1 445	25,0	4 325	75,0
Porto Novo	16 052	11 241	70,0	4 811	30,0
São Vicente	75 845	70 743	93,3	5 102	6,7
Ribeira Brava	6 996	2 863	40,9	4 133	59,1
Tarrafal São Nicolau	5 310	4 420	83,2	890	16,8
Sal	33 615	32 144	95,6	1 471	4,4
Boavista	12 798	11 049	86,3	1 749	13,7
Maio	6 330	4 504	71,2	1 826	28,8
Tarrafal	16 892	13 714	81,2	3 178	18,8
Santa Catarina	37 982	21 662	57,0	16 320	43,0
Santa Cruz	25 152	10 136	40,3	15 016	59,7
Praia	145 378	141 219	97,1	4 159	2,9
São Domingos	14 051	2 963	21,1	11 088	78,9
São Miguel	12 966	6 349	49,0	6 617	51,0
São Salvador do Mundo	7 482	2 066	27,6	5 416	72,4
São Lourenço dos Órgãos	6 328	630	10,0	5 698	90,0
Ribeira Grande Santiago	7 757	3 326	42,9	4 431	57,1
Mosteiros	8 084	4 096	50,7	3 988	49,3
São Filipe	20 927	10 239	48,9	10 688	51,1
Santa Catarina Fogo	4 743	724	15,3	4 019	84,7
Brava	5 647	2 251	39,9	3 396	60,1

Fonte: INE (2022)

Como se pode ver nos quadros 2 e 3, nos anos de 1970 a 2021, a população em Cabo Verde aumentou de 270.999 para 421.233 habitantes. Com uma tendência crescente de urbanização, sendo que mais de 60% dos habitantes vivem nas grandes cidades do país. A pirâmide etária da população (gráfico 1) apresenta uma base relativamente larga, o que chama a atenção para o facto de o país ter uma população maioritariamente jovem, o que não corresponde a um movimento recente, embora haja uma tendência de contração da população mais nova.

Gráfico 1. Pirâmide Etária de Cabo Verde, 2010 e 2021



Fonte: INE (2022)

Por causa das suas fragilidades sociais e económicas e limitados recursos, logo após a independência Cabo Verde foi considerado um Estado inviável por organizações e instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM)[140]. É num contexto socioeconómico pós-independência periclitante, de grande revés interno, aliado a um contexto internacional da guerra fria protagonizada por dois grandes blocos políticos que este pequeno Estado insular escolhe as principais estratégias políticas e económicas projetadas para o tirar do marasmo em que se encontrava. Com efeito, a taxa de analfabetismo rondava os 50%, havia fraca produtividade e a infraestrutura económica era praticamente inexistente, o que resultou num débil desempenho económico. De 1971 a 1980, o VAB (Valor Acrescentado Bruto) cresceu a uma taxa média anual real de 1,2%. O setor com a maior taxa média anual real de crescimento foi o agropecuário (3,7%) (Brito, 2013). O Produto Interno Bruto

[140]A tese da (in)viabilidade do Estado de Cabo Verde foi subscrita por Henry Kissinger, um dos renomados teóricos da política externa norte-americana que defendeu que um Estado que tivesse um PIB per capita inferior a 270 dólares dificilmente reuniria as condições para ser independente (Furtado, 2017).

(PIB) *per capita* na altura da independência era de cerca de $300 dólares americanos USD (INE, 2015) e em 2021 de 3293 dólares americanos (*World Development Indicadors/World Bank*, 2023[141]). No quadro 4, pode-se constatar que tanto os ativos como os passivos estavam em números bastantes reduzidos nos anos logo após a independência.

QUADRO 4: Saldos em Fim de Período (Em Milhões de Escudos Cabo-Verdianos), 1975-2010, Balancetes do Banco de Cabo Verde e dos Bancos Comerciais; Cálculos do Banco de Cabo Verde em INE (2015) e dados do Banco de Cabo Verde no Relatório de Política Monetária e o Boletim Estatístico, disponível online em: https://www.bcv.cv/pt/Paginas/Homepage.aspx

ATIVO	Ano					
	Dez-75	Dez-80	Dez-90	Dez-00	Dez-10	Dez-23
Ativos Líquidos Sobre o Exterior	500,5	1.783,1	5.003,4	7.368,5	29.417,2	45.000,0
Disponibilidade Líquida sobre o Exterior (Curto Prazo)	240,2	855,7	2.401,2	6.845,3	30.611,7	40.000,0
Banco de Cabo Verde	500,5	1.783,1	5.003,4	4.125,3	31.056,0	35.000,0
Bancos Comerciais	-	-	-	3.243,2	1.638,7	5.000,0
TRUST FUND 1/	-	-	-	10.631,7	11.191,5	12.000,0
Ativo Interno Líquido	-	1.013,0	8.959,9	41.551,4	96.391,0	100.000,0
Créditos à Economia	-	1.121,0	8.441,9	41.551,4	100.329,9	90.000,0
Crédito às Instituições Financeiras não Monetárias	-	-	-	0,0	0,0	0,0
Outros Ativos Financeiros	-	-	518,0	- 7.437,6	- 18.084,4	10.000,0
PASSIVO						
Massa Monetária	-	2.796,1	13.963,3	41.482,3	111.662,8	120.000,0
A - Passivos Monetários	-	2.212,0	6.460,5	20.130,6	43.564, 7	50.000,0
B - Passivos Quase-Monetários	-	584,1	7.502,8	21.351,7	68.098,1	70.000,0

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2015)

[141]Disponível online em: https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators.

Contudo, apesar dos desafios e vulnerabilidades estruturais, desafiando todas as previsões que se delinearam nos anos subsequentes à sua independência, Cabo Verde alcançou um desenvolvimento económico e social notável, sendo reconhecido como um dos países líderes na redução da pobreza na região da África Subsaariana e o segundo a nível mundial a graduar-se da lista de Países Menos Avançados (PMA). Adicionalmente, posiciona-se entre os trinta melhores países em termos da concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)[142].

Segundo o segundo Relatório Voluntário Nacional VNR[143] (2021) relativo à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Cabo Verde tem obtido progressos significativos nos últimos cinco anos na área da saúde, destacando-se por melhorias substanciais na liderança, governança e regulação deste setor, assim como no desenvolvimento de um ambiente propício à iniciativa privada e às parcerias público-privadas. Os centros de saúde e hospitais regionais também foram consolidados, contribuindo para o fortalecimento da infraestrutura de saúde no país.

Os avanços conseguidos na área da saúde são particularmente relevantes atendendo ao facto que em 1975 a cobertura médica era bastante reduzida, ficando descoberta a maior parte da população rural que recebia cuidados de saúde prestados por enfermeiros que trabalhavam em postos sanitários e, ocasionalmente, através de visitas médicas itinerantes (Delgado, 2009). Outrossim, a partida de quadros técnicos após a proclamação da independência contribuiu para agravar a situação que só veio a ser remediada com a chegada de alguns médicos e outro pessoal de saúde através da cooperação internacional e o regresso de médicos cabo-verdianos que se encontravam em formação no exterior (*idem*). As instituições de saúde cresceram de forma significativa ao longo dos tempos como se pode ver no quadro 5. Paradoxalmente depois de um aumento significativo de Unidades de Proteção materno-infantil / Planeamento Familiar ou Centro de Saúde Reprodutiva nos anos 90, em 2017 o número destas infraestruturas diminuiu drasticamente.

---

[142] Vide dados do Banco Mundial, disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/pt/320521541698395488/pdf/130289-SCD-REVISED-PORTUGUESE-P159323-PUBLIC.pdf.

[143] *Voluntary National Review*.

Quadro 5 – Cabo Verde: Instituições de Saúde de 1975 a 2017

Instituições	1975	1990	2017
Hospital Central	2	2	2
Hospital Regional	1	3	4
Centro de Saúde	6	12	31
Unidade de Proteção materno-infantil /Planeamento Familiar ou Centro de Saúde Reprodutiva	0	17	4
Postos Sanitários	27	29	34
Unidade Sanitária de Base	0	55	114
Centro de Terapia Ocupacional	0	0	1
Sede Própria de Delegacia	0	0	3
Total	36	118	193

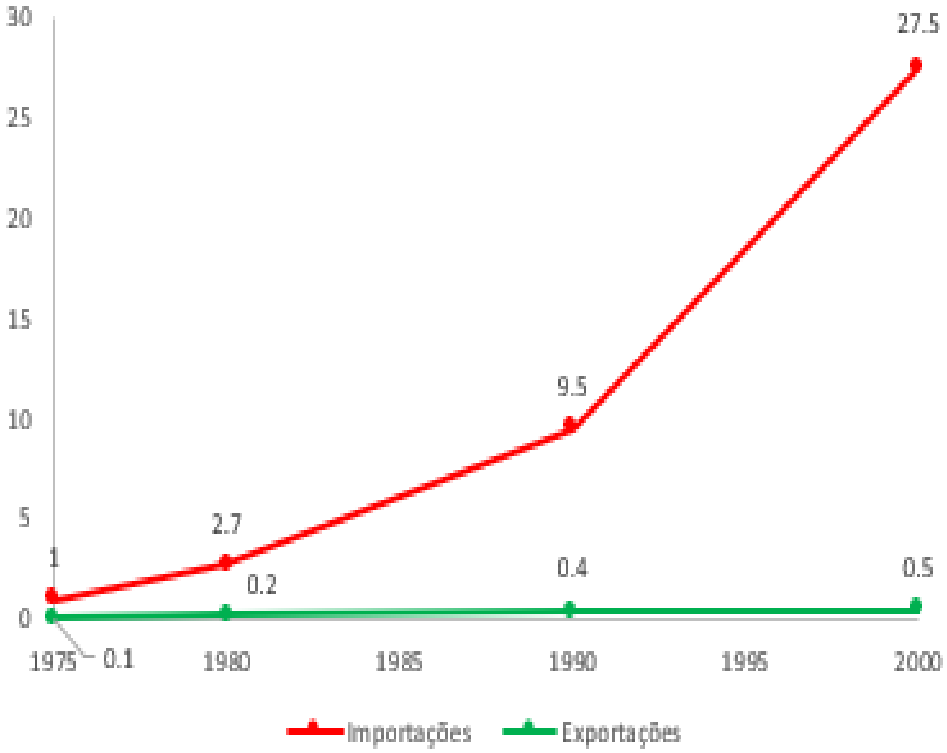
Fonte: Elaboração própria com base em MSSS (2018); MSTAS (1990); MSTAS (1986)

De realçar que, para além do investimento do governo, a área da saúde contou igualmente com verbas do Programa de Investimentos para criação das infraestruturas financiadas pela Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). A título exemplificativo, em 2017, os principais parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde no domínio de saúde, contribuíram com o total de 107,947,647 mil escudos cabo-verdianos para o investimento neste domínio (MSSS, 2018).

Ainda segundo VNR de 2021, ao nível da educação, no ano letivo de 2019-2020, foi alcançada uma taxa de cobertura de 81,6%, sem diferenças observadas entre homens e mulheres. Em 2020/2021, a taxa líquida de escolarização atingiu os 92,4%, com 61,2% no ensino secundário e 23,5% no ensino superior (*idem*), o que representa uma evolução assinalável comparado com os primeiros anos após a independência.

O gráfico 2 mostra como o comércio externo era incipiente de 1975 a 1980 em termos de volume monetário, tendo as importações triplicado no período 1990-2000 (INE, 2015). Quanto às exportações, embora tenham conhecido algum crescimento, o mesmo não tem sido expressivo.

Gráfico 2: Comércio Externo - Resumo Comparativo das Importações e Exportações (milhões de contos) 1975-2000



Fonte: Elaboração própria com os dados do INE (2015)

Entretanto, entre 2014 e 2022 (quadro 6 e gráfico 3), o comércio externo de Cabo Verde registou várias mudanças significativas. As importações aumentaram de forma expressiva, passando de 64.131 mil contos em 2014 para 96.060 mil contos em 2022, o que representa um crescimento de 25,5%. Em contrapartida, as exportações nacionais sofreram uma ligeira diminuição, reduzindo-se de 6.700 mil contos em 2014 para 5.016 mil contos em 2022, resultando numa variação negativa de 3,0%. Durante este mesmo período, as reexportações registaram um crescimento notável, aumentando de 22.978 mil contos para 31.448 mil contos, o que representa uma subida de 66,0%. Este crescimento acentuado nas importações e nas reexportações, aliado à diminuição das exportações nacionais, impactou negativamente a balança comercial, cujo défice passou de -57.432 mil contos em 2014 para -91.045 mil contos em 2022, uma variação de 27,5%. A taxa de cobertura também sofreu uma redução, passando de 10,4% em 2014 para -22,7% em 2022. Estes dados evidenciam um aumento nas importações e nas reexportações, acompanhado por uma queda nas exportações

nacionais e na taxa de cobertura, resultando num crescimento contínuo do défice comercial.

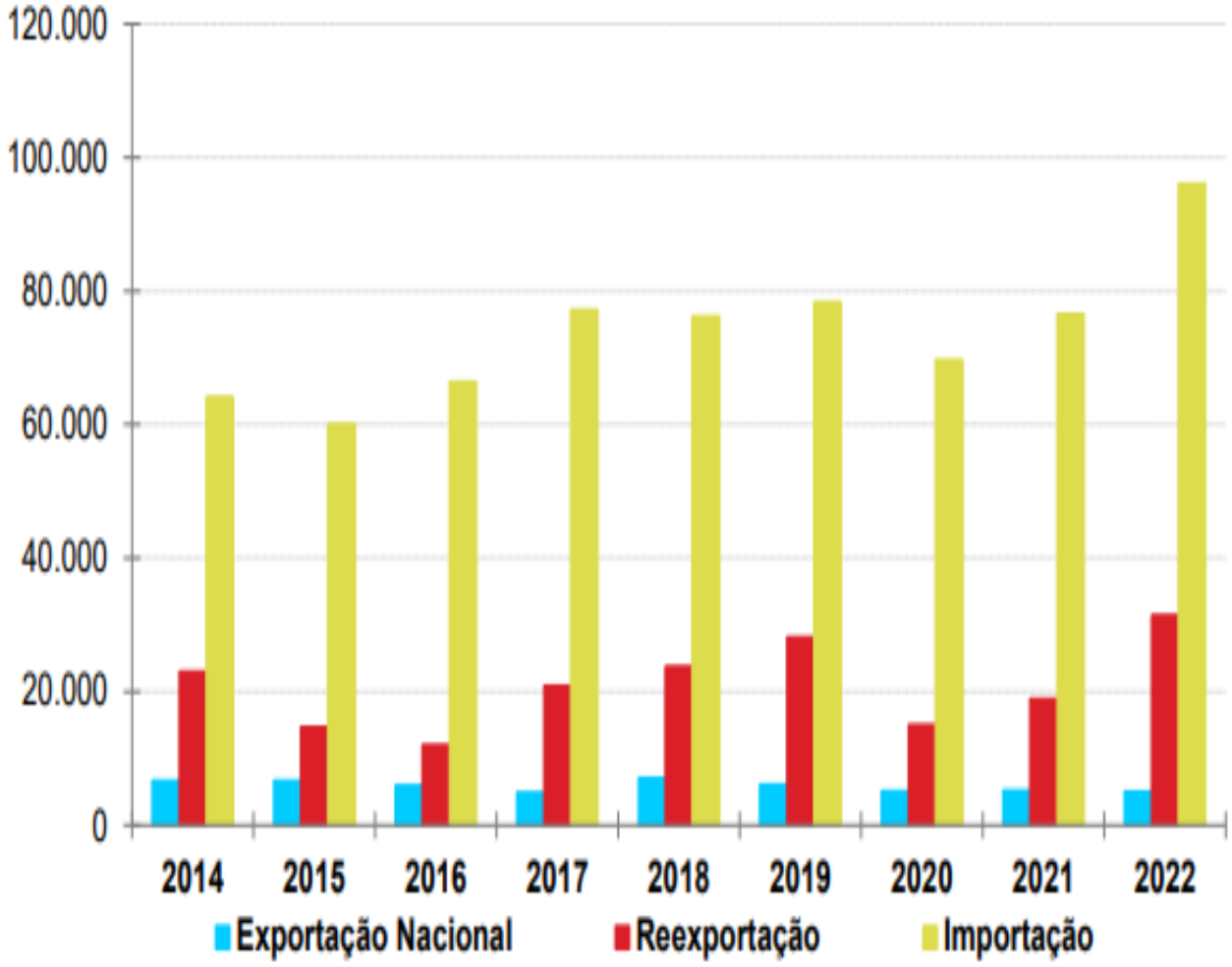
Quadro 6: Evolução do Comércio Externo, 2014 - 2022, em Milhares Contos

Indicadores	Evolução do Comércio Externo									Evol.[1]
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Importação	64 131	60 059	66 384	77 211	76 254	78 301	69 694	76 563	96 060	25,5
Exportação Nacional	6 700	6 644	5 973	4 892	7 060	6 071	5 101	5 169	5 016	-3,0
Reexportação	22 978	14 658	11 961	20 907	23 769	28 138	14 973	18 949	31 448	66,0
Balança Comercial[2]	-57 432	-53 415	-60 411	-72 319	-69 195	-72 230	-64 593	-71 394	-91 045	27,5
Taxa de Cobertura[2]	10,4	11,1	9,0	6,3	9,3	7,8	7,3	6,8	5,2	-22,7

[1]Evolução dos últimos anos (%) Referem-se somente a Exportação Nacional

Fonte: INE (2023b)

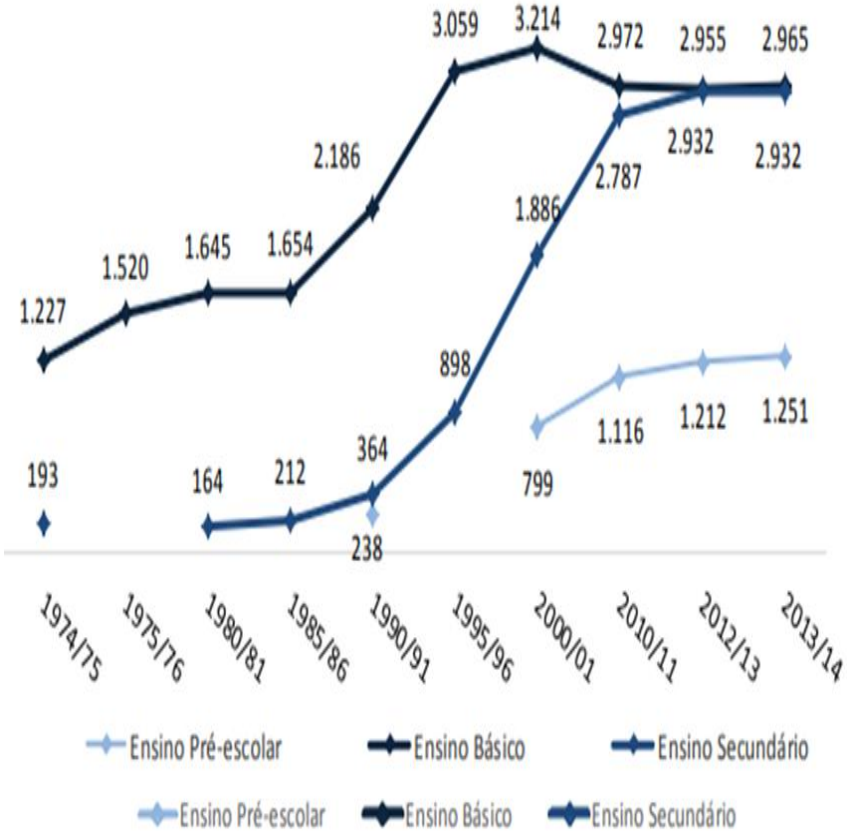
Gráfico 3: Evolução do Comércio Externo (Mil contos), Cabo Verde, 2014-2022)



Fonte: INE (2023b)

No que respeita à educação, o ensino secundário destaca-se com um aumento expressivo do número de alunos entre os anos letivos de 1974/1975 e 2013/2014, passando de 4.833 para 52.427 alunos. Observa-se que, entre 1985/1986 e 2000/2001, o número de alunos aumentou de forma consistente; contudo, a partir desse período, a tendência inverteu-se, registando-se uma diminuição gradual no número de efetivos nos anos subsequentes, conforme se pode ver no gráfico 4 e quadro 7.

Gráfico 4 / Quadro 7: Número de Estabelecimento de Ensino por Nível, 1974/75-2013-2014

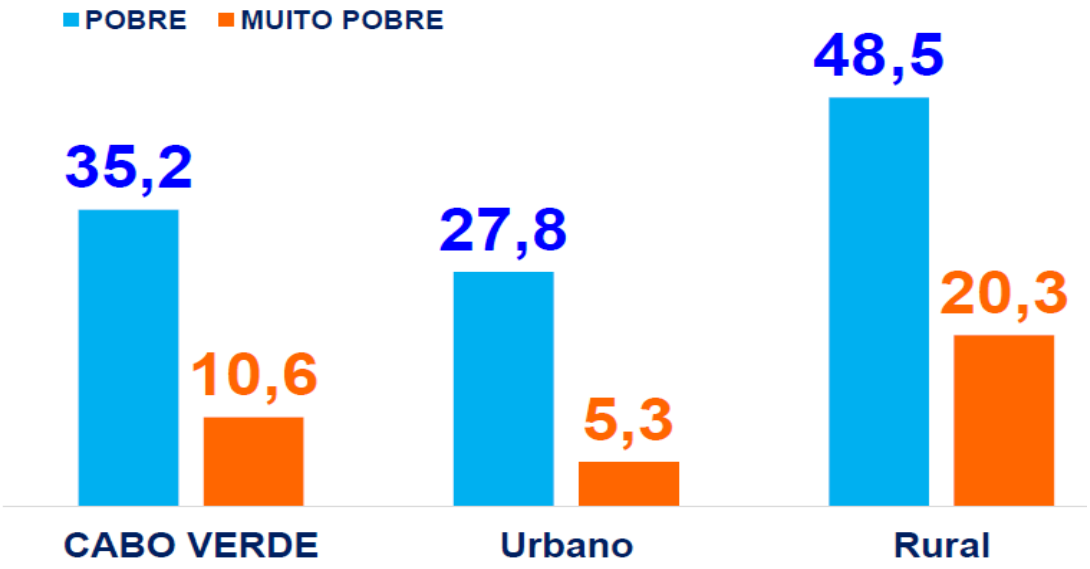


Nível	Ensino Pré-escolar	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
1974/75	-	533	17	0
1975/76	-	533	3	0
1980/81	-	-	4	0
1985/86	-	-	5	0
1990/91	203	370	8	0
1995/96	-	-	19	0
2000/01	384	420	28	0
2010/11	504	420	49	0
2012/13	516	417	49	6
2013/14	526	420	50	6

Fonte: INE (2015)

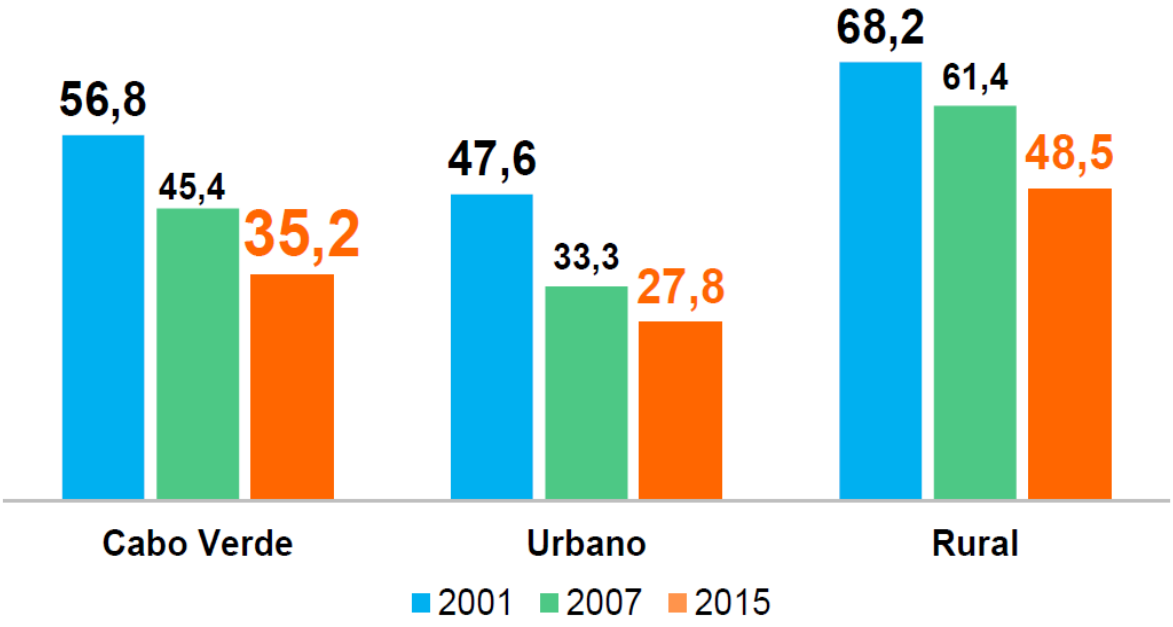
Em relação à pobreza absoluta global e extrema em Cabo Verde, a análise do gráfico 5 evidencia dados significativos sobre as condições de vida no país. No contexto nacional, 35,2% da população é considerada pobre, enquanto 10,6% vive em situação de extrema pobreza. Estes números ilustram a dimensão dos desafios sociais que Cabo Verde enfrenta. Nas áreas urbanas, a situação é relativamente menos grave, com 27,8% da população classificada como pobre e 5,3% em extrema pobreza. Em contraste, nas áreas rurais, a pobreza revela-se muito mais acentuada, abrangendo 48,5% da população, dos quais 20,3% vivem em extrema pobreza (gráfico 5). Estes dados refletem uma disparidade acentuada entre as áreas urbanas e rurais, onde a pobreza se revela significativamente mais prevalente e profunda nas zonas rurais.

Gráfico 5: Pobreza Absoluta Global e Pobreza Absoluta Extrema (2015)
Percentagem (%) da População Pobre e em Extrema Pobreza.



Fonte: INE (2018c) **179.909** Pobres **32.738** Agregados Pobres

Gráfico 6: Incidência da Pobreza, Segundo Meio de Residência. Cabo Verde, 2001/02, 2007 e 2015



Fonte: INE (2017, 2018b)

Com efeito, uma análise aprofundada das realizações dos ODM mostra que em Cabo Verde - apesar do país ter conseguido realizar quase todos os ODM - subsistem desigualdades socioeconómicas e combater essas desigualdades requer esforços e recursos adicionais a mobilizar interna e externamente através de parcerias para o desenvolvimento (MF, 2015). Com base na população total de Cabo Verde em 2015 (511.217 pessoas)[144], o gráfico 5 ilustra uma grande discrepância entre a pobreza absoluta global e extrema nas áreas rurais e urbanas. Adicionalmente, o número de pessoas classificadas como pobres é superior ao dos que vivem em pobreza extrema. O gráfico 6 sugere que estas disparidades entre meios urbanos e rurais não constituem um fenómeno recente, mas antes um reflexo contínuo do processo de desenvolvimento do país. Observa-se ainda um desfasamento acentuado nas médias das despesas anuais entre ilhas, sendo em alguns casos o triplo (gráfico 7). No entanto, tem-se verificado uma redução consistente da pobreza absoluta global em ambos os meios de residência.

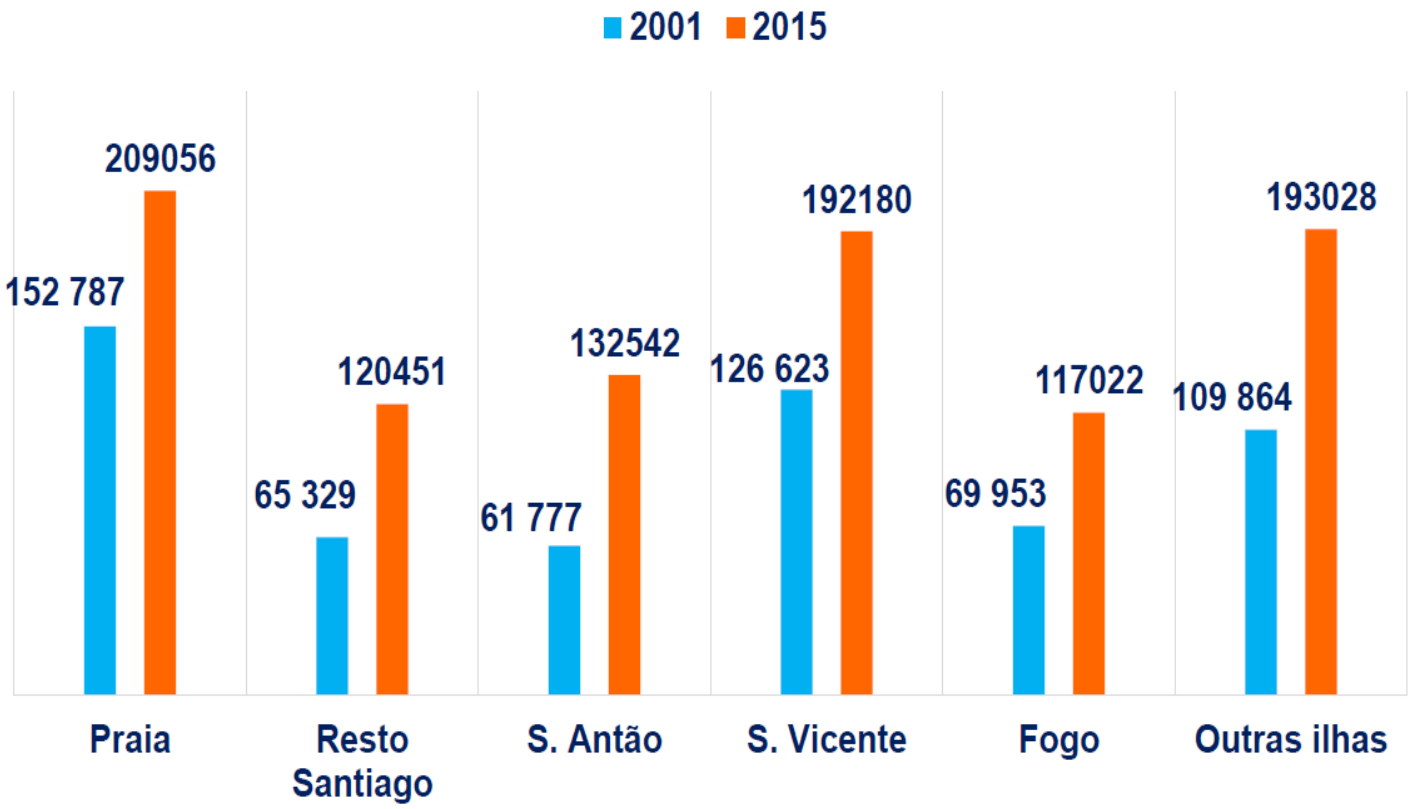
Observa-se igualmente uma diminuição da pobreza extrema, sobretudo no meio rural. A nível nacional, a taxa de pobreza extrema desceu de 29,7% em 2001 para 10,6% em 2015, o que representa uma redução de 19 pontos percentuais (p.p.). No meio urbano, a redução foi de 14,3 p.p., passando de 19,6% em 2001 para 5,3% em 2015. No meio rural, a diminuição foi ainda mais acentuada, com uma queda de 21,7 p.p., baixando de 42,0% em 2001 para 20,3% em 2015 (INE, 2017). O gráfico 6 mostra que a incidência da pobreza geral se reduziu de 56,8% em 2001/02 para 35,2% em 2015, sinalizando um progresso considerável no combate à pobreza. Nas áreas urbanas, registou-se também uma evolução positiva, com a pobreza a diminuir de aproximadamente 47,6% em 2001/02 para 27,8% em 2015. Nas áreas rurais, apesar da redução de 68,2% em 2001/02 para 48,5% em 2015, a pobreza permanece mais elevada em comparação com as áreas urbanas. Estes dados revelam uma tendência de redução da pobreza ao longo dos anos, mas enfatizam que as áreas rurais continuam a enfrentar desafios consideráveis nesse domínio.

O gráfico 7 sobre a despesa média anual por Pessoa no Agregado revela que entre 2001 e 2015 houve um aumento substancial em todas as regiões de Cabo Verde,

[144] De realçar que estes dados de 2015 constituem os resultados do III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares, cujos dados foram apurados em 2017.

denotando uma evolução significativa nas condições de vida e no poder aquisitivo da população. Esta progressão económica, observada de forma abrangente, sugere não só uma expansão no consumo médio das famílias, mas também um fortalecimento das dinâmicas socioeconómicas que sustentam o incremento do bem-estar geral. Estes dados indicam um aumento geral na despesa média anual por pessoa em todas as regiões, evidenciando uma melhoria nas condições económicas e no bem-estar da população entre 2001 e 2015.

Gráfico 7: Despesa Média Anual por Pessoa no Agregado: 2001 e 2015 (em ECV)



Fonte: INE (2017)

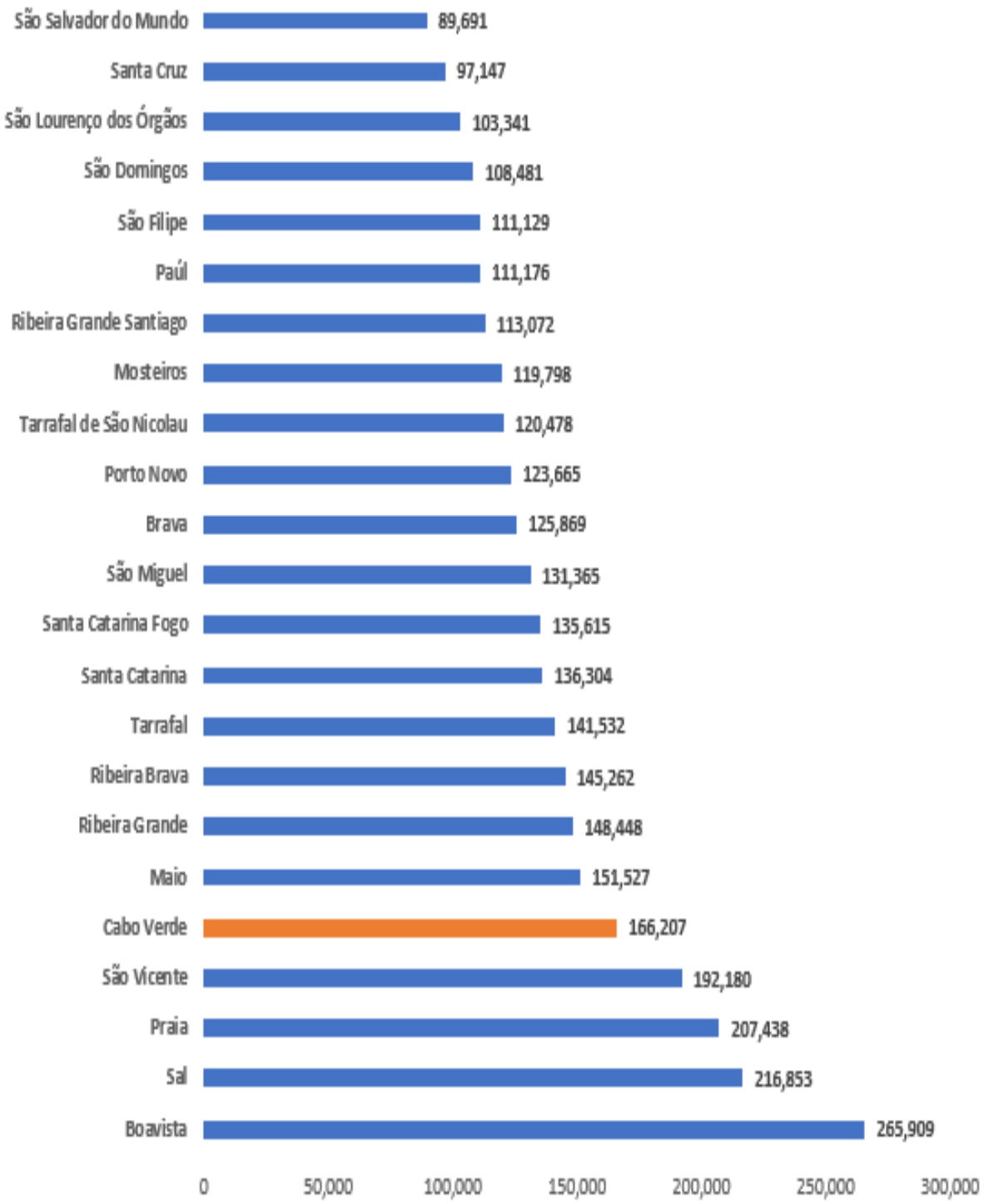
De acordo com os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Cabo Verde, houve uma redução significativa na taxa de pobreza absoluta no país. Em 2015, a taxa era de 35,5%, diminuindo para 24,75% em 2023, representando uma redução de 10,75 pontos percentuais. A pobreza extrema também reduziu pela metade, passando de 4,56% em 2015 para 2,28% em 2023, conforme o limiar internacional de

2,15 dólares por dia por pessoa. A metodologia SWIFT[145] foi utilizada para estimar essas taxas, com base nos dados do III e IV Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF). Em 2023, a taxa de pobreza absoluta nas zonas urbanas foi estimada em 21,31%, uma redução em relação aos 28,08% de 2015. Nas zonas rurais, a taxa foi de 35,23% em 2023, comparada aos 48,87% de 2015 (INE, 2023c).

O gráfico 8 sobre o nível das despesas evidencia acentuadas disparidades regionais, com Boavista a destacar-se pela maior despesa per capita, alcançando os 265.909 CVE. Sal e Praia seguem-se com níveis de despesa de 216.853 CVE e 207.438 CVE, respetivamente, revelando uma maior capacidade de consumo nas regiões com economias mais dinâmicas, especialmente influenciadas pelo turismo. Em São Vicente, o registo de 192.180 CVE permanece acima da média nacional, situada nos 166.207 CVE, refletindo uma estabilidade económica intermédia. Por outro lado, áreas como São Salvador do Mundo (89.691 CVE) e Santa Cruz (97.147 CVE) apresentam níveis de despesa significativamente mais baixos, espelhando desigualdades de desenvolvimento económico entre regiões. Este quadro aponta para uma maior concentração de despesa nos principais centros urbanos e turísticos e sugere uma necessidade de políticas de coesão regional que possam promover um crescimento mais equitativo, de modo a reduzir as disparidades regionais e garantir uma distribuição mais equilibrada dos benefícios económicos.

[145]A metodologia SWIFT (*Survey of Well-being via Instant and Frequent Tracking*) foi desenvolvida pelo Banco Mundial para estimar rapidamente indicadores de bem-estar, como a taxa de pobreza, especialmente nos períodos entre inquéritos domiciliares extensivos. Utilizando modelação estatística baseada em dados de inquéritos anteriores e fontes alternativas, como registos administrativos, o SWIFT permite monitorizar tendências de pobreza de forma mais acessível e frequente, sem a necessidade de grandes levantamentos anuais. Embora não substitua os inquéritos completos, é uma ferramenta eficaz e económica para acompanhar o bem-estar em países com recursos limitados para estudos de grande escala.

Gráfico 8: Despesas anuais médias, por pessoa, (CVE) segundo os concelhos (2015)



Fonte: Elaboração própria com os dados do INE (2018b)

Ao nível do emprego e desemprego, o país tem enfrentado alguns desafios, que vêm variando conforme as conjunturas e circunstâncias internacionais e nacionais. Entre 2000 e 2010 (quadro 8), a população residente de Cabo Verde cresceu de 431.989 para 491.875, com um aumento da proporção de homens, passando de 93 para 98 homens por 100 mulheres. A população ativa também cresceu, com um aumento significativo na participação masculina no mercado de trabalho, onde a relação de homens para cada 100 mulheres subiu de 102 para 127. A taxa de emprego também subiu, com 89,3% dos ativos empregados em 2010, em comparação a 82,6% em 2000. Embora o desemprego tenha caído de 17,4% para 10,7%, as mulheres continuam a enfrentar maiores taxas de desemprego, embora a diferença de género tenha diminuído. A taxa bruta de atividade manteve-se estável, mas com uma maior participação masculina.

Quadro 8: População Residente, Repartição da População Ativa nas suas Componentes, Taxa Bruta de Atividade por Sexo, Relação de Masculinidade – 2000 e 2010

População	2000				2010			
	Total Efetivo	%	Masculino Efetivo	%	Feminino Efetivo	%	Relação Mascul.	Total Efetivo	%	Masculino Efetivo	%	Feminino Efetivo	%	Relação Mascul.
População Residente	431.989	-	207.994	-	223.995	-	93	491.875	-	243.593	-	248.282	-	98
População Ativa Total	174.664	100	88.070	100	86.574	100	102	198.465	100	111.225	100	87.240	100	127
População Ativa Empregada	144.310	82,6	78.314	88,9	65.996	76,2	119	177.297	89,3	100.575	90,4	76.722	87,9	131
População Ativa Desempregada	30.334	17,4	9.756	11,1	20.578	23,8	47	21.168	10,7	10.650	9,6	10.518	12,1	101
Taxa Bruta de Atividade (%)	40,4	-	42,3	-	38,6	-	-	40,3	-	45,7	-	35,1	-	-

Fonte: Elaboração própria com os dados do INE (2001; 2010)

Quadro 9: Principais Indicadores do Mercado de Trabalho – 2017-2022[146]

	2017	2018	2019	2020	2022 (Resolução da 13ª CIST de 1982)	2022 (Resolução da 19ª CIST de 2013)
População total	537 231	543 492	549 699	555 839	491 233	491 233
População 15 anos ou mais	392 355	399 588	405 007	412 086	352 494	352 494
População ativa (N)	232 198	222 028	232 604	218 351	219 923	202 435
População empregada (N)	203 775	195 000	206 344	186 627	199 216	178 016
População subempregada (N)	32 581	28 637	26 174	23 513	--	22 449
População desempregada (N)	28 424	27 028	26 259	31 724	20 707	24 420
População inativa (N)	160 157	177 560	172 403	193 735	132 571	150 059
Taxa atividade (%)	59.2	55.6	57.4	53.0	62.4	57.4
Taxa de emprego (%)	51.9	48.8	50.9	45.3	56.5	50.5
Taxa de subemprego (%)	16.0	14.7	12.7	12.6	--	12.6
Taxa de desemprego (%)	12.2	12.2	11.3	14.5	9.4	12.1
Taxa de inatividade (%)	40.8	44.4	42.6	47.0	37.6	42.6

Fonte: INE (2023)

Entre 2017 e 2022 (quadro 9), a população total de Cabo Verde diminuiu de 537.231 para 491.233, enquanto a população ativa também se reduziu de 232.198 para 202.435, refletindo uma contração no mercado de trabalho. A taxa de emprego caiu ligeiramente, de 51,9% em 2017 para 50,5% em 2022, indicando uma leve redução na capacidade de absorção do mercado. A taxa de desemprego, por outro lado, permaneceu praticamente estável, passando de 12,2% para 12,1%, demonstrando uma persistência do desemprego. Esses dados sugerem um aumento da taxa de inatividade, refletido na diminuição da população ativa, enquanto a queda significativa da população total pode indicar migração ou mudanças demográficas.

[146] Segundo a Resolução I da 19ª CIST de 2013 (Resolução da Organização Internacional de Trabalho relativa às Estatísticas do Trabalho, Emprego e Subutilização da Mão-de-Obra), a população de 15 anos ou mais, em idade para desempenhar uma atividade económica representa a força de trabalho do país (INE, 2023a).

Em 2022, a taxa de emprego seguiu a tendência de ser mais expressiva na população masculina, com 58,7 por cento (%) contra 43,3% registado na população feminina. O número de mulheres ativas é também inferior ao dos homens, correspondendo a 94.479 e 107.956, respetivamente. Relativamente aos concelhos, Boavista e Sal continuam a ter as maiores taxas de atividade, acima da média nacional, de 70,6% e 66,7%, respetivamente. Os concelhos dos Mosteiros (32,7%), São Miguel (34,4%) e Ribeira Brava (34,8%) são os concelhos com as menores taxas de atividade, abaixo dos 35%. A população desempregada foi estimada em 24.420 desempregados e a taxa de desemprego em 12,1%. Relativamente aos géneros, verificou-se uma taxa de desemprego de 10,3% entre os homens e 14,0% entre as mulheres (INE, 2023a).

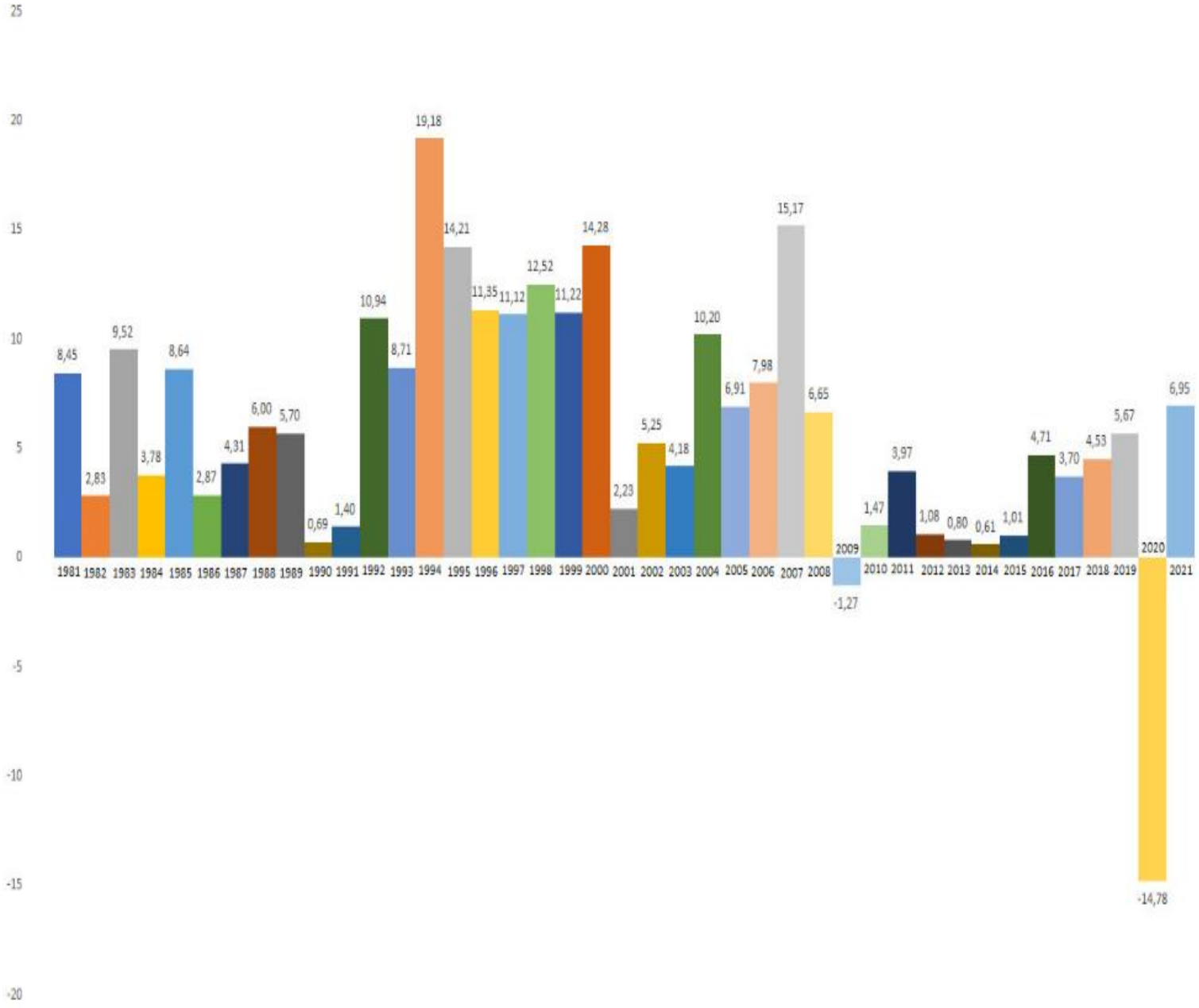
3.1 Evolução Económica e Social de Cabo Verde: Desafios e Progresso[147]

Desde 1981, a economia de Cabo Verde tem atravessado diversas fases de crescimento e desafios significativos. Como se pode ver no gráfico 9, na década de 90, o PIB registou um desempenho relativamente estável, embora sujeito a flutuações ocasionais decorrentes de fatores externos e internos. Nos anos 2000, Cabo Verde continuou a trilhar um caminho de crescimento económico robusto. No entanto, entre outros fatores, a crise financeira global de 2008-2009 teve um impacto adverso, resultando numa desaceleração do crescimento económico. Embora a economia tenha iniciado um processo de recuperação nos anos subsequentes, novos desafios emergiram, nomeadamente a crise da dívida europeia e outras perturbações económicas globais. A partir de 2015, Cabo Verde voltou a registar taxas de crescimento mais vigorosas. Contudo, a pandemia de COVID-19, que eclodiu em 2020, causou uma contração acentuada do PIB, com uma queda dramática de 14,78%. A recuperação começou em 2021, com um crescimento de cerca de 7%, seguido por um crescimento ainda mais robusto de 15,8% em 2022. Em 2023, dados preliminares indicam um crescimento de 5,1%, sugerindo uma estabilização após a recuperação acentuada[148].

[147] Fonte dos dados: IMF (2023); World Bank/Banco Mundial (2023, 2018,1985); *World development Database* (2023); Brito (2013); BCV (2012); PC (1974); PC (1968); SECP (1983); MFPDR (2002); MCE (1997); MFP (1992); MFPDR (2002).

[148] Dados Banco do Mundial de 2024. Disponível online em https://www.worldbank.org/en/country/caboverde/publication/cabo-verde-economic-update-2024-blue-economy-navigating-towards-sustainable-growth-in-cabo-verde

Gráfico 9: Evolução das taxas médias de crescimento do PIB de Cabo Verde por ano (%)



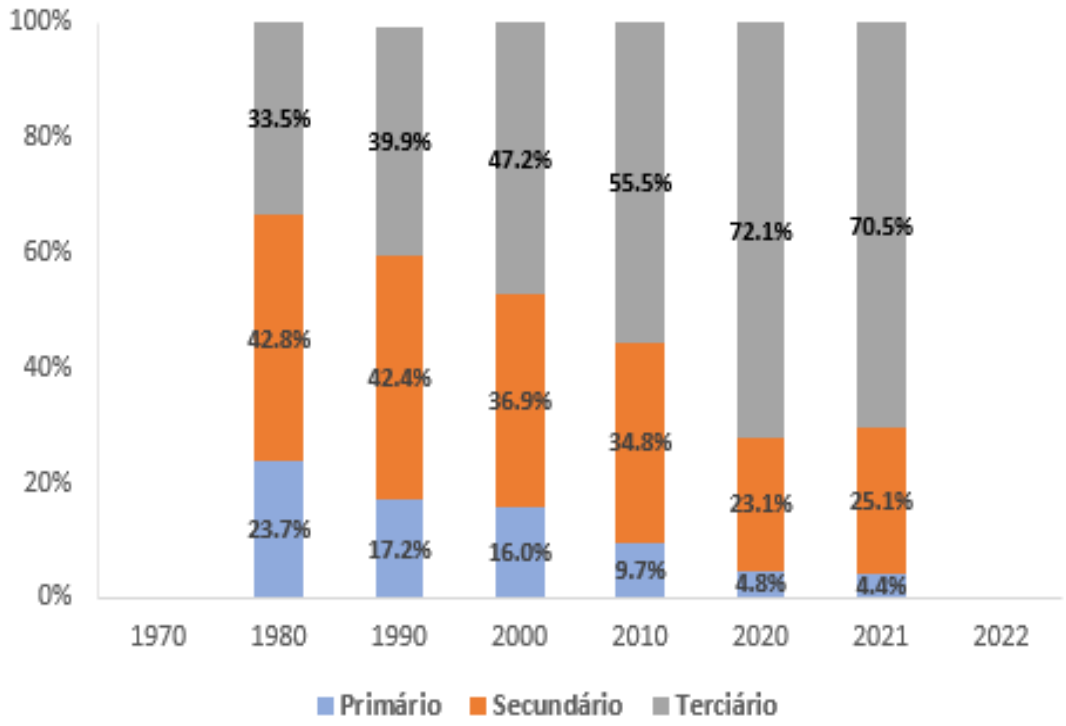
Fonte: Elaboração própria com os dados da base de dados do Banco Mundial (2023)[149]

Em relação ao progresso socioeconómico, apesar dos ganhos, Cabo Verde continua a ser uma nação de profundas desigualdades e assimetrias regionais, tendo a epidemia de COVID-19 agravado as vulnerabilidades sociais existentes ao aumentar a pobreza. O país foi profundamente afetado pela pandemia COVID-19, com uma recessão de 14,8% em 2020 e eliminação de 9% de todos os postos de trabalho,

[149]Em: https://datos.bancomundial.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=CV.

aumento do endividamento, do défice público e da pobreza, com prioridades orçamentais orientadas para fazer face à consequente emergência sanitária, económica e social (MF, 2021).

Gráfico 10: Evolução da Composição Setorial do PIB (%): 1970 - 2022



Fonte: Elaboração própria com dados do INE (2018a) e do Banco Mundial[150]

De 1981 a 1990, a taxa média de crescimento do PIB foi de 5,28% e o VAB atingiu a taxa média anual real de 5,3%. Tributário da estratégia de substituição de importações e consequente investimento, mormente feito pelo governo, o setor industrial cresceu a uma média anual de 9,8%, ultrapassando claramente o sector agropecuário (Brito, 2013, Banco do Mundial, 2023). O gráfico 10 mostra como o peso do sector primário e secundário vêm diminuindo na economia cabo-verdiana, ao contrário do terciário que tem sido sempre crescente.

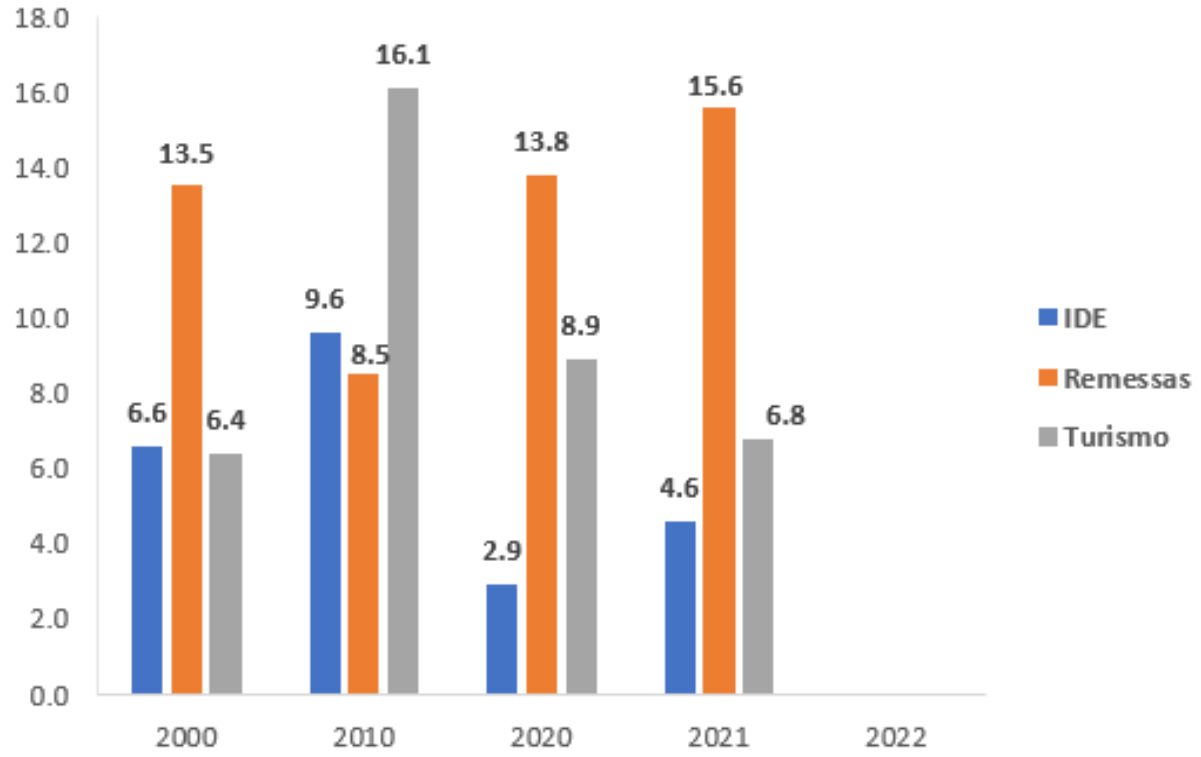
[150] Disponível online em: https://data.worldbank.org/country/cabo-verde.

De 1991 a 2000 o VAB cresceu a uma taxa média anual real de 6,5% e a taxa média de crescimento do PIB foi de 11,49%. O crescimento do turismo e serviços conexos ao tráfego aéreo foram os principais impulsionadores do crescimento económico. Os sectores de transportes e comunicações atingiram a taxa média anual de crescimento de 12,8%. O crescimento económico em Cabo Verde na década de 90 coincidiu com reformas significativas para liberalizar a economia, quando o país embarcou num ambicioso plano de liberalização política e económica para revigorar o crescimento da economia. As principais reformas para melhorar o ambiente de negócios incluíram a eliminação de barreiras comerciais e a remoção de controles de preços e salários. Com alguns altos e baixos, a desaceleração no crescimento registada nesta década foi compensada pela recuperação ocorrida com a introdução de um acordo de taxa de câmbio fixa com Portugal em 1998, juntamente com reformas adicionais para ancorar o desenvolvimento do país no turismo, incluindo incentivos atraentes para empresas estrangeiras que investem neste setor (*idem*).

De 2001 a 2010 houve uma ligeira desaceleração do crescimento do VAB, cuja taxa média anual real foi de 5,7% e a média do crescimento do PIB foi de 5,88%. Associados ao grande dinamismo do turismo, os setores de comércio, restauração e hotelaria foram os que registaram maior crescimento, i.e., de 8.4%, seguidos pelo setor da construção que cresceu 7,5%, com grande contribuição do Investimento Direto Estrangeiro relacionado com a construção de hotéis. Até à crise financeira global de 2008 e a subsequente crise da dívida europeia, diminuição acentuada do IDE, das exportações e do turismo, bem como das remessas dos emigrantes, a média de crescimento económico esteve acima de 6% por década. Apesar do setor dos serviços ter tido maior impacto na produtividade geral da mão de obra, todos os setores registaram forte crescimento da produtividade (*idem*).

De 2011 a 2020, o PIB cresceu a uma taxa média anual de 1,13%. O aparente fraco crescimento em relação às outras décadas deve-se ao crescimento negativo de -14,78% do ano de 2020, provocado pela pandemia de COVID-19, cujo impacto, em 2023, ainda se faz sentir a nível mundial (MF, 2020). Esse cenário de desafios e ganhos económicos é também refletido nas receitas em percentagem do PIB em Cabo Verde (Ver gráfico 11).

Gráfico 11: Evolução das Receitas em Percentagem do PIB (%)



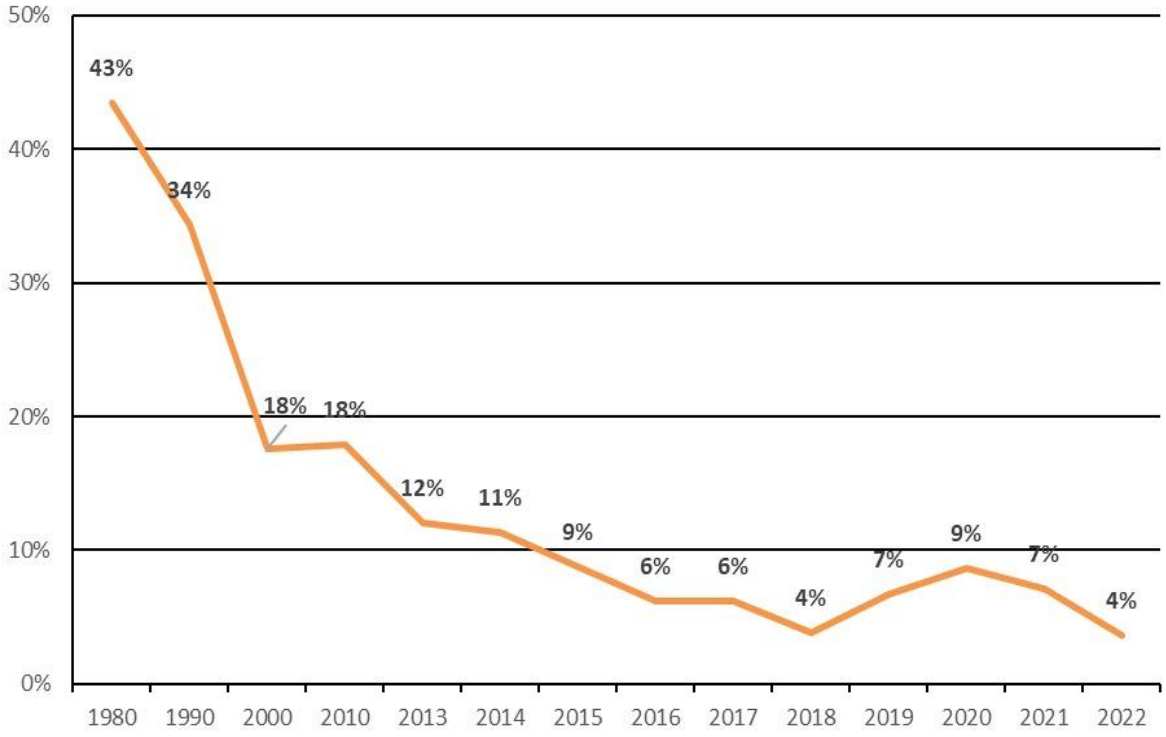
Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial (2013)[151] e do BCV (2022)

Entre 2000 e 2022, destacam-se o IDE, as remessas e o turismo como importantes componentes de captação de recursos externos[152]. Observa-se que as remessas assumem um papel de preponderância e estabilidade ao longo do período, passando de 13,5% em 2000 para um auge de 15,6% em 2021, reforçando-se como uma fonte resiliente de apoio à economia nacional. O turismo, por sua vez, demonstra um crescimento substancial até 2010, ano em que atinge o pico de 16,1% do PIB; contudo, é severamente impactado pela pandemia de COVID-19, registando uma recuperação parcial para 6,8% em 2022. O IDE, em contrapartida, revela-se mais volátil, apresentando oscilações acentuadas: alcança 9,6% do PIB em 2010, cai abruptamente para 2,9% em 2020, e posteriormente recupera para 4,6% em 2021

[151] Disponível online em: https://data.worldbank.org/country/cabo-verde.
[152] A captação de recursos externos será explorada com mais detalhe mais a frente.

O país tem desfrutado de taxas de investimento bruto acima de 35% do PIB desde a década de 1990, comparado com os 20,3% para a África Subsaariana ou 24,7% para as Maurícias. Este crescimento foi impulsionado principalmente por investimentos privados (domésticos e IDE), bem como pelas doações oficiais e empréstimos concessionais. As reformas para garantir a estabilidade macroeconómica permitiram ao país aceder a um financiamento significativo para o desenvolvimento de políticas de desenvolvimento. Cabo Verde tem estado entre os maiores destinatários mundiais de APD per capita, embora a sua percentagem em relação ao PIB tenha diminuído ao longo ano (vide gráfico 12). Por exemplo, de US$ 667 em 2010 baixou para US$ 293 em 2015 (Banco Mundial, 2018).

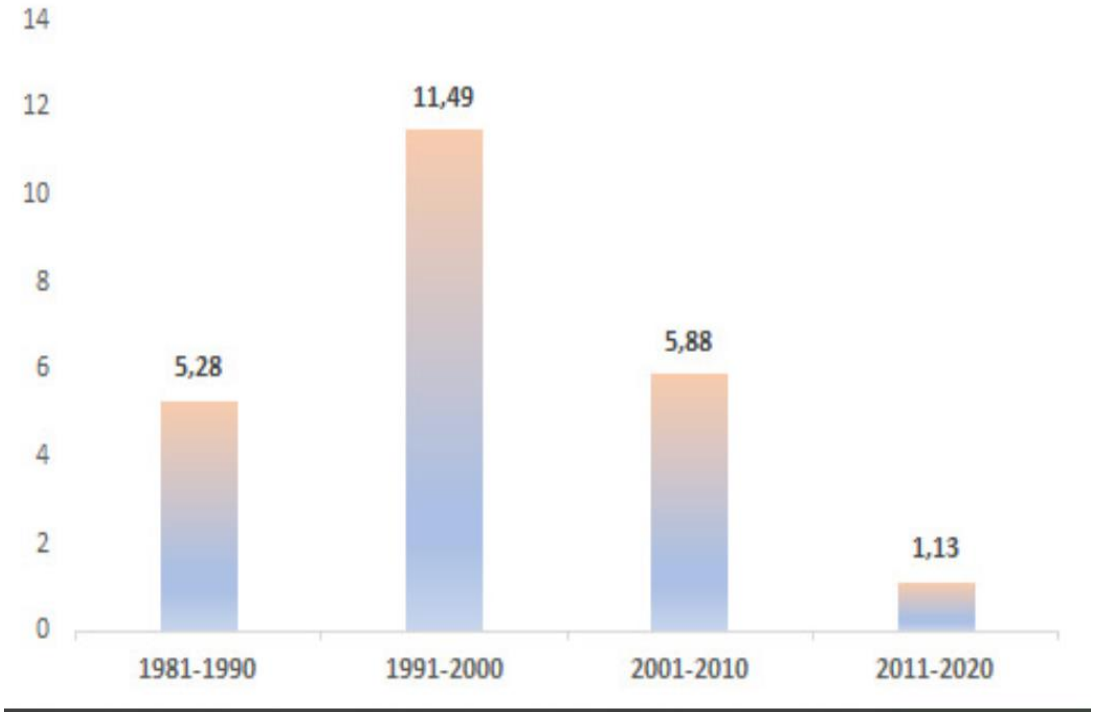
Gráfico 12: Evolução das Receitas do APD em Percentagem do PIB (%) – 1980 a 2022



Fonte: Elaboração própria com os dados do Banco Mundial (2024)[153]

[153] Disponível online em: https://data.worldbank.org/country/cabo-verde.

Gráfico 13: Evolução das Taxas Médias de Crescimento do PIB de Cabo Verde por Década (%)

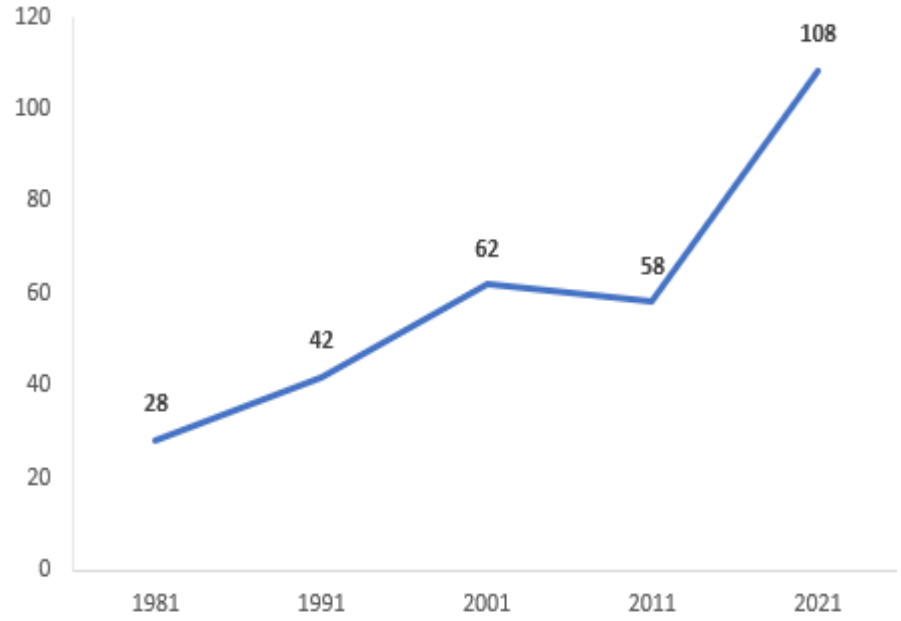


Fonte: Elaboração própria com os dados do Banco Mundial (2023)

O gráfico 13 evidencia a evolução do crescimento médio anual do PIB de Cabo Verde ao longo de quatro décadas, com destaque para o forte crescimento de 11,49% entre 1991-2000, impulsionado por reformas e investimentos. Nas décadas de 1981-1990 e 2001-2010, o crescimento foi mais moderado, situando-se em torno de 5%, refletindo uma fase de estabilidade. No entanto, entre 2011-2020, registou-se uma desaceleração acentuada, com apenas 1,13% de crescimento, sugerindo desafios estruturais e a necessidade de novas estratégias de desenvolvimento económico. Após o colapso económico resultante da crise financeira global de 2008, Cabo Vede não voltou a ter os níveis elevados de crescimento das décadas anteriores, pese embora o crescimento extraordinário de 6,95% em 2021. Dada a dependência do país em relação à economia da zona Euro, a crise de 2008 afetou consideravelmente o fluxo de fundos para Cabo Verde. Notavelmente, o IDE, que atingiu um pico de 15% do PIB em 2008, caiu para 5% do PIB em 2009 antes de atingir a média de 7% do PIB nos últimos seis anos (Banco Mundial, 2018). Como consequência dos elevados gastos de investimento, o nível da dívida aumentou drasticamente, de 71,9% do PIB, em 2010, para 125,9%, em 2015 (ver igualmente

o gráfico 14 sobre a subida da dívida em relação ao PIB). Estima-se que o rácio dívida/PIB tenha diminuído de 143% em 2021 para 128,13% no final de 2022, principalmente devido ao aumento do crescimento nominal coadjuvado pela melhoria do défice primário (BCV, 2023).

Gráfico 14: Evolução do Peso do Stock de Dívida Externa de Cabo Verde no seu Produto Nacional Bruto (%) 1981 – 2021

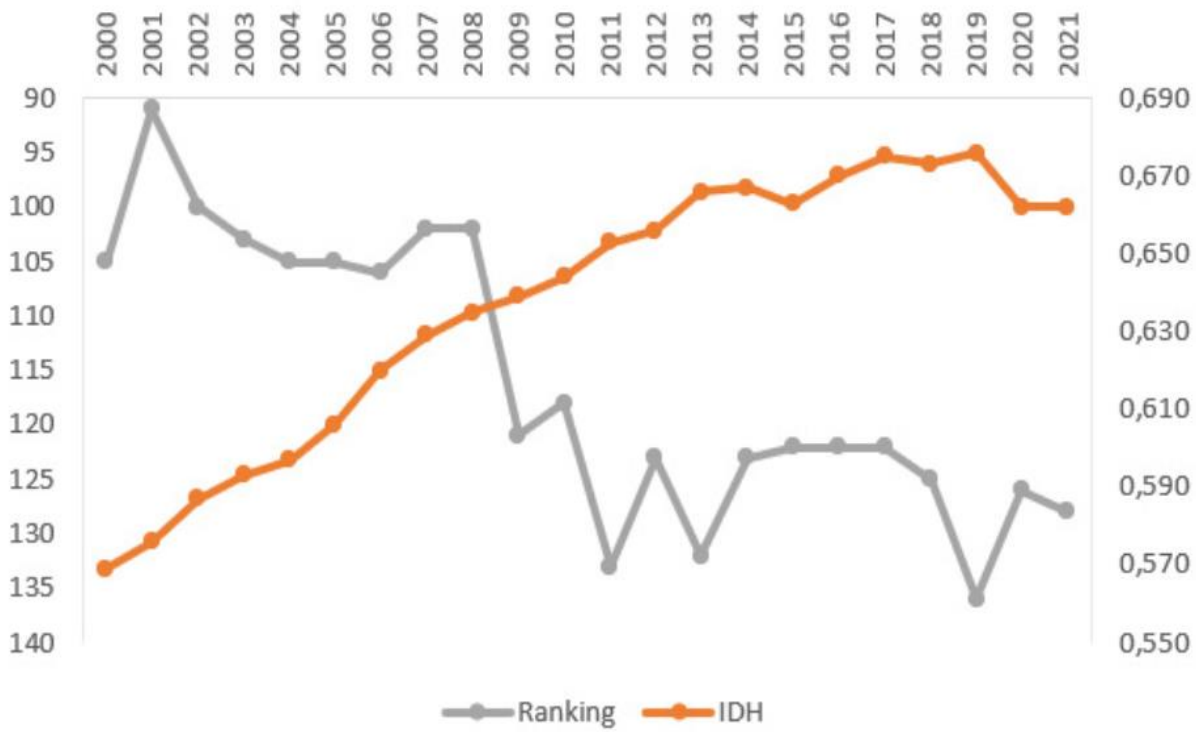


Fonte: Elaboração própria com os dados do Banco Mundial (2023)

3.2 Ganhos Sociais e Políticos

Os benefícios do progresso económico também se fizeram sentir ao nível da melhoria das condições da população. Como mostra o gráfico 15, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) em Cabo Verde tem melhorado de forma consistente ao longo dos tempos. Esta evolução levou a que Cabo Verde deixasse de ser considerado um país de baixo desenvolvimento humano, passando a figurar na lista dos países de Desenvolvimento Humano Médio. No entanto, o ranking mundial do país tem seguido uma trajetória decrescente, mostrando que outros países têm tido melhor performance.

Gráfico 15: Evolução de IDH de Cabo Verde e respetivo Ranking Mundial de 2000 a 2021



Fonte: Elaboração própria com os dados dos Relatórios Anuais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre IDH de 2000 a 2021[154]

A nível político, o país goza de estabilidade política e é considerado um exemplo de democracia em África, com processos eleitorais regulares e alternância pacífica do poder entre os dois principais partidos políticos: o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), que governou o país por dois períodos de 15 anos (1975-1991 e 2001-2016) e o Movimento para a Democracia (MpD) que governou o país de 1991 - 2001 e desde 2016[155]. O país é considerado um modelo de boa governação (4º lugar no ranking *Mo Ibrahim Índex Report* – MIF, 2023), direitos políticos e liberdades civis em África que são elementos associados ao próprio processo de desenvolvimento do país. A abertura política, iniciada na década de 1990, anunciou a estabilidade política, o respeito pelo governo da maioria e a construção de instituições para manter o estado de direito.

[154] Fonte de dados: *Human Development Report de 2000 a 2022.*
[155] Nas eleições legislativas de 2021 o MpD foi reeleito para mais um mandato de cinco anos.

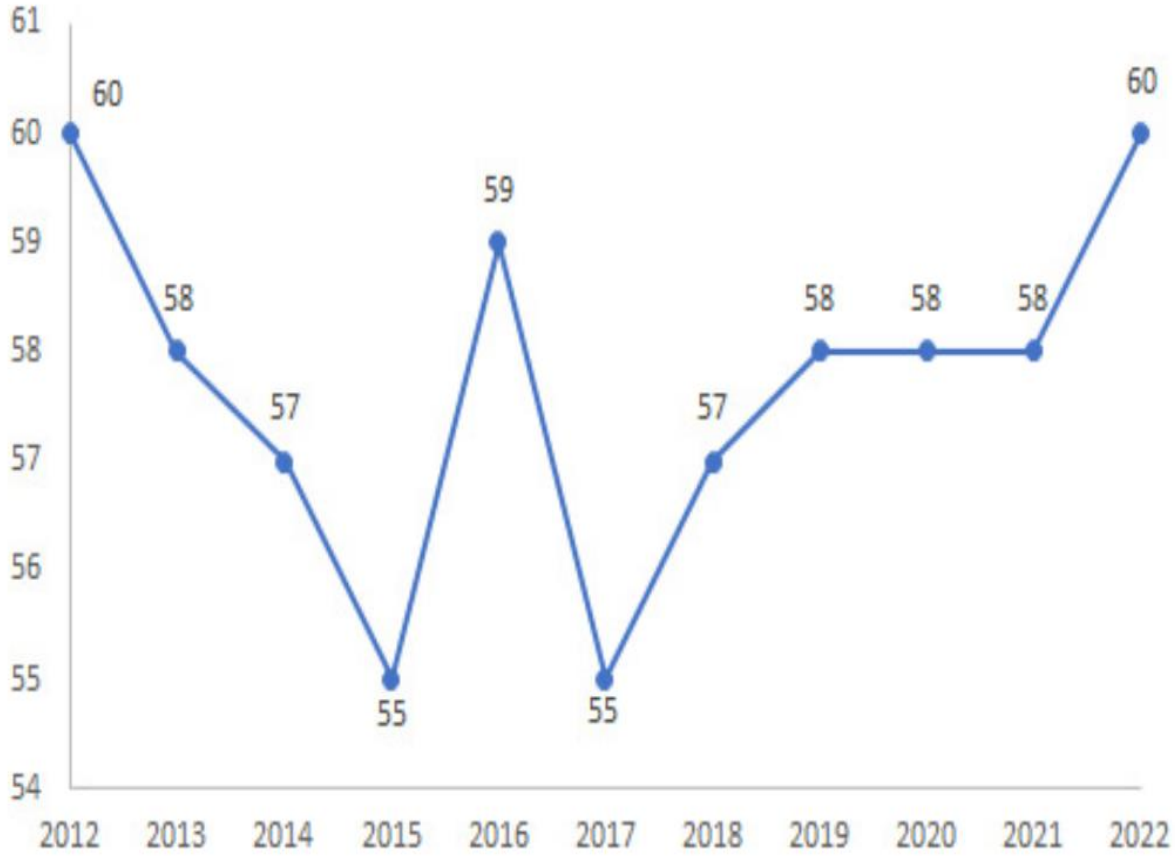
Desde as primeiras eleições em 1991, Cabo Verde teve três transições pacíficas de governo. Os líderes de Cabo Verde sempre enfatizaram a importância da participação pública nas principais decisões políticas, garantindo uma representação adequada de cada uma das ilhas. A transição para um Estado democrático pluralista foi bem-sucedida ao nível político e a descentralização criou uma democracia local igualmente não menosprezável. De acordo com *Freedom House*[156] Cabo Verde é um país livre, estável e democrático, onde as liberdades civis são geralmente protegidas, mas o acesso à justiça é agravado por um sistema judiciário sobrecarregado e o crime continua a ser uma preocupação.

Em relação à corrupção, o Índice de Perceção de Corrupção de *Transparency International*[157] colocou Cabo Verde, em 2022, no 35º lugar na lista dos países menos corruptos do mundo, o que constitui uma melhoria em relação ao ano anterior em que o país ocupava o 39º lugar. Esta classificação, que não tem variado significativamente ao longo dos anos, (ver gráfico 16) posiciona o país entre os países menos corruptos de África (terceiro lugar em 2022), depois das Ilhas Seicheles e Botswana e o segundo da CPLP (Comunidade dos Países da Língua Portuguesa). De 2007 a 2022, a média do ranking de Cabo Verde foi de 42,31, sendo a pior classificação em 2007 (49º) e a melhor em 2022 (35º).

Cabo Verde tem sido particularmente um bom exemplo em relação às boas práticas de governação, da estabilidade política e combate à corrupção, fatores esses que também contribuem tanto para atração como para a boa eficácia da APD.

[156] Em: https://freedomhouse.org/country/cabo-verde.
[157] Em: https://www.transparency.org/en/cpi/2022/index/cpv.

Gráfico 16: Índice de Perceção de Corrupção de Cabo Verde de 2012-2022



Fonte: Elaboração própria com os dados de *Transparency International* (2023)

Em jeito de conclusão, de 1981 a 2022, com altos e baixos, o PIB cresceu a uma taxa média anual de 5,97%. Cabo Verde testemunhou uma redução dramática da pobreza no período de 2001-2015. Dos fatores tidos como promotores do sucesso deste país arquipelágico, cujo desempenho económico se situa entre os mais impressionantes em África, destacam-se a boa governança, políticas macroeconómicas sólidas, apoio externo, IDE e remessas de emigrantes. O processo de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) também desempenhou um papel catalisador nessa transformação económica.

Após o fraco desempenho económico em resultado da pandemia de COVID-19, a economia cabo-verdiana tem vindo a recuperar gradualmente. O crescimento atingiu cerca de 15% em 2022, impulsionado sobretudo pela normalização do turismo, pelo aumento das exportações de serviços e pela recuperação do consumo privado. Do lado da oferta, o alojamento, o transporte e o comércio foram

responsáveis por mais de metade do crescimento, enquanto, do lado da procura, as exportações e o consumo interno representaram cerca de 90% da expansão económica. Esta recuperação robusta contribuiu para a melhoria das contas públicas, com uma redução do défice orçamental e aumento das receitas fiscais, e permitiu reverter parcialmente os impactos sociais da pandemia, ainda que as taxas de pobreza se mantenham acima dos níveis pré-crise — passando de 10,2% em 2019 para 14,7% em 2020, segundo dados do Banco Mundial (2023).

Pese embora os avanços substanciais alcançados nos últimos anos a nível económico, político e social, Cabo Verde enfrenta ainda uma vulnerabilidade estrutural que resulta, sobretudo, da sua localização geográfica, da fragilidade ambiental, da insegurança alimentar, da dependência externa e da exposição a choques externos. Contudo, o país tem demonstrado resiliência e capacidade de adaptação perante estes desafios. A subida da dívida pública e a necessidade de gerar mais empregos e diversificar a economia permanecem como obstáculos, mas o compromisso de Cabo Verde com a inovação e o fortalecimento das suas parcerias internacionais tem contribuído para o avanço no percurso para o desenvolvimento sustentável. O dinamismo das suas relações externas e esforços para atrair investimento e cooperação internacional são evidências de um esforço contínuo para equilibrar o comércio externo e ampliar as oportunidades de crescimento. Estas circunstâncias, embora desafiantes, também reforçam a importância do relacionamento do país com o mundo externo, tornando-o um elemento essencial para o desenvolvimento do país, como será analisado no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

4. A POLÍTICA EXTERNA CABO-VERDIANA NO CONTEXTO DA COMPLEXIDADE CRESCENTE DA GLOBALIZAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIAS

> A política externa de um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID) é uma coreografia delicada, uma dança de sombras e luzes na vastidão do palco diplomático e dos interesses nacionais.
> A complexidade das relações internacionais, a busca por alianças estratégicas desenha uma dança de múltiplos tempos, onde cada ator ajusta os seus passos ao compasso dos seus interesses; a gestão astuta de recursos escassos exige movimentos precisos e a promoção ativa dos interesses singulares entoa uma melodia que ecoa pelos corredores da diplomacia, afirmando identidade, reivindicando espaço e ressoando no grande concerto das nações.
>
> **Isabel Monteiro (2023)**

Antes e imediatamente após a sua independência em 1975, Cabo Verde era um país com parcos recursos e vulnerabilidades estruturais e crónicas, tributárias sobretudo da sua insularidade, exiguidade territorial, escassez de recursos financeiros, naturais e humanos e condicionantes geoclimáticas, tornando-o, pelos critérios de Henry Kissinger, inviável, dado o seu baixo nível do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, inferior a 270 dólares (Tavares, 2016). No entanto, apostando fortemente no desenvolvimento dos recursos humanos e numa gestão criteriosa da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), e mais tarde estribando-se numa economia essencialmente de base turística e serviços conexos, o país alcançou, em 2007[158], o feito histórico de graduar-se para o grupo dos PRM. De realçar que durante o período de 1975 a 1986, a APD e as remessas dos emigrantes constituíam a principal fonte de estabilidade macroeconómica do país, representando cerca de 80-90% do orçamento do Estado (MPC, 1989, p. 45).

A dependência externa foi sempre persistente, mesmo após a graduação, o que instiga o país a buscar soluções dinâmicas fora dos padrões convencionais, engendrando iniciativas e estratégias para aceder a modalidades de financiamento,

[158] Cabo Verde graduou-se para a categoria de País de Rendimento Médio (PRM) em 1 de janeiro de 2008, após a decisão tomada pelas Nações Unidas em 2007.

sejam elas de natureza pública ou privada, bilateral ou multilateral. Muito cedo entendeu-se que o desenvolvimento destas 10 ilhas no meio do oceano Atlântico estava arraigado e intrinsecamente ligado a fatores exógenos, não apenas para captar recursos indispensáveis para o salto em frente, mas também para forjar uma inserção dinâmica e segura na ordem internacional. Nesse sentido, a política externa cabo-verdiana, é frequentemente caracterizada de pragmática, perspicaz e ancorada em princípios globalmente partilhados[159] (Madeira, 2016 & 2018; Tavares, 2016; Costa & Pinto, 2014; Graça, 2014; Costa, 2011; Amante Da Rosa, 2007; Varela, 2007), tendo assegurado contribuições externas valiosas em diversos domínios essenciais para o desenvolvimento do país.

Este capítulo propõe uma análise longitudinal das forças motrizes e dos eixos estratégicos que definem a política externa de Cabo Verde, com especial atenção à integração regional e à ancoragem na União Europeia. Exploram-se as aproximações e recuos em relação a esses dois contextos num cenário internacional em constante evolução, entrelaçando as complexidades da globalização com o intricado processo de integração regional. Concomitantemente, intenta examinar as roturas e continuidades dessa política externa, contrastando a retórica discursiva com a prática institucionalizada. A amplitude temporal considerada (enfase no período entre 1975 e 2022) permite distinguir as diversas estratégias de atuação e possibilita, por conseguinte, explorar a multidimensionalidade da política externa na trajetória de desenvolvimento do país, levando em conta as dificuldades inerentes a um PEID em gerir as suas dependências num mundo global e em constante mutação.

Argumenta-se que o sucesso granjeado por Cabo Verde é corolário não só do ambiente externo favorável à APD, sobretudo logo a seguir à independência, e da capacidade do país em forjar e aproveitar as janelas de oportunidade no sistema internacional, bem como de fatores ideacionais entre os quais se destacam a transparência e *accountability* na gestão da APD[160]. Não menos importante é o facto de o país ter edificado a reputação de ser um Estado de Direito com uma democracia vibrante, de ter boa prática de governação e instituições eficientes e transparentes, bem como um baixo nível de corrupção, o que tem refletido positivamente na credibilidade

[159]Nomeadamente: direitos humanos, igualdade, justiça, paz, sustentabilidade, liberdade e solidariedade.

[160]Sobre como Cabo Verde usou a boa governação – oferecendo boa gestão pública e estabilidade política - como um dos seus produtos mais valorizados, vide proveitosamente Baker (2009).

externa do país e tem-no permitido estabelecer diversas ancoragens e reivindicar e defender os seus interesses em diferentes espaços, seja a nível multilateral ou bilateral. De acordo com o Embaixador Domingos Mascarenhas[161], a política externa de Cabo Verde tem-se pautado por uma trajetória de coerência e determinação, centrada na busca incessante por recursos que sustentem o desenvolvimento nacional e na salvaguarda de benefícios palpáveis (Mascarenhas, 2024). Num primeiro momento, essa abordagem se materializou na obtenção de recursos essenciais e imprescindíveis para a defesa, segurança e a própria subsistência do país. Em etapas subsequentes, houve uma orientação em direção ao desenvolvimento sustentável, evidenciado nos planos nacionais de desenvolvimento, especialmente nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) I e II.

4.1 O Dilema Cabo-verdiano: Entre uma Perspetiva de Ancoragem à Europa e a Pertença Geográfica à África

> *As ambiguidades e ambivalências que têm marcado as relações de Cabo Verde e dos cabo-verdianos com o continente africano e, de forma particular com a África Ocidental, resultam essencialmente de um longo processo de internalização e posterior externalização de um habitus que, ao mesmo tempo que afirma, pela positividade, o ser cabo-verdiano, sua especificidade e seu cosmopolitismo, mas também sua proximidade cultural com o ocidente, paradigma da modernidade, recusa, negativamente, sua inserção cultural e identitária em África, historicamente concebida pela narrativa ocidental (política, ideológica e científica) como não possuindo história, representando a "tradição", o atraso, o barbarismo* (Furtado in Madeira, 2013, p. 48).

Estrategicamente localizado no coração do Atlântico, Cabo Verde desempenhou, desde os primórdios de sua existência, um papel crucial como entreposto na complexa rede de comércio de escravos e abastecimento de navios provenientes de várias partes do mundo (Madeira, 2013; Brooks, 2010; Duncan, 1972).

[161]Entrevistado no dia 29 de fevereiro de 2024. Mascarenhas é Embaixador de carreira e já exerceu múltiplas funções de relevo, incluindo a de Diretor do Gabinete do Primeiro Ministro, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Cabo Verde em várias nações, como a Santa Sé, Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Guiné-Equatorial, Brasil e Equador. Também foi Decano do Corpo Diplomático Acreditado em Angola e atuou como Assessor Especial do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional. Atualmente é Representante Permanente de Cabo Verde junto da União Africana e Embaixador de Cabo Verde na Etiópia.

A história de Cabo Verde, permeada pela interação entre influências europeias e africanas ao longo dos séculos, tem desempenhado um papel fundamental na formação de um arquipélago com uma identidade cultural e étnica singular. Esta complexa tapeçaria histórica não apenas enriqueceu a diversidade do país, mas também influenciou distintas perspetivas sobre a integração e a identidade cabo-verdiana em relação à África quanto à Europa.

4.1.1 As Motivações da Ancoragem à União Europeia (UE)

A atração ideológica e identitária exercida pelos grandes espaços económicos e políticos, manifesta-se com particular acuidade no caso de Cabo Verde em relação à Europa, não só pelos valores e interesses de facto partilhados, como pela própria capacidade europeia de atrair Estados como Cabo Verde estribando-se em valores e interesses tidos por comuns ou universais[162] (Monteiro, 2011). Evocando razões históricas e de proximidade cultural, laços políticos e um estreito relacionamento económico e humano, as autoridades cabo-verdianas elegeram a Europa como uma das âncoras de desenvolvimento do arquipélago. Essa opção estratégica ditou consciente ou inconscientemente o afastamento do continente africano, quando os argumentos identitários usados para explicar a aproximação à Europa poderiam irrepreensivelmente ser usados a favor da África. A acoplagem àquele continente que culminou numa Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia, iniciada em 2007, integra o desígnio económico e desenvolvimentista de posicionar o país em espaços dinâmicos e capazes de catalisar e consolidar seu crescimento. Esta abordagem ganhou ainda mais relevância face aos novos e renovados desafios resultantes da graduação do país para o grupo de Países de Rendimento Médio (PRM).

Não obstante a sua graduação, persistem vulnerabilidades crónicas e estruturais no país. Tanto a insularidade quanto a dimensão reduzida e a escassez de recursos naturais aconselham à integração de Cabo Verde na economia mundial como forma de mitigar os efeitos adversos dessas características sobre a economia. Contudo, essa inserção não deve ser realizada de forma voluntarista (Estêvão, 2007), deixando a

[162] Destacam-se valores como liberdade, democracia, paz, justiça, direitos humanos, pluralismo político, assim como desafios contemporâneos, incluindo a luta contra o terrorismo, imigração ilegal e crimes associados, a promoção da liberalização económica, a defesa ambiental, e uma variedade de outros temas relevantes.

regulação inteiramente nas mãos do mercado[163]. Pelo contrário, deve ser orientada para espaços dinâmicos, caracterizados por uma economia robusta capaz de estimular o desenvolvimento do país. Nesse sentido, a Europa constitui um parceiro natural não apenas devido às afinidades históricas, económicas e políticas, mas também pela sua robustez económica, associada à posição geoestratégica de Cabo Verde. Entretanto, a evolução da parceria com a União Europeia está inextricavelmente ligada à perspicácia de Cabo Verde na compreensão de seus interesses, bem como à sua habilidade em adquirir as ferramentas essenciais para protegê-los, evitando assim a perpetuação da tradicional dinâmica da relação doador/beneficiário e a persistência de uma relação assimétrica e de dependência.

Um outro fator de aproximação de Cabo Verde à União Europeia é a sua adjacência às Regiões Ultraperiféricas (RUP) da Europa Atlântica (Madeira, Açores e Canárias), que, em conjunto, enformam a chamada Macaronésia, a qual constitui um elo importante entre os continentes europeu e africano. Também questões relacionadas com as alterações climáticas, a evolução demográfica, os fluxos migratórios, a agricultura e a política marítima, apesar de não constituírem exclusividade desta parte do globo, têm incidência particular na mesma e configuram vetores de aproximação da região, porquanto potenciam o desenvolvimento de iniciativas de elevado teor de inovação tecnológica, suscetíveis de serem desenvolvidas em conjunto.

As similaridades entre os membros da Macaronésia e consequentes desafios de desenvolvimento[164] sugerem que estratégias/políticas de desenvolvimento possam ser partilhadas com sucesso, desde que salvaguardadas as dissemelhanças existentes. Por outro lado, dado o atraso económico das RUP em relação ao continente e dadas as suas especificidades, o tratado da União prevê um tratamento diferenciado das demais regiões da Europa, o que permite terem acesso a fundos especiais, que em parte pode e está sendo alocada aos países vizinhos das RUP, através de projetos comuns. Merece ser mencionado que desde 2000 Cabo Verde é o país que mais beneficiou do programa INTERREG MAC (Madeira, Canárias e Açores)[165].

[163]Tendo em conta que estes podem ser incompletos ou inexistentes, as informações podem ser assimétricas e a concorrência imperfeita.

[164]A insularidade, dimensão reduzida e a dependência económica em relação a um pequeno número de produtos foram considerados como desvantagens no desenvolvimento sustentável da União Europeia.

[165]No Interreg MAC de 2000-2006, Cabo Verde participou em 41 projetos dos 57 programas aprovados envolvendo países terceiros, seguido de Marrocos que participou em 10 e do Senegal em 6 (Silva 2008,

Consequência direta da sua condição geográfica, a Macaronésia coloca alguns problemas ambientais e de desenvolvimento sustentável, com implicação direta nos custos de gestão ambiental, que constituem um terreno fértil de cooperação. Com efeito, esta zona oferece um bom espaço para desenvolvimento das energias renováveis, incluindo as oceânicas emergentes[166] e para promoção de boas práticas de utilização racional da energia. Cabo Verde pode ainda funcionar como uma extensão dos mercados das outras ilhas da Macaronésia, principalmente os que se encontram saturados, como é o caso do imobiliário.

No que diz respeito à cooperação intramacaronésia, as Ilhas Canárias estabeleceram uma relação particularmente intensa com Cabo Verde, evidenciada pela assinatura de diversos convénios e acordos, abrangendo inclusive áreas ambientais, e pela implementação de três Programas Indicativos de Cooperação (PIC) entre 2002 e 2010. Não obstante a substancial redução dos financiamentos a nível bilateral posteriormente, as relações entre ambos os arquipélagos atingiram um novo patamar ao serem objeto de um tratamento privilegiado no âmbito do dossier da Parceria Especial, tendo em conta a filosofia subjacente à Política de Grande Vizinhança da União Europeia (MNECIR, 2023a). Apesar deste impulso potenciado pela Parceria Especial, o facto de as regiões autónomas não serem soberanas nem independentes obsta à celebração de vários tipos de acordos, como os preferenciais, impossibilitando, desta forma, grandes avanços ao nível de integração económica intrarregional ou a celebração de acordos de âmbito político-diplomático prerrogativa exclusiva da política externa dos Estados aos quais estas regiões pertencem. Apesar disso, existem inúmeras áreas em que a cooperação poderia ser estreitada[167]. As potencialidades de

p. 104). No Interreg MAC 2014-2020, 156 entidades de Cabo Verde participam em 94 projetos (76% dos projetos aprovados); 71 entidades do Senegal participaram em 47 projetos (38% dos projetos aprovados) e 53 entidades da Mauritânia estão envolvidas em 38 projetos (31% dos projetos aprovados) (programa de Programa de Cooperação Territorial Europeia - INTERREG VI-D Madeira-Açores-Canárias (MAC) (Disponível online em: https://www.mac-interreg.org/). Apesar de no período de 2021-2027 o Programa MAC ter ampliada a sua área geográfica tendo em vista alcançar objetivos comuns em matéria de inovação e competitividade, transição ecológica, luta contra as alterações climáticas, mobilidade, Cabo Verde continua a ser o país terceiro com maior participação neste programa de Cooperacao (idem).

[166]As RUP têm grandes potencialidades para serem laboratórios naturais de referência, promovendo efetivamente a investigação do oceano profundo e produção de conhecimento neste domínio que leve, por exemplo, a uma melhor exploração dos recursos haliêuticos e gestão de outros recursos marinhos, que constituem grandes ameaças à biodiversidade e sustentabilidade económica da região.

[167]Quais sejam: segurança, migrações, oceano ambiente, transportes e energia, comércio, investimento, turismo, ensino superior, pesquisa e transferência de tecnologias, cooperação descentralizada e relações

cooperação intramacaronésia, associadas ao próprio interesse da UE em desenvolver relações estreitas com os países vizinhos das RUP, colocam Cabo Verde numa posição privilegiada de estreitar a relação com esta região.

Além de motivos puramente económicos ou estratégicos, a própria ligação histórica oferece uma boa base para um relacionamento entre Cabo Verde e a União Europeia. As palavras de Silveira (2004, p.2) espelham bem esta ligação: *(...) nação cabo-verdiana, uma nação crioula, a primeira dos trópicos, fruto da tenacidade portuguesa e do negro em transcender a sua situação de escravo pela alforria e miscigenação…. Melting pot em que as culturas em presença se foram fundindo progressivamente, acabando por configurar a génese de um ato pioneiro de globalização cultural e biológica*. No contexto da colonização portuguesa, Cabo Verde vivenciou uma experiência histórica peculiar ditada tanto pela interação entre o colonizador e o colonizado (Fernandes, 2000, pp. 2-8), como também pelo papel da Igreja Católica, empenhada desde o primeiro momento em difundir os valores, a cultura e a ideologia europeia, contribuindo para interferir irremediavelmente na construção da sua identidade, criando condições para uma ambivalência cultural que oscila entre as heranças africanas e os valores da cultura europeia assimilados, embora estes tendam a sobrepor-se àqueles. Os cânones europeus estavam tão imbricados que a própria elite intelectual local contribuiu para perpetuar a sua preponderância. É fundamentalmente …*a partir da recusa dos traços culturais africanos e da plena assunção da cultura portuguesa que a elite interna intenta afastar-se dos colonizados e aproximar-se do colonizador* (Fernandes, *op. cit., ibid*)[168].

Pese embora a natureza compósita da identidade cultural cabo-verdiana, a componente europeia, com mais ou menos incidência, foi sempre exaltada, não só

entre as autarquias e organizações representativas dos municípios da RUP e Cabo Verde, cultura e comunicação, pesca, recursos hídricos e agricultura, emprego e formação profissional.

[168]Fernandes (2000) explora como a defesa da idiossincrasia cabo-verdiana pela elite intelectual é estribada na diferenciação dos cabo-verdianos dos demais africanos, realçando a sua similitude à Europa/Portugal, tendo como alicerce a construção teórica do luso-tropicalismo de Freire que defendia que o mestiço constitui a simbiose dos dois polos imperantes, representado o melhor que havia entre os dois mundos, uma síntese perfeita em termos culturais e raciais. Esta conceptualização suaviza iniludivelmente a dura realidade da fusão dolorosa entre as duas culturas com uma nítida obliteração dos valores locais e exaltação de padrões europeus. Para Anjos (2003, p. 581), à cognominada simbiose cultural entre europeus e africanos, bastas vezes referenciada quando se trata da identidade cabo-verdiana, subjaz uma violência física e simbólica que destruiu grande parte da memória dos escravizados que se renderam perante a avassaladora hegemonia europeia.

pelos intelectuais, como pela população em geral[169]. Exceção deverá ser feita para o período pré e logo após a independência em que o processo da construção da identidade de Cabo Verde seguiu um rumo diferente, quando os protagonistas da luta pela emancipação, imbuídos de espírito independentista, fazem apelo ao africanismo. Os mesmos trazem para a ribalta a herança dos escravos africanos no erigir da nação cabo-verdiana e tentam desmontar os pressupostos dos chamados *ladinizados ou assimilados* - antes considerada a base idiossincrática cabo-verdiana dentro do espaço da África lusófona - propondo a *reafricanização dos espíritos e o retorno às origens* (Fernandes op. cit., p. 109) em termos culturais, políticos e económicos. O cabo-verdiano acorda para a diferenciação, sobretudo quando na metrópole é confrontado com a sua diferença, e busca consolo na sua africanidade. Por outro lado, como nota Fernandes (*op. cit.,* p. 112), se para as colónias continentais era fácil voltar às suas culturas milenares, quase intactas, no caso de Cabo Verde houve dificuldades em saber para que origem se deveria voltar, perpetuando, assim, o mesmo equívoco que cometeu quando tentou vincular a sua identidade exclusivamente aos padrões culturais europeus. A reaproximação contundente à Europa começou ainda com a governação do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) e seguida com maior pujança com o Movimento Para a Democracia (MpD), refletido não só na política externa[170] como nas ações internas[171].

A experiência de Cabo Verde, após a independência, revelou-se *sui generis* em relação aos demais Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), porquanto houve ruturas nas instituições políticas, mas simultaneamente surgiram formas de continuidade nas relações político-diplomáticas, especialmente com a antiga metrópole (Madeira, 2016 *in* Madeira, 2019, p. 96).

O posicionamento de Cabo Verde é também caudatário da conjuntura internacional, caracterizada pela complexidade e interdependência, promovida e

[169]Para uma análise mais detalhada de como o ideário europeu penetrou no imaginário e no *modus pensanti* do *homo caboverdianus,* vide Almada (2007) Anjos (2007), Costa (2007) e Fernandes (2000) que, entre outros, têm analisado o porquê deste apelo mais forte ao continente europeu em detrimento da aceitação dos cânones culturais africanos.

[170]Refletidas nas (…) *políticas para a criação de uma economia de exportação, considerando a inserção externa como o melhor instrumento de mudança estrutural* (Estêvão 2007, p. 143) e privilegiando a Europa como espaço ancoradoiro.

[171]Alteração da Bandeira e das Armas da República, alterações toponímicas, com figuras mais próximas da Europa do que África.

aprofundada pela globalização neoliberal que favorece e instiga os atores internacionais a envolvimentos políticos e económicos múltiplos. Inclusive as vertentes menos auspiciosas da globalização obrigam a que certas questões como as securitárias sejam equacionadas de forma holística e estrutural. A singular posição geoestratégica de Cabo Verde, que funciona como ponte natural entre a América, África e a Europa, é também explorada de forma negativa por organizações criminosas transnacionais, que frequentemente têm a Europa como destino final, aproveitando a extensa costa marítima e a ZEE e as fragilidades financeiras, materiais e tecnológicas do país, para desenvolverem as suas as atividades (MNEC, 2023b). Neste contexto, destacam-se a criminalidade transnacional organizada, mais concretamente para questões relacionadas com a segurança e defesa, como a luta contra os tráficos ilegais (emigração clandestina, tráfico de pessoas, armas, droga)[172] e branqueamento de capitais - auxiliado pelas facilidades de circulação de capital potenciada pela globalização.

A UE (União Europeia), tendo captado a dimensão atlântica da sua segurança, tem trabalhado para uma maior integração da região, criando uma cintura securitária à volta da Europa, alargando exponencialmente a sua esfera de influência e desenvolvendo novas estratégias de emancipação política em torno da construção de uma Europa que se pretende transatlântica. Nesta senda, a segurança atlântica só será completa se abranger igualmente o Atlântico Médio, onde a posição de Cabo Verde pode desempenhar um papel assaz importante e valioso. A escolha de Cabo Verde para a realização, em junho de 2006, do exercício *Força de Reação Rápida* da OTAN[173], designado "*Steadfast Jaguar 2006*"[174], evidencia da importância estratégica do país.

Tanto a história[175] de Cabo Verde como a própria globalização e consequente interdependência crescente, potenciaram o aparecimento de valores e interesses

[172] Proveniente essencialmente da América do Sul rumo à Europa.

[173] Organização do Tratado do Atlântico Norte

[174]Que envolveu mais de 7.000 militares e testou a capacidade da força de resposta rápida da OTAN em realizar missões em qualquer sítio e em qualquer momento.

[175]Onde se deve incluir, também, o *apport* cultural dos cabo-verdianos emigrados na Europa. O facto de haver uma quantidade significativa de cabo-verdianos radicados na Europa (estima-se que a população Cabo Verde residente na Europa representa mais de 50% da população residente no arquipélago - AFFORD, 2020) também auxilia na perpetuação dos valores europeus na cultura do arquipélago.

comuns suscetíveis de engendrar um estreitamento da relação entre Cabo Verde e Europa, a qual também é impulsionada pela posição geoestratégica do país que fornece o mais genuíno “interesse comum” entre as duas partes que, bem explorado, tem potencial para aprofundar verdadeiramente as relações entre as duas partes.

4.1.2 África na Política Externa de Cabo Verde

Figura 4: Mapa de Localização de Cabo Verde

Sinfonia da Pertença

Nas asas do vento e no calor das noites, Cabo Verde se abraça à mãe África. Entre vulcões e mornas que embalam a saudade, a identidade dança entre Batuco, Coladeira e Fado. Nas encostas onde as cabras saltam entre pedras e poeira, nos rostos marcados pelo sol e pelo mar, Cabo Verde conta a sua história sem pressa. Com os pés firmes na terra e os olhos no horizonte. O Atlântico não separa, antes une, um elo de sangue, de palavra e de memória, onde a saudade se faz canto e cada partida é um regresso. Cabo Verde é a sinfonia da pertença, onde cada ilha é um verso e cada maré é um elo eterno. Histórias sussurradas nas brisas atlânticas que testemunham o elo que persiste.

Isabel Monteiro (2024)

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-Mapa-do-arquipelago-de-Cabo-Verde-Fonte-http-wwwhidroex-mggovbr_fig2_256599096

Figura 5: Mapa dos Países Membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Ocupam uma área 1.500.000 quilómetros quadrados, equivalente a 17% da área total da África (Ribeiro *et al.*, 2021)

Fonte: https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2021-03/cabo-verde-quer-estar-na-cedeao-de-forma-diferente.html

A pertença de Cabo Verde a África é um facto incontornável, tanto pela valência histórico-cultural como pela geográfica. Em razão da sua construção histórica, a sociedade cabo-verdiana resulta de uma mescla de escravizados africanos e colonos portugueses, dando-lhe competências para funcionar como uma ponte cultural, uma facilitadora das relações e dos contactos entre os dois continentes. Porém, contrabalançar esta pertença com a relação estreita e privilegiada com a Europa, tem sido uma tarefa hercúlea, apesar do relativo sucesso. A adesão ao Tratado da CEDEAO[176] representa uma determinação política que reflete esta pertença, princípio que se estende também à pertença à União Africana.

Contudo, a inserção de Cabo Verde na sua região deve ser meticulosamente delineada, sem negligenciar as peculiaridades deste arquipélago, aspeto que, aliás, foi

[176]Agrupamento regional dos Estados da África Ocidental instituído em 1975 com o objetivo de estabelecer uma união aduaneira e um mercado comum entre os seus constituintes. Para tal, desde o início estabeleceu uma redução aos obstáculos nas trocas comerciais, tendo-se fixado inicialmente o ano de 2005 como etapa para atingir os objetivos almejados.

cautelosamente contemplado no Artigo 68º do Tratado Revisto da Comunidade[177], direcionado aos países encravados e insulares, visando assegurar-lhes um tratamento especial na aplicação de certas disposições, bem como fornecer-lhes assistência adicional conforme necessário. Não obstante a constatação de que a concretização prática do reconhecimento das condições especiais das ilhas carece de uma implementação abrangente, essa ressalva, abre perspetivas para a formulação de políticas mais adequadas, mormente nos domínios do comércio, migração, circulação de pessoas e bens.

De um modo geral, a política externa de Cabo Verde em relação à África tem sido inconsistente, sendo manifesta a disparidade entre a retórica e a prática (Costa & Pinto, 2014, Costa 2011). Para Brito[178] (2015), Cabo Verde não tem conferido uma atenção prioritária ao continente africano, porque carece, por um lado, da vontade política dos dirigentes cabo-verdianos e, por outro, de uma política adequada de integração sub-regional. Por razões culturais, históricas, geográficas, linguísticas e de governança, as nações da África Ocidental ainda encaram a integração regional de forma desfavorável, muitas vezes percebendo-a mais como uma inevitabilidade ou destino do que como um projeto comum derivado de uma vontade democraticamente construída (Madeira & Monteiro, 2016b, *apud* Tolentino 2013), contribuindo para que a região se torne uma força centrífuga da integração.

Apesar de membro de pleno direito da CEDEAO há mais de quatro décadas, tem sido visível a falta de empenhamento e participação de Cabo Verde nas atividades da organização, sobretudo até 2007[179], fenómeno que não é alheio à insularidade e distância que separa as ilhas do continente, bem como à escassez de atrativos económicos.

---

[177]Que estipula que*: Member States, taking into consideration the economic and social difficulties that may arise in certain Member States, particularly island and land-locked States, agree to grant them where appropriate, special treatment in respect of the application of certain provisions of this Treaty and to accord them any other assistance that they may need*. O tratado pode ser consultado em: https://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2022/08/Revised-treaty-1.pdf.

[178]Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Economia, Ministro do Desenvolvimento e da Ajuda Externa e Embaixador de Cabo Verde nos Estados Unidos, Canadá e México.

[179]Momento em que a própria União Europeia sugere que uma maior integração de Cabo Verde na CEDEAO poderia contribuir significativamente para a construção de uma parceria especial entre Cabo Verde e a UE.

Mesmo quando, após as primeiras eleições legislativas, o Governo nomeou, em junho de 1991, respetivamente, o Ministro da Economia e dos Transportes e Comunicações e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação para os cargos de Presidente e Vice-presidente da Comissão Nacional para as Questões da CEDEAO, essa medida não se traduziu numa recentragem de África na política externa de Cabo Verde. Pelo contrário, com a abertura política em 1991, que fez subir ao poder o MpD, cuja estratégia de desenvolvimento assentava na liberalização económica, promoção de investimento e maior abertura ao exterior, privilegiando a diplomacia económica, ficou claro que uma ancoragem na Europa seria a opção que mais eficazmente se alinhava com os objetivos delineados pela nova orientação política do governo. Por outro lado, a constante preponderância de crises e a subsequente instabilidade nesta região têm pautado a agenda da CEDEAO, conferindo um espaço exíguo à abordagem de questões de diferente índole dentro da comunidade.

Neste contexto, pese embora a retórica política cabo-verdiana evocar reiteradamente que não há qualquer antinomia entre uma integração na sub-região africana e o estabelecimento e reforço de relações privilegiadas com a Europa (Monteiro, 2011; Costa, 2009), na prática, aquela integração tem sido preterida. A instabilidade política e militar recorrente, aliada aos desafios estruturais da região e a inércia e o amorfismo no processo de integração regional, torna difícil essa região funcionar como impulsionador do desenvolvimento de Cabo Verde. Esses constrangimentos têm influenciado o comércio com a região, apesar do potencial desse mercado, o que demostra também uma falta de vontade política por parte de Cabo Verde em aproveitar o vasto mercado que a CEDEAO oferece (Brito, 2015; Duarte, 2004). Com efeito, no início da década de 90, o comércio entre Cabo Verde e CEDEAO representava 5% do comércio externo do país, mantendo uma tendência decrescente até 2006, quando a região representava cerca de 4% das exportações totais do arquipélago (Silva 2008, p. 59). Mais recentemente o comércio de Cabo Verde com a CEDEAO revela-se igualmente limitado, representando meramente 2,2% das importações e uma ínfima parcela de 0,2% das exportações, em média, ao longo da última década, com variações anuais. As importações provenientes da CEDEAO concentram-se apenas em cinco países específicos (Costa do Marfim, Gana, Guiné-Bissau, Senegal e, em menor medida, Togo). No que concerne às exportações, estas

seguem, de forma consistente, para apenas um destino (Guiné-Bissau), com ocasionais incursões em direção ao Senegal. Curiosamente, não se regista um comércio significativo com as maiores economias da região, tais como a Nigéria, com a sua vasta população de 195,9 milhões de habitantes, a Guiné-Conacri (12,4 milhões de habitantes) ou o Benim (11,9 milhões de habitantes), sublinhando os padrões distintos e desafios inerentes às relações económicas de Cabo Verde no âmbito da CEDEAO (dados de Banco de Cabo Verde *in* UN Cabo Verde, 2021).

O comércio de Cabo Verde com a sua região é desencorajado por várias razões, desde perfis de exportação idênticos com outros membros da CEDEAO, predominantemente orientados para a produção de *commodities*, até à escassez de infraestruturas, sobretudo no que concerne à conectividade. Ainda a dificuldade em implementar com êxito o Esquema de Liberalização Comercial da CEDEAO (ETLS) configura-se, igualmente, como um fator redutor de considerável relevo (sobre esta questão vide Lisazo (2022). Este cenário complexo espelha a imperatividade de abordar não só questões estruturais, como a diversificação das bases produtivas, mas também desafios associados à competência eficaz na aplicação de instrumentos comerciais regionais, sublinhando a importância de estratégias multifacetadas para fomentar um comércio mais robusto e dinâmico no seio da CEDEAO.

Conforme evidenciado pelo Índice de Integração Regional Africana (ARII) de 2019, Cabo Verde figura-se entre os participantes com desempenho médio no contexto continental, apresentando uma pontuação de 0,344 numa escala que varia de 0 (baixo) a 1 (alto). Todavia, ao nível da comunidade da CEDEAO, Cabo Verde ocupa a 11ª posição entre 15 países, indicando uma integração limitada. Ao analisar o desempenho por dimensão, Cabo Verde demonstra avanços notáveis na livre circulação de pessoas, com uma pontuação de 0,544, e na integração macroeconómica, conseguindo uma pontuação de 0,494, enquanto para a integração comercial, produtiva e infraestrutural, com pontuações respetivas de 0,297, 0,129 e 0,274, há margem para aprimorar a performance do país (dados do segundo Relatório do Índice de Integração Regional Africana – AUC; AfDB & UNECA, 2019).

Para Duarte (2004, p.4), a falta de vontade política para discutir aprofundada e seriamente os problemas que afetam a região, a inércia no que concerne à implementação dos compromissos assumidos, a desconfiança entre os vizinhos, os

conflitos efetivos ou latentes que assolam a região, o fraco desenvolvimento institucional, ou conflitos de interesses, entre outros, constituem fatores que explicam o afastamento *de facto* de Cabo Verde desta região e a procura de uma maior aproximação à Europa.

Ribeiro *et al.* (2021) consideram que, ao cotejar a realidade cabo-verdiana, seja ela sob o prisma histórico ou contemporâneo, no que concerne ao seu potencial de afirmar-se como elo da Economia de Circulação no Atlântico Médio, torna-se patente que a anelada realidade contradiz, de modo manifestamente dramático, as latentes potencialidades que subsistem. Estes autores concluíram que somente motivos de índole histórica, cultural e, mais recentemente, de ordem ideológica, podem explicar tal desfasamento. Se assim for, impõe-se transpor tais razões, que, de certo modo, são vetustas, não obstante, no atual contexto, se revestirem de novas indumentárias e narrativas (idem).

Ademais, a eficácia do regime de câmbios fixos entre o Escudo Cabo-verdiano (CVE) e o Euro, desde a sua implementação em 1999, erige como um obstáculo concreto à inserção de Cabo Verde no ousado desígnio de concretização da denominada segunda Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO)[180].

Para Monteiro (2016), a candidatura, nos primórdios de 2015, da então Ministra cabo-verdiana das Finanças e do Planeamento, Cristina Duarte, à presidência do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), veio aprofundar a perceção de um certo desvanecimento nas relações entre Cabo Verde e o continente africano nos últimos anos. A ausência de uma vontade política por parte dos dirigentes cabo-verdianos em familiarizarem-se com o continente africano e a inexistência de uma política apropriada de integração sub-regional acabaram, de certa forma, por influenciar o desempenho da Ministra cabo-verdiana nestas eleições (Brito, 2015, *apud* Monteiro 2016).

---

[180]Ribeiro et al. (2021) destacaram três obstáculos que podem comprometer a adesão de Cabo Verde, nomeadamente:

1. Entre os Estados-membros da ZMAO, Cabo Verde é o país com maior estabilidade de preços, uma característica que poderia ser perdida caso prescindisse do CVE;
2. O ciclo económico de Cabo Verde não está sincronizado com o ciclo económico da União, o que provavelmente conduziria a que a política monetária a que estaria sujeito não fosse a economicamente mais adequada;
3. O benefício de partilhar uma moeda comum com outros países seria muito reduzido, dada a reduzida integração comercial que tem com os Estados-membros da Zona.

Mesmo quando, por uma questão de coerência ideológica, o PAIGC/PAICV[181] deveriam cultivar o africanismo que, de resto, lhes conferiam legitimidade, as suas relações diplomáticas e acordos internacionais, bem como excessiva dependência económica em relação à Europa, sobretudo Portugal, espelhavam uma maior proximidade à Europa. Por outro lado, o arrefecimento do entusiasmo em relação ao continente africano foi amplamente influenciado pelo golpe de estado ocorrido em 14 de novembro de 1980, na Guiné-Bissau, e que pôs fim ao projeto de unidade binacional entre a Guiné e Cabo Verde e, por conseguinte, resultou na dissolução do PAIGC e levou à subsequente criação do PAICV, uma agremiação política exclusivamente cabo-verdiana.

Outrossim, as políticas e ações desenvolvidas da CEDEAO não têm sabido captar as idiossincrasias de um pequeno Estado arquipelágico, ou por não levar em consideração as suas especificidades ou por abranger áreas – como as de construção de infraestruturas de transportes, por exemplo – que fica difícil transpor para as Ilhas.

Apesar das vicissitudes enfrentadas no processo de integração na África Ocidental, incluindo a persistência de consideráveis níveis de carência, conflitos armados e a vulnerabilidade a calamidades naturais ou pandemias, esta região revela um potencial notável, destacando-se pela sua abundância de recursos naturais. Adicionalmente, alguns países da região abraçaram democracias resilientes, ao mesmo tempo que contam com populações jovens caracterizadas por elevados padrões de literacia (idem *apud* Akoutou *et al.,* 2014).

Não obstante a inexistência de uma estratégia integralmente definida por parte de Cabo Verde, incluindo a ausência de um documento estratégico e de políticas claramente direcionadas para a integração, nos últimos anos, tem havido um crescente interesse e empenho nas suas relações com a região. Isso é evidenciado nomeadamente pelo estabelecimento, pela primeira vez em 2020, de uma Missão Diplomática em Abuja, que também representa Cabo Verde junto da CEDEAO, proporcionando um acompanhamento mais próximo das atividades da organização. A representação de Cabo Verde junto da União Africana esteve desativada entre 2013 e 2024, após catorze anos de funcionamento, tendo sido reaberta na primeira metade de

[181]Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde/Partido Africano da Independência de Cabo Verde.

2024. De destacar a instauração do Centro Multinacional de Coordenação Marítima da Zona G da CEDEAO, na Cidade da Praia, cuja inauguração aconteceu também no início de 2024. Este centro, que abrangerá Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali e Senegal, tem como desiderato supervisionar todo o tráfego marítimo internacional na região e partilhar informações com os demais centros existentes em África.

Desde 2017, mediante várias medidas político-administrativas, incluindo o estabelecimento do Ministério da Integração Regional e, mais recentemente, a incorporação dessa vertente no seio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, observa-se uma diligente tentativa de escrutinar a metodologia mais judiciosa para abordar a integração regional, que se deseja proeminente na agenda da política externa do país.

Concomitantemente, tem-se notado uma participação mais incisiva nos órgãos políticos e executivos da CEDEAO, abrangendo, inclusive, o seu tribunal. Destaca-se, de igual modo, o acolhimento do Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética (ECREEE) da CEDEAO, cujo desígnio é contribuir de maneira significativa para a consecução de variadas metas delineadas no Plano Estratégico Regional da CEDEAO neste domínio, mormente o fomento do desenvolvimento sustentável mediante a promoção das energias renováveis e da eficiência energética nesta região. Essas iniciativas refletem um compromisso renovado com a integração regional e uma abordagem estratégica para lidar com as dinâmicas geopolíticas da região.

Merece destaque o facto de que Cabo Verde, além de ter promovido a criação deste centro, teve de usar a sua diplomacia com grande habilidade para garantir que a sede fosse instalada na cidade da Praia. Este feito é particularmente notável, considerando a forte concorrência da Nigéria, que disponibilizou 2 milhões de dólares para sediar o centro no seu território, enquanto Cabo Verde não tinha fundos disponíveis para competir financeiramente. Cabo Verde conseguiu demonstrar a importância estratégica do centro para o país, sublinhando o seu compromisso com os objetivos do mesmo. O Ministro dos Negócios Estrangeiros de então, José Brito[182],

[182]Entrevistado no dia 29 de março de 2024. Brito teve uma carreira diversificada, combinando setores público e privado. Entre outras funções foi vice-presidente das relações governamentais numa empresa de petróleo nos EUA antes de ser Embaixador de Cabo Verde nos EUA, Canadá e México. Também ocupou cargos ministeriais em Cabo Verde, incluindo Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade, e Ministro dos Negócios Estrangeiros. Além disso, atuou como Alto Representante da União Africana para a Costa do Marfim.

assevera que a capacidade de negociação cabo-verdiana foi fundamental para a decisão final de localizar a sede na Praia (Brito, 2024).

A nível bilateral, para além de cultivar relações sólidas com todos os PALOP e outras nações do continente, como Senegal e Nigéria, em 2021 Cabo Verde inaugurou a sua primeira Embaixada na Guiné-Bissau. No ano seguinte, em 2022, estabeleceu a sua primeira Embaixada e Consulado-Geral no Reino de Marrocos.

Para o Presidente da República José Maria Pereira Neves (2023), a integração regional emerge como uma opção fundamental para o Estado de Cabo Verde, constituindo um eixo definidor da atuação tanto no âmbito externo como no interno, dadas as suas implicações significativas para a formulação de políticas públicas nacionais. Este compromisso com a integração regional sugere uma abordagem estratégica e proativa por parte de Cabo Verde, visando fortalecer laços e colaborações com outros Estados ou entidades numa esfera regional mais ampla. A ênfase na integração regional destaca ainda a importância atribuída a uma abordagem coletiva na busca de objetivos comuns, moldando, assim, a agenda política tanto a nível nacional como nas interações internacionais, o que também reflete os interesses de grandes parceiros de Cabo Verde, como a União Europeia[183] e os Estados Unidos[184].

Dotado das condições propícias para se transformar num importante *hub* de conexão entre a Europa e a África, Cabo Verde pode ser um protagonista, tanto no âmbito comercial — intensificando a cooperação Europa-África e facilitando a entrada de empresas europeias no mercado africano — como no plano securitário, contribuindo para o controlo de crimes transnacionais que assolam a região. A integração de Cabo Verde na esfera africana, aliada à proximidade com a União Europeia e os Estados Unidos, pode desencadear uma sinergia notável, gerando benefícios mútuos e consolidando a sua posição estratégica, mormente diante da criação da Área Continental Africana de Comércio Livre (ACACL), que se revela como um vasto mercado a ser explorado, onde Cabo Verde constitui um ponto de entrada promissor.

[183]A Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento sobre o Futuro das Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde de 2007, insta o arquipélago a promover a integração económica com a sua região.

[184]Como evidenciado pela seleção de Cabo Verde, em dezembro de 2023, para o desenvolvimento de um Compacto Regional, cujo desígnio último consiste em auxiliar o processo de desenvolvimento económico cabo-verdiano através de uma integração mais aprofundada com a região da África Ocidental.

Contudo, como assevera Ribeiro et al. (2021), esta integração não deve ser uma questão meramente sentimental, fundada em emoção ou de pertença geográfica. Ela deve ser meticulosamente calculada, de modo a infundir conforto e possibilitar a mobilização do grande público para a edificação de uma vontade comum, alicerçada na viabilidade de escrutínio e monitorização graduais dos eixos que paulatinamente delineiam esta integração. Para que tal ocorra, é imperativo respeitar as singularidades do país, priorizar as áreas nas quais o mesmo pode agregar valor e que sejam de interesse e valorização nacionais e regionais, tendo em consideração a plenitude da expressão nacional.

Concluindo, não obstante a possibilidade de uma efetiva complementaridade entre estas duas ancoragens - europeia e africana -, em termos práticos, tem sido um desafio aproveitar a sinergia entre essas duas pertenças. Uma maior aproximação a África traduz-se numa reconciliação com o passado e num regresso às origens africanas, numa busca da identidade perdida que, no entender de muitos, representa fazer justiça à herança cultural dos ancestrais. O estreitamento das relações de Cabo Verde com a sua sub-região está igualmente associado aos imperativos políticos e de solidariedade, coexistindo com questões de segurança e de natureza estratégica. Além disso, tem o potencial de reforçar as relações político-diplomáticas de Cabo Verde com os países vizinhos, criando uma base sólida para a cooperação em áreas de interesse mútuo, incluindo segurança, comércio, migração, desenvolvimento, meio ambiente, bem como acesso a recursos financeiros e programas de financiamento disponibilizados pela CEDEAO para projetos de desenvolvimento regional, o que poderá ajudar a impulsionar a economia e as infraestruturas do país.

Já a ancoragem à Europa, uma opção estratégica e pragmática da política externa cabo-verdiana - porquanto a própria pertença a África poderia ter ditado uma maior ancoragem a este continente -, está mais ligada à dimensão económica e desenvolvimentista, embora não se possa descurar igualmente a vertente securitária. Esta opção, em consonância com o argumento de que a vitalidade económica das regiões adjacentes constitui um elemento fundamental na política de integração internacional das pequenas economias insulares, cria e promove o potencial da economia cabo-verdiana, incrementando as relações políticas e económicas com a União Europeia e com os seus membros, principalmente aqueles que não fazem parte do rol dos parceiros tradicionais do arquipélago, como os países da Europa de Leste.

4.2 Dos Atores da Política Externa de Cabo Verde

A condução da política externa cabo-verdiana é resultado da sinergia entre diversos intervenientes, com papéis e competências diferenciadas, numa intricada teia que molda as relações externas do país.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional, conforme estipulado pelos artigos 2º e 3º da sua orgânica, em conjugação com o artigo 19.º da Lei Orgânica do Governo[185], é o departamento governamental incumbido de propor e implementar a política externa do país. Este ministério deve assumir a centralidade e coordenação das relações internacionais, em estreita articulação com os departamentos sectoriais, respeitando as competências específicas destes últimos. Ademais, essa coordenação deve ser realizada sem prejuízo das prerrogativas atribuídas ao Presidente da República e das competências do Ministério das Finanças no que tange ao relacionamento com as Instituições Financeiras Internacionais.

Os diplomatas e outros representantes técnicos nesta área, destacando-se embaixadores e cônsules, assumem-se como agentes primordiais na condução direta de interações com outros Estados e organizações internacionais. Incumbidos da tarefa de desenvolver e manter relações bilaterais e multilaterais, os diplomatas desempenham um papel preponderante na promoção da imagem do país e na defesa dos seus princípios fundamentais, sobretudo quando negoceiam acordos e representam Cabo Verde em fóruns internacionais

Os Ministérios das Finanças, do Ambiente, do Mar, do Comércio e da Defesa também ocupam uma posição proeminente na elaboração e implementação da política externa de Cabo Verde. Especial destaque é dado ao Ministério das Finanças, que desempenha um papel central no planeamento e mobilização de recursos para o desenvolvimento, liderando diversas iniciativas como a gestão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o dossier do MCC/MCA[186], o Grupo de Apoio à Ajuda Orçamental, e as relações com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional e outras Instituições Financeiras Internacionais.

---

[185] Vide B.O. No 79 da República de Cabo Verde de 27 de julho de 2023 e DL 53/2021 de 6 de agosto.
[186] *A Millennium Challenge Corporation e Millennium Challenge Account*

Ainda em contextos específicos, as Forças Armadas influenciam a política externa de Cabo Verde, especialmente em questões de defesa e segurança.

Com efeito, a esfera da diplomacia cabo-verdiana é ampla, transcendendo a dimensão institucional do Ministério dos Negócios Estrangeiros, estendendo-se a outras áreas, departamentos governamentais e agentes que desempenham papeis fundamentais no âmbito da política externa (Monteiro, 2022), como é o caso do Presidente da República que tem a prerrogativa de representar o país em questões internacionais. O mesmo é responsável por nomear embaixadores e outros representantes diplomáticos, ratificar tratados internacionais e manter relações diplomáticas com outros Estados. O Presidente também desempenha um papel cerimonial em visitas de Estado e em eventos diplomáticos importantes (Art.º 136 da Constituição da República[187]). Já o Parlamento desempenha um papel de supervisão e fiscalização da política externa do país. O mesmo pode revisar e aprovar tratados internacionais, discutir e deliberar sobre questões de política externa e fornecer orientações ao governo sobre assuntos internacionais. Além disso, pode ainda realizar audiências e investigações relacionadas à política externa e às atividades diplomáticas.

Ainda a diáspora cabo-verdiana exerce uma influência multifacetada e relevante na política externa de Cabo Verde. Andrade (2016) sustenta que a diáspora constitui um pilar fundamental da política externa, evidenciado através de várias dimensões, quais sejam o envio de remessas, a captação de investimento externo e o desenvolvimento de redes de conhecimento, beneficiadas pela vasta experiência migratória. O processo migratório é também um elemento estruturante da identidade nacional do arquipélago, refletindo a longa tradição de mobilidade do seu povo e sustentando a autoidentificação como uma Nação Global (idem). Portanto, economicamente, a diáspora contribui de forma substancial para a estabilidade financeira do arquipélago. Culturalmente, promove a cultura e os valores cabo-verdianos, reforçando a imagem global do país. Em termos técnicos, facilita a transferência de conhecimento e inovação, impulsionando o desenvolvimento nacional. Além disso, desempenha um papel crucial na diplomacia bilateral, reforçando os vínculos entre Cabo Verde e os países de acolhimento. Assim, a diáspora não só

[187] Assembleia Nacional - AN (2010).

promove os interesses nacionais no exterior, como também é essencial para a construção e consolidação da posição internacional de Cabo Verde.

Não obstante a centralidade na condução da política externa pelo governo central, há também uma participação ativa do governo local na implementação de diversas dimensões da política externa cabo-verdiana, destacando-se especialmente na promoção do desenvolvimento sustentável, na cooperação internacional descentralizada e na projeção da imagem do país no exterior. Diversos Municípios e Cidades de Cabo Verde estabeleceram vínculos de geminação e cidades-irmãs com municípios e Cidades de várias Nações, incluindo Portugal, Paraguai, Espanha, Brasil, Itália, Angola, China, Estados Unidos, Bélgica, Cuba, França, Áustria, Luxemburgo, entre outros. Estas alianças abarcam uma ampla variedade de áreas de cooperação, abrangendo desde educação, saúde e desenvolvimento agrícola até cultura, turismo, saneamento, proteção civil, ambiente, desenvolvimento económico, formação profissional, desporto, juventude, intercâmbio cultural, administração municipal, habitação, urbanismo, serviços municipais, promoção social e apoio institucional, entre outras (ANMCV, 2024).

As Organizações Não Governamentais (ONG) e outros grupos da sociedade civil, ainda que muito discretamente, têm contribuído para o diálogo internacional, oferecendo suas perspetivas sobre questões como as mudanças climáticas, e obtendo financiamento para projetos nessa área. Essas contribuições têm sido especialmente valiosas na articulação de posições que enriquecem o discurso internacional de Cabo Verde, facilitada sobretudo pela inclusão dessas organizações em delegações oficiais para eventos internacionais, como a COP (Conferência das Partes) da UNFCCC[188]) e mais recentemente a Conferência da Década do Oceano da UNESCO 2021-2030 – com uma significativa representação da Sociedade Civil - bem como em outros eventos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Seguindo a evolução das relações internacionais que tem testemunhado um papel cada vez mais proeminente da Sociedade Civil e do setor privado nas interações com o exterior, em Cabo Verde os empresários e investidores, em particular – especialmente à luz de uma maior ênfase em IDE, tendo em conta que parcerias

[188]*Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas/United Nations Framework Convention on Climate Change*.

público-privadas, acordos comerciais e iniciativas conjuntas com entidades estrangeiras são cruciais para a promoção de oportunidades económicas e desenvolvimento sustentável – começam, pese embora de forma de tímida, a participar em iniciativas ligadas à formulação da política externa. Um exemplo paradigmático é a participação ativa do setor privado nas discussões da Conferência Anual sobre a Política Externa (CAPE), organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Nessa conferência, que já vai na sua terceira edição, o setor privado tem contribuído significativamente com insights e sugestões, enriquecendo o debate e auxiliando na formulação de políticas externas mais eficazes e alinhadas com os interesses de Cabo Verde. Segundo o Embaixador Domingos, recentemente, tem havido um maior envolvimento das organizações da sociedade civil e do Sector Privado nas reflexões do Ministério dos Negócios Estrangeiros, especialmente através da CAPE. Além das ONG, associações como a Associação de Municípios e as câmaras de comércio também têm participado ativamente dessas discussões. Em particular, as câmaras de comércio têm desempenhado um papel crucial no debate sobre integração regional (Domingos, 2024).

Em conjunto, esses vários intervenientes, com base nos seus recursos materiais e simbólicos, bem como nas suas atribuições e limitações específicas, desempenham um papel importante na formulação de estratégias que refletem os interesses nacionais de Cabo Verde e promovem a sua inserção no panorama internacional. Esta multiplicidade de intervenientes na execução da política externa cabo-verdiana, por um lado, amplia a presença do país no cenário internacional, mas, por outro, implica uma complexa coordenação muitas vezes negligenciada pelos distintos atores. Da falta de coordenação eficaz entre as diferentes instituições governamentais e entre estas e outras entidades atuantes na esfera da política externa ressalta a necessidade urgente de aprimorar os mecanismos de coordenação e cooperação, visando garantir uma abordagem mais coesa e eficaz na defesa dos interesses nacionais no cenário internacional. Um exemplo notório dessa falta de alinhamento é evidenciado nos casos de desencontro entre o Governo e a Presidência da República. Por outro lado, a falta de definição clara do papel e das atribuições dos diferentes intervenientes tem levado a várias iniciativas no cenário internacional a serem realizadas sem a participação adequada do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o que afeta sua centralidade e muitas vezes repercute nas ações desenvolvidas. Na asserção do Embaixador

Fernando Wahnon[189], o Ministério das Finanças tem vindo a assumir a primazia em várias esferas, substituindo em certos domínios o tradicional papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o que põe em causa a centralidade deste último Ministério. No entender do Ex-Ministro dos Negócios Estrageiros José Brito não há uma centralidade clara no MNE atualmente, na medida em que muitos ministros conseguiram transferir responsabilidades, como a cooperação, para outras áreas. Entende ainda que hodiernamente, a cooperação praticamente não está mais sob a alçada do MNE, mas sim do Ministério do Vice-Primeiro Ministro (Brito, 2024). O Embaixador Domingos Mascarenhas considera que a falta desta centralidade se deve à ausência de vontade política e liderança para superar a atual indisciplina e explorar sinergias entre os diferentes atores (Mascarenhas, 2024). Embora a centralidade do MNE esteja definida em teoria, na prática, a capacidade de congregar e otimizar o funcionamento dos outros agentes não se concretizou plenamente devido à insuficiência de recursos humanos e falta de capacidade robusta para agir de forma proativa e coordenada em todas as frentes das relações externas de Cabo Verde (Miranda[190], 2024).

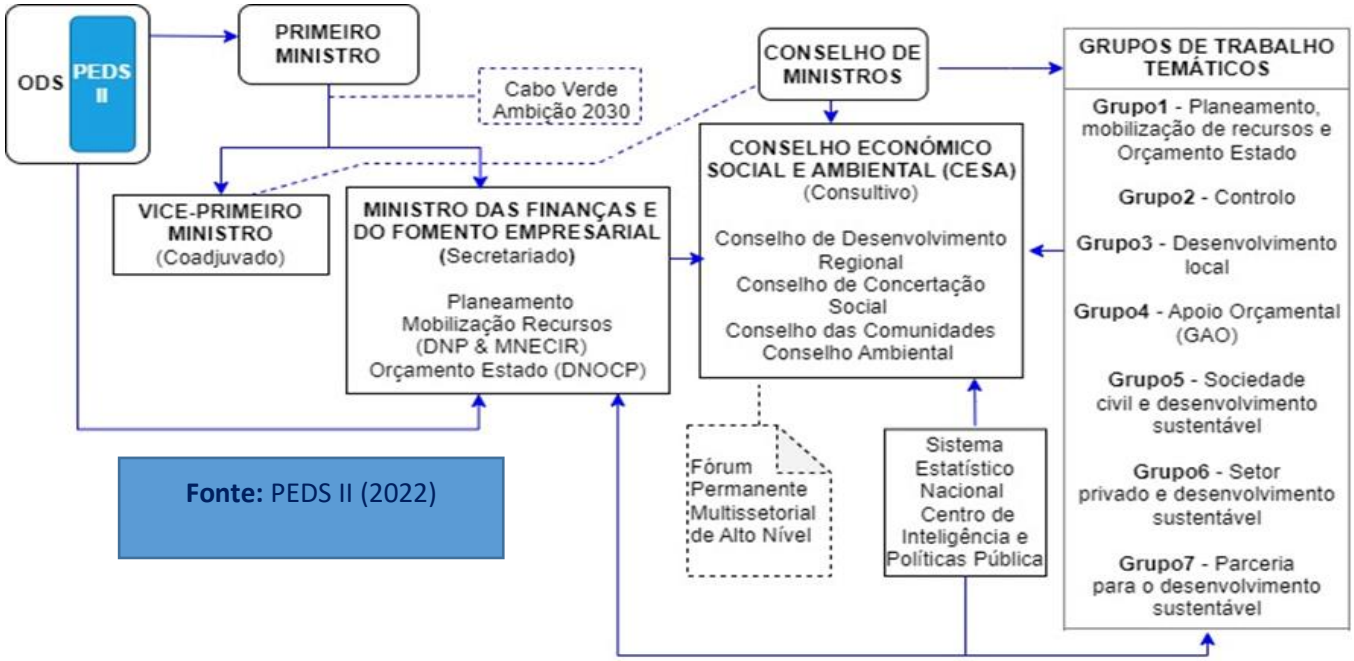
Apesar das prerrogativas do Ministério dos Negócios Estrangeiros de assegurar a centralidade na condução da política externa, o próprio PEDS II evidencia a diluição desta atribuição, no que tange em particular a mobilização dos recursos externos como se pode observar na figura 6. Com efeito, a mobilização de recursos externos, representando uma parcela significativa dos recursos necessários para a implementação do PEDS, coloca a Direção Nacional do Plano do Ministério das Finanças e o Ministério dos Negócios Estrangeiros numa posição equivalente. Este

[189]Entrevistado no dia 7 de março de 2024. Wahnon é Embaixador de carreira aposentado desde 2018. Durante sua carreira, ocupou diversas posições importantes, incluindo Assessor Especial do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Embaixador e Representante Permanente de Cabo Verde junto das Nações Unidas. Além disso, desempenhou papéis como Diretor Nacional dos Assuntos Políticos e Cooperação, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em vários países, como Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos, Suécia, entre outros. Também ocupou cargos como Director Nacional, Diretor-Geral e Diretor de diferentes divisões do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

[190]Entrevistada no dia 18 de março de 2024. Miranda é Embaixadora de carreira. Foi Cônsul-Geral de Cabo Verde nos EUA, Embaixadora na Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Eslovénia, Reino Unido e União Europeia. Foi ainda Embaixadora na Suíça e Representante Permanente junto das Nações Unidas/Genebra e outras organizações internacionais. No governo, exerceu funções como Secretária de Estado da Juventude, Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Ministra Adjunta do Primeiro-Ministro para Infraestruturas e Economia Marítima. Foi também Conselheira Diplomática do Primeiro-Ministro e membro não executivo do Corpo de Governadores da *European Centre for Development Policy Management*, com sede em Holanda. Possui mestrados em Direito Internacional pela Universidade do Azerbaijão e em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo ISEG.

cenário não é alheio ao facto de o Ministério das Finanças ser a instituição que interage diretamente com as Instituições Financeiras Internacionais e outros parceiros na questão da mobilização de recursos, sobretudo quando ligada ao orçamento do Estado.

Figura 6: Mecanismo de Coordenação da Implementação do PEDS II e dos ODS



Particularmente desde a década de 1990, a erosão dos meios - incluindo recursos humanos, institucionais e orçamentais - e o concomitante desvio de competências resultaram numa progressiva perda de autoridade e consequente diminuição da centralidade do MNECIR na execução da política externa. Esta redução de centralidade é especialmente percetível na gestão das relações globais, como as relacionadas com meio ambiente e clima, e transição energética, bem como nas esferas económicas (economias azul e digital), comerciais (acordos de acesso a mercados), e em outras áreas como segurança cooperativa, direitos humanos, migrações, questões sectoriais, desenvolvimento e financiamento (Rocha[191], 2022)

[191]Documento elaborado pelo Embaixador Jose Luis Rocha, no âmbito do grupo de trabalho crido no MNECIR para debater a questão da centralidade do MNECIR.

Por outro lado, emerge a complexidade da coordenação em especial entre o Governo e a Presidência da República, refletida nas divergências de posicionamento sobre algumas questões internacionais. Essa complexidade é especialmente evidenciada em casos de alta relevância geopolítica, como o conflito entre Marrocos e o Saara Ocidental. A disparidade de posições sobre a soberania e a autodeterminação no Saara Ocidental não só afeta as relações diplomáticas com os países envolvidos, mas também influencia a postura de Cabo Verde em fóruns internacionais e sua estratégia de alinhamento político. Mais recentemente, as saídas do Mali, Burkina Faso e Níger da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), impulsionadas por eventos políticos e militares internos, têm fomentado um campo de tensões e debates sobre a eficácia e a coesão da organização regional. Estas saídas têm evidenciado também uma desarmonia entre o Governo e a Presidência de Cabo Verde, revelando uma falta de sintonia em relação a esta questão crucial para o país.

A ausência de uma coordenação eficaz e de um alinhamento robusto entre os diversos atores, com especial ênfase na dicotomia entre o governo e a Presidência, tem o potencial de comprometer a coesão da política externa de Cabo Verde. Este desajuste não só prejudica a elaboração de uma abordagem estratégica e coerente nas questões internacionais, como também dificulta a capacidade do país de articular e implementar respostas unificadas e eficientes. Tal cenário torna-se ainda mais crítico diante das constantes transformações nas circunstâncias internacionais, que exigem uma resposta ágil e sincronizada.

4.3 As Linhas de Força e as Diferentes Fases da Política Externa Cabo-Verdiana

Apesar de o posicionamento externo de Cabo Verde ser, em grande medida, tributário dos interesses e objetivos políticos estratégicos dos principais atores internacionais, a política externa cabo-verdiana tem adotado, como linha mestra, a diligente busca de recursos externos para complementar os esforços internos e impulsionar o desenvolvimento do país. A débil conjuntura económica e social pós-independência ditou que, numa primeira fase, fossem priorizadas as questões de sobrevivência e segurança, bem como a projeção internacional, mediante uma gestão criteriosa da APD. Mais recentemente, o enfoque tem sido o estabelecimento de parcerias estratégicas. Concomitantemente, persiste um esforço contínuo para

preservar a imagem de um país credível e sério, como parte essencial do substrato do seu *soft power*.

Cabo Verde, consciente das suas limitações e almejando otimizar as suas potencialidades para poder tirar máximo proveito do sistema internacional, tem sido defensor de um ambiente externo estável, cooperativo e alicerçado no multilateralismo[192]. Neste contexto, o fortalecimento do processo de integração regional e a participação ativa em instituições internacionais, tais como a ONU, UA, CEDEAO, PALOP, CILSS[193], CPLP, ZOPACAS[194], Francofonia, entre outras, emergem como princípios norteadores relevantes da política externa do país (Costa & Pinto, 2014; Costa, 2011). Segundo o Embaixador Jose Luis Rocha[195], por meio do multilateralismo global e regional, Cabo Verde engaja-se na governança mundial, buscando formas de cooperação que mitigam as ameaças à paz, segurança e estabilidade internacionais, elementos cruciais para o desenvolvimento do país. O arquipélago também tem praticado uma política de boa vizinhança, mantendo relações estreitas com os continentes europeu, africano e americano. O continente asiático (sobretudo China e Japão, cujas relações político-diplomáticas têm sido particularmente intensas) embora distante, tem igualmente um papel de relevo na agenda cabo-verdiana, representando uma faceta diversificada das relações internacionais do país (MNECIR, 2024a).

O país tem endossado esforços internacionais que visam salvaguardar as normas internacionais, a não interferência nos assuntos internos, a promoção da paz e segurança, assim como os princípios da democracia, Estado de direito,

[192]Cabo Verde é membro de importantes organismos internacionais, entre outros: a Organização da Nações Unidas (ONU), a União Africana (UA); a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Grupo dos 77 (G-77) & China, Organização Mundial do Comercio (OMC), a Aliança dos Pequeno Estados Insulares em Desenvolvimento (AOSIS), a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), entre outros. O arquipélago goza, ainda, desde 1977, do estatuto de observador associado na Agência de Cooperação Cultural e Técnica (ACCT), atualmente Organização Internacional da Francofonia (OIF).

[193] Comité Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel.

[194] Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

[195]Entrevistado no dia 23 de janeiro de 2024. Rocha é Embaixador de carreira. Teve um percurso profissional abrangente, incluindo cargos de destaque como Diretor-Geral da Cooperação Internacional, Diretor-Geral da Política Externa e ocupou o cargo de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Como Embaixador, representou Cabo Verde em Bruxelas e na União Europeia, em Washington DC e nas Nações Unidas. Também atuou como Representante Permanente da OIF em Bruxelas. Além disso, participou como membro do Painel de Alto Nível sobre o MVI e foi Assessor do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde.

autodeterminação dos povos e solidariedade internacional, elementos estes que constituem o alicerce da imagem e credibilidade do arquipélago a nível internacional. Esses princípios não apenas estão consagrados na Constituição, como também foram incorporados na narrativa dos líderes do país. Na apresentação do primeiro Programa do Governo de Cabo Verde independente, no Mindelo, Pedro Pires, o então Primeiro-Ministro, delineou os fundamentos da política externa, assegurando que o país manteria relações com todas as nações do mundo, com base no respeito mútuo, na não ingerência nos assuntos internos e na igualdade e reciprocidade de vantagens. Comprometeu-se ainda a defender os princípios das Nações Unidas, a participar ativamente na comunidade africana e a estabelecer laços privilegiados com os países que acolhem as comunidades cabo-verdianas (Neves[196], 2018).

De acordo com Cardoso[197] (1986), a opção por uma Política de Paz em Cabo Verde é a mais adequada, dada a pequenez e pobreza do país. Baseando-se nos princípios do realismo, flexibilidade, independência de pensamento e ação, defesa dos interesses nacionais e seriedade política, essa abordagem é a única capaz de mobilizar recursos e a população para um amplo programa de desenvolvimento interno, além de promover boas relações externas (idem).

Além disso, devido à intrínseca relação entre os pilares de segurança e desenvolvimento – baseado na premissa de que sem segurança não há desenvolvimento e vice-versa (Secretário Geral das Nações Unidas – UNSG, 2018; Bernardino & Leal, 2011) - a componente de segurança assume uma presença assídua nos desígnios da política externa cabo-verdiana, materializada pela subscrição de diversas convenções internacionais no domínio da defesa e segurança (vide proveitosamente Amado, 2022; Évora, 2014), assim como por várias parcerias estratégicas nesse domínio.

No entender de Costa (2014, 2012), apesar de algumas descontinuidades próprias do tempo e das flutuações da conjuntura internacional, se se confrontar, numa

[196]Ex-Primeiro Ministro e atual Presidente da República de Cabo Verde. Artigo disponível online em: https://www.anacao.cv/noticia/2018/07/21/ousadia-construir-um-pais-digno-util-na-arena-internacional-as-linhas-forca-da-politica-externa-cabo-verdiana/.

[197] Renato Cardoso desempenhou várias funções nos governos da I República, sendo de destacar o de Conselheiro do Primeiro-Ministro e Secretário de Estado da Administração Pública.

perspetiva sistémica e longitudinal, os eixos estratégicos da política externa cabo-verdiana, as linhas de força da sua diplomacia e as orientações da cultura estratégica nacional, verifica-se que se está perante (a) uma política externa extremamente homogénea, (b) coerente nos princípios, (c) pragmática na ação, e (d) sem variações conceptuais de monta, porque (e) marcadamente desenvolvimentista.

Embora seja compreensível que a política externa de Cabo Verde seja considerada pragmática (sobretudo por ter como foco central a busca de recursos externos para colmatar as limitações internas) e coerente (por se basear em princípios consagrados na constituição da República[198]), pelo facto de não ter havido alteração de monta ao longo dos tempos, a mesma não pode ser considerada totalmente homogénea e coerente com os seus princípios básicos e, em alguns casos, o desfasamento entre a retórica discursiva e a prática é bastante acentuada. Por outro, pese embora a condição de Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), Cabo Verde tem tomado posições que o destacam do *mainstream* em algumas ocasiões.

O ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros Victor Borges[199] considera que a política externa de Cabo Verde não tem sido homogénea, porquanto tem vindo a adaptar-se às circunstâncias e conjunturas internacionais. Em determinados períodos, houve uma ênfase nos valores, enquanto em outros, os interesses primordiais do país foram priorizados. A capacidade dos líderes e atores em gerir as pressões diplomáticas também influenciou a política externa, resultando em abordagens variadas conforme os desafios e oportunidades emergiam. A título de exemplo, durante o período em que Cabo Verde foi membro não permanente do Conselho de Segurança (1992-1993), uma resolução[200] para condenar a Líbia foi debatida, obtendo o apoio da maioria dos países.

---

[198] Princípios da autodeterminação dos povos, do respeito pelo Direito Internacional e pelos Direitos do Homem, da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados (Artigo 11 da Constituição da República).

[199] Entrevistado no dia 28 de junho de 2024. Borges foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades e também ocupou os cargos de Ministro da Educação, Cultura e Desporto, bem como de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Ele atuou como Diretor de Estudos e Planeamento e coordenador de projetos de educação no Ministério da Educação, além de ter coordenado o escritório da Agência Suíça para o Desenvolvimento em Cabo Verde. Borges é consultor independente, formador e conferencista ligado a várias organizações e centros de pesquisa em África, Europa e EUA. Ele também ainda ocupa posições de presidente e membro em conselhos executivos, científicos e consultivos de várias iniciativas internacionais e organizações na França, Bélgica, Espanha, Alemanha e Marrocos.

[200] S/RES/748(1992) disponível online em: https://documents.un.org/doc/resolution/gen/nr0/011/07/pdf/nr001107.pdf?token=LRtczFjPqDmGQjgL7r&fe=true

No entanto, Cabo Verde optou pela abstenção, numa decisão baseada na tensão entre valores éticos e interesses estratégicos. Embora a abstenção refletisse compromissos com princípios, resultou em repercussões negativas nas relações com os Estados Unidos, que manifestaram insatisfação com a falta de apoio. Este episódio ilustra um momento crucial em que a defesa de valores éticos prevaleceu sobre considerações puramente estratégicas, evidenciando a complexidade e as consequências das escolhas diplomáticas de Cabo Verde (Borges, 2024).

O caso mais paradigmático da dissonância na politica externa cabo-verdiana com grandes potências e tendências internacionais, aconteceu em 1986, durante o regime de *Apartheid*, quando Cabo Verde, contrariando os seus maiores parceiros do Norte e do Sul, recusou aderir às sanções económicas, particularmente da então Organização da Unidade Africana (OUA), atual União Africana (UA) contra África do Sul e permitiu a escala de aviões da *South African Airways* no Aeroporto do Sal. Cabo Verde argumentou, com sucesso, a necessidade de preservar os interesses vitais que ameaçavam a viabilidade económica para ir contra a conjuntura internacional (e seus próprios princípios) de condenação do regime de *Apartheid*. Com efeito, como calculou Lopes, (2002, p. 344) os voos rendiam anualmente a Cabo Verde uma quantia superior a 25,4 milhões de dólares, igual a 31% do PIB, avaliado na altura pelo Banco Mundial em 80 milhões de dólares. Essa foi de facto uma questão complexa e que exigiu coragem, determinação e firmeza por parte das autoridades cabo-verdianas.

Outro episódio notório ocorreu com a Grã-Bretanha, deixando marcas de certa frieza nas relações com Cabo Verde, durante a Guerra das Malvinas em 1982. Na ocasião, Cabo Verde recusou o pedido para permitir que aeronaves ou navios britânicos aportassem no território ou utilizassem o aeroporto do Sal para reabastecimento durante a guerra das Ilhas Malvinas. Este episódio pode ter contribuído para que Cabo Verde permanecesse, por um longo período, fora da lista dos países beneficiados pela cooperação bilateral com o Reino Unido (Coutinho, 2015).

Tambem, Cabo Verde, de forma assertiva, declinou a instauração do campo militar atlantista liderado pela OTAN, assim como rejeitou o Pacto de Varsóvia e o estabelecimento de uma base militar em prol do bloco soviético, o que permitiu ao arquipélago desbravar uma senda singular no palco internacional (Madeira & Monteiro, 2016a e 2016b), seguindo a lógica da política de não alinhamento.

Ainda foram meritórias as difíceis negociações efetuadas por Cabo Verde após a independência para convencer os países que forneciam ajuda alimentar, nomeadamente os europeus e EUA a não distribuírem todos os recursos gratuitamente, evitando assim a exacerbação da dependência dos cabo-verdianos. Apenas uma pequena parte da ajuda alimentar foi distribuída à população mais carenciada, enquanto a maior parte foi vendida, e criado um Fundo de Desenvolvimento Nacional, que possibilitou empregar cabo-verdianos em frentes de trabalho de alta intensidade de mão-de-obra, melhorando as infraestruturas[201] do país e aliviando a pobreza simultaneamente. Em relação ao Program Mundial de Alimentação (PAM), cujas regras mais rígidas não permitiam a venda dos alimentos doados, foi negociada a canalização da ajuda para as cantinas escolares, que desempenharam um papel importante em manter as crianças nas escolas (Brito, 2024; Wahnon, 2024; Mascarenhas, 2024; Pires[202], 2024; Miranda, 2024; Cruz[203], 2024).

Entretanto, momentos outros houve em que faltou firmeza nos princípios para contrariar os grandes parceiros e tomar a decisão, mais consentânea com os princípios que sempre nortearam a política externa do arquipélago. Senão como explicar a mudança subtil de posição em relação à questão da Palestina? Cabo Verde, dado o seu percurso de luta para a sua independência e por reconhecer a importância do apoio internacional no processo da sua descolonização, bem como por respeitar os objetivos e princípios da Carta da ONU e as resoluções relevantes da Assembleia Geral das Nações Unidas que fazem apelo àqueles princípios, tem dado firme apoio a todos os

[201]As primeiras infraestruturas em Cabo Verde, incluindo estradas, proteção dos solos nas encostas e plantação de árvores foram financiadas com este fundo.

[202]Entrevistado no dia 11 de junho de 2024. Pedro Pires é uma figura central na história de Cabo Verde, tendo desempenhado um papel crucial na luta pela independência. Em dezembro de 1974, à frente de uma delegação do PAIGC, assinou o Acordo para a Independência de Cabo Verde e negociou com o Governo português o processo de transição política que culminou na Independência Nacional a 5 de julho de 1975. Em junho de 1975, foi eleito Primeiro-Ministro, cargo que ocupou até 1991. Mais tarde, em 2001, foi eleito Presidente da República, servindo dois mandatos consecutivos até 2011. Nesse mesmo ano, foi galardoado com o Prémio Mo Ibrahim para a Excelência na Liderança Africana, em reconhecimento à sua liderança exemplar. Atualmente, é Presidente do Instituto Pedro Pires para a Liderança.

[203]Entrevistado no dia 19 de julho de 2024. Cruz é Embaixador de carreira. Foi Chefe da Divisão de Emigração e Chefe da Direção dos Assuntos Jurídicos e Tratados. Atuou também como Chefe da Divisão África e Américas e da Divisão Organismos Internacionais, além de ter sido assessor do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Representou Cabo Verde como Encarregado de Negócios em Moscovo e Viena, bem como Cônsul-Geral em Boston e Embaixador em Paris. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor-Geral dos Assuntos Jurídicos e Tratados.

povos que lutam para a sua autodeterminação e independência. Consequentemente tem tradicionalmente votado a favor das resoluções a favor da Palestina nas Nações Unidas. No entanto, ultimamente, não alheio às pressões de Israel e sobretudo dos Estados Unidos tem mudado o seu sentido de voto, o que explica a abstenção, em 2023, de uma Resolução[204] da Assembleia Geral das Nações Unidas cujo objetivo principal foi o de criar um corredor humanitário para que se possa auxiliar as vítimas da guerra entre Israel e Hamas[205]. Para um país como Cabo Verde cuja imagem e coerência de princípios constituem o substrato do seu *soft power*, um caso isolado pode não beliscar a imagem, mas continuados atos de dissonância de princípios podem ter consequências indesejáveis, abrindo precedência para uma maior pressão dos países mais poderosos.

Um outro caso exemplificativo constitui a mudança de posição do país em relação à questão da República Árabe Saharaui Democrática (RASD) e consequente autodeterminação do povo do Sahara Ocidental. Do reconhecimento da RASD em 1979, passou-se pelo congelamento/suspensão deste reconhecimento em 2007, o que vai contra a própria decisão da União Africana, já que RASD é Membro desta instituição. Acresce o facto de em 2020 Cabo Verde ter-se posicionado ao lado de Marrocos quando este recorreu ao uso da força para restaurar a circulação de pessoas e bens em Guerguerat[206], o que, juntamente com a abertura da embaixada em Rabat e do consulado Geral em Dakhall representam a consolidação do realinhamento com Marrocos nesta contenda. Tendo trabalhado neste dossier em diversos momentos distintos, o Embaixador Domingos Mascarenhas reconhece que, embora controversa, a mudança de posição de Cabo Verde revela uma adaptação à mutabilidade da conjuntura internacional, em linha com outros países africanos e os Estados Unidos, que também ajustaram suas posições em relação a esta questão (Mascarenhas, 2024). No entanto, a própria União Africana reconhece o Sahara Ocidental como Estado, o que tem permitido o mesmo participar nas reuniões desta instituição.

[204]https://documents.un.org/doc/undoc/ltd/n23/319/20/pdf/n2331920.pdf?token=DtO2DYCMd66f25Rhcy&fe=true.

[205] Vide o Registo de Votação do: *Item: 5 - A/ES-10/L.25.*

Estas dissonâncias também se verificaram em relação às grandes ancoragens, nomeadamente Europa e Africa. Logo após a independência e atendendo aos circunstancialismos subjacentes à luta da independência, Cabo Verde ideológica e sentimentalmente ligada à Africa, fez-se membro de instituições africanas como OUA[207] e CEDEAO, numa tentativa de procurar uma maior integração política e económica no continente africano. Imbuído da influência pan-africanista e consequente crença mítica africanista que dominava a época, Cabo Verde viu no continente africano espaço de acolhimento natural, não só no contexto do desenvolvimento como também no do fortalecimento da sua identidade e propósito político, inclusive explorando a sua vocação de mediador regional. De ressaltar o papel do arquipélago na resolução do conflito na África Austral, ocorrido entre 1986 e 1989, particularmente entre Angola e África do Sul[208]. Neste contexto, o encontro histórico entre o Presidente George H.W. Bush e o Presidente Aristides Pereira destaca-se como um marco na política externa de Cabo Verde. Este encontro foi emblemático no contexto do Acordo de Gbadolite de 1989, que visava promover a reconciliação entre o governo angolano e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e consequentemente, a paz em Angola (Mascarenhas, 2024). Similarmente, as negociações que tiveram lugar em Cabo Verde acerca da libertação de Nelson Mandela, retirada das tropas cubanas de Angola, eleições na África do Sul e independência da Namíbia constituem outros marcos significativos para a diplomacia cabo-verdiana que culminaram na transição democrática na África do Sul e na independência da Namíbia (Wahnon, 2024; Brito 2024; Pires, 2024; Domingos 2024), refletindo não apenas a habilidade diplomática de Cabo Verde, mas também seu compromisso com a paz e a estabilidade na região. Os primeiros encontros ocorreram no final dos anos 70 na ilha do Sal[209] e abordaram a

[207] Organização da Unidade Africana que veio a ser substituída pela União Africana (UA).

[208] Existe um vasto manancial de informação nos arquivos norte-americanos sobre esses conflitos e a participação de Cabo Verde em sua resolução. Consultar proveitosamente: https://search.wikileaks.org/?query=cape+verde+southern+africa+&exact_phrase=&any_of=&exclude_words=&document_date_start=1975-01-01&document_date_end=1990-01-01&released_date_start=&released_date_end=&new_search=True&order_by=most_relevant#results

[209] Pese embora a posição de Cabo Verde contra a instalação de bases militares e apoio direto a operações militares, Cabo Verde permitiu escalas de militares cubanos, em trânsito para Angola, no aeroporto do Sal, desde que não estivessem em uniforme militar. Com apenas um hotel na ilha na época, isso facilitou interações entre cubanos e sul-africanos também em trânsito para Angola, proporcionando uma base informal para diálogos. Posteriormente, a diplomacia cabo-verdiana facilitou formalmente o contato entre esses dois países, que apoiavam fações opostas na guerra civil angolana (Brito, 2024).

necessidade de encerrar a guerra na região, a retirada das tropas sul-africanas do território angolano, o fim do apoio militar à UNITA e a urgência de garantir a independência da Namíbia (Cardoso 2001). São Vicente também foi palco de encontros cruciais entre representantes da Namíbia e da África do Sul para discutir a libertação e independência da Namíbia. As negociações finais foram conduzidas lá aproveitando o movimento crescente em direção à independência deste país, apesar da oposição do regime do apartheid (Pires, 2024).

De acordo com Amado (2014), considerando o contexto generalizado e complexo do conflito da Africa Austral, pode-se considerar o zénite da diplomacia cabo-verdiana o papel desempenhado na resolução do conflito acima referido, aproveitando as sólidas relações com Angola e o relacionamento comercial com a África do Sul para persuadi-los a resolver suas contendas de forma pacífica. O êxito de Cabo Verde enquanto facilitador do diálogo entre Angola e a África do Sul propiciou a multiplicação dos contactos entre estes beligerantes e proporcionou o envolvimento posterior de outros atores de relevo, como Cuba, os Estados Unidos e Portugal, nesse processo (idem).

Além disso, Cabo Verde desempenhou um papel intermediário importante entre Angola e Portugal, facilitando negociações entre esses países (Lopes, 2012, pp 395 e 399, Pires, 2024). Importa ainda salientar a vigorosa atividade diplomática entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa[210], conforme observado por Amado (2014), sobretudo antes e após a independência dos mesmos, onde uma sólida coesão os unia em prol de objetivos partilhados[211]. Digno de nota é o facto de antes de Moçambique estabelecer uma missão diplomática em Washington, Cabo Verde ter permitido que o representante moçambicano fosse instalado na embaixada cabo-verdiana na capital dos Estados Unidos (Pires, 2024), o que espelha a cooperação com

[210]Angola, Cabo Verde, Guine Bissau, Moçambique e Santo Tomé e Príncipe. A colaboração entre as nações africanas de língua portuguesa teve início em 1961 com o estabelecimento da CONCP (Confederação das Organizações Nacionalistas Portuguesas). Em 1979, o Grupo dos Cinco substituiu a CONCP, dando origem aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

[211] Apesar da desaceleração da cooperação interpalopiana, a coesão política foi retomada, especialmente através das Cimeiras dos Chefes de Estado. Contudo, urge transcender as meras retóricas e declarações de intenções, por forma a que se desenvolvam ações concretas impulsionadas por uma vontade para superar os obstáculos que dificultam o avanço desejado na cooperação entre os PALOP (Folgôa, 2004).

países africanos em momentos históricos importantes, facilitando a representação e defesa dos seus interesses no campo internacional.

Tanto esta relação intensa com os PALOP, como as boas relações que Cabo Verde manteve com outros países da África, resultaram numa multiplicação de visitas de alto nível de líderes africanos a Cabo Verde nos primários anos após a independência (idem). A cooperação de Cabo Verde com países africanos, especialmente no domínio da saúde e educação, foi robusta e significativa. Destaca-se a presença de médicos egípcios em Cabo Verde e a formação de estudantes na aviação na Tunísia. Muitos quadros cabo-verdianos também receberam formação em universidades africanas, incluindo Gana, Costa do Marfim e especialmente em Dakar. Havia também uma maior ligação e presença de Cabo Verde nos organismos internacionais, com uma articulação mais forte em relação ao posicionamento africano (Neves[212], 2024). A cooperação com os países africanos foi também extraordinariamente importante na luta contra a seca no país. Cabo Verde foi muito ativo e financiamento substancial foi mobilizado devido às relações profundas com outros países africanos (Brito, 2024).

A aproximação de Cabo Verde a África espelha a ideologia africana do pós-independência de que os países africanos deviam apoiar-se uns aos outros para resolver os problemas do continente. Para o arquipélago, esse *modus pensandi* atingiu a sua expressão máxima com a tentativa da união entre Cabo Verde e Guiné-Bissau que durou de 1975 a 1980. Com o fim da união com a Guiné-Bissau, Cabo Verde recentra as suas prioridades internas, continuando a buscar soluções para a reconstrução do país. Com efeito, o primeiro Plano de Desenvolvimento Nacional (1982-1985) propôs melhorar as condições de vida da população e recaiu sobre o desenvolvimento das infraestruturas básicas para a agricultura, comunicações,

[212]Entrevistado no dia 17 de abril de 2024. Neves, atual Presidente da República, é doutorando em Políticas Públicas no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Desempenhou as funções de Primeiro-Ministro e Chefe de Governo de fevereiro de 2001 a abril de 2016. Antes desse período, foi Deputado à Assembleia da República, Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina e Presidente da Organização Juvenil Amílcar Cabral. Neves também é autor de diversos livros, incluindo "Em Tempos de Pandemia", "Cabo Verde – Gerir as Impossibilidades", "Um Futuro para Construir" e "Uma Agenda de Transformação para Cabo Verde".

educação, indústrias, transportes, indústrias (SECP,1982). Como nota Leite (2004) a promoção da literacia e da educação para a saúde assim como o estímulo à criação de atividades económicas tornaram-se medidas prioritárias.

No entanto, é sobretudo na Europa e nos EUA que Cabo Verde capta a APD bem como a ajuda humanitária e a de emergência necessárias para a edificação das bases estruturais do país, o que mostra uma certa antinomia entre a retórica discursava e a prática estalecida. A própria Constituição da República estipula que é imperativo que o Estado Cabo-verdiano se comprometa com o reforço da unidade e integração em África, no âmbito da intensificação das ações cooperativas para o desenvolvimento (CRCV, art. 11, nº 7). Este desígnio, respaldado nos sucessivos programas de governo, depois da intensidade inicial acima demostrada, não tem encontrado uma correspondência direta nas políticas e práticas diplomáticas. Essa inclinação e apelo à África, mais do que resultante de uma avaliação realista baseada em dados objetivos de viabilidade (Reis, 2008, p.84), representa o ideal de regressar às origens e reconciliar-se com um passado mítico. Assim, ainda mesmo sem abandonar formalmente esse posicionamento de aproximação à Africa, o que de resto nunca chegou a acontecer, Cabo Verde se direciona cada vez mais para Europa - seu maior parceiro económico, porquanto as importações e exportações de Cabo Verde eram direcionadas sobretudo para Portugal – trabalhando a ideia de parceiros de desenvolvimento ao invés de simples doadores e promovendo relações mais colaborativas com a comunidade internacional. Essa nova abordagem culminou na organização da primeira Mesa Redonda dos Parceiros de Desenvolvimento de Cabo Verde, em 1984, destacando a busca do país por relações de desenvolvimento sustentável e mutuamente benéficas. Nesta altura, também foram fundidos os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação com o Ministério do Planeamento, sob a supervisão direta do Primeiro-Ministro, visando assegurar que a ajuda externa contribuísse diretamente para o desenvolvimento do país. Do planeamento estratégico daí resultante, foi criado o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, guiado pelas necessidades do arquipélago.

Durante a Guerra Fria[213] que começou no final da década de 1940 e persistiu até ao colapso da União Soviética em 1991, a política externa de Cabo Verde teve que

[213]Período caracterizado por intensas tensões políticas, militares e ideológicas que ocorreu durante o embate entre o capitalismo ocidental e o comunismo soviético, com repercussões que se estenderam

defrontar-se com o complexo cenário do confronto bipolar entre os EUA e a antiga URSS que exigia uma maestria no tratamento das relações com ambas as potências, que procuravam alargar as suas influências políticas, económicas e ideológicas a nível global. Foi neste contexto que Cabo Verde aderiu ao Movimento dos Não Alinhados (MNA)[214] em 1977, o que subjaz o desejo do país de afirmar sua independência política e promover sua neutralidade em relação às duas superpotências da Guerra Fria, enquanto buscava cooperação internacional, desenvolvimento e solidariedade com diferentes atores internacionais, o que incluía os países e instituições africanas[215]. Com efeito, a diplomacia cabo-verdiana soube aquilatar e equilibrar a relação com os dois rivais, por forma a conseguir captar o que precisava dos Estados Unidos (nomeadamente ajuda alimentar, apoio para combate à seca e desertificação) e da Ex-URSS (formação e capacitação), bem como revelou-se perspicaz ao resistir às pressões para o estabelecimento de bases militares em território nacional (Tavares, 2016).

Segundo Pires (2024), houve várias insinuações por parte de potências estrangeiras sobre o estabelecimento de bases militares em Cabo Verde. Embora não tenha havido um pedido formal dos Estados Unidos, houve sinais e sugestões. Do lado dos soviéticos, por exemplo, foram feitas insinuações também sobre a possibilidade da passagem pelo aeroporto do Sal de bombardeiros soviéticos que estavam em Cuba. Embora o país não tenha dito explicitamente que não, também não permitiu que isso acontecesse. Houve também sugestões para que barcos soviéticos se instalassem em São Vicente, mas também Cabo Verde não consentiu que isso sucedesse, sempre alegando não alinhamento, o que foi percebido e respeitado pela comunidade internacional (idem).

O fim da Guerra Fria e o subsequente colapso do sistema bipolar provocaram mudanças dramáticas no cenário global, incluindo a desintegração da União Soviética,

---

globalmente, influenciando diversas regiões do mundo, como evidenciado na Guerra do Vietnam e na Guerra Fria Coreana. Apesar da ausência de conflitos militares diretos entre os dois blocos, a Guerra Fria deixou uma marca indelével nas relações internacionais e na configuração geopolítica global, impulsionada sobretudo pela corrida armamentista, atividades de espionagem e pela formação de alianças militares, como a OTAN e o Pacto de Varsóvia, que caracterizaram este período histórico.

[214]Coligação de países cujo objetivo inicial foi o de não alinhar com nenhum dos blocos militares durante a Guerra Fria liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. O movimento surgiu na Conferência de Bandung, realizada em 1955, na Indonésia, e foi fundado por nações que desejavam manter sua independência e autonomia em um mundo polarizado pelos dois blocos suprarreferidos.

[215]Sobretudo PALOP que tem sido uma constante na política externa de Cabo Verde.

a disseminação da democracia[216], o desarmamento e a emergência de novos desafios globais e relativa perda do valor estratégico dos pequenos Estados. Esse contexto influenciou o período de transição política em muitos países africanos, incluindo Cabo Verde, que passou por um processo de liberalização económica iniciado em 1988, seguido pela democratização e estabilidade política alcançadas com a abertura política de 1990 e as consequentes eleições legislativas e presidenciais de 1991. Com a mudança no equilíbrio de poder global pós-Guerra Fria, Cabo Verde, como muitos outros países africanos, tiveram que reavaliar suas alianças, modelos, métodos e práticas diplomáticas e buscar apoios económico e político num ambiente geopolítico fragmentado, cujo pluralismo democrático e o apoio à iniciativa privada passaram a constituir condições essenciais para o acesso privilegiado à APD e aos mercados internacionais.

Em 1991, o Ministério do Plano e da Cooperação foi dividido outra vez, com o plano sendo incorporado pelo Ministério das Finanças e a cooperação sendo integrada no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Essa mudança significativa na organização ministerial reflete um momento crucial na história administrativa do país, marcando o início de uma nova fase na gestão e coordenação das políticas de desenvolvimento e cooperação internacional de Cabo Verde (Miranda, 2024).

Neste contexto, tendo Europa como principal parceiro económico e os Estados Unidos como aliado estratégico, Cabo Verde empreende uma busca mais incisiva por sua afirmação no cenário internacional, sobretudo a partir de 1988, mediante a instituição da estratégia de extroversão económica, e na segunda metade da década de 1990, através da abordagem de inserção dinâmica na economia mundial[217]

O regime económico adotado após a abertura política assentava na ideia de que o mercado constitui uma forma dominante de afetação de recursos e a estabilidade macroeconómica uma condição necessária para um crescimento e desenvolvimento sustentados (Querido, 2005 p. 99). Pese embora a assunção desse posicionamento externo ter resultado do esgotamento de um modelo de desenvolvimento centrado exclusivamente nos instrumentos tradicionais de financiamento – APD e remessas dos

[216]Marcando o início da terceira onda de democratização, no entender de Huntington (1994, p. 20)

[217]Sobre o processo de abertura do país ao exterior, iniciado nos últimos anos da primeira república com a designação de "Extroversão Económica", e posteriormente adotando o termo "Inserção Dinâmica no Sistema Económico Mundial", recomenda-se consultar proveitosamente Monteiro (2004).

emigrantes – e da necessidade manifesta da diversificação das fontes do financiamento do desenvolvimento e consequente atenuação da dependência económica do arquipélago (Costa, 2014, PEDS I), somente depois da graduação, com o saída paulatina de diversos parceiros que Cabo Verde, procurando tirar vantagem da sua posição estratégica, fez um esforço maior para explorar de facto a tão propalada inserção dinâmica no Sistema Economico Mundial (SEM).

As mudanças geopolíticas advenientes do fim da Guerra Fria intensificaram a globalização económica, influenciando indiretamente as dinâmicas políticas e económicas do país. É que o triunfo do capitalismo viabilizou o processo de liberalização económica, trazendo para um plano de destaque o sector privado que passa a desempenhar um papel mais relevante para o desenvolvimento do país e, de forma indireta, para a política externa, por causa da ênfase na atração do IDE. Uma consequência direta foi uma maior aproximação aos Estados Unidos, seguida de uma diminuição paulatina das relações de cooperação com a Federação Russa que culminou com o encerramento da Embaixada de Cabo Verde em Moscovo em 2002, sem se abandonar a estratégia da inserção dinâmica de Cabo Verde no mundo.

Com a mudança de governo entre os partidos MpD e PAICV em 2001, o Governo cabo-verdiano aprovou em 2003 a Agenda Estratégica, com o objetivo de inserir o país competitivamente na economia global, transformando-o num centro internacional de serviços nos setores financeiro, de transporte aéreo e marítimo, tecnologia da informação, comércio e turismo (Irina, 2012, p.58). Por seu lado, os programas governamentais de 2006-2011 e 2011-2016 delineiam três eixos fundamentais para a política externa cabo-verdiana: uma diplomacia orientada para o desenvolvimento na era da globalização; uma política externa para afirmar Cabo Verde no contexto internacional; e a promoção das comunidades cabo-verdianas no estrangeiro, tendo como base os conceitos de nação global, arquipelágica e diasporizada. (CM, 2006, 2011).

Com maior ou menor vigor, a aspiração de inserir Cabo Verde no cenário mundial tem sido uma constante na política externa cabo-verdiana, especialmente desde o início dos anos 90, tornando-se gradualmente um elemento incontornável. Inserir Cabo Verde no mundo também implica diversificar a economia e explorar novas oportunidades económicas, como energias renováveis, tecnologia da informação e serviços

financeiros, e estabelecer parcerias estratégicas com países e organizações que compartilham interesses desempenha um papel fundamental na edificação da resiliência económica do país. Essa linha de atuação está bem vincada nos dois PEDS[218].

Na década de 90 a estratégia de inserção na economia mundial consubstanciou-se, essencialmente nas reformas económicas, norteadas para criar uma economia de mercado baseada na liberdade económica, regulada, em vez de administrada; para a desestatização da economia, o saneamento da dívida pública e a atração de Investimento Directo Estrangeiro (IDE)[219]; e para a criação das melhores condições de previsibilidade da economia, assentes na estabilidade fiscal, cambial, monetária e de preços, no desenvolvimento institucional e na segurança jurídica. Como resultado, houve um notável aumento da confiança no país, refletido no crescimento sustentado do investimento interno e estrangeiro, resultando em um aumento do PIB per capita e do IDH, uma redução da pobreza e da pobreza extrema, um aumento significativo das exportações e uma mudança na estrutura das exportações, com um maior foco em produtos industriais e turísticos. Além disso, houve uma queda progressiva na taxa de desemprego, marcando uma transição onde o setor privado se tornou o maior empregador, substituindo o papel predominante do Estado (PEDS I).

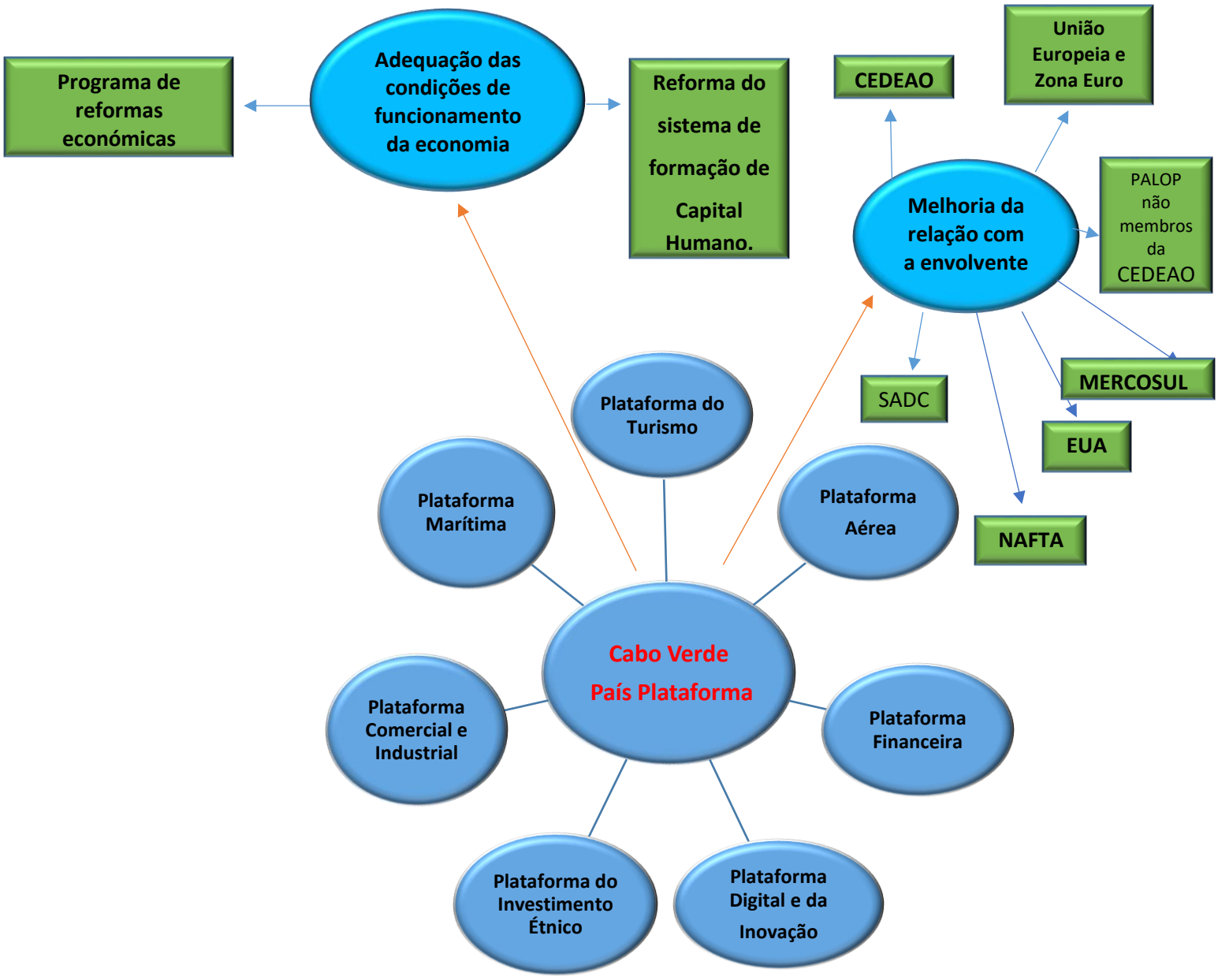
A inserção de Cabo Verde no mundo requer uma abordagem abrangente que envolva diplomacia, desenvolvimento económico, promoção cultural e participação em iniciativas globais, nem sempre conseguida o que tem refletido nos resultados almejados. Esta inserção com base na diversificação económica através da incrementação designadamente do sector do turismo, da cultura e marítimo deveriam proporcionar uma outra dimensão à diplomacia económica, proporcionado mais IDE e incrementando as exportações. Neste contexto, apesar dos ganhos acima descritos, a implementação das estratégias anteriores não foi um sucesso completo. Ficou claro que, após um período de avanços, Cabo Verde passou a depender da reciclagem da APD, particularmente a partir de 2008, recorrendo ao aumento do endividamento público externo para equilibrar suas contas, criando assim um ciclo vicioso de dívida

[218] Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável I de 2017-2021 e II de 2022-2026.

[219] Em 1990, visando estimular o IDE, foi criado o Departamento de Promoção do Investimento e das Exportações (PROMEX), cujo propósito primordial era atrair investimentos externos com o intuito de impulsionar o desenvolvimento turístico e dinamizar o setor exportador do país.

pública que afetou negativamente os indicadores de confiança do país e dificultou o financiamento do investimento privado e do desenvolvimento (idem).

Figura 7: Cabo Verde: País Plataforma de Circulação no Atlântico Médio (PEDS I)



Fonte: Elaboração própria com as informações do PEDS I (2017)

Na convicção de que Cabo Verde não consegue, em termos gerais, o sucesso e desempenho económico, fora de um contexto de grande abertura económica e profundas relações com o Sistema Económico Mundial (SEM), o primeiro Plano Estratégico de Desenvolvimento (PEDS I) de Cabo Verde definiu que a inserção

dinâmica de Cabo Verde no SEM, devia assentar na seguinte abordagem: Cabo Verde uma Economia de Circulação Localizada no Atlântico Médio, num cruzamento que articula os continentes atlânticos, como demonstra a figura 7. Esta fase de consolidação das múltiplas ancoragens e parcerias tanto a nível bilateral como multilateral, incluindo a sinergia criada entre as diversas instituições da ONU como o PNUD, a FNUAP e a UNICEF[220], contribuíram para uma maior eficácia na implementação de programas e projetos estruturantes de desenvolvimento.

O PEDS I determinou que, aproveitando as vantagens da globalização, a inserção de Cabo Verde na economia mundial deveria ser orientada pela atuação permanente, articulada e estratégica, sobre os elementos de natureza interna e sobre os de natureza externa, capazes de condicionar ou promover o desenvolvimento. Este PEDS estabeleceu que tendo em conta, designadamente, as esferas económica, de segurança e de significação, a atuação sobre os elementos de natureza externa pode criar as melhores condições, passíveis de garantir a otimização das vantagens da inserção no SEM, o que pressupõe uma política consistente de cooperação, tanto a nível bilateral, multilateral, como regional.

Este Plano Estratégico, cujo desígnio primordial residia em catalisar o crescimento económico, mitigar disparidades sociais e aprimorar as condições de vida da população cabo-verdiana, culminou em avanços substanciais em diversas esferas cruciais, destacando-se o crescimento económico, sobretudo ancorado no setor do turismo. O aprimoramento infraestrutural, o fomento da educação e o fortalecimento do sistema de saúde emergiram como prioridades, contribuindo para um aumento geral no padrão de vida. No entanto, apesar dos êxitos conseguidos, as disparidades regionais e sociais persistem como questões prementes, enquanto a diversificação económica permanece como um desiderato crucial para mitigar a dependência setorial. Estas questões inacabadas serviram de mote para a elaboração do segundo PEDS, direcionado a enfrentar as questões pendentes e ajustar estratégias para confrontar os desafios emergentes.

[220]Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, Fundo das Nações Unidas para a População e Fundo das Nações Unidas para a Infância.

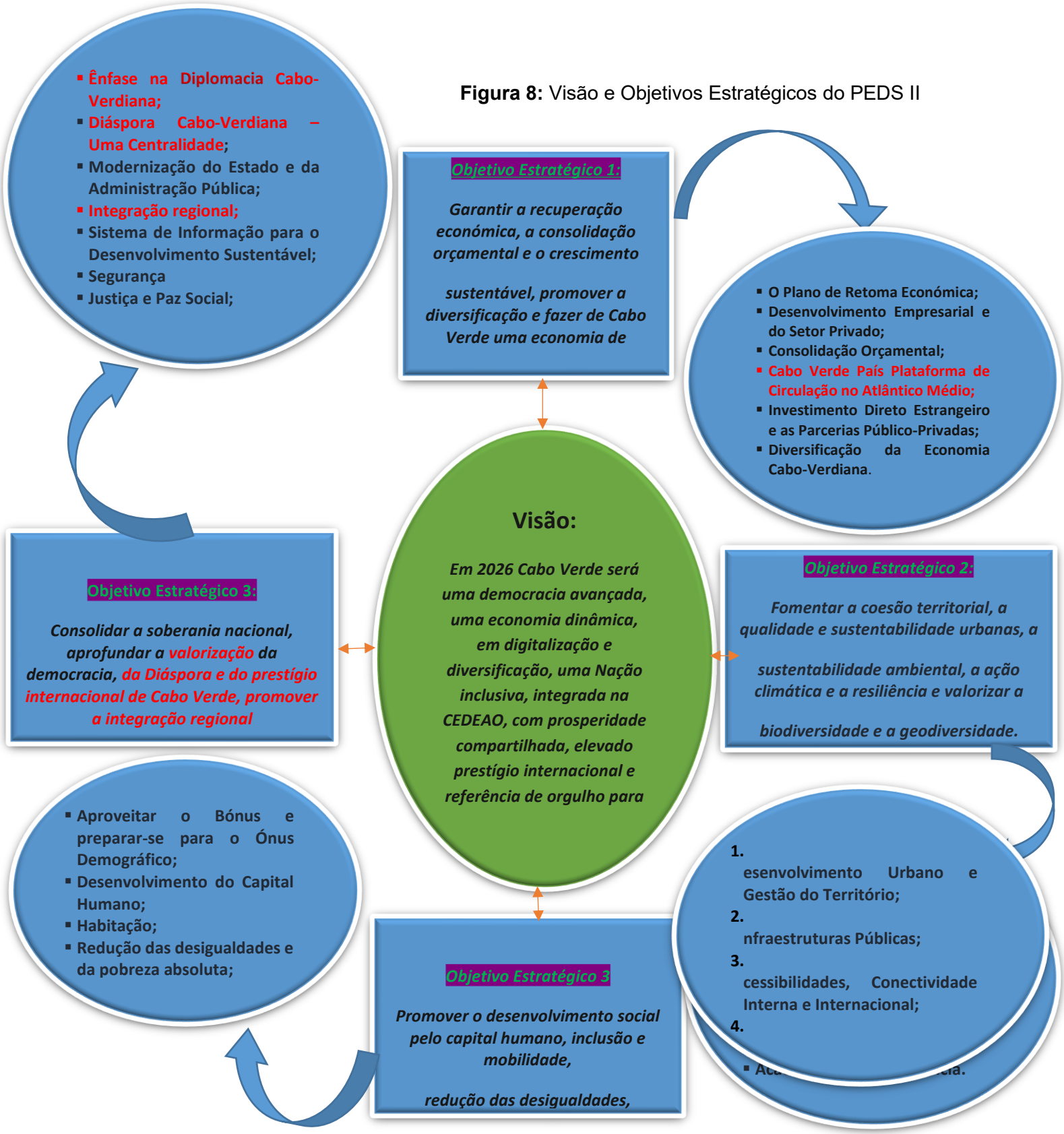
> *O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II) operacionaliza o Programa do Governo e é assim o instrumento do Estado para impulsionar mudanças e acelerar o progresso para cumprir o primeiro ciclo da Ambição 2030. Com o PEDS II ambicionamos, até 2026, fazer de Cabo Verde uma democracia avançada, uma economia dinâmica, em digitalização e diversificação, uma Nação inclusiva, integrada na CEDEAO, com prosperidade compartilhada, elevado prestígio internacional e referência de orgulho para todos. Vamos realizar esta ambição.* Ulisses Coreia e Silva, Primeiro Ministro de Cabo Verde, in PEDS II.[221]

O PEDS II[222], distribuído por 4 Pilares (Pilar 1: Economia; Pilar 2: Social; Pilar 3: Ambiente; Pilar 4: Soberania) que devem ser operacionalizados por 28 Programas, tem uma abordagem diferente do PEDS I. Pretende focar na recuperação e diversificação da economia cabo-verdiana, na erradicação da extrema pobreza e redução da pobreza absoluta, ao mesmo tempo que procura enfrentar os impactos das mudanças climáticas, criando capacidade de adaptação e resiliência e promovendo Cabo Verde como País Plataforma nos seguintes domínios: Marítimo, aéreo, do turismo, financeiro, digital e da inovação, da industria e do comércio, do desporto e da saúde. A inserção no SEM continua sendo um desiderato a prosseguir, mas a ideia do país enquanto Plataforma de Circulação no Atlântico Médio passa a estar inserido dentro do primeiro objetivo estratégico do PEDS II como se pode constatar na figura número 8.

221

222 Pode ser consultado online em: https://peds.gov.cv/caboverde4dev/pedes-e-mudancas/.

Figura 8: Visão e Objetivos Estratégicos do PEDS II



Fonte: Elaboração própria com as informações do PEDS II (2022)

Este novo PEDS exige que a diplomacia cabo-verdiana trabalhe para a consolidação da posição de Cabo Verde como parceiro útil e relevante no Atlântico Médio, por forma a aumentar o seu prestígio a nível internacional, fazendo da diáspora uma centralidade, promovendo novas modalidades de gestão da dívida externa e mobilizando recursos para o financiamento do desenvolvimento sustentável, bem como consolidando a integração regional e promovendo a inserção dinâmica do país no SEM. Espera-se que a diplomacia cabo-verdiana seja capaz de dar maior impulso à integração regional com a reinstalação da Missão Permanente de Cabo Verde junto à União Africana, não esquecendo as idiossincrasias do arquipélago, promovendo a renovação do Regime preferencial com a UE, a assinatura do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos com Brasil, definindo uma estratégia de produtos para o mercado dos EUA e promovendo a divulgação das oportunidades do Centro Internacional de Negócios. Cabe ainda à diplomacia procurar financiamento externo para implementação do PEDS, promovendo novas modalidades de gestão da dívida e aumento das exportações. Com efeito, PEDS II tem como meta efetivar a transição APD - cerca de 40% das necessidades de financiamento ainda dependerão da APD para o financiamento sustentável.

Nesta nova recentragem da inserção de Cabo Verde, delineada no PEDS II, a integração regional adquiriu novo fulgor. Cabo Verde entende que não só é do interesse da União Europeia e dos Estados Unidos da América que esteja mais integrada na sua região, mas também é do seu próprio interesse que faça uso cabal da sua posição estratégica, uma ponte natural entre a Europa, África e as Américas, sobretudo no contexto de aproveitamento da Zona de Livre Comércio Continental Africana. Tendo Cabo Verde já dado o primeiro passo para explorar as reais potencialidades desta integração através da abertura de uma missão em Abuja junto da Sede da CEDEAO, falta agora investir no conhecimento do mercado comum regional, visando a atracão do IDE e exportação de produtos de alto ou médio valor acrescentado, na lógica de complementaridade económica. Cabo Verde deve ainda poder desenvolver relações económicas bilaterais com países da CEDEAO, apostando na capacitação tecnocientífica dos seus recursos humanos, na industrialização e diversificação da economia.

Ainda, considerando o expressivo contingente de cabo-verdianos residentes no exterior, a diáspora cabo-verdiana tem-se destacado também como um elemento central na política externa do país. Este papel é frequentemente reiterado na retórica politico-discursiva, que enfatiza constantemente a importância estratégica da diáspora para o desenvolvimento de Cabo Verde. Contudo, conforme assinalado por Cardoso (2008), essa atenção à diáspora, plasmada tanto na Constituição como nos sucessivos programas de governo, nem sempre se reflete integralmente na prática do quotidiano da diáspora cabo-verdiana. Em muitos casos, o que é expresso nos discursos e documentos orientadores de política nem sempre se traduz proporcionalmente em ações concretas que propiciem uma participação ativa dos emigrantes, quer na sociedade cabo-verdiana, quer nas sociedades de acolhimento (vide Costa & Pinto, 2014, p. 255). Entretanto, algumas medidas e políticas foram levadas a cabo para engajar a vasta diáspora cabo-verdiana e aproveitar as suas valiosas contribuições para o desenvolvimento. A diáspora goza de alguns direitos, incluindo a dupla nacionalidade e o direito de voto nas eleições presidenciais e legislativas. As políticas destinadas à diáspora foram desenvolvidas em três áreas fundamentais. Primeiramente, desde 1984, foram implementados incentivos financeiros como contas bancárias especiais e, mais recentemente, o Estatuto do Investidor Emigrante de 2020 oferece benefícios fiscais adicionais para investidores da diáspora, incluindo aposentados que recebem pensões do exterior. Além disso, há um esforço contínuo para facilitar investimentos através de eventos comerciais internacionais e iniciativas específicas, como a reserva de ações da Cabo Verde Airlines para a diáspora em 2019. Em segundo lugar, foram estendidos direitos políticos e de nacionalidade à diáspora. A Assembleia Nacional inclui representantes da diáspora, que elegem seis dos 72 assentos, demonstrando um compromisso com a inclusão política e representação. Por fim, há políticas voltadas para a manutenção dos laços culturais com a diáspora. Eventos culturais organizados pelas Embaixadas e consulados no exterior são comuns, promovendo a conexão cultural e o orgulho cabo-verdiano globalmente. Em 2019, o Ministério da Cultura supervisionou a inauguração de um Centro Cultural Cabo-verdiano em Lisboa, destacando o compromisso com a preservação e promoção da identidade cultural fora das fronteiras do país (Hennessey, 2021). Em 2022 foram inauguradas as novas instalações do Museu de Cabo Verde na região de Nova Inglaterra nos EUA.

Outrossim, uma das mudanças fundamentais propostas pelo PEDS II visa transformar a diáspora em centralidade, não apenas apoiando a sua integração e reforço da identidade, mas também criando condições para melhor aproveitar as suas potencialidades, especialmente nos domínios da ciência, investigação e exploração de oportunidades económicas. Seria pertinente estudos futuros se debruçarem sobre como a centralidade da diáspora prevista no PEDS II se traduz na prática, avaliando o impacto efetivo das políticas e iniciativas na participação ativa dos emigrantes, tanto na sociedade cabo-verdiana quanto nas sociedades de acolhimento.

Embora a diáspora cabo-verdiana continue a ser um pilar fundamental na retórica político-discursiva e nas políticas públicas de Cabo Verde, há uma evidente discrepância entre a ênfase atribuída nos discursos e a implementação prática dessas políticas. As medidas para engajar a diáspora e capitalizar as suas contribuições, embora progressivas, ainda enfrentam desafios na sua execução e alcance efetivo. A representatividade política, os incentivos financeiros e os esforços culturais são passos importantes, mas a tradução dessas iniciativas em resultados tangíveis e a plena integração da diáspora na sociedade cabo-verdiana e nas sociedades de acolhimento permanecem um desafio contínuo. É imperativo que futuras políticas sejam não apenas formuladas, mas também efetivamente operacionalizadas, para que a diáspora possa contribuir de maneira significativa e sustentada para o desenvolvimento de Cabo Verde.

4.4 Fases e Outros Momentos Relevantes na Política Externa de Cabo Verde

Com subtil desvio em relação aos princípios basilares e pequenas oscilações nas orientações estratégicas, é percetível a distinção nítida de 4 momentos significativos na trajetória da política externa do arquipélago desde a sua constituição como Estado independente até aos dias de hoje, intercalados por episódios menores que, embora notáveis (ver figura 9), não provocaram alterações substanciais na condução da política externa. A primeira fase da política externa de Cabo Verde, abrangendo o período de 1975 até a dissolução da união com a Guiné-Bissau em 1980, distingue-se por características marcantes. Neste intervalo, Cabo Verde e Guiné-Bissau mantinham uma colaboração estreita, evidenciando a necessidade de uma coordenação prévia mormente em questões de política externa. Cabo Verde concentrou-se na estabilização política e na edificação das suas instituições nacionais,

direcionando seus esforços à segurança alimentar e ao desenvolvimento económico. Embora o país estivesse alinhado com a postura anticolonialista que prevalecia na época, estabeleceu relações diplomáticas e de cooperação com nações de ambos os blocos, ocidental e socialista, aproveitando a assistência técnica e financeira oferecida por estes. Além disso, o país buscou sua integração em organizações internacionais e regionais, com o objetivo de obter apoio para o desenvolvimento.

A segunda fase da política externa de Cabo Verde, abrangendo o período de 1980 a 1990, é marcada por uma transformação substancial na abordagem estratégica do país. Com a dissolução da união com a Guiné-Bissau em 1980, Cabo Verde emergiu como um Estado soberano, direcionando suas atenções para a reconstrução institucional, a segurança alimentar e a ampliação de suas parcerias de desenvolvimento. Neste novo contexto, o país não apenas procurou garantir sua viabilidade e autonomia, mas também ambicionou afirmar sua relevância na esfera internacional. A estratégia adotada envolveu a diversificação das parcerias internacionais, com um foco acentuado no fortalecimento das relações com países desenvolvidos e organizações internacionais de prestígio. Cabo Verde intensificou sua presença em fóruns globais e regionais, procurando estabelecer novas alianças estratégicas que pudessem solidificar sua posição como um Estado autônomo e útil. Esse período foi crucial para a edificação das bases do desenvolvimento do arquipélago que levou a ascensão do país à categoria dos de Rendimento Médio. Este novo status provocou mudanças profundas na orientação da política externa de Cabo Verde, refletindo uma adaptação estratégica às novas realidades e oportunidades oferecidas pelo cenário global.

A segunda mudança significativa na abordagem e nos propósitos da política externa cabo-verdiana - e que deu origem a sua terceira fase -, refletindo os novos rumos políticos e económicos do país, ocorre com a transição do regime de partido único para a democracia multipartidária e culmina com a graduação do país. As transformações ocorridas na estrutura geopolítica mundial, decorrentes da queda do Muro de Berlim em novembro de 1989 e da reunificação alemã em outubro de 1990 que estremaram o término da Guerra Fria, bem como o fracionamento das ameaças, não apenas influenciaram a mudança de regime político em Cabo Verde, como também compeliram a uma profunda readaptação dos paradigmas, métodos e práticas da diplomacia cabo-verdiana. Durante este período, destaca-se sobretudo o

estabelecimento dos fundamentos para o desenvolvimento de uma ação externa útil e eficaz, que começou com a extroversão económica como estratégia de projeção internacional, passando a diplomacia económica a ter uma maior saliência na retórica discursiva da política externa cabo-verdiana. A diplomacia económica empreendida por Cabo Verde neste período assume contornos ousados, manifestando-se por meio de uma significativa onda de privatizações que facilitou a inserção do arquipélago no SEM, por meio da atração de investimentos privados e que acabou por desencadear apoios diversos ao país, incluindo assistência técnica e financeira (Estevão, 2011; Lima, 2001). Com efeito, em 1993, Cabo Verde aprovou uma legislação pioneira sobre Investimento Externo[223], o Estatuto do Investidor Externo, seguido da criação de Zonas Económicas Especiais. Estas medidas foram implementadas para estimular a atratividade do país para o capital privado estrangeiro, visando mobilizar investimentos e promover o turismo em Cabo Verde.

Verifica-se igualmente uma mudança deliberada, afastando-se gradualmente de uma diplomacia política orientada ideologicamente para a África e emergindo uma opção clara para maior acoplagem à Europa, enquadrada na estratégica de inserção dinâmica no SEM. A partir de então, o país passou a construir a imagem de um Estado democrático, regido por um conjunto de princípios fundamentais, nomeadamente a defesa da liberdade e da igualdade, o respeito pelos direitos humanos e a promoção da boa governação. Esses princípios, consagrados na Constituição da República, não apenas orientam a estrutura jurídica interna, mas também moldam a perceção internacional do país, servindo como substrato para o desenvolvimento de relações de cooperação, sobretudo com o Norte Global. Deixaram, assim, de constituir um condicionalismo da ajuda internacional para se tornarem a própria razão pela qual Cabo Verde tem conseguido desenvolver parcerias estratégicas com inúmeros parceiros, incluindo a edificação de uma Parceria Especial com a UE e a seleção do país para o desenvolvimento do I e II Compactos, bem como do III Compacto Regional dos MCC[224].

---

[223] LEI N 89/IV/93, De 13 de Dezembro de 1993. Disponível online em: https://caboverde.eregulations.org/media/lei_investimento_externo.pdf

[224] *The Millennium Challenge Corporation (MCC) Board held its quarterly meeting on December 13 and selected Cabo Verde as newly eligible to develop a compact for the purpose of regional economic integration."The Board's selection of Cabo Verde, the Philippines, and Tanzania advances MCC's mission to forge strong partnerships with countries that have demonstrated a commitment to democratic governance, investing in their people, and economic freedom," said MCC's Chief Executive Officer Alice*

A partir de 1991, a política externa de Cabo Verde foi redefinida com a introdução de nuances significativas, caracterizadas pela diminuição do enfoque na África e um maior direcionamento para a Europa e o mundo ocidental. Este período foi marcado por uma maior complexidade na política externa, especialmente após a queda do Muro de Berlim em 1989 e a criação de um mundo unipolar, onde Estados de menor dimensão enfrentaram desafios para manter sua relevância estratégica (Neves, 2024).

O terceiro momento de grande viragem na política externa cabo-verdiana – que deu origem a sua quarta fase - foi instigado pela graduação. Pese embora a dependência externa não ter diminuído com tal ascensão, esta impõe à nação a necessidade de buscar soluções dinâmicas, primordialmente por meio do desenvolvimento de parcerias que se adequem aos seus novos desafios de desenvolvimento. Tais desafios apresentam uma inclinação menos pronunciada para a APD e uma orientação mais voltada para IDE ou empreendimentos nacionais, engendrando uma nova dinâmica, especialmente nas esferas da diplomacia económica, cultural e securitária, com uma presença tênue, mas não menos significativa, na dimensão digital. Cabo Verde tem-se distinguido pelo constante fortalecimento da segurança cooperativa, materializado por meio de programas bilaterais, nomeadamente com o Brasil, China, Espanha, Luxemburgo, Japão, Estados Unidos e Portugal, entre outros. Essas iniciativas abarcam a esfera da vigilância e segurança marítimas, concentrando-se especialmente na prevenção do tráfico e da pirataria.

Nesta quarta fase, Cabo Verde tem buscado promover ativamente o IDE e facilitar o comércio internacional como meios catalisadores do desenvolvimento económico. Essa abordagem concentra-se, sobretudo, no setor turístico, uma indústria chave, e direciona investimentos para segmentos infraestruturais e energéticos. O país, almeja, assim, diversificar suas fontes de receita e fortalecer a sua base económica por meio de uma abordagem mais ampla e engajada na arena internacional.

Albright. In MCC website: https://www.mcc.gov/news-and-events/release/release-121423-cabo-verde-philippines-tanzania/.

Figura 9: Fases e Outros Momentos Relevantes na Política Externa de Cabo Verde

Fonte: Esquematização própria

Sobretudo a partir de 2001, na esteira dos atentados de 11 de setembro nos EUA, o surgimento da China como potência emergente e a subsequente rivalidade com o Ocidente e mormente com os Estados Unidos conferiram aos pequenos Estados uma revalorização estratégica. Este novo protagonismo, contudo, vem acompanhado de intensificadas e renovadas pressões exercidas pelos grandes atores internacionais, configurando um complexo cenário geopolítico e diplomático. Neste contexto global cada vez mais multipolar, onde os pequenos Estados se veem compelidos a navegar com astúcia e resiliência, Cabo Verde, à semelhança do que acontecia durante a Guerra Fria, tem que gerir a diversificação e equilíbrio das suas relações internacionais para evitar a dependência excessiva de qualquer ator específico, enquanto maximiza as oportunidades de cooperação com diversos parceiros.

Dada a conjuntura atual, a sua posição geográfica, conjugada com a limitação de recursos naturais e económicos, exige uma abordagem diplomática sofisticada e estrategicamente calculada para salvaguardar os seus interesses nacionais. Adicionalmente, a participação ativa em organizações internacionais e regionais permite amplificar a sua influência e promover a cooperação em áreas-chave como segurança, desenvolvimento económico e resiliência climática. Conforme asseverado por Neves (2024), é imperativo que Cabo Verde adote uma política externa inteligente, pragmática e realista, adaptando-se às dinâmicas globais em constante evolução.

4.5 Indícios de uma Nova Fase da Política Externa Cabo-Verdiana?

A redução da APD, decorrente da graduação, colocou Cabo Verde perante o desafio de reestruturar as suas abordagens de financiamento e cooperação internacional para explorar soluções e parcerias mais amplas e diversificadas que sustentem o seu desenvolvimento socioeconómico e o lhe permita enfrentar as crescentes necessidades internas, ao mesmo tempo que reafirme o seu papel e presença a nível global. No processo de busca por novos e renovados aliados, emerge uma reorientação mais incisiva em direção à África, transcendendo as habituais retóricas discursivas para ações concretas, como evidenciado pelas recentes iniciativas de reforço da cobertura diplomática naquele continente. Simultaneamente, o país tem explorado de forma mais perspicaz outras facetas da diplomacia para além da política, englobando a diplomacia económica, cultural, digital, entre outras.

A despeito da sua condição de PEID, Cabo Verde tem procurado transcender a abordagem convencional de busca por meios para garantir a sobrevivência e segurança para uma abordagem mais proativa, na qual, apesar das suas dimensões geográficas e económicas limitadas, tenta desempenhar um papel de maior relevo no panorama internacional ao reposicionar-se estrategicamente para maximizar o seu impacto e presença no cenário global. Neste contexto, a promoção e salvaguarda da democracia, juntamente com a prática de boa governança[225] e a defesa dos Direitos Humanos, ascendem a uma posição de notabilidade neste reposicionamento. Estas dimensões deixaram de ser meros requisitos associados à APD para se transformarem em autênticos emblemas da nação, desempenhando um papel decisivo na escolha de Cabo Verde como parceiro e destinatário de APD e não meros condicionalismos. Esta alteração reflete o reconhecimento de que os princípios acima referenciados não constituem apenas critérios formais, mas sim elementos essenciais que contribuem significativamente para a identidade e reputação de Cabo Verde.

A diligente promoção da democracia não apenas atende a requisitos internacionais, mas também sublinha o compromisso do país com princípios fundamentais, exercendo uma influência positiva nas relações bilaterais e aumentando a atratividade para investimentos e parcerias. A participação ativa na Cimeira da Democracia, organizada pelos Estados Unidos em 2023, destaca-se como um exemplo emblemático do papel crucial que o país desempenha nesse domínio, sobretudo na sua região. Adicionalmente, Cabo Verde assumiu o papel de anfitrião, em 2024[226], de uma, Conferência Internacional sobre Democracia e Liberdade, organizada pela Chefia do Governo. Além disso, o país tem sido palco de diversas reuniões internacionais, abordando uma variedade de temáticas, com particular ênfase nas questões dos oceanos e dos PEID. A liderança de Cabo Verde em relação a diversas iniciativas e organizações relativas ao oceano reflete um compromisso sólido com questões ambientais e marítimas, ilustrando uma abordagem holística do desenvolvimento sustentável. A Presidência de Cabo Verde da CPLP (2018-2021) com o lema "Cultura,

[225]Cabo Verde é o líder do *Praia Group on Governance Statistics*, uma iniciativa estabelecida em 2015 durante uma reunião na cidade da Praia, refletindo o nome "Praia Group". Este grupo tem como principal objetivo a melhoria da disponibilidade e qualidade dos dados relacionados à governança e estatísticas institucionais, visando fortalecer a capacidade dos países em monitorar e avaliar eficazmente a governança pública. Composto por diversos países e organizações internacionais, o grupo promove a partilha de conhecimento e cooperação nesta área específica.

[226]Esta conferência, originalmente agendada para novembro de 2023, foi realizada em 2024.

Pessoas e Oceanos" destaca a importância atribuída à preservação do património cultural e natural, especialmente nos oceanos. A organização do *Cabo Verde Ocean Week*[227] desde 2018 evidencia a busca ativa pela consciencialização e diálogo sobre a sustentabilidade dos oceanos, promovendo uma cultura de preservação e exploração sustentável dos recursos marinhos.

A presença em eventos como a *The Ocean Race* e a participação como patrono na Aliança Década das Ciências Oceanográficas para o Desenvolvimento evidenciam o compromisso com a pesquisa e preservação dos oceanos a nível global. Ainda, a liderança de Cabo Verde na Conferência dos Ministros das Pescas da CEDEAO e sua aprovação como o quinto País Candidato da FiTI[228] indicam um papel proeminente na coordenação e transparência na gestão das pescas. Outrossim, o país destaca-se na liderança do processo de alargamento da plataforma continental na sua sub-região, refletindo a busca por ampliar sua soberania e gerir de forma sustentável os recursos marítimos.

Cabo Verde atribui também uma atenção especial à problemática dos PEID, incorporando-a como parte integrante do seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, cooperação internacional e uma abordagem solidária para nações que enfrentam desafios análogos. Através de suas iniciativas e participação ativa em fóruns e organizações internacionais e regionais[229], o país busca abordar as questões que afetam os PEID, sobretudo as suas vulnerabilidades, fortalecendo a cooperação entre eles e entre esses Estados e o resto do mundo. Cabo Verde desempenhou um papel importante como Vice-Presidente da Aliança dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (AOSIS) e, em 2023, acolheu a Reunião Inter-Regional Preparatória para a IV Conferência Internacional sobre PEID, assim como da Reunião dos Pontos Focais dos PEID, onde temas de grande pertinência foram discutidos e preparados para a próxima Conferência internacional desses países, a ter lugar em 2024. O país desempenhou um papel fundamental na criação do Índice de Vulnerabilidade

[227]Ao sediar eventos como o Cabo Verde *Ocean Week,* o país promove não apenas a consciencialização sobre questões marítimas, mas também destaca as preocupações específicas dos PEID, como a preservação dos ecossistemas marinhos, adaptação às mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável.

[228]*Fisheries Transparency Initiative* (em inglês) lidera esforços globais para promover a transparência e responsabilidade na gestão pesqueira, envolvendo governos, empresas e sociedade civil na divulgação de informações cruciais para a sustentabilidade e desenvolvimento das atividades pesqueiras.

[229]Mormente as NU, CEDEAO, AOSIS, CPLP, Grupo 77 & China, ZOPACAS, entre outros.

Multidimensional (MVI), participando como um dos 12 especialistas escolhidos para o desenvolvimento desta ferramenta sob os auspícios das Nações Unidas. O MVI foi especificamente projetado para captar as vulnerabilidades dos PEID e de outros países estruturalmente vulneráveis, superando as limitações de indicadores tradicionais, como o rendimento per capita. Este índice multidimensional considera uma série de fatores interligados que afetam a sustentabilidade e resiliência, incluindo riscos ambientais, impactos sociais e desafios económicos.

A aplicação do MVI representa um avanço para os PEID, ao permitir uma avaliação mais abrangente das suas necessidades e assegurar maior facilidade no acesso a financiamento e apoios internacionais direcionados ao desenvolvimento sustentável. No caso de Cabo Verde, esta medida é especialmente significativa, uma vez que o país enfrenta riscos ambientais elevados e desafios económicos derivados da sua insularidade e tamanho. O MVI, portanto, não só melhora o entendimento das vulnerabilidades específicas de Cabo Verde e de países similares, mas também facilita a criação de políticas globais mais adaptadas à realidade destes países, promovendo assim uma maior resiliência e estabilidade a longo prazo.

Na 4ª Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS4), realizada em Antígua e Barbuda de 27 a 30 de maio de 2024, Cabo Verde expressou sua intenção de não apenas acolher a 5ª Conferência sobre SIDS em 2034, mas também de assumir a Presidência da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) em 2027.

De destacar ainda que em 2016, Cabo Verde liderou a formalização do Grupo dos Pequenos Estados Insulares Africanos e Madagáscar (SIDSAM), acolhendo a primeira reunião desta instituição que visa criar sinergias e colaborações que beneficiem esses Estados em áreas como desenvolvimento sustentável, adaptação às mudanças climáticas e outros desafios específicos que enfrentam como pequenos Estados insulares. Em 2023, Cabo Verde adotou a sua Estratégia Nacional para os PEID[230], que constitui parte integrante do PEDS II e reflete o compromisso contínuo de Cabo Verde com o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições dos PEID.

[230]Que tem por objetivo dotar o país de um quadro de cooperação global e diferenciada com os SIDS, com vista a maximizar os seus contributos (conhecimento, saber-fazer e financiamento) em domínios e setores que constituem prioridades de desenvolvimento de Cabo Verde, de um lado, e por outro, identificar as áreas em que Cabo Verde poderá partilhar a sua experiência e exportar serviços e bens,

O país tem buscado contribuir ativamente para a agenda dos PEID, defendendo a necessidade de tratamento diferenciado deste grupo de países no contexto do desenvolvimento e acesso maios facilitado ao financiamento, incluindo o financiamento climático. Além disso, Cabo Verde tem colaborado com Samoa e as Ilhas Seychelles na criação da Coligação para a Natureza nos PEID (denominado *SIDS Coalition for Nature*), visando alinhar prioridades na preservação da biodiversidade. Destaca-se também a iniciativa do *Green Group,* formado por Cabo Verde, Costa Rica, Islândia, Singapura, Eslovênia e Emirados Árabes Unidos, para promover questões ambientais internacionalmente.

Num cenário internacional dinâmico, a política externa de Cabo Verde revela uma narrativa estratégica caracterizada pela constante adaptação e recalibração diante das dinâmicas globais e desafios internos. Desde a sua independência, o país tem mostrado um esforço contínuo para equilibrar a solidariedade africana com uma busca pragmática por desenvolvimento económico e parcerias estratégicas. A graduação do país, com a consequente redução da APD, desencadeou um movimento de reafirmação e reorientação. A busca por parcerias económicas e a salvaguarda da segurança no meio da volatilidade regional tornaram-se imperativos, impulsionando uma redefinição de aliados, com uma atenção especial voltada para África. A incursão em diversas facetas da diplomacia, como a económica, cultural e digital, reflete a busca de um papel mais proeminente em meio às limitações geográficas e económicas. Em paralelo, a democracia, boa governança e direitos humanos deixaram de ser requisitos formais para constituírem pilares fundamentais que não apenas moldam a identidade cabo-verdiana, mas também influenciam positivamente as relações bilaterais, atraindo investimentos e parcerias bilaterais, bem como multilaterais. Este reposicionamento estratégico de Cabo Verde vai além do convencional, transcendendo o mero objetivo de garantir sobrevivência para adotar uma postura proativa. Cabo Verde busca ativamente desempenhar um papel de destaque no cenário global, maximizando seu impacto e presença. A liderança em questões ambientais e marítimas, a promoção da democracia em eventos internacionais e a participação ativa em iniciativas globais refletem esse compromisso. A atenção especial aos PEID, materializada na adoção de

concretizando a orientação política de fazer dos SIDS “um elemento central no novo paradigma da diplomacia (…)” (Santos, 2022, p. 8)

estratégias e liderança em iniciativas específicas, demonstra a solidariedade do país bem como a sua vontade de exercer uma influência positiva.

As tendências supramencionadas redefinem estrategicamente a atuação externa do país, sem comprometer os princípios fundamentais da política externa cabo-verdiana. Entrementes, tem havido indícios de mudanças na abordagem de Cabo Verde em relação a questões prementes da realidade internacional que sugerem ajustes em relação a alguns princípios orientadores, evidenciando uma postura mais flexível e alinhada com determinados parceiros internacionais. Tais indícios incluem nomeadamente alterações graduais na abordagem em relação ao Saara Ocidental e ao conflito entre Israel e Palestina, indicando uma maior cedência às pressões exercidas pelos principais atores, como os EUA e a Europa, e uma certa diluição de alguns princípios basilares que têm norteado a política externa do arquipélago. Adicionalmente, o posicionamento de Cabo Verde face à Guerra de Ucrânia denota a renúncia a qualquer ideia de neutralidade ou não alinhamento. Esses desenvolvimentos emergentes podem se tornar objetos de estudo valiosos para pesquisas futuras, possibilitando uma análise mais aprofundada das transformações, impactos e implicações dessa evolução na posição e no papel de Cabo Verde no contexto internacional. A compreensão dessas mudanças estratégicas pode oferecer *insights* valiosos para formuladores de políticas, académicos e observadores interessados na dinâmica da diplomacia cabo-verdiana e suas contribuições para a comunidade global.

Portanto, a política externa de Cabo Verde deve ser entendida como um processo dinâmico de contínua adaptação e refinamento. O equilíbrio entre a retórica idealista e a prática pragmática, a capacidade de superar os desafios inerentes à implementação e a eficácia na articulação entre as estratégias de desenvolvimento e as realidades globais e locais constituem elementos determinantes para o sucesso da diplomacia cabo-verdiana. O futuro desta dependerá, em larga medida, da sua aptidão para alavancar oportunidades económicas, reforçar as suas relações regionais e internacionais e, sobretudo, diversificar e consolidar as suas fontes de financiamento externo.

Neste enquadramento, o Capítulo V analisa a relevância das fontes externas de financiamento ao desenvolvimento do país, bem como o papel das parcerias bilaterais, com particular enfoque nos casos de Portugal e dos Estados Unidos.

CAPÍTULO V

5. FONTES EXTERNAS DE FINANCIAMENTO E O CONTRIBUTO DAS PARCERIAS BILATERAIS NO DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE

> *Os recursos externos constituem um suplemento aos fundos domésticos, permitindo aos países investir mais do que poderiam se apenas contassem com as poupanças nacionais e facilitando, desta forma, o aumento do bem-estar e do crescimento económico* (Querido 2005, p. 171).

O financiamento do desenvolvimento assume uma importância nevrálgica para economias insulares e vulneráveis, como a de Cabo Verde, cuja configuração geoeconómica impõe desafios estruturais que transcendem a esfera estritamente económica. Caracterizado pela escassez de recursos endógenos, limitada diversificação produtiva e elevada exposição a choques exógenos, Cabo Verde tem encontrado nas fontes externas de financiamento um alicerce essencial para a concretização das suas ambições de desenvolvimento. Este capítulo visa analisar as dinâmicas e a contribuição de diversas fontes externas de financiamento no contexto cabo-verdiano, com ênfase na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), incluindo os empréstimos concessionais provenientes de organismos multilaterais e bilaterais, no Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e nas Remessas dos Emigrantes (RE), destacando a sua relevância para o progresso do arquipélago. Cada uma destas vertentes possui especificidades que influenciam de forma distinta a trajetória de desenvolvimento do país. No entanto, a relevância destas fontes externas de financiamento não está isenta de tensões e paradoxos. A dependência estrutural de capitais exógenos acarreta riscos significativos, como a crescente vulnerabilidade a crises globais, o agravamento do endividamento externo e a sujeição a condicionalismos políticos e económicos que, por vezes, entram em conflito com as prioridades nacionais.

Para além da relevância destes fluxos financeiros, a diplomacia económica tem desempenhado um papel estratégico na edificação e consolidação de parcerias bilaterais, essenciais para a dinamização do financiamento externo e para o aprofundamento das relações de cooperação internacional. Neste domínio, assumem particular destaque as relações com Portugal e os Estados Unidos da

América, cujos programas de assistência e investimentos estruturantes têm viabilizando iniciativas de grande impacto, incluindo os Compactos da *Millennium Challenge Corporation* (MCC) no caso dos EUA.

Deste modo, o Capítulo V debruça-se sobre a preponderância das fontes externas de financiamento ao desenvolvimento de Cabo Verde, examinando, com detalhe, a evolução da APD, o impacto das remessas da diáspora e as dinâmicas do IDE, bem como a interação entre estes três fluxos. Adicionalmente, procede-se a uma análise aprofundada do papel das parcerias bilaterais, destacando os casos paradigmáticos de Portugal e dos Estados Unidos da América.

5.1 Fontes Externas de Financiamento ao Desenvolvimento

5.1.1 Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)[231]: Evolução e Impacto

A APD tem sido uma componente fundamental para o progresso de Cabo Verde desde a sua independência. Canalizada frequentemente por meio de parcerias e programas de cooperação, a mesma inclui empréstimos concessionais, capacitação institucional e humana, assim como donativos financeiros e materiais. Este fluxo externo tem desempenhado um papel decisivo no fortalecimento das infraestruturas físicas, humanas e institucionais do país, conforme evidenciado pelas ações de cooperação entre Cabo Verde e dois de seus principais parceiros (EUA e Portugal) analisadas nas secções anteriores.

Esta assistência tem sido indispensável para a provisão de bens públicos fundamentais e para o desenvolvimento de resiliência, facilitando a superação das limitações que obstaculizam o progresso social e económico do país (Furtado, 2017; Vieira, 2012; Martins, 2009; Cardoso, 2002). Contudo, apesar dos benefícios

[231]A APD é definida pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) como um mecanismo de assistência oficial, visando a promoção do desenvolvimento económico e o bem-estar dos países em desenvolvimento (OECD, 2021b; 2018b). Este conceito abrange um espectro vasto, que inclui a transferência de recursos financeiros, técnicos e materiais por parte de governos, bem como de organizações multilaterais de âmbito global ou regional, como o Banco Mundial, o FMI, as agências das Nações Unidas e os bancos de desenvolvimento regionais. Esta fonte de recursos compreende uma ampla gama de intervenções, desde donativos e empréstimos concessionais até à prestação de assistência técnica especializada. É importante salientar que, por vezes, essa assistência é condicionada, e não raras vezes influenciada por interesses que transcendem o altruísmo, refletindo uma complexa teia de objetivos políticos, económicos e de desenvolvimento.

concretizados, como a modernização de infraestruturas e a melhoria do índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Furtado (2017) adverte para o perigo da ajuda externa exacerbar a questão da dependência e criar um ciclo vicioso, limitando a capacidade de Cabo Verde para desenvolver soluções autossuficientes e sustentáveis, e perpetuando a vulnerabilidade económica e financeira do país.

Quadro 10: Evolução da Ajuda Externa de 1980 a 1986

	Ajuda Externa a preços correntes (milhares $US)			Ajuda Per Capita ($US)
	Total	Donativos (%)	Empréstimos (%)	
1980	40.353	94.3	5.7	136.1
1981	40.829	64.0	36.0	132.8
1982	64.483	63.0	37.0	205.4
1983	52.532	71.2	28.8	164.4
1984	59.070	83.0	17.0	181.5
1985	64.440	82.8	17.2	194.4
1986	89.023	86.9	13.1	262.7

Fonte: MPC (1989)

O quadro 10 apresenta uma evolução positiva na ajuda externa recebida por Cabo Verde entre 1980 e 1986. O total da ajuda externa aumentou de 40.353 mil dólares em 1980 para 89.023 mil dólares em 1986, evidenciando um crescimento significativo. A ajuda *per capita* também registou um aumento, passando de 136,1 dólares para 262,7 dólares, refletindo um maior apoio por pessoa. A análise da composição da ajuda para este período revela uma diminuição gradual na proporção de donativos em relação aos empréstimos. Em 1980, 94,3% da ajuda era composta por donativos, enquanto em 1986 esta proporção caiu para 86,9%. A parte dos empréstimos aumentou ligeiramente, indicando uma maior diversidade nas formas de assistência, com uma combinação crescente de apoio não reembolsável e financiamento reembolsável.

O quadro 11 revela que a ajuda externa em relação ao Produto Nacional Bruto (PNB) de Cabo Verde registou um aumento significativo entre 1980 e 1986. A proporção

desta ajuda em relação ao PNB subiu de 28,4% em 1980 para 47,7% em 1986, mostrando uma crescente dependência do apoio externo ao longo do período. Em 1982, o percentual atingiu um pico de 45,7%, refletindo um aumento notável na assistência recebida. Apesar de uma ligeira diminuição em 1983, com a proporção a descer para 38,9%, o valor voltou a crescer, estabilizando-se em níveis superiores a 47% até 1986.

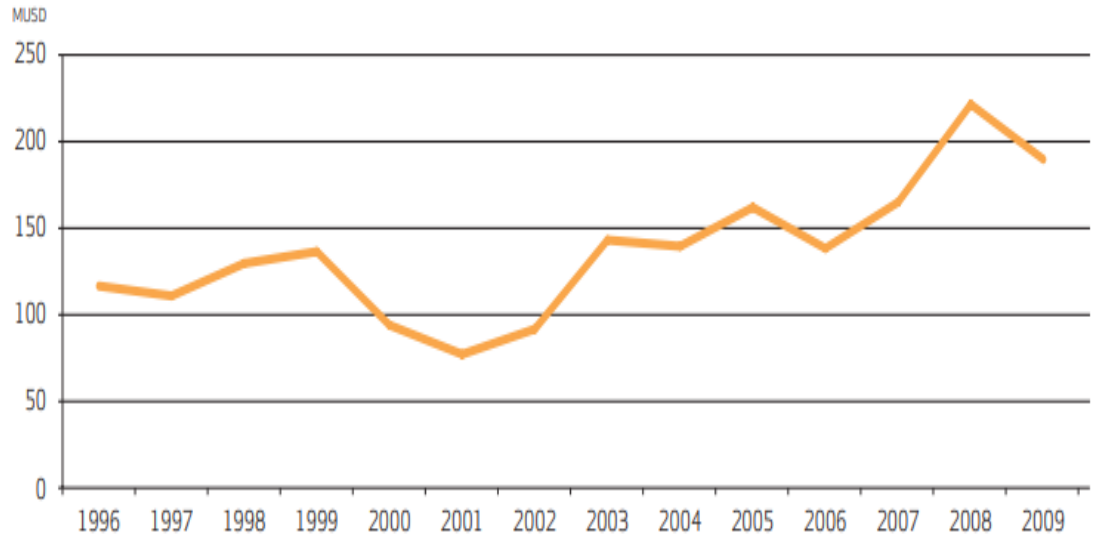
Quadro 11: Evolução da Ajuda Externa em relação à % do PNB (1980-1986)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Ajuda Externa/PNB	28,4%	28,9%	45,7%	38,9	47,0%	47,2%	47,7%

Fonte: MPC (1989)

Em síntese, os anos de 1982 e 1986 destacam-se pelo expressivo aumento da ajuda externa e pela transformação gradual da sua composição, conforme ilustra o quadro 10, refletindo o crescente interesse da comunidade internacional e a dependência cada vez maior de Cabo Verde desse apoio para a promoção do seu desenvolvimento económico.

Gráfico 17: Evolução de APD de 1996 a 2009 (em milhões USD)



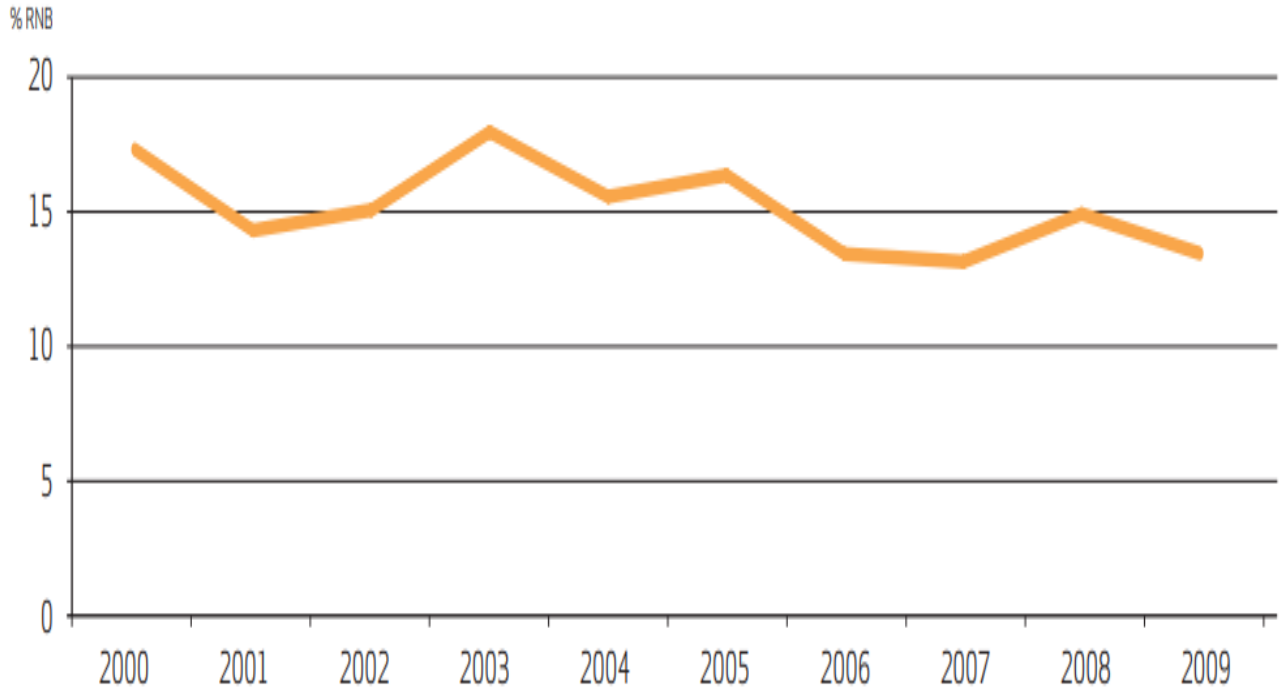
Fonte: IPAD (2002)[232]

[232] Com base nos dados de OCDE (*Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries*) de vários anos).

Com algumas exceções como em 2001, a APD continua a sua tendência ascendente (vide gráfico 17), até ao momento em que o país foi graduado para a lista dos Países de Rendimento Médio (PRM). Durante a década de 1990, a APD representava cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) cabo-verdiano, situando o arquipélago entre as nações com os níveis mais elevados de APD *per capita*. Entre 1999 e 2002, a média da APD *per capita* foi de 226,8 USD (IPAD, 2002).

Contudo, relativamente à percentagem de APD em relação ao RNB (gráfico 18), verifica-se uma variação relativamente estável, com um aumento expressivo em 2003 e 2004, em que a APD atinge picos ligeiramente acima dos 15% do RNB. A trajetória revela uma certa constância, com flutuações suaves, mantendo-se em torno dos 15%, exceto por uma ligeira diminuição entre 2005 e 2007, seguida por uma recuperação em 2008.

Gráfico 18: Evolução do APD em Percentagem do RNB de 2000 a 2009

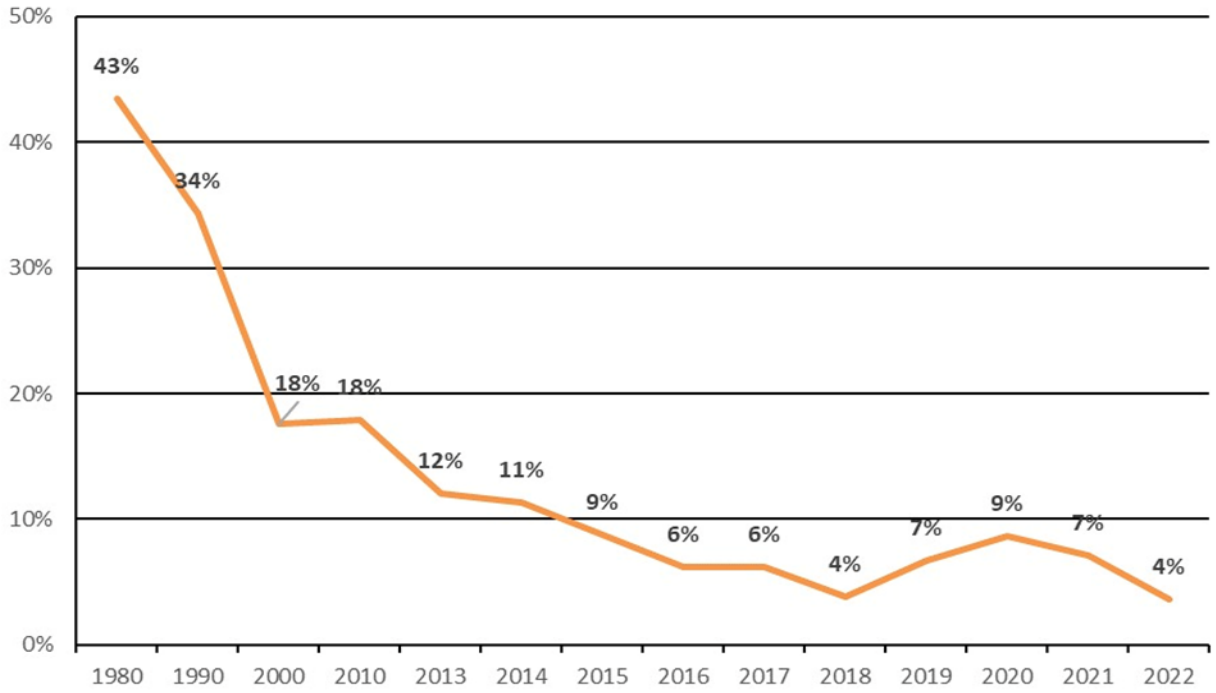


Fonte: IPAD (2002)[233]

[233] Com base nos dados de *aidflows* (www.aindflows.org).

No que diz respeito à percentagem do PIB, o gráfico 19 ressalta o peso significativo da APD na economia nacional, ainda que com tendência decrescente, para o período de 1980 a 2022, o que revela a fragilidade económica do país e a constante necessidade de recursos externos para sustentar o processo de desenvolvimento. No entanto, o progresso do país foi acompanhado por uma diminuição gradual da APD, que atingiu 4% do PIB em 2022. Nas décadas de 1980 e 1990, a APD teve um papel preponderante no financiamento de infraestruturas essenciais e na construção institucional de Cabo Verde. Esta ajuda permitiu ao país realizar investimentos massivos em sectores como a saúde, educação, transportes e infraestruturas básicas (Boza-Chirino et al., 2019; Furtado, 2017; ADB, 2012). A construção de portos, estradas e a expansão de redes elétricas e de água potável, por exemplo, proporcionaram as bases para o desenvolvimento económico, tendo sido essenciais para preparar o terreno para um crescimento sustentável a longo prazo.

Gráfico 19[234]: Evolução das Receitas do APD em Percentagem do PIB (%) – 1980 a 2022



Fonte: Elaboração própria com os dados do Banco Mundial (2024)[235]

[234] Este gráfico foi anteriormente apresentado no Capítulo III (gráfico 12, página 125) e é aqui replicado para facilitar a análise.

[235] Disponível online em: https://data.worldbank.org/country/cabo-verde.

Nos anos subsequentes, observa-se uma tendência de declínio contínuo da APD em relação ao PIB, o que reflete um incremento da autonomia económica e uma diversificação progressiva das fontes de rendimento. Durante a década de 1990, a APD registou uma diminuição significativa, passando de 34% para 18%, e continuou a decrescer até 2022. Esta redução, particularmente acentuada a partir de 2000, coincidiu com um período de fortalecimento económico e com os esforços de Cabo Verde para atrair investimento externo, sobretudo no sector do turismo, contribuindo para a diminuição da dependência de donativos externos. A queda da APD foi também consequência da saída de diversos países doadores, como a Suécia, a Holanda, a Alemanha e a Áustria, sendo que, em alguns casos, tal aconteceu após o término do período de transição suave[236]. Em 2000, a APD situava-se em 18% do PIB, descendo para 9% em 2015. No entanto, em 2020, registou-se um ligeiro aumento para 9,3%, explicado pela necessidade acrescida de assistência financeira em resposta à crise económica desencadeada pela pandemia da COVID-19.

Não obstante a diminuição da APD, o seu papel no desenvolvimento de Cabo Verde é significativo, como atesta o estudo de Boza-Chirino et al. (2019), que envolveu a participação de 28 especialistas cabo-verdianos e representantes de organizações doadoras. Este estudo revela que o êxito da ajuda ao desenvolvimento em Cabo Verde está intrinsecamente ligado à integração da gestão dessa ajuda no planeamento estratégico e na governança do país. Os resultados da pesquisa evidenciam que a boa governação é um fator determinante para a alocação eficiente dos recursos, promovendo tanto o crescimento económico quanto a redistribuição equitativa. Além disso, Cabo Verde conseguiu utilizar esta ajuda para catalisar outras fontes de crescimento, modernizando a sua administração, especialmente nas esferas fiscal, orçamental e da transparência. O estudo ressalta, ainda, o papel crucial das políticas

[236] Refere-se a uma fase de transição gradual que visa assegurar que os países que graduam para a categoria de PRM possam prosseguir o seu percurso de desenvolvimento de forma sustentada, mesmo após a cessação dos benefícios exclusivos de que beneficiavam enquanto PMA, tais como o financiamento concessionado preferencial e as isenções tarifárias. Esta fase procura evitar um choque económico abrupto, permitindo que, por um período determinado, o país continue a beneficiar de apoio técnico e financeiro por parte dos seus parceiros de desenvolvimento e mantenha, de forma limitada, o acesso a algumas das prerrogativas anteriormente atribuídas aos PMA. Este apoio manifesta-se, geralmente, no fortalecimento institucional, na criação de parcerias estratégicas, na diversificação das fontes de financiamento e na atração de investimento estrangeiro. No caso de Cabo Verde, após a sua graduação foi estabelecido um Grupo de Apoio à Transição, que desempenhou um papel crucial na mitigação dos impactos da perda progressiva dessas vantagens, permitindo o reforço gradual de novos fluxos financeiros e o fortalecimento das instituições nacionais.

educativas inclusivas no fortalecimento do capital humano, que, por sua vez, impulsionou o crescimento económico e atraiu mais investimento externo e assistência.

Além disso, a gestão da ajuda externa em Cabo Verde foi reforçada por uma série de decisões estratégicas, que visaram a inserção do país no panorama económico e financeiro global. Este percurso incluiu a adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), o estabelecimento de uma Parceria Especial com a União Europeia, a integração no programa Compacto do MCC, bem como a criação de um quadro legal favorável ao investimento direto estrangeiro, através da Lei de Investimento e de incentivos fiscais. Adicionalmente, foram instituídas a Bolsa de Valores de Cabo Verde, a adesão à Agência Multilateral de Garantia de Investimentos e a implementação de um Regime Especial para Micro e Pequenas Empresas. Paralelamente, Cabo Verde tem recorrido a empréstimos concessionais do Banco Mundial e estabeleceu um acordo com o FMI, no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica, destinado a apoiar reformas estruturais e do sistema financeiro. Tudo isto demonstra uma abordagem cuidadosa e abrangente na gestão das suas relações financeiras internacionais (BM, 2023; Boza-Chirino et al., 2019; Lopes, 2017).

A análise da APD em Cabo Verde, no período de 1980 a 2022, evidencia a sua importância histórica como motor do progresso socioeconómico do país. No entanto, a tendência de declínio da APD ao longo dos anos sinaliza uma necessidade urgente de diversificação das fontes de financiamento. Esta realidade requer igualmente uma abordagem estratégica na utilização deste fluxo financeiro, orientada para a criação de condições que favoreçam a atração de investimentos adicionais e a maximização dos recursos disponíveis, tanto internos quanto externos. Ao adotar esta estratégia, Cabo Verde não apenas poderá mitigar a sua dependência da APD, mas também fortalecerá a sua capacidade de promover um desenvolvimento sustentável, alinhado com as suas ambições de autonomia económica e crescimento a longo prazo.

5.1.2 Remessas de Migrantes (RE)[237]: Um Pilar Crucial do Desenvolvimento Nacional

[237] As remessas de migrantes, frequentemente entendidas como os recursos financeiros ou bens enviados por migrantes para familiares e amigos nos seus países de origem, constituem um dos vínculos mais diretos e amplamente reconhecidos entre migração e desenvolvimento. Estes fluxos, que superam em magnitude a APD, são essencialmente fundos de natureza privada. Segundo o FMI (2009), a definição estatística de remessas é mais ampla do que a noção convencional, incluindo transações financeiras que excedem o entendimento habitual. Estas estimativas não incluem, contudo, transferências informais, que

> *For many countries, money transfers from citizens working abroad are a lifeline for development.* Dilip Ratha[238]
>
> *Remittances undoubtedly lift the families of many migrants out of poverty, paying for basic needs and education, enhancing their ability to withstand risks related to unemployment or illness, and building the resilience to external events such as climate change or humanitarian crises*[239]*.*

Para Cabo Verde, que possui uma vasta diáspora e mantém relações socioeconómicas estreitas com a mesma (ADB, 2012), as RE constituem um pilar fundamental no financiamento do desenvolvimento. Desde a independência, estas remessas têm representado uma parte substancial do PIB do país, reforçando a resiliência das famílias, estimulando o consumo interno e mobilizando recursos para sectores-chave como a educação, saúde e habitação (Carvalho, 2018 *apud* Silva, 2018).

Entre 1980 e 2008, a taxa média de crescimento das remessas coloca Cabo Verde numa posição de destaque em relação às nações da África Ocidental, o que se deve, em grande parte, à confiança da diáspora na estabilidade política e social do país. As entradas de remessas, combinadas com políticas sólidas, desenvolvimento institucional e boa governação, contribuíram para as elevadas taxas de crescimento do PIB durante este período, duplicando quase os recursos internos disponíveis. Inicialmente as remessas variaram entre 20% e 28% do PIB, enquanto a combinação de APD e remessas situava-se entre 40% e 60%, com o pico em 1986 (ADB, 2012).

O gráfico 20 ilustra o aumento progressivo do volume de remessas enviadas para Cabo Verde, em dólares americanos, entre 1980 e 2023. Nos primeiros anos, entre 1980 e 2000, observa-se um crescimento gradual que reflete a crescente relevância

---

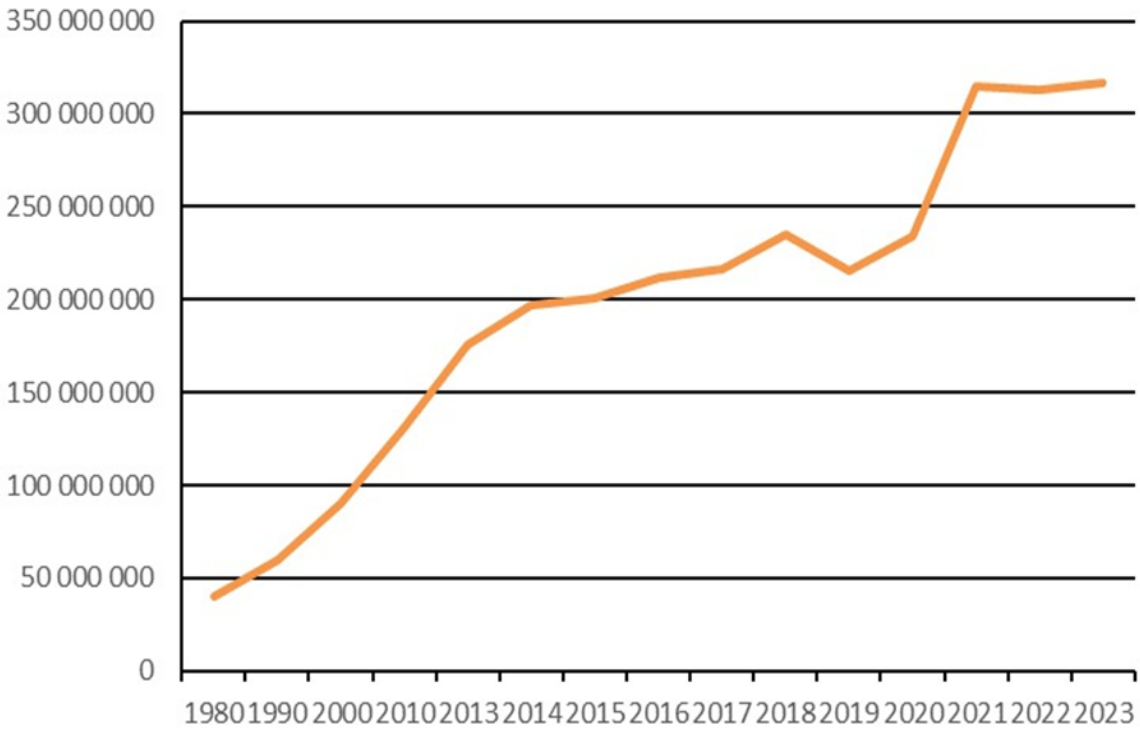
representam uma parte significativa dos fluxos totais. Para além das remessas monetárias, existe a dimensão social das chamadas "remessas sociais", que envolvem a transferência de ideias, comportamentos, identidades e capital social adquiridos pelos migrantes nos países de acolhimento. Estas remessas incluem ideias inovadoras, redes transnacionais, conhecimento, valores políticos e competências tecnológicas, desempenhando um papel essencial na troca cultural e no avanço das comunidades de origem (Tolentino et al., 2008; Levitt, 1998).

[238] Economista principal no Banco Mundial e conselheiro da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos em: https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/Series/Back-to-Basics/Remittances.

[239] Global Compact Thematic Paper | Remittances. Disponível online em: https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbdl486/files/our_work/ODG/GCM/IOM-Thematic-Paper-Remittances.pdf.

das remessas para a economia cabo-verdiana. A partir de 2000, esse crescimento torna-se mais acentuado, atingindo um pico em 2013, com remessas que alcançam aproximadamente 200 milhões de dólares. Durante o período de 2013 a 2020, este fluxo estabilizou-se, flutuando entre 250 e 270 milhões de USD. No entanto, a partir de 2020, verifica-se um aumento expressivo, que ultrapassa os 300 milhões de dólares e se mantém entre 320 e 330 milhões nos anos subsequentes. Essa tendência ressalta a importância das remessas como suporte vital para a economia, além de evidenciar a resiliência da diáspora cabo-verdiana, mesmo em tempos de crise global.

Gráfico 20: Volume de Remessas em USD a Preços Correntes de 1980 a 2023

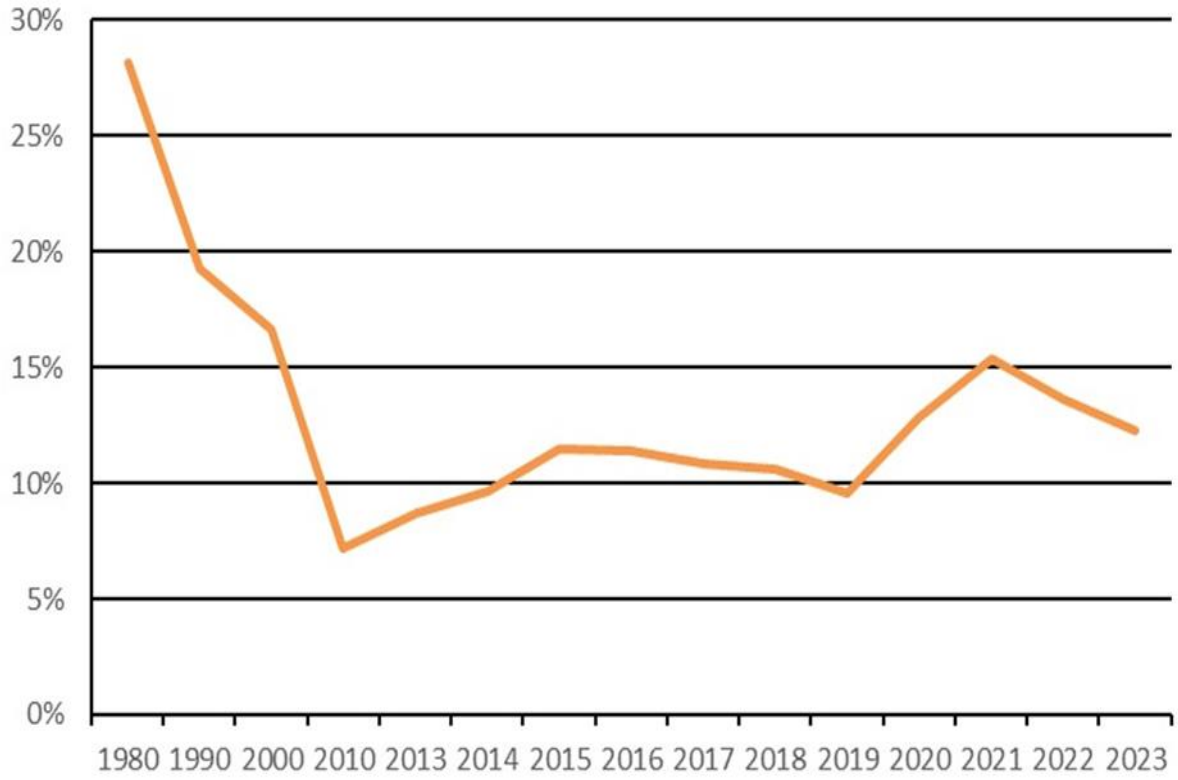


Fonte: Elaboração própria com os dados do Banco Mundial (2024)

O gráfico 21 mostra a evolução do peso percentual das remessas no PIB de Cabo Verde entre 1980 e 2023, destacando diferentes fases. No início da década de 1980, as remessas representavam cerca de 27-28% do PIB, refletindo a forte dependência do país em relação a este fluxo financeiro. Contudo, ao longo da década, a proporção das remessas no PIB diminuiu significativamente, acompanhando o crescimento económico e a diversificação das fontes de rendimento. A partir dos anos

2000, esta percentagem estabilizou-se entre os 10-12%, revelando uma menor dependência destas transferências.

Gráfico 21: Peso (%) das Remessas no PIB de 1980 a 2023



Fonte: Elaboração própria com os dados do Banco Mundial (2024)

Entre 2010 e 2020, as remessas mantiveram-se estáveis, representando entre 13-15% do PIB, apoiadas pelo crescimento económico e pela consolidação de novas fontes de receita, como o turismo, que teve um impacto significativo na economia. Com a pandemia de COVID-19, em 2020, verificou-se um aumento das remessas, atingindo o seu pico em 2021, à medida que a diáspora reforçou o apoio às famílias no país, ajudando a mitigar os efeitos da crise económica global. Em 2022 e 2023, observou-se uma ligeira redução, com a estabilização económica e a retoma gradual das atividades.

As remessas desempenharam, consistentemente, um papel central na economia de Cabo Verde, com impacto multifacetado no crescimento económico. As elevadas remessas apoiaram o investimento e o consumo privado e proporcionaram estabilidade ao sector financeiro (BM, 2023). Estas transferências não só constituem uma fonte de rendimento estável para muitas famílias cabo-verdianas, permitindo investimentos em

educação, saúde e habitação, como também funcionam como uma rede de segurança económica em tempos de crise. Durante recessões globais ou choques externos, como a pandemia de COVID-19, as remessas aumentaram, ajudando a sustentar o consumo e o investimento familiar, o que contribuiu para a resiliência económica do país.

Em suma, as remessas continuam a desempenhar um papel estruturante na dinamização da economia cabo-verdiana e na criação de bases sólidas para o desenvolvimento sustentável. Além de garantirem a subsistência de milhares de famílias, constituem uma fonte importante de liquidez e estabilidade macroeconómica. Contudo, a maximização do impacto das remessas requer a criação e/ou melhoria de mecanismos que facilitem a sua canalização para iniciativas produtivas e de desenvolvimento potencializando assim os seus efeitos multiplicadores na economia.

5.1.3 Investimento Direto Estrangeiro (IDE): Oportunidades e Desafios

Outra fonte importante de financiamento do desenvolvimento de Cabo Verde é o IDE[240]. De acordo com o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros Victor Borges, a questão do desenvolvimento e da mobilização de recursos através de parcerias públicas e privadas tem sido uma vertente central da política externa de Cabo Verde, sempre orientada para o progresso do país. Contudo, Borges (2024) destaca que o IDE em Cabo Verde nunca financiou a construção de infraestruturas essenciais, como escolas ou hospitais, que são fundamentais para um desenvolvimento sustentável.

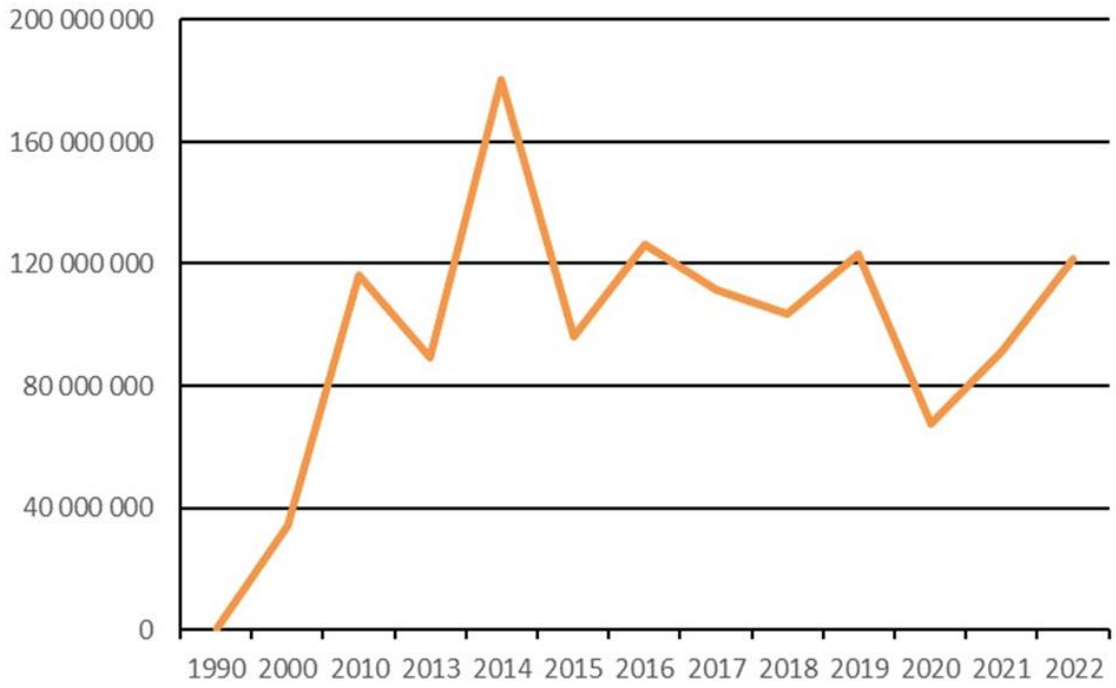
[240] A UNCTAD define este fluxo como um investimento que reflete um interesse duradouro e o controlo por parte de um investidor direto estrangeiro, residente numa economia, numa empresa residente noutra economia (empresa recetora de investimento direto ou filial estrangeira). Este investimento inclui o capital fornecido por um investidor direto estrangeiro a uma filial estrangeira, ou o capital recebido por um investidor direto estrangeiro de uma filial estrangeira. Os fluxos de IDE são apresentados de forma líquida, ou seja, como créditos menos débitos, podendo ser negativos em casos de desinvestimento. O stock de IDE refere-se ao valor do capital e das reservas atribuíveis à empresa-mãe não residente, acrescido da dívida líquida das filiais estrangeiras para com a empresa-mãe (UNCTAD, 2023). Desta forma, o IDE constitui um elemento-chave na avaliação da sustentabilidade e controlo económico que os investidores internacionais exercem no país. Pressupõe, portanto, a transferência, por parte de um investidor, para uma economia alheia à sua de origem, numa perspetiva duradoura, de um conjunto de recursos, englobando todas as transações necessárias. Difere de outras formas de transferência de recursos entre agentes económicos, por envolver não só transferência de capital, mas também de outras formas de tecnologia, conhecimentos especializados, técnicas de gestão e de produção, bem como culturas organizacionais, tendo como objetivo primordial a posse empresarial e/ou o controlo de empresas no exterior.

Ainda assim, o IDE reveste-se de uma importância crescente para a dinamização do sector privado e a diversificação da economia cabo-verdiana, com particular incidência no turismo, nas energias renováveis e nas telecomunicações, o que tem contribuído para a modernização de infraestruturas, a criação de emprego e o aumento da competitividade nacional, (…) *particularmente nos finais da década de 1990, com as privatizações do sector empresarial do Estado, e, entre 2005 e 2008, com o boom do sector da imobiliária-turística* (BM, 2023; Serra, 2017, p. 12). Porém, a volatilidade e a natureza frequentemente concentrada dos investimentos em sectores específicos levantam desafios à sustentabilidade a longo prazo. Além disso, a atratividade do país para o capital estrangeiro depende de um ambiente regulatório favorável, estabilidade política e incentivos que, por vezes, podem criar assimetrias e distorções nas prioridades de desenvolvimento.

O gráfico 22 ilustra uma tendência de crescimento do IDE que atingiu um apogeu entre 2013 e 2014, com valores aproximados de 180 milhões de dólares. Este aumento reflete a crescente atratividade de Cabo Verde como destino de investimento, tanto para investidores estrangeiros como para a diáspora cabo-verdiana (Boza-Chirino et al., 2019), com especial destaque para os setores do turismo e das indústrias orientadas para a exportação (Duarte et al., 2017). Este dinamismo foi ainda impulsionado pelos esforços do governo em implementar reformas estruturais desde o início da década de 1990, criando um ambiente económico favorável ao investimento externo (Semedo, 2007). Para além da inserção no mercado global a partir de 1991, o crescimento económico de Cabo Verde está intimamente vinculado a um conjunto abrangente de políticas e reformas orientadas para a liberalização económica e financeira e o incentivo ao investimento externo. Este processo de reformas envolveu, entre outros aspetos, a privatização de setores-chave da economia estatal, o fortalecimento da supervisão sobre a despesa pública e a implementação de mecanismos mais eficazes para a arrecadação de receitas fiscais. Paralelamente, registaram-se reformas profundas no setor financeiro, que incluíram a restrição do crédito ao setor público, a reestruturação da política de taxas de juro e a transição de um sistema de controlo monetário direto para um regime de controlo indireto. No comércio externo, destacaram-se as reformas estruturais orientadas para a liberalização das trocas comerciais e a eliminação do monopólio estatal sobre as importações. Outro fator de grande relevância foi a política cambial, com a indexação

do escudo cabo-verdiano ao euro, um mecanismo que não só preserva a estabilidade da moeda local, mas também assegura a competitividade externa do país (Lopes, 2017; Semedo, 2007).

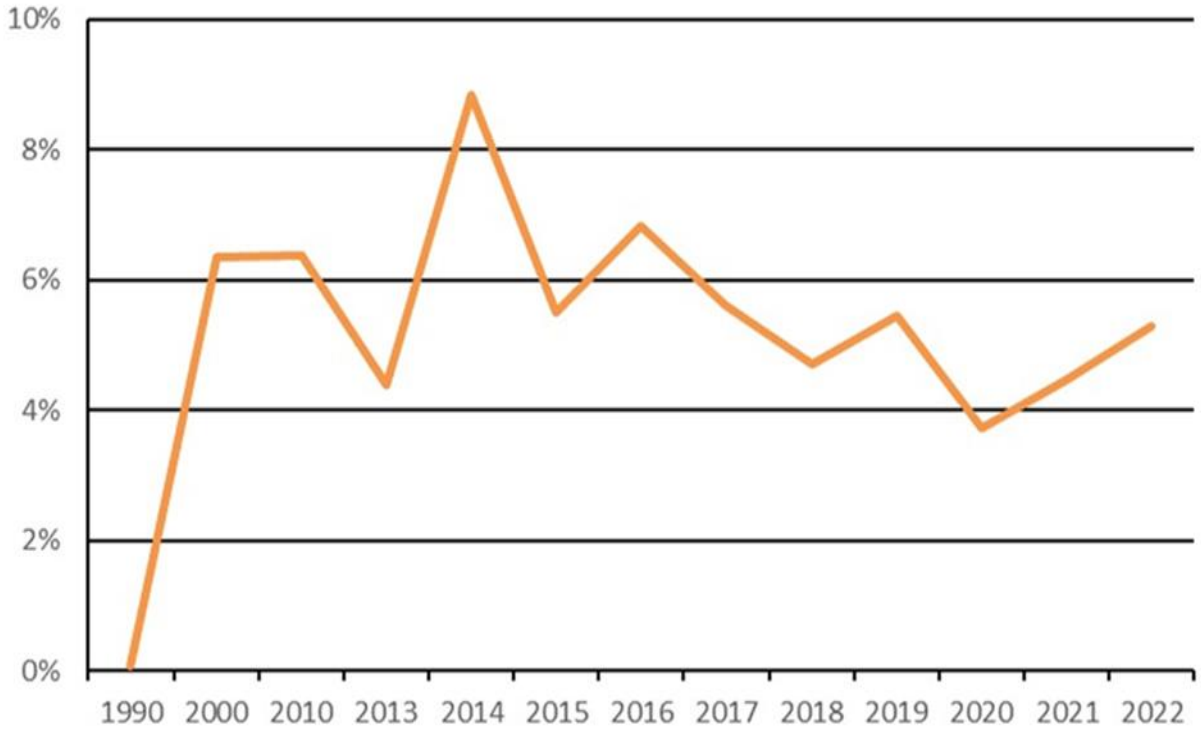
Gráfico 22: Volumes de IDE Líquido Captado (USD Preços Correntes) de 1990 a 2022



Fonte: Elaboração própria com os dados do Banco Mundial (2023)

No entanto, após o auge suprarreferido, a trajetória do IDE revela-se marcada por flutuações, alternando entre ciclos de declínio e recuperação. A abrupta queda verificada em 2020 pode ser associada aos efeitos da pandemia de COVID-19, que provocou uma crise global e perturbou gravemente os fluxos de capital estrangeiro. Porém, assiste-se a uma retoma nos anos subsequentes, com uma recuperação progressiva em 2021 e 2022, sinalizando uma restauração gradual da confiança dos investidores internacionais e a estabilização do ambiente económico no contexto pós-pandémico.

Gráfico 23: Peso (%) do IDE no PIB de 1990 a 2022



Fonte: Elaboração própria com os dados do Banco Mundial (2024)

Em relação à percentagem do PIB (gráfico 23), observa-se um crescimento acentuado do IDE até ao início dos anos 2000, quando o IDE rondou os 6%. Nos anos subsequentes, embora com flutuações, a tendência geral permaneceu positiva, com um pico entre 2013 e 2014, quando o peso do IDE no PIB se aproximou dos 9%. No entanto, a partir desse período, há um decréscimo gradual, refletindo uma diminuição da influência do IDE na economia nacional, com especial destaque para o declínio abrupto em 2020. Ainda assim, o ano de 2021 marcou o início de uma recuperação moderada, com a percentagem de IDE a mostrar sinais de retoma, sugerindo uma possível estabilização ou aumento da importância do IDE no PIB nos próximos anos.

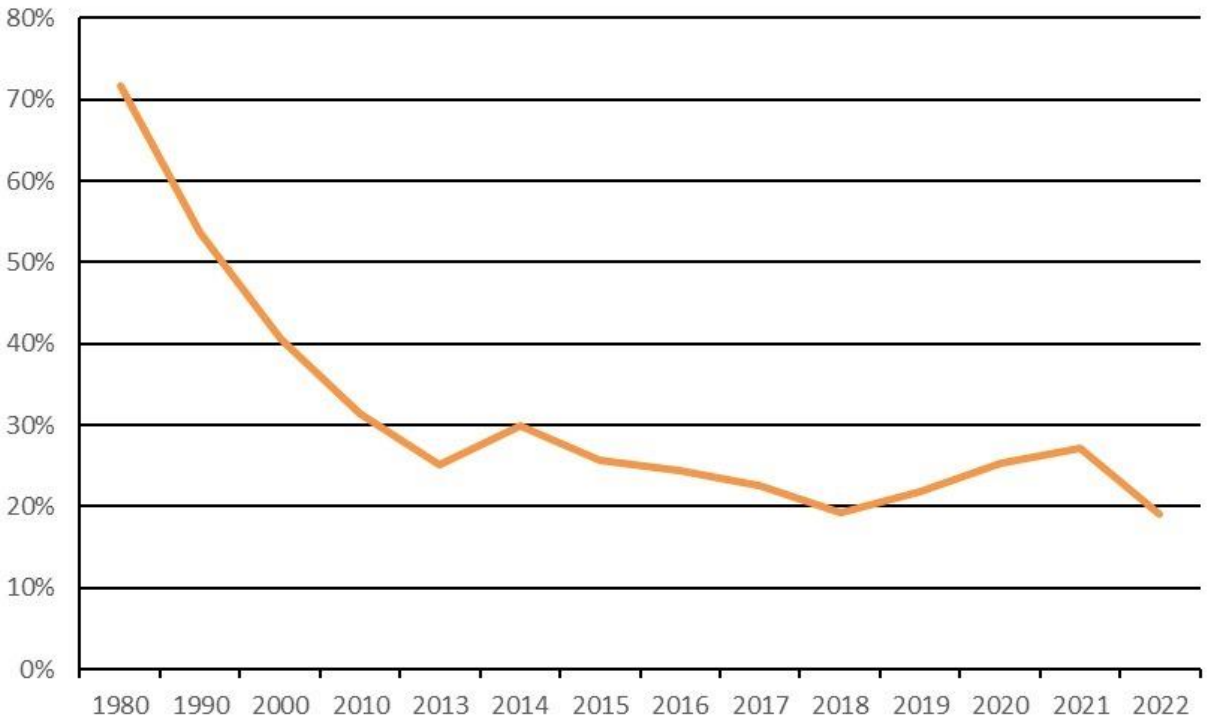
Embora o IDE nunca tenha representado uma componente dominante do PIB, variando entre 4% e 9%, Duarte et al. (2017) concluíram que o mesmo exerce um impacto positivo no crescimento económico de Cabo Verde. Este fluxo foi especialmente relevante em setores como o turismo, as energias renováveis e as telecomunicações (Santana 2017; Lopes, 2017; Brito, 2014; ADB, 2012). O turismo, em particular (dado o seu peso no valor acrescentado da economia no seu conjunto, seu contributo para as exportações cabo-verdianas e o papel que assume na absorção de

mão-de-obra no país e porque é uma importante fonte de divisas para o país) tem-se afirmado uma das principais fontes de crescimento (BM, 2023; Lopes, 2017), com o IDE desempenhando um papel crucial no desenvolvimento de resorts, hotéis e infraestruturas turísticas, o que gerou emprego, aumentou as receitas de exportação e diversificou a economia, contribuindo assim para a sua sustentabilidade.

Contudo, para que o IDE possa catalisar o crescimento económico, a sua eficácia em promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável depende de uma estratégia que maximize as sinergias com as restantes fontes de financiamento e que assegure uma integração equilibrada dos investimentos na economia nacional. Neste sentido, a articulação entre o IDE e as prioridades estratégicas de Cabo Verde é fundamental para evitar uma dependência excessiva de capital exógeno em detrimento do fortalecimento da capacidade produtiva interna. Por outro lado, o impacto do IDE no crescimento é vulnerável a choques externos, como crises económicas globais ou alterações na perceção do risco por parte dos investidores. A pandemia de COVID-19, por exemplo, teve um impacto adverso significativo no setor do turismo, contribuindo para a volatilidade do IDE nos anos recentes. No entanto, a recuperação observada ultimamente sugere que este fluxo continuará a ser um alicerce fundamental para o crescimento económico de Cabo Verde, à medida que o país procura novas estratégias para atrair capital estrangeiro.

5.1.4 Comparação e Interação entre os Três Principais Fluxos Externos: APD, IDE e Remessas

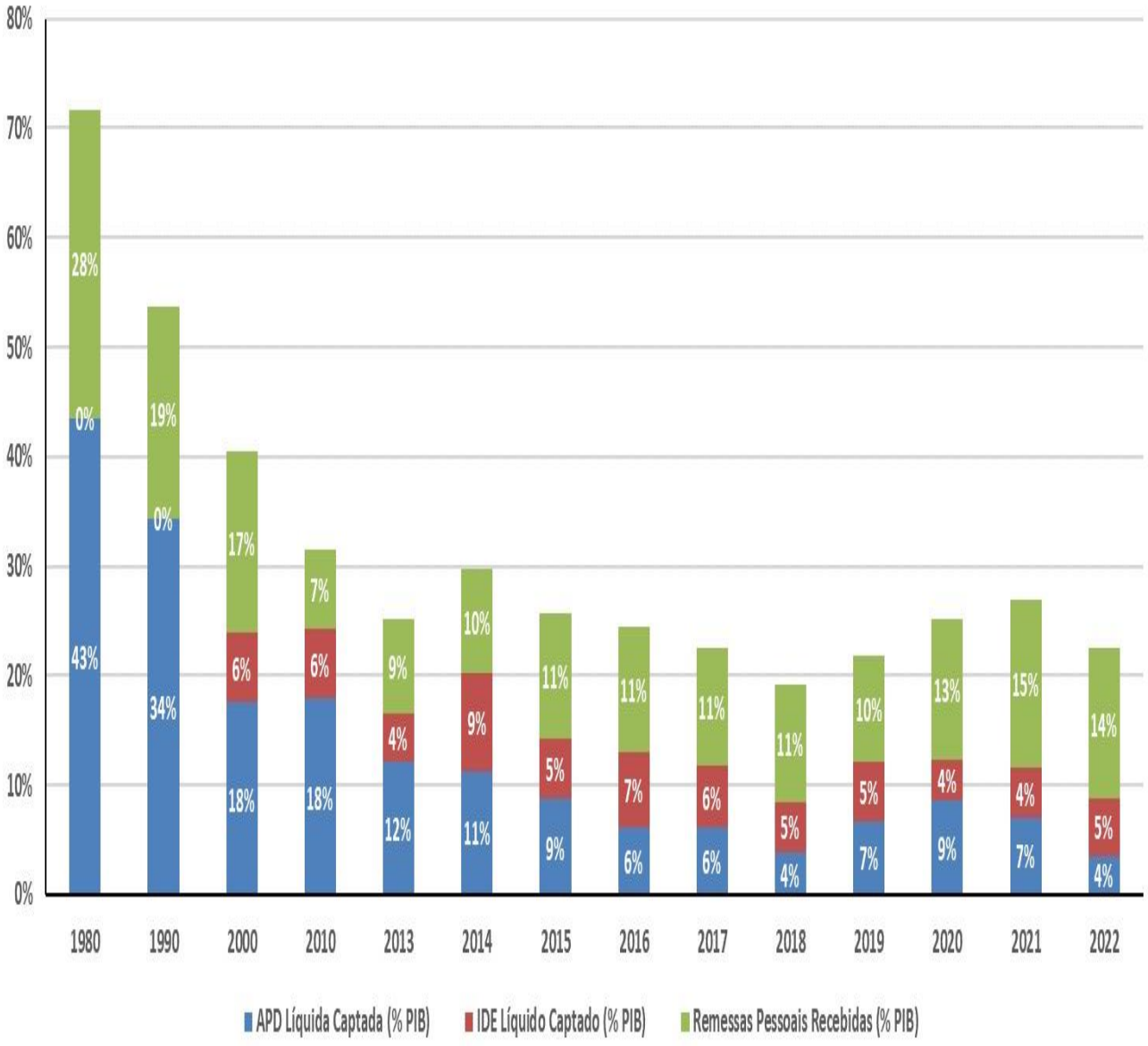
Gráfico 24: Peso (%) da APD, IDE e das Remessas no PIB de 1980 a 2022



Fonte: Elaboração própria com os dados do Banco Mundial (2024)

O gráfico 24 revela uma tendência de declínio acentuado da APD, das RE e do IDE desde 1980, começando em torno de 70% e diminuindo gradualmente nas décadas seguintes. Entre 1980 e 2000, observou-se uma queda acentuada, enquanto, entre 2000 e 2015, a percentagem desses fluxos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) estabilizou-se em cerca de 20%, indicando que Cabo Verde alcançou um nível mais sustentável de dependência de fluxos externos. Entre 2016 e 2022, essa percentagem manteve-se em torno de 20%, com pequenas oscilações refletindo ajustes nos fluxos financeiros externos. Este percurso marca um progresso significativo na autonomia financeira de Cabo Verde, destacando a necessidade de fortalecer a economia interna para mitigar a dependência de fontes externas de financiamento.

Gráfico 25: Comparação do Peso (%) da APD, IDE e das remessas no PIB de 1980 a 2022



Fonte: Elaboração própria com os dados do Banco Mundial (2024)

Analisando os três fluxos externos (quadro 12 e gráfico 25), verifica-se que, em 1980, a APD dominava, correspondendo a 43% do PIB, refletindo a forte dependência do apoio externo. As remessas pessoais representavam 28%, somando mais de 70% em conjunto, evidenciando a vulnerabilidade da economia. O IDE, por sua vez, era inexistente. Ao longo das décadas, houve uma transformação nas fontes externas de financiamento, com sinais de diversificação. Em 1990, a APD ainda era relevante, representando 34% do PIB, enquanto o IDE começou a emergir com 6%. As remessas diminuíram para 19%. Esta tendência de diversificação acentuou-se até 2010, quando

a APD se reduziu para 18%, e tanto o IDE como as remessas se consolidaram. Entre 2020 e 2022, as remessas cresceram expressivamente, atingindo 15% do PIB em 2021, enquanto a APD e o IDE mantiveram valores modestos entre 4% e 9%, o que reflete a transição de Cabo Verde para uma menor dependência de ajudas externas tradicionais, com as remessas a tornarem-se uma fonte de financiamento cada vez mais relevante.

Quadro 12: Peso das Remessas, IDE e APD no PIB de Cabo Verde

Anos	Rem./PIB	IDE/PIB	APD/PIB
1980	28,17%	0,11%	43,47%
1990	19,27%	0,08%	34,31%
2000	16,65%	6,34%	17,55%
2010	7,17%	6,37%	17,92%
2013	8,67%	4,40%	12,08%
2014	9,65%	8,84%	11,33%
2015	11,48%	5,49%	8,76%
2016	11,43%	6,83%	6,23%
2017	10,85%	5,59%	6,16%
2018	10,63%	4,70%	3,82%
2019	9,55%	5,46%	6,75%
2020	12,85%	3,71%	8,68%
2021	15,33%	4,46%	7,08%
2022	13,60%	5,29%	3,58%

Fonte: Elaboração própria com os dados do Banco Mundial (2024)

Globalmente, o gráfico 25 evidencia a evolução de Cabo Verde rumo a uma maior autonomia financeira, sublinhando a necessidade contínua de reforçar a

resiliência económica e reduzir a vulnerabilidade a choques externos. As alterações ao longo do tempo indicam uma diversificação crescente das fontes de financiamento e uma diminuição progressiva da dependência da APD, acompanhada pelo amadurecimento económico do país e mudanças nas políticas internacionais de assistência. O aumento das remessas e do IDE sugere que a economia cabo-verdiana passou a depender menos da ajuda oficial e mais de fluxos privados e das comunidades emigrantes. As remessas demonstraram-se um fluxo estável, contrastando com as oscilações do IDE e da APD, que são mais suscetíveis a flutuações do mercado global e mudanças nas políticas de desenvolvimento. Apesar do IDE ter ganho relevância desde os anos 90, variou entre 4% e 9% do PIB, refletindo os desafios e oportunidades que Cabo Verde enfrenta para atrair e manter investimentos sustentáveis.

A experiência de Cabo Verde demonstra que a eficácia da ajuda, aliada ao investimento direto estrangeiro, às remessas dos emigrantes e, mais recentemente, às receitas do turismo, juntamente com uma boa governação, contribuíram significativamente para a robustez e crescimento da economia cabo-verdiana (Sarmento & Silva, 2023).

Quadro 13: Correlação entre o PIB, APD, IDE e Remessas em Cabo Verde de 1980 a 2022

	Correlação
Correlação PIB - APD	0,8673812
Correlação PIB - IDE	0,8673379
Correlação PIB-Remessas	0,3634108

Fonte: Elaboração própria com os dados do Banco Mundial (2024**)**

Da análise econométrica (quadro 13), verifica-se uma forte relação entre o PIB de Cabo Verde e as 3 fontes de financiamento externo. A correlação entre o PIB e a APD é de 0,867, indicando uma relação positiva e robusta. Tal facto sugere que o aumento da APD está associado ao crescimento do PIB, destacando o papel crucial da ajuda externa no desenvolvimento económico do país. De forma semelhante, a correlação entre o PIB e o IDE também atinge 0,867, evidenciando a importância do IDE na dinamização da economia e na diversificação das atividades económicas em

Cabo Verde. Em contraste, a correlação entre o PIB e as remessas é de 0,363, o que indica uma relação positiva, mas menos intensa. Assim, embora as remessas contribuam para o aumento do PIB, o seu impacto é menos significativo em comparação com a APD e o IDE. Esses resultados demonstram que a APD e o IDE são fatores determinantes para o desenvolvimento de Cabo Verde, enquanto as remessas, apesar de relevantes, exercem uma influência relativamente menor.

Com efeito, inicialmente, a APD foi o motor do desenvolvimento económico, fornecendo recursos para infraestruturas e serviços essenciais. À medida que a economia se diversificou, o IDE e as remessas ganharam protagonismo, refletindo uma transição para uma economia mais integrada no sistema global e menos dependente de assistência externa o que também se reflete no peso de cada uma no PIB.

Concluindo, embora a APD tenha sido crucial na evolução socioeconómica do país, a sua diminuição progressiva sugere um movimento em direção à autonomia económica. Este fenómeno não só indica uma diversificação das fontes de financiamento, mas também sublinha a necessidade de Cabo Verde transformar a assistência externa em alicerces para um crescimento sustentável. Assim, a gestão estratégica da APD deve priorizar a implementação de práticas de governança sólidas e políticas económicas robustas que assegurem o uso eficiente dos recursos, incluindo as remessas, que são também uma fonte vital de liquidez e estabilidade macroeconómica. A atração do IDE emerge como elemento crítico para dinamizar o sector privado e diversificar a matriz económica. Um ambiente regulatório favorável, incentivos à inovação e ao empreendedorismo, e o desenvolvimento de infraestruturas básicas são fundamentais para captar IDE, especialmente em sectores estratégicos, como o turismo, energias renováveis, saúde, educação e tecnologias, incluindo telecomunicações. A intersecção entre a maximização das remessas e a atração de IDE pode constituir uma estratégia sinérgica para Cabo Verde, permitindo que as remessas financiem projetos viáveis economicamente, criando um ciclo virtuoso que estimula o interesse de investidores externos. Fomentando a colaboração entre comunidades locais e capital estrangeiro, Cabo Verde poderá fortalecer a sua resiliência económica e promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável. Portanto, a articulação eficaz entre a gestão da APD, a maximização do uso das remessas e a promoção do IDE é imperativa para a transição de Cabo Verde de uma

economia dependente de fontes externas de financiamento para uma economia robusta e autossustentável, capaz de enfrentar os desafios estruturais que lhe são inerentes.

5.2 Parcerias Bilaterais e o Financiamento do Desenvolvimento: Os Casos de Portugal e dos EUA

Após a conquista da sua independência, Cabo Verde delineou um percurso que deu primazia à construção de parcerias com uma vasta gama de países e organizações internacionais. Esta complexa teia de cooperação, elaborada meticulosamente, refletiu-se numa rede multifacetada de assistência técnica, financeira e política, que se revelou fundamental para o progresso socioeconómico do país. Ao estabelecer relações privilegiadas e, por vezes, únicas, com diversos atores globais, Cabo Verde fortaleceu as suas capacidades institucionais e infraestruturais, alargando as suas oportunidades de crescimento económico e promovendo a inclusão social através de políticas públicas refinadas. Esta secção incidirá sobre a análise de duas parcerias estratégicas que contribuíram significativamente para o desenvolvimento de Cabo Verde.

5.2.1 Portugal

As relações entre Portugal e Cabo Verde têm origens profundamente enraizadas, remontando ao período em que os navegadores portugueses chegaram às ilhas cabo-verdianas. Esse momento histórico destaca-se dos típicos encontros coloniais, porquanto o arquipélago estava desabitado, resultando numa grande interação entre colonizadores e escravos. Essa peculiaridade deu origem a uma população altamente miscigenada e estabeleceu os fundamentos para as sólidas relações entre Portugal e Cabo Verde, baseadas na partilha de uma língua comum, laços humanos, afinidades culturais e convergência normativa.

No dia da Independência de Cabo Verde, foram assinados o Acordo Geral de Cooperação e Amizade, bem como o Acordo de Cooperação Científica e Técnica, constituindo, até 2010, as bases jurídicas do relacionamento entre os dois países, juntamente com vários outros acordos setoriais e interinstitucionais. Em 2010, com o objetivo de elevar o quadro jurídico do seu relacionamento, os Governos de Cabo Verde e de Portugal assinaram o Tratado de Amizade e Cooperação, que instituiu a realização de Cimeiras bienais entre os dois países. Estas Cimeiras representavam um importante

fórum para o aprofundamento do diálogo e da cooperação política e estratégica entre os dois países. Durante esses encontros, ambos os países discutem questões bilaterais e multilaterais de interesse mútuo, além de refletirem sobre formas de fortalecer suas colaborações em diversas áreas de desenvolvimento. Isso inclui esforços conjuntos nas esferas financeira, económica, segurança, defesa, justiça, educação, saúde e combate às mudanças climáticas (DNAPEIR, 2024).

As relações de cooperação entre os dois países têm uma longa história que remonta aos primeiros anos da Independência. Desde então, essas relações têm sido caracterizadas por uma adaptação contínua às estratégias, objetivos e prioridades de ambos os países, bem como à Agenda Internacional de Desenvolvimento. Um aspeto notável dessas relações é a ampla participação de diversos atores, como o Estado, o setor privado, municípios, Organizações Não Governamentais (ONG), associações profissionais e outros. Essa diversidade de agentes reflete o profundo envolvimento das sociedades civis de ambos os países no desenvolvimento e na execução das iniciativas de cooperação bilateral (DNAPEIR, 2024; DGCI, 2000).

A cooperação institucional entre os dois países vem-se desenvolvendo a dois níveis: bilateral e multilateral. A bilateral conforma-se nos programas de cooperação, contendo eixos de concentração consubstanciados em projetos agrupados setorial e institucionalmente. Na cooperação multilateral destacam-se os programas da União Europeia (PIR/PALOP), da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) e das agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU), direcionadas para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A nível bilateral, são ainda relevantes os apoios à cooperação empresarial, os programas desenvolvidos pelas autarquias e iniciativas da sociedade civil. A cooperação descentralizada é materializada através dos relacionamentos entre os Municípios dos dois países e é regulada por um grande número[241] de acordos de geminação e protocolos importantes de reforço institucional e formação de quadros da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde, bem como de funcionários municipais (DGCI, 2005). Os Acordos de Geminação e outras formas de cooperação entre os Municípios de Cabo Verde e seus congéneres portugueses têm proporcionado a disponibilização de recursos humanos, técnicos e financeiros para os Municípios cabo-verdianos. O envolvimento direto com a

[241]Já em 2005 existiam 67 acordos de geminação entre 16 Municípios cabo-verdianos e 67 lusos (DGCI, 2005).

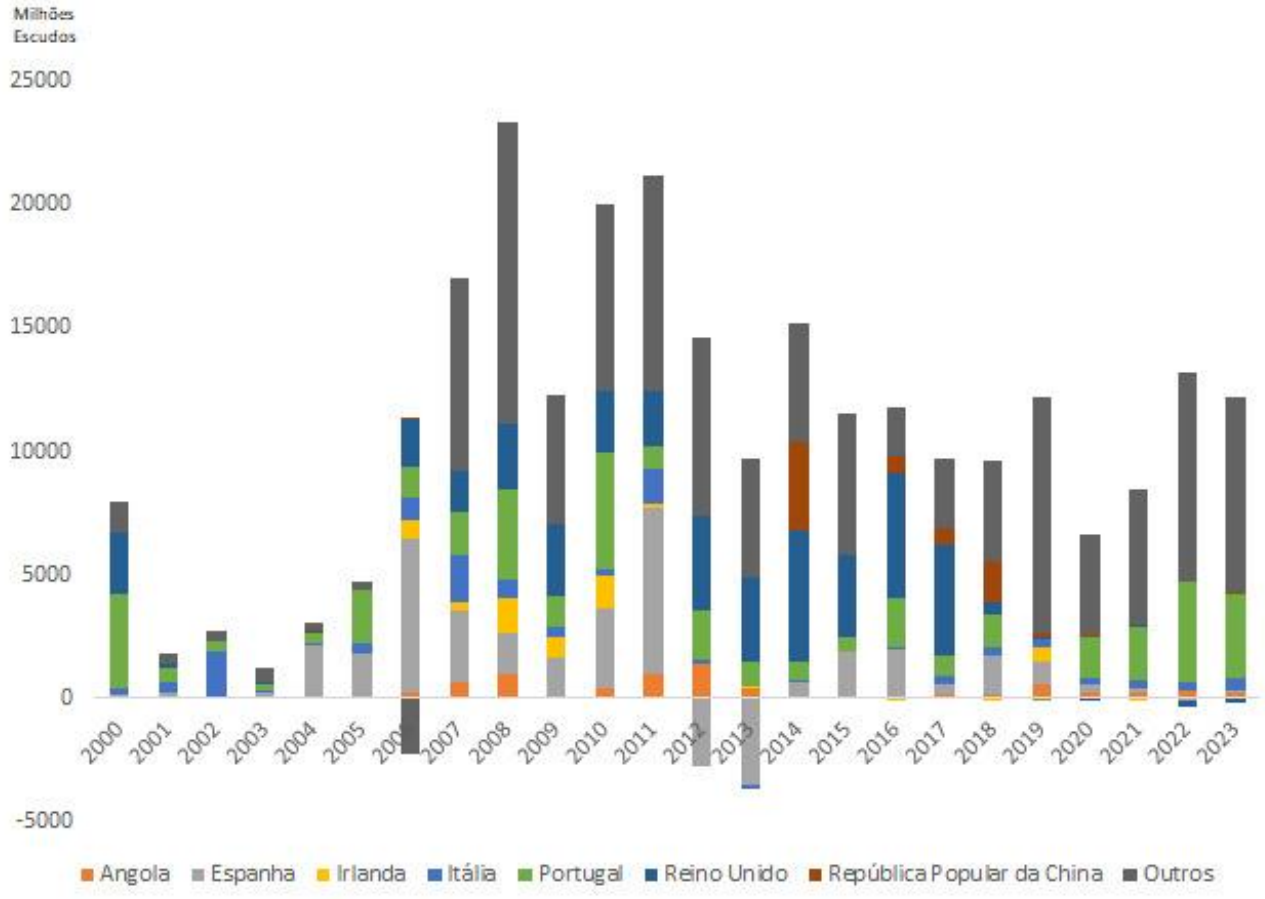
população, o entendimento das suas necessidades e expectativas, a experiência adquirida na busca contínua de soluções para superar as dificuldades e as conexões privilegiadas com o desenvolvimento de outros setores fundamentais, como as instituições associativas, socioprofissionais e empresas, constituem uma vertente importante da cooperação com Portugal (DNAPEC, 2017). De destacar ainda que Portugal tem assumido um importante destaque em matéria de IDE realizado pelo sector privado, bem como nas relações comerciais em Cabo Verde.

O IDE de Portugal em Cabo Verde registou um aumento de 11% durante o primeiro trimestre de 2023, passando de 814,6 milhões de escudos (7,3 milhões de euros) para 903,5 milhões de escudos (8,1 milhões de euros) em comparação com o mesmo período do ano anterior. Este crescimento coloca Portugal numa posição de liderança entre os investidores estrangeiros no país, evidenciando um interesse contínuo em fortalecer as relações económicas com Cabo Verde[242]

O gráfico 26, sobre o IDE em Cabo Verde por país de origem entre 2000 e 2023, evidencia a consistência do IDE de Portugal em Cabo Verde, posicionando este país entre os 3 maiores investidores em Cabo Verde, juntamente com o Reino Unido e a Espanha. Neste gráfico observa-se ainda um pico significativo entre 2007 e 2012, sobretudo de fontes identificadas como "Outros", seguido de uma queda gradual até 2018. A partir daí, há uma recuperação com destaque para investimentos da China, Portugal e Angola.

[242] Dados in: https://www.balai.cv/noticias/investimento-estrangeiro-em-cabo-verde-aumentou-85-liderado-por-portugal/.

Gráfico 26: IDE em Cabo Verde por País de Origem de 2000 a 2023



Fonte: Elaboração própria com os dados de BCV (2024)

5.2.1.1 Programas e Áreas de Cooperacao

Cabo Verde foi o primeiro país a beneficiar de um instrumento programático específico de cooperação com Portugal. Este arranjo bilateral era organizado através de Programas-Quadro Bienais, que eram subsequentemente desdobrados em programas executivos igualmente bienais. Em abril de 1999, foi adotado o primeiro Programa Indicativo de Cooperação (PIC) trienal (subdivididos em Planos Anuais de Cooperação - PAC), cobrindo os anos de 1999 a 2001. Em 1997, Portugal registou um valor significativo da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), atingindo 2,41 milhões de contos PTE, estabelecendo-se assim como um dos principais contribuidores de APD para Cabo Verde. Os três principais eixos de intervenção da cooperação portuguesa eram: (i) Capacitação Institucional, destacando-se missões de assistência técnica de

curta e longa duração; (ii) Valorização dos Recursos Humanos; e (iii) Cooperação Económica e Financeira, com foco especial no Apoio ao Setor Privado (DGCI, 2000). Em 1998, Portugal realizou uma doação de 12 milhões de dólares ao *Trust Fund*; financiou a segunda fase da expansão do Porto do Maio com 5,6 milhões de dólares e continuou a apoiar o projeto de modernização do Aeroporto do Sal com um empréstimo de 7,5 milhões de dólares (DGCI, 2008a & 2001).

Uma particularidade de flexibilidade nesse relacionamento é o facto de envolver ações que muitas vezes fogem à lógica de cooperação de outros parceiros de Cabo Verde. Por exemplo, em 1999, o Governo cabo-verdiano recorreu a empréstimos bancários junto de instituições financeiras portuguesas para financiar a construção de infraestruturas como escolas, centros de saúde e estradas. Esse financiamento só foi viável devido às doações de Portugal, que foram cruciais para atender às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), que determinava que o país só poderia obter empréstimos concessionais. Portugal subsidiou 30% das taxas de juro dos empréstimos, num total de 1.075.000.000 de escudos portugueses. Os montantes incluíram 70 milhões de escudos para infraestrutura escolar, posteriormente aumentados para 425 milhões, e 650 milhões de escudos para infraestrutura industrial, rodoviária e de saúde. Numa segunda fase, devido à insuficiência dos donativos para cobrir os encargos com juros, o governo português concedeu um financiamento suplementar de 600.000 escudos, após a visita do Primeiro Ministro de Cabo Verde a Portugal em abril de 2000. No mesmo ano, como complemento, Portugal atribuiu um donativo de 370 mil contos de escudos para mitigar os efeitos da seca. Essa verba foi destinada à eletrificação da ilha Brava e a programas sociais em São Nicolau (DGCI, 2001).

O PIC 1999/2001, orçado em 19,5 milhões de PTE (aproximadamente 100 milhões de dólares americanos) teve como eixos fundamentais a cooperação financeira, valorização dos recursos humanos e culturais, promoção das condições sociais e de saúde, apoio ao desenvolvimento socioeconómico, apoio à consolidação das instituições e cooperação intermunicipal e descentralizada. A execução deste PIC atingiu aproximadamente 14 a 15 milhões de contos PTE (cerca de 70 milhões USD). Este valor representa uma taxa de absorção efetiva de cerca de 75%, dos 19,5 milhões, principalmente devido aos desembolsos da cooperação financeira e empréstimos. Além do montante previsto neste PIC, com 55 milhões de dólares destinados à cooperação

financeira (facilidade de crédito prevista no Acordo de Cooperação Cambial - ACC, assinado em 1998 com o principal objetivo de criar condições para a estabilidade cambial e convertibilidade do escudo cabo-verdiano através do estabelecimento de uma paridade fixa entre as duas moedas)[243], Portugal acordou em aumentar o valor do teto anual de Cooperação para Cabo Verde (idem).

O PIC seguinte, para o triénio 2002/2004, no valor indicativo de 50 milhões de euros, identificou seis eixos de concentração, incluindo reforço da estabilidade macroeconómica, apoio à consolidação das instituições e desenvolvimento de infraestruturas. Pese embora a execução dos PAC 2002 e 2003 ter ficado aquém do previsto, é importante salientar os vários esforços de cooperação entre Portugal e Cabo Verde. Destacam-se, entre outros, o ACC que permitiu a disponibilização de uma Facilidade de Crédito por parte de Portugal para fortalecer as reservas cambiais de Cabo Verde e garantir a estabilidade da moeda local. Além disso, merecem destaque iniciativas significativas como a Ampliação e Modernização de Infraestruturas, que engloba a Rede Escolar, Centros de Saúde, Rede Viária, Aeroportos e Parque Industrial. Também é relevante mencionar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Secundário (PADES), com foco na formação de professores, no ensino secundário e no desenvolvimento do ensino técnico-profissional (DGCI, 2005).

Outro aspeto relevante é a concessão de bolsas para a frequência de Licenciaturas, tanto em Portugal como em instituições de Ensino Superior cabo-verdianas, e para a frequência de Mestrados e Doutoramentos em universidades portuguesas, com a celebração de um acordo que prevê a concessão de um contingente anual de 800 vagas para estudantes cabo-verdianos. Adicionalmente, destaca-se o Programa Integrado de Emprego, Formação Profissional e Inserção Social, financiado e conduzido pelo Ministério da Solidariedade Social e Trabalho, com o objetivo de criar oportunidades de emprego, proporcionar formação profissional a jovens, promover o desenvolvimento sociocomunitário, fomentar a criação de microempresas e implementar mecanismos de proteção social. Além disso, foram implementados Centros Culturais na Praia e no Mindelo, realizadas Feiras do Livro e oferecido apoio a Bibliotecas, Mediatecas e à criação artística. A Reabilitação e Preservação do Património Histórico, incluindo a Sé da Cidade Velha, a Casa Cor de

[243] O Acordo PREVÊ a abertura de uma linha de crédito de apoio à convertibilidade até 50 milhões de Dólares

Rosa e a Réplica da Torre de Belém, também são iniciativas relevantes. Outras ações incluem o ordenamento do território, por meio da produção de cartografia em escalas adequadas e da montagem de um Sistema de Informação Geográfica/Territorial. Por fim, destaca-se a evacuação de doentes, especialmente aqueles com doenças oncológicas e que necessitam de hemodiálise, para tratamento em hospitais portugueses (DGCI, 2005).

Com o intuito de reduzir a atomicidade das ações, o PIC 2005-2007 introduziu quatro princípios fundamentais: concentração, eficácia, parceria e coordenação. Em virtude destas considerações, a alocação da APD de Portugal para o triénio 2005-2007 foi centrada nos seguintes eixos prioritários: Valorização dos Recursos Humanos e Fomento da Capacitação Técnica, apoio à Implementação de Infraestruturas Básicas, Ordenamento do Território e Reabilitação do Património e Promoção da Estabilidade Macroeconómica. O PAC 2005 teve uma execução parcial, com 45% dos fundos desembolsados, destacando-se a boa implementação do Programa da Valorização dos Recursos Humanos. Já o PAC 2006 manteve os eixos anteriores e introduziu novos, como Serviços Sociais e Solidariedade, alinhados com os princípios de concentração e eficácia. Houve progresso em alguns eixos, mas ainda desafios em outros, como o de Infraestruturas Básicas. Destacam-se projetos como Emprego e Formação Profissional, com bom desempenho, e aprovação de financiamentos para pequenos projetos complementares (DGCI, 2007). Apesar dos novos princípios introduzidos neste PIC, não foi possível reduzir significativamente a fragmentação das ações, com impacto negativo na execução de projetos.

A partir de 2008, Cabo Verde entra numa nova fase do seu desenvolvimento com a graduação do Grupo dos Países Menos Avançados. Simultaneamente, inicia-se um novo ciclo de relacionamento com a União Europeia, caracterizado pelo aprofundamento e alargamento da cooperação que se quer que ultrapasse a relação tradicional de doador-recetor. Por outro lado, a adesão à Organização Mundial do Comércio representa outro marco importante que altera significativamente a dinâmica de integração da economia do país no mercado global.

Com um orçamento de 70 milhões de euros, as prioridades da cooperação entre Portugal e Cabo Verde no período 2008-2010, centraram-se na Boa Governação, Participação e Democracia (Capacitação Institucional, Finanças Públicas, Segurança

Interna e Técnico-Militar), no Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza (Educação, Formação Profissional e Desenvolvimento Social e Infraestruturas) e na concretização de um Cluster de Cooperação que vem do PAC 2007, mas não conheceu nenhum desenvolvimento naquele ano. Este PIC previu a continuação de cooperação no domínio das Infraestruturas (empréstimos) e introduziu uma modalidade nova de ajuda: o Apoio Directo ao Orçamento (DGCI, 2008b). Este programa de cooperação incidiu sobre diversas áreas e modalidades de ajuda, incluindo ainda a cooperação técnica, concessão de créditos de ajuda, estabelecimento de Acordos de Cooperação Cambial, prestação de ajuda humanitária, promoção de parcerias entre instituições homólogas, apoio à sociedade civil, desenvolvimento de parcerias público-privadas, incentivo à cooperação descentralizada e financiamento por meio de organizações multilaterais. Em 2008, os desembolsos efetuados pela cooperação portuguesa totalizam os 10.412.483 Euros, dos 14,5 programados (DGCI, 2009 & 2008a). Entre 2008 e 2009 atingiu-se os 20 Milhões, com um valor anual idêntico para 2010 (DNAPEC, 2011a & 2011b).

Gráfico 27: Estrutura da Ajuda portuguesa a Cabo Verde (1999 -2010)

Fonte: IPAD (2011)

Além da diversidade de ações, conforme evidenciado no gráfico 27, a APD portuguesa a Cabo Verde entre 1999 e 2010 totalizou 480 M€, o que representa uma média anual de 32 M€, incluindo empréstimos. O aumento observado em 2010 pode ser atribuído a uma linha de crédito direcionada para financiar projetos nas áreas de energias renováveis, conservação do ambiente e mobilização de água (IPAD, 2011)[244].

Em 2012, foi assinado o PIC para o quadriénio 2012-2015 (ver o quadro 14) com um orçamento de 56 milhões de euros (excluindo as linhas de crédito). No âmbito dos projetos Bandeira, ou seja, projetos de maior envergadura financeira, destacam-se o Programa de Cooperação Técnico-Policial e o Projeto de Apoio ao Setor da Educação. O montante atribuído para o Apoio Direto ao Orçamento do Estado foi de quatro milhões e duzentos mil euros, distribuídos da seguinte forma: 2012 - 1.200.000,00; 2013 - 1.000.000,00; 2014 - 1.000.000,00 e 2015 - 1.000.000,00. Durante este período, a cooperação financeira entre os dois países continuou a basear-se em empréstimos concessionais e linhas de crédito disponibilizadas a Cabo Verde, direcionadas principalmente para infraestruturas portuárias, aeroportuárias, rodoviárias, entre outras. Paralelamente, o setor turístico cabo-verdiano assumiu uma proeminência cada vez maior na economia do país, constituindo um verdadeiro motor do seu crescimento. Durante esse período, a indústria turística teve um impacto significativo nas receitas da balança de pagamentos, na redução do desemprego e no influxo de investimento direto estrangeiro. Portugal, mesmo perdendo a liderança para o Reino Unido, permaneceu como um dos três principais países de origem de turistas para Cabo Verde. As remessas dos emigrantes, combinadas com as receitas do turismo, tiveram um papel crucial na estabilidade da balança de pagamentos de Cabo Verde, com Portugal sendo uma das principais fontes desses fluxos financeiros, provenientes dos cabo-verdianos que vivem no exterior (DNAPEC 2013 & 2017).

[244]De ressaltar que há uma discrepância entre os dados do IPAD e os do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) de Cabo Verde. Importa realçar que os registos do MNE geralmente se circunscrevem aos projetos implementados no solo cabo-verdiano, enquanto os dados do IPAD, por sua vez, abarca frequentemente não só os empréstimos, mas também outros encargos, tais como as despesas relativas a bolsas de estudo para estudantes cabo-verdianos em Portugal, assim como os custos associados à evacuação de doentes, além de outras despesas.

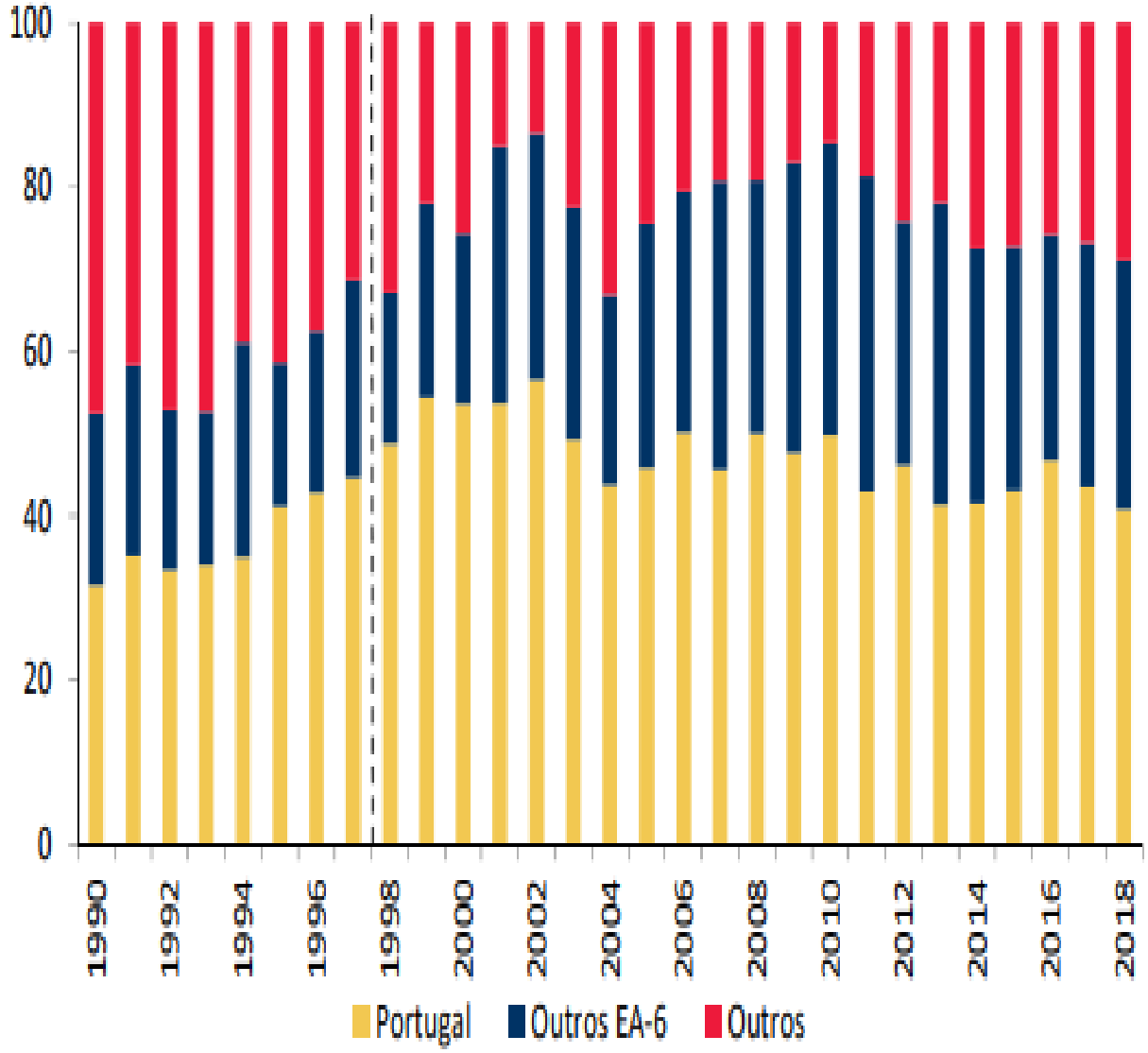
Quadro 14: Eixos de Intervenção do PIC 2012-2015

Eixo Estratégico I	**Boa Governação, Participação e Democracia - 6 %**
Área de Intervenção I	Capacitação Institucional - Governo e Sociedade Civil
Área de Intervenção II	Segurança e Desenvolvimento
Eixo Estratégico II	Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza - 94 %
Área de Intervenção I	Educação e Serviços Sociais Básicos
Área de Intervenção II	Capacitação Científica e Tecnológica
Área de Intervenção III	Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial
Área de Intervenção IV	Programa Geral de Assistência/Ajuda Sob a forma de Produtos

Fonte: DNAPEC (2013)

Nas relações económicas (ver gráfico 28), Portugal mantém-se entre os principais parceiros comerciais de Cabo Verde, tanto em exportações quanto em importações, além de ser um dos principais investidores estrangeiros no país. A maior parte dos investimentos está relacionada com a aquisição total ou parcial de empresas cabo-verdianas, integrando-se no contexto do processo de privatizações. Em 2012, apesar de uma evolução negativa em comparação com os dados de 2011, Portugal, no primeiro trimestre, permaneceu como o segundo país na estrutura das exportações de Cabo Verde (ver gráfico 29), embora continuasse a perder quota a favor de Espanha. Além disso, este país continuou a ser, no primeiro trimestre de 2012, o maior fornecedor de Cabo Verde, detendo uma participação de 45,6% no total das importações (ver gráfico 30), apesar de ter diminuído em relação ao ano anterior.

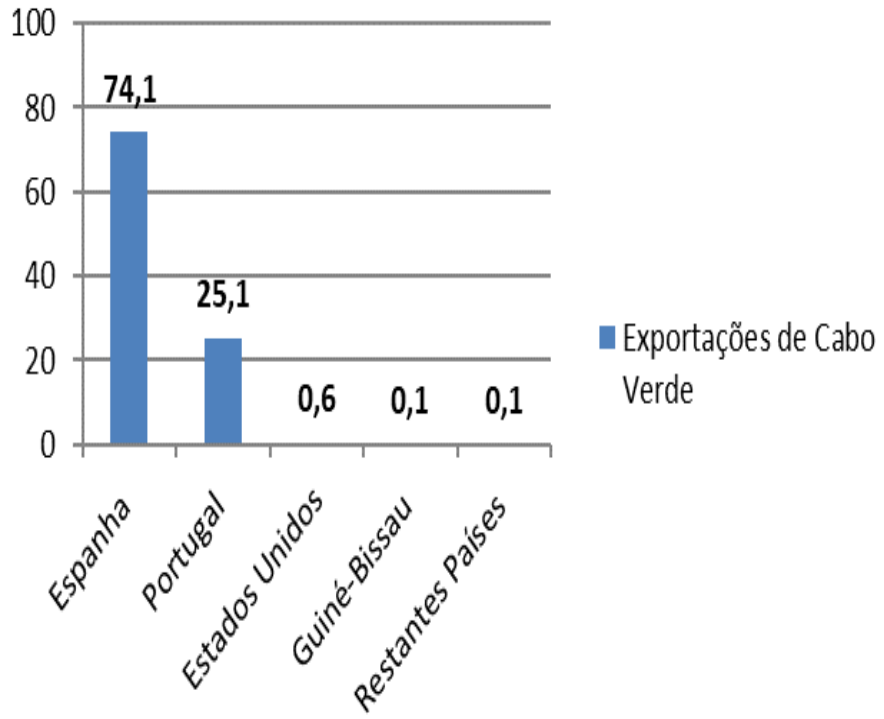
Gráfico 28: Estrutura Geográfica do Comércio Externo de 1990 a 2018



Fonte: Correia et al. (2020)

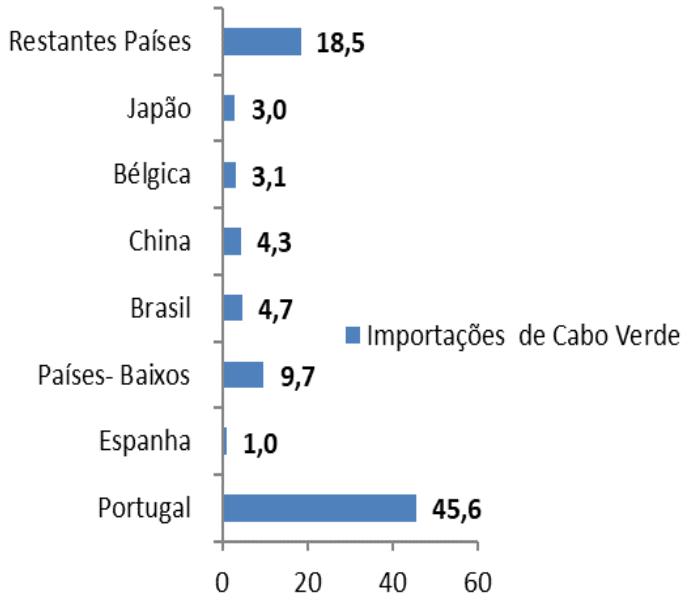
Notas: os dados abrangem as exportações (excluindo reexportações) e importações de bens. O agregado EA-6 compreende a Alemanha, França, Espanha, Itália, Países Baixos e Portugal

Gráfico 29: Exportações de Cabo Verde por Destino (1º Trimestre 2012 em %)



Fonte: DNAPEC (2013)

Gráfico 30: Importação por Origem (1º Trimestre 2012 em %)



Fonte: DNAPEC (2013)

Na Cimeira de 2017, sob o tema Crescimento Sustentável em Segurança, foi assinado o Programa Estratégico de Cooperação (PEC), assim como um conjunto de acordos e protocolos relativos a vários setores. O PEC, que substituiu o PIC, delineou as áreas prioritárias de intervenção ao longo de um período de 5 anos, sem especificar projetos específicos. As áreas consideradas prioritárias foram: Justiça e Segurança, Educação, Ciência, Cultura, Saúde, Energia, Meio Ambiente e a Economia. Adicionalmente, este PEC alocou um montante total de 2.500.000 euros para apoio orçamental, distribuídos de forma equitativa anualmente. Foram destacados os avanços significativos no domínio das migrações com a criação da Subcomissão para as Migrações em 2012, seguida pela assinatura, em 18 de dezembro de 2013, do Acordo de Cooperação em Matéria de Migração Laboral[245] (DNAPEC, 2017).

A Cimeira de 2022, sob o tema "Parceiros Estratégicos na Recuperação Pós-Pandêmica", reafirmou a visão estratégica de ambos os governos em relação aos planos de ação e cooperação. Foi assinado o PEC 2022-2026, alinhado com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde e os ODS da Agenda 2030. Este PEC, que busca integrar diversos fluxos financeiros e modalidades de cooperação para promover o desenvolvimento sustentável, complementando as ações de vários parceiros, está dotado de um envelope financeiro indicativo no montante de 95 milhões de euros. Guiado por uma perspetiva de continuidade, o programa assenta nos resultados previamente alcançados durante a vigência do PEC 2017-2021, capitalizando as capacidades e competências desenvolvidas ao longo desse período. Esses recursos serão direcionados para a implementação dos projetos e ações agora alocados aos setores de intervenção prioritários (DNAPEIR, 2024; DNAPEC, 2022).

Além disso foram tomadas medidas significativas para consolidar a dívida bilateral de Cabo Verde. Em fevereiro de 2022, foi assinado um contrato para condições financeiras mais favoráveis e um perfil de reembolso sustentável. Em 2023, num acordo histórico para fortalecer a resiliência de Cabo Verde e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Portugal comprometeu-se a converter 12 milhões de euros da dívida cabo-verdiana para apoiar a transição climática até 2025 (DNAPEIR,

[245] O Acordo de Migração Laboral estabelece procedimentos para a admissão de cidadãos cabo-verdianos e portugueses para exercerem atividades profissionais subordinadas, tanto de forma temporária quanto permanente. Além disso, o acordo abrange a realização de estágios profissionais, seja em Cabo Verde ou em Portugal.

2024). Este arranjo será reavaliado em 2025, podendo levar à extensão do mecanismo de conversão da dívida para a totalidade do montante, cerca de 140 milhões de euros.

No campo da defesa, foi acordado um novo Programa-Quadro de Cooperação entre os dois países para o período 2021-2026. Este programa abrange áreas como o diálogo político-estratégico, participação conjunta em operações de paz, segurança marítima e indústrias de defesa. Outros setores prioritários incluem a justiça, administração interna, economia e segurança marítima. Na área da educação, juventude e desporto, foram estabelecidos protocolos para fortalecer a cooperação nessas áreas. No que diz respeito ao ensino superior, foram disponibilizadas vagas e bolsas de estudo para estudantes cabo-verdianos em instituições de ensino superior portuguesas. Na saúde e segurança social, a cooperação visa melhorar a qualidade dos serviços de saúde e fortalecer os sistemas de segurança social. Por fim, no campo do trabalho e migrações, esforços são direcionados para a revisão de acordos de migração laboral e a promoção da migração legal entre os dois países (idem).

O relacionamento entre Cabo Verde e Portugal, agora elevado ao estatuto de Parceria Estratégica, ostenta atributos singulares, mormente os fundamentos histórico-culturais que o distinguem de outros laços que Cabo Verde mantém com seus parceiros do Norte. Além disso, essa colaboração se destaca pela sua abrangência geográfica, com projetos implementados em várias ilhas e municípios do arquipélago cabo-verdiano, abarcando diversos domínios, desde educação e saúde até cultura, meio ambiente e capacitação institucional. As diferentes modalidades de financiamento, decorrentes em parte da multiplicidade dos setores portugueses disponíveis e com alguma autonomia para colaborar com seus homólogos cabo-verdianos, também são notáveis. Essa peculiaridade, apesar de conferir flexibilidade na implementação e ampliar o espectro das ações, interfere na coordenação tanto por parte cabo-verdiana quanto portuguesa, limitando a eficiência desta cooperação. Por conseguinte, tem havido um esforço de ambas as partes para uma concertação da APD na Ajuda Orçamental e em projetos de grande magnitude, a fim de evitar a fragmentação. Por outro lado, a natureza das intervenções técnicas e institucionais de Portugal, que frequentemente requerem celeridade no desembolso, pode ser difícil de alinhar com a filosofia de atuação de outros parceiros.

Devido à dificuldade na mobilização interna por parte de Portugal de recursos financeiros para a implementação dos programas de cooperação entre Cabo Verde e Portugal, uma vez que os montantes são sempre indicativos e, por essa razão, não transitam de um programa para outro, a implementação dos PIC e PEC nunca atingiu os 100%, o que não invalida a contribuição de Portugal para o desenvolvimento de Cabo Verde. Refletindo um sólido entendimento político entre ambas as nações, esta cooperação, abarca diversas esferas de atuação, destacando-se o ACC, crucial para a promoção da estabilidade macroeconómica e financeira e a abertura ao exterior, estimulando a expansão das relações económicas e financeiras entre Cabo Verde, Portugal e a área do euro. Este acordo, iniciativa das autoridades cabo-verdianas integrada numa estratégia de liberalização, modernização e abertura da economia do país, foi estabelecido com o intuito de promover a inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial. Na perspetiva de Correia et al., (2020), o desempenho macroeconómico indica que, em grande parte, os objetivos previstos com este acordo têm sido alcançados, com a política monetária centrada na estabilidade de preços e resultando numa convergência da inflação para os níveis observados na área do euro.

A cooperação com Portugal abrange uma vasta gama de áreas, incluindo emprego, formação profissional, infraestrutura, educação, cultura, comunicação social, segurança, modernização administrativa e capacitação institucional, entre outras. No que diz respeito ao emprego, destacam-se programas como o PREP (Programa Regional de Promoção de Emprego nos PALOP) e o Programa Integrado de Emprego, Formação Profissional e Inserção Social. No campo da infraestrutura, Portugal tem apoiado sobretudo a construção e reabilitação de estradas. Projetos de modernização administrativa, como o SIM, contribuíram para melhorar a gestão municipal e os serviços públicos, contribuindo para uma administração mais eficiente. Além disso, a colaboração na educação, com programas de formação superior, médio, profissional e desenvolvimento social, tem sido fundamental para fortalecer os recursos humanos de Cabo Verde. A cooperação cultural abarca o apoio à recuperação do património histórico, como a Cidade Velha, e iniciativas como a Feira do Livro em Português em Cabo Verde, promovendo assim a preservação da identidade cultural cabo-verdiana. Na área da saúde, as evacuações para Portugal de doentes renais diminuíram consideravelmente com a abertura dos centros de hemodiálise da Praia e de São Vicente, os quais também contaram com o cofinanciamento do governo português. Por

fim, é importante mencionar os projetos de comunicação social, como a instalação de emissores para radio e TV e iniciativas de informatização.

Em síntese, a colaboração entre Cabo Verde e Portugal revela-se multifacetada, abarcando diversos domínios e refletindo um compromisso político entre ambas as nações em prol do progresso e da consolidação dos laços históricos e culturais que as unem. Ao longo do tempo, observa-se uma evolução notável dessa parceria, pautada não apenas pelos princípios basilares da cooperação portuguesa, mas também pelo respeito às distintas agendas e prioridades de desenvolvimento de Cabo Verde, desde os primeiros Planos de Desenvolvimento Nacional até às Estratégias de Redução da Pobreza e os recentes Planos Estratégicos de Desenvolvimento Sustentável.

Com efeito, durante o período de 2004 a 2016, a colaboração entre Cabo Verde e Portugal foi fundamental para impulsionar o desenvolvimento humano em Cabo Verde no contexto da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). A forte ênfase no desenvolvimento do capital humano reflete uma estratégia deliberada de investimento em recursos humanos e capacidades institucionais como base para o progresso económico e social sustentável. A cooperação portuguesa desempenhou um papel crucial nesse processo, fornecendo recursos financeiros, conhecimento técnico e assistência técnica para fortalecer as instituições e promover oportunidades de formação em várias áreas. Com a transição para a Agenda 2030 e a adoção do PEDS em 2017, Cabo Verde ampliou as suas prioridades de desenvolvimento para incluir questões mais abrangentes e de longo prazo, como governança eficaz, crescimento económico sustentável, inclusão social e preservação ambiental. Nesse novo contexto, as ações de cooperação com Portugal centraram-se no fortalecimento de instituições governamentais, promoção do empreendedorismo e inovação, bem como melhoramento do acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e implementar políticas e medidas destinadas a mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Essa colaboração revela não apenas uma relação de apoio mútuo entre os dois países, mas também uma estratégia conjunta de abordagem aos desafios de desenvolvimento enfrentados por Cabo Verde, numa abordagem holística do desenvolvimento.

5.2.2 EUA

O primeiro encontro documentado entre os EUA e as ilhas de Cabo Verde remonta à terceira viagem transatlântica em 1498, liderada por Cristóvão Colombo, que se presume ter recrutado marinheiros nas ilhas de Cabo Verde (Tolentino, 2019, pp.3-5), o que quer dizer que a história das relações entre Cabo Verde e EUA é tão antiga quanto a própria história da formação do chamado “mundo Atlântico” (Djassi, 2014; Thornton, 2012) e inseparável dos grandes processos históricos que marcaram o Oceano Atlântico desde meados do século XV o que inclui umas das batalhas mundiais mais importantes travadas no contexto da Revolução Americana que aconteceu na baía da cidade da Praia (Djassi, 2014)[246].

Desde 1500, com a colonização do Brasil e a intensificação das trocas intercontinentais, Cabo Verde consolidou-se como um ponto nevrálgico de abastecimento de escravos, animais, plantas, água potável, sal e carne salgada, além de afirmar-se como um ancoradouro vital para reparações navais durante o período colonial. Nesse contexto, foi sobretudo o denominado "comércio triangular" que catalisou de forma significativa a intensidade do tráfego marítimo (Tolentino, 2019). Esta posição estratégica levou Cabo Verde a ascender a uma posição de proeminência ao comercializar e exportar mercadorias para os EUA, com destaque para a cidade de Boston, especialmente a exportação de pele de cabra (Brooks, 1970 & 2010; Duncan, 1972).

A partir do século XIX, os cabo-verdianos iniciaram uma emigração significativa para os EUA, resultando numa diáspora que se tornaria uma das maiores e mais influentes, moldando as relações entre os dois países. Esse processo teve sua gênese em meados do século XVIII, com a atividade de pesca da baleia, que era de grande importância económica na época devido ao valor do óleo de baleia usado na iluminação e no tratamento de couros e peles. Essa atividade não só atraiu um grande número de baleeiras norte-americanas para as águas do arquipélago, mas também promoveu uma interação entre as tripulações e a população local, devido à necessidade de abastecimento dos navios com alimentos e água, além de apoio em terra para a produção de óleo de baleia (Carreira, 1977, p.74).

[246]Para uma análise aprofundada das relações entre Cabo Verde e os EUA antes de 1975, consulte Djassi, 2014; Thornton, 2012; Brooks, 2010 & 1970; Duncan, 1972.

Em 1818, os EUA estabeleceram na Cidade da Praia o primeiro consulado norte-americano da África Subsaariana (Madeira, 2021; Tolentino, 2019), consolidando Cabo Verde como uma base estratégica essencial para os interesses comerciais americanos na região (Djassi, 2014, p. 480). Essa decisão refletia o profundo interesse dos EUA em estabelecer comércio regular não só com a Costa Africana, mas também com os Açores, Madeira, Canárias e Brasil, numa época de concorrência intensa, especialmente por parte dos britânicos. Isso reforçou ainda mais a proeminência de Cabo Verde como um ponto crucial de apoio estratégico e base logística imprescindível para o comércio americano (Tolentino, 2019).

Logo após a emancipação do arquipélago em 1975, Cabo Verde e os Estados Unidos estabeleceram relações diplomáticas. Desde então, têm cultivado uma relação de amizade e cooperação[247], embora com variações de intensidade ao longo dos anos. A cooperação com os EUA que inicialmente se concentrou na assistência alimentar encontrou a sua expressão máxima nos investimentos substanciais da *Millennium Challenge Corporation* (MCC)[248], que totalizaram 177 milhões de dólares. Esta cooperação abrange diversas áreas, incluindo a formação de quadros cabo-verdianos e a segurança, com ênfase na segurança marítima. Para os propósitos desta investigação, que visa demonstrar a relevância deste parceiro para o desenvolvimento de Cabo Verde, esta secção centrar-se-á na contribuição dos dois compactos da MCC.

5.2.2.1 O Primeiro Compacto da MCC

Em 2004, Cabo Verde destacou-se ao candidatar-se ao MCA, alcançando o primeiro lugar entre os países africanos e o segundo a nível global, em reconhecimento pelos seus esforços no cumprimento dos critérios exigidos pelo MCC. Em julho de 2005, a MCC e o Governo de Cabo Verde assinaram um compacto de cinco anos, no valor

[247]Em como Cabo Verde, um PEID conseguiu forjar uma significativa aliança com uma potência como os Estados Unidos vide Amado (2022 & 2014) e Madeira (2022).

[248]A MCC é uma agência de assistência externa estabelecida pelo Congresso dos EUA em 2004, responsável pela administração do ambicioso programa governamental conhecido como *Millennium Challenge Account* (MCA). Este programa é notável por premiar países que demonstrem um compromisso sólido com a boa governança, liberdade económica e investimento nos seus cidadãos, promovendo o crescimento económico das populações mais vulneráveis através de políticas económicas e sociais robustas e governança democrática. O MCA incentiva investimentos em diversas áreas como infraestrutura, energia, agricultura, titulação de terras, água e saneamento, saúde e educação.

de $110 milhões de dólares, com o objetivo de impulsionar o crescimento económico do país e reduzir a pobreza, por meio de investimentos em infraestrutura, gestão de bacias hidrográficas e apoio agrícola, além do desenvolvimento do setor privado. Segundo Brito (2024), o Embaixador de Cabo Verde em Washington na época, o país foi pioneiro na conclusão deste processo com os EUA e na assinatura do compacto porque Cabo Verde tinha uma clara visão do que queria e preparou minuciosamente o seu dossier.

No final deste compacto, que totalizou um desembolso de $108,512,458 milhões de dólares, foram construídas quatro pontes e três estradas para melhorar o acesso aos mercados, emprego e serviços sociais, e o Porto da Praia, crítico para a ilha, foi significativamente expandido e modernizado. O Compacto também financiou a construção de 28 reservatórios alimentados por nascentes e chuvas, além de 48 diques; treinou 553 agricultores de subsistência na produção de culturas hortícolas e frutícolas de alto valor; e ajudou 225 agricultores e pequenas agroempresas a obter crédito. Estima-se que ao longo de 20 anos, cerca de 384.765 beneficiários terão sido impactados (vide quadro 15), com benefícios líquidos estimados em $85,000,000 milhões de dólares (MCC, 2017)[249].

Quadro 15: Benefícios Estimados do Primeiro Compacto

Atividade	Tempo da Atividade	Taxa de Retorno Económico ao longo de 20 anos	Beneficiários Estimados ao longo de 20 anos	Benefícios Líquidos Estimados ao longo de 20 anos
Estradas e Pontes	No momento da assinatura	13.6%	73,622	$4,400,000
Atualização e Expansão do Porto	No momento da assinatura	22.7%	347,111	$80,400,000

Fonte: Elaboração própria com os dados do MCC (2017)

[249] Os benefícios projetados para o projeto totalizam $85 milhões ao longo de 20 anos, beneficiando aproximadamente 384.765 pessoas. Esses valores foram determinados por meio de uma análise de custo-benefício, representando os benefícios previstos durante o período estipulado. Os Benefícios Líquidos Estimados, soma de todos os benefícios líquidos ao longo da duração do projeto, foram calculados considerando uma taxa de desconto de 10%. Essas estimativas estão expressas em milhões de dólares americanos, correspondendo ao ano em que a análise Taxa de Retorno Económico foi concluída (MCC, 2017).

Estes investimentos visavam não apenas aumentar a produtividade e eficiência operacional, mas também estimular o crescimento económico e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. O investimento em reservatórios e diques evidencia uma abordagem holística para a gestão dos recursos hídricos, promovendo a segurança alimentar e mitigando os riscos associados às mudanças climáticas. Além disso, a formação oferecida a agricultores mostra um compromisso com o desenvolvimento sustentável e a capacitação da população local para se tornar mais autossuficiente e diversificar suas fontes de rendimento. Os esforços para fortalecer as instituições financeiras locais e estabelecer um escritório de crédito privado indicam uma preocupação em desenvolver um ambiente propício para o crescimento do setor privado e o acesso ao crédito para empreendedores locais. Essas iniciativas não só apoiam o desenvolvimento económico de longo prazo, mas também contribuem para a construção de uma base sólida para a sustentabilidade financeira e institucional do país.

O projeto de Desenvolvimento do Setor Privado foi orçado em $7,200,000 no âmbito do Compacto Original. Desse total, $1,824,566 foram efetivamente desembolsados. Os benefícios estimados (quadro 16) correspondem a $1.8 milhão de dólares do projeto, resultado de uma análise de custo-benefício realizada.

Quadro 16: Benefícios Estimados para o Projeto de Desenvolvimento do Sector Privado.

Atividade	Momento da Assinatura	Taxa de Retorno Económico Estimada (ERR) ao longo de 20 anos	Beneficiários Estimados ao longo de 20 anos	Benefícios líquidos estimados ao longo de 20 anos
Reforma do Setor Financeiro	No momento da assinatura	10.8%	900	$100,000

Fonte: Elaboração própria com os dados de MCC (2017)

O Projeto de Gestão de Bacias Hidrográficas e Apoio Agrícola, parte integrante do Compacto Original, foi concebido com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável das áreas rurais de Cabo Verde (ver quadro 17). Com um montante inicial de $10,848,630 destinado ao projeto, foi possível implementar uma série de iniciativas

voltadas para a gestão eficiente dos recursos hídricos e o apoio à agricultura local. Ao longo do período de execução, totalizando um valor desembolsado de $11,602,406, diversas ações foram realizadas visando melhorar a infraestrutura hídrica e promover práticas agrícolas mais sustentáveis. Isso incluiu a construção e manutenção de sistemas de irrigação, a implementação de técnicas de conservação de água e solo, bem como o fornecimento de apoio técnico e capacitação para os agricultores locais. O objetivo principal do projeto foi aumentar a produtividade agrícola e fortalecer a resiliência das comunidades rurais às adversidades climáticas (idem). Ao investir na gestão adequada das bacias hidrográficas e no apoio à agricultura, o projeto visava não apenas garantir a segurança alimentar da população, mas também promover o desenvolvimento económico sustentável nas áreas rurais de Cabo Verde com um enfoque na utilização eficiente dos recursos naturais e na promoção da agricultura sustentável, desempenhando um papel crucial no fortalecimento das comunidades rurais e na promoção do desenvolvimento socioeconómico de Cabo Verde.

Quadro 17: Benefícios Estimados para o Projeto de Gestão de Bacias Hidrográficas e Apoio Agrícola

Tempo	Taxa de Retorno Económico (ERR) ao longo de 20 anos	Beneficiários Estimados ao longo de 20 anos	Benefícios Líquidos Estimados ao longo de 20 anos
No momento da assinatura	9.7%	900	-$200,000

Fonte: Elaboração própria com os dados do MCC (2017)

Apesar de se tratar de um programa de cooperação bilateral, o êxito na implementação das ações desse compacto contou com a colaboração de outras entidades parceiras, para além do Governo de Cabo Verde[250]. A título de exemplo, a reabilitação do Porto da Praia destacou-se como a atividade individual de maior envergadura no âmbito do compacto, representando aproximadamente metade do orçamento total de $110 milhões. Quando os estudos finais de viabilidade revelaram

[250] Este teve que investir recursos substanciais em projetos que foram reestruturados, mostrando liderança, uma apropriação sólida e um compromisso firme com os objetivos do compacto.

que o custo do Porto ultrapassava consideravelmente as estimativas iniciais, o Governo de Cabo Verde concordou em financiar a Fase II da reabilitação portuária com $98 milhões, através de um empréstimo concedido pelo Governo de Portugal. O projeto concluído resultou num Porto mais moderno, eficiente e seguro, com capacidade para suportar o crescimento projetado para os próximos 20 anos. O Governo de Cabo Verde também interveio quando duas das cinco estradas que deveriam ser reabilitadas na "Atividade de Estradas e Pontes" foram eliminadas do compacto devido a aumentos de custos. O compacto também apoiou a criação do primeiro *bureau* de crédito privado em Cabo Verde, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento do Setor Privado. Neste capítulo, a MCA colaborou com a Corporação Financeira Internacional (IFC) para concluir uma análise jurídica e técnica abrangente do sistema cabo-verdiano, o que possibilitou que os provedores internacionais de serviços de *bureau* de crédito apresentassem propostas técnicas e de investimento para a formação de um *bureau* de crédito com investidores locais (MCC, 2017).

O primeiro compacto figurou como um marco na trajetória de desenvolvimento deste país insular, sendo demarcado por investimentos estratégicos destinados a catalisar o crescimento económico e mitigar a pobreza.

Na asserção de Neves[251] (2018), beneficiando as ilhas de Santiago, Santo Antão e Fogo, o programa teve um grande impacto na modernização da administração pública, na busca por novas parcerias para financiamento de infraestrutura, no crescimento económico e na redução da pobreza.

Ao longo do quinquénio de execução, esta parceria resultou em avanços significativos no que tange à infraestrutura, gestão hidrográfica e apoio ao setor agrícola, contribuindo ainda para a consolidação do tecido empresarial local. Particular destaque recai sobre os esforços envidados para robustecer as estruturas financeiras internas e instaurar um organismo de crédito privado, patenteando um compromisso com o fomento do setor privado e o acesso ao crédito para os empreendedores locais. Ademais, a realização de iniciativas como a requalificação do Porto da Praia e a construção de vias de comunicação revelaram-se catalisadoras do desenvolvimento económico, dotando o país de infraestruturas cruciais para a conectividade e prestação de serviços sociais.

[251] Ex Primeiro Ministro e atual Presidente da República.

O mérito da diplomacia cabo-verdiana transcende não apenas a habilidade de conseguir negociar o referido compacto, mas também se estende ao engajamento efetivo de outros parceiros para dar continuidade aos investimentos realizados. No termo do período de execução, os resultados obtidos erguem-se como um legado perene, solidificando os alicerces para um crescimento económico sustentado e uma melhoria na qualidade de vida da população cabo-verdiana.

5.2.2.2 O Segundo Compacto da MCC

Com base nos resultados alcançados pelo Primeiro Compacto e no progresso conseguido, Cabo Verde conquistou o feito de ser o primeiro país selecionado para um segundo compacto em 2009, tornando-se também a primeira nação parceira do MCC a ascender à categoria de País de Rendimento Médio (PRM). Em 2012, foi celebrado o II compacto de cinco anos, no valor de $66.2 milhões, com o intuito de mitigar a pobreza através do fomento do crescimento económico. O projeto amalgamou melhorias infraestruturais com reformas políticas e institucionais, beneficiando mais de 600.000 pessoas ao fortalecer os direitos de propriedade e ao aprimorar o acesso à água potável e saneamento.

Para alcançar os objetivos do compacto, o Governo de Cabo Verde logrou aprovar mais de 50 leis de forma bem-sucedida, encerrando instituições ineficazes e criando agências pautadas em princípios comerciais sustentáveis, evidenciando o seu empenho em empreender difíceis reformas políticas e institucionais, explorar novas abordagens e alargar intervenções eficazes. Este compromisso manteve-se ao longo do compacto e revelou-se crucial para o seu êxito, mesmo após eleições a meio da implementação terem conduzido um novo partido político ao poder. Nesse contexto, o desenvolvimento do segundo compacto deu destaque à análise das limitações ao crescimento económico de Cabo Verde, identificando duas questões fundamentais: (i) o acesso deficiente a água de qualidade e saneamento; e (ii) a ausência de uma fonte conclusiva de informação sobre direitos de propriedade. A atenuação de ambas as limitações foi considerada crucial para impulsionar o setor do turismo em Cabo Verde, o principal motor do crescimento económico do país (MCC, 2019).

Quadro 18: Total de Desembolsos Efetuados no Segundo Compacto

Projeto	Montante
Gestão de Terra para Investimento	$17,534,064.36
Água, Saneamento e Higiene	$40,487,640.70
M&A	$1,021,175.32
Administração do Programa	$6,597,902.97
Total	**$65,640,783.35**

Fonte: Elaboração própria com os dados do MCC (2019)

O montante original do Segundo Compacto foi de $66,2 milhões, dos quais $65,6 milhões foram utilizados (vide quadro 18). Ao longo de um período de 20 anos, desde o início da implementação do projeto, estima-se que mais de 600.000 pessoas serão beneficiadas. Além disso, o valor dos benefícios líquidos estimados para esse mesmo período é de cerca de $113 milhões. Esses números revelam não apenas a utilização eficaz dos recursos do compacto, mas também o impacto significativo que o projeto terá ao longo do tempo (idem).

Quadro 19: Projeto de Água, Saneamento e Higiene (WASH) - Benefícios Esperados ao longo de 20 anos

Atividade	Taxa de Retorno Economico Estimada ao Longo de 20 anos	Beneficiários Estimados ao Longo de 20 anos	Benefícios Líquidos Estimados ao Longo de 20 anos
Reforma, Nacional, Institucional e Regulatória e Reforma dos Serviços Públicos	14%	600.000	$23 milhões
Fundo de Subsídios para Infraestrutura	11%	48.000	$28 milhões

Fonte: Elaboração própria com os dados de MCC (2019)

O projeto WASH, inicialmente orçado em $41,100,000, alcançou um desembolso de $40.5 milhões, direcionado à melhoria das condições de água, saneamento e higiene, com repercussões diretas na saúde pública e no bem-estar da população.

Quadro 20: Gestão de Terra para Investimento - Benefícios Esperados II

Atividade	Taxa de Retorno Económico Estimada ao longo de 20 anos	Número Estimado de Beneficiários ao longo de 20 anos	Benefícios Líquidos Estimados ao longo de 20 anos
Reforma Legal e Institucional e questões de Direitos e Limites	22%	13.000	$62 million

Fonte: Elaboração própria com os dados do MCC (2019)

O montante desembolsado do projeto Gestão de Terra para Investimento ($17.5 milhões) ultrapassa o montante inicialmente previsto dada a importância da gestão eficaz de terras para impulsionar o desenvolvimento económico sustentável.

Os dois compactos do MCC tiveram um impacto notável no desenvolvimento de Cabo Verde, abordando questões cruciais e impulsionando o crescimento económico sustentável. O segundo compacto, centrou-se em mitigar a pobreza através do fomento do crescimento económico. Este compacto integrou melhorias infraestruturais com reformas políticas e institucionais, fortalecendo os direitos de propriedade e melhorando o acesso à água potável e saneamento. Ao aprovar mais de 50 leis e implementar reformas políticas e institucionais, o governo de Cabo Verde demonstrou o seu empenho na implementação eficaz do compacto. Além disso, os investimentos em água, saneamento e gestão de terras destacaram-se como áreas críticas para impulsionar o setor do turismo, principal motor do crescimento económico do país.

Ambos os compactos integraram componentes fundamentais da agenda de transformação económica do governo, visando a mobilização de investimento do setor privado e uma gestão aprimorada dos recursos domésticos. Estes investimentos não só abordaram desafios específicos enfrentados por Cabo Verde, mas também estabeleceram as bases para um desenvolvimento económico sustentável e inclusivo no longo prazo. Em suma, os compactos do MCC desempenharam um papel crucial no

fortalecimento da economia de Cabo Verde e na melhoria da qualidade de vida da sua população.

A opção por destacar estes dois compactos reside na capacidade singular de evidenciar o impacto da parceria com os EUA no desenvolvimento de Cabo Verde. As melhorias na infraestrutura facilitaram a integração dos mercados internos, reduziram os custos de transporte e estimularam o comércio local, impulsionando a economia. A introdução da irrigação gota a gota capacitou os agricultores cabo-verdianos a aumentar os rendimentos das colheitas e melhorar os meios de subsistência. O estabelecimento do Mercado de Crédito proporcionou aos empresários locais o acesso a fundos essenciais para a criação ou expansão de negócios, promovendo a criação de empregos e o crescimento económico. Além disso, as reformas de gestão de terras permitiram ao governo cabo-verdiano implementar um sistema eficaz de gestão de terras, resolvendo disputas e fomentando um ambiente empresarial propício no setor imobiliário em várias ilhas.

É ainda relevante salientar que os EUA têm mantido uma cooperação com Cabo Verde desde a sua independência, com diferentes períodos e áreas de maior destaque. Logo em 1975, os EUA ofereceram 1.100.000 de dólares, dos quais cem mil dedicados a ajuda alimentar (Djassi, 2014, p. 487). Mais recentemente, os EUA disponibilizaram[252] mais de 1.5 milhão de dólares para apoiar os esforços de Cabo Verde na mitigação da crise económica causada pela pandemia de COVID-19. Os fundos foram direcionados a empresas cabo-verdianas que operam em setores intensivos em mão-de-obra, especialmente empregando mulheres e jovens, com o objetivo de ajudá-las a adaptar-se às rápidas mudanças económicas provocadas pela pandemia.

Uma das áreas prioritárias foi a militar, iniciada cerca de dez anos após a independência, com o fortalecimento das relações diplomáticas entre os dois países e o entendimento de que Cabo Verde não estava alinhado com os Soviéticos (Djassi, 2014). Dada a sua posição geoestratégica, o arquipélago tem-se envolvido ativamente em questões de segurança internacional, nomeadamente no controlo de fronteiras e na luta contra a criminalidade organizada, sendo os Estados Unidos um parceiro

[252]Para informações detalhadas sobre este apoio, consulte a Nota de Imprensa datada de 3 de setembro de 2020 da Embaixada dos EUA em Cabo Verde através do seguinte link: https://cv.usembassy.gov/pt/os-estados-unidos-concedem-mais-de-15-milhoes-de-dolares-para-ajudar-cabo-verde-na-capacidade-de-resposta-a-covid-19/.

estratégico nesse domínio. Conforme referido por Amado (2014), Cabo Verde tem beneficiado desde 1984 do acesso a programas de treino e frequência em escolas militares, assim como de financiamento militar estrangeiro para equipamentos. Além disso, têm sido estabelecidas parcerias recíprocas em outros programas de segurança, como a cooperação no combate ao narcotráfico e na gestão das águas territoriais. Em setembro de 2017, após anos de negociação, foi assinado um pacto de cooperação militar, conhecido como SOFA (*Status of Forces Agreement*), que regula a presença das forças armadas dos EUA em solo cabo-verdiano. Sem entrar na controvérsia sobre a constitucionalidade[253] ou sobre se este acordo favorece mais Cabo Verde ou os Estados Unidos, importa salientar que o mesmo visa estabelecer um enquadramento legal para reforçar a defesa e segurança de ambas as nações. Define os termos e condições para a participação conjunta no domínio militar, com particular destaque para o estatuto dos soldados norte-americanos em território cabo-verdiano.

No domínio da segurança marítima, foi criado o COSMAR (Centro de Operações de Segurança Marítima) na cidade da Praia, financiado pelos EUA e outros parceiros. Esta instituição foi concebida para funcionar como um centro de fusão de inteligência e operações multilateral e interagências, com o objetivo de utilizar as capacidades conjuntas das Forças Armadas, polícia e serviços de inteligência de Cabo Verde para combater o tráfico de drogas e proteger as águas marítimas e os recursos pesqueiros, em colaboração com os esforços militares e agências de aplicação da lei dos Estados Unidos.

Além da cooperação na área militar e de segurança, existem muitas outras iniciativas de grande importância para o desenvolvimento do país. Na área do comércio, Cabo Verde é elegível para as preferências tarifárias proporcionadas pela *African Growth and Opportunity Act* (AGOA)[254]. Tradicionalmente, as exportações cabo-verdianas ao abrigo do AGOA têm sido modestas, não ultrapassando algumas

[253]Após ter sido interposto um pedido de fiscalização abstrata sucessiva da constitucionalidade de algumas disposições do acordo SOFA por um grupo de 27 Deputados da Assembleia Nacional, o Tribunal Constitucional emitiu um Acórdão declarando que este acordo não transgride qualquer norma constitucional. Pode encontrar o Acórdão aqui: https://www.tribunalconstitucional.cv/wp-content/uploads/2022/07/1-Acrdo10-2020-FiscalizaoAbstrataSucessivadoAcordoSOFA-RequeridoporDeputadosdoPAICV.pdf.

[254]A AGOA visa promover o desenvolvimento económico de África através do comércio, permitindo que os países beneficiários exportem uma ampla gama de 6.000 produtos para os EUA, isentos de direitos aduaneiros e mediante quotas. Para mais informações, consulte www.agoa.gov.

centenas de milhares de dólares anuais. Contudo, em 2015, verificou-se um aumento substancial, com as exportações a superarem meio milhão de dólares, representando quase 24% do total das exportações para os EUA. Este incremento recente no aproveitamento do AGOA deve-se predominantemente às exportações de atum e outros tipos de pescado (Cook & Husted, 2017)

No âmbito da cooperação educativa direcionada para a juventude, Cabo Verde participa na Iniciativa Jovens Líderes Africanos (YALI). Uma iniciativa presidencial, instituída em 2010 que visa fomentar o desenvolvimento de jovens líderes africanos emergentes nos domínios empresarial, cívico e da gestão pública, por meio de bolsas de estudo baseadas em intercâmbio e subsequente apoio.

Na área dos transportes aéreos, os Estados Unidos têm apoiado o objetivo de Cabo Verde de se tornar um *hub* regional para o transporte aéreo através do programa *Safe Skies*. Como resultado, Cabo Verde obteve a certificação Categoria I da FAA[255] - dos EUA (a 9 de setembro de 2003) e a qualificação ETOPS[256], permitindo que as companhias aéreas cabo-verdianas voem diretamente dos aeroportos da Praia e do Sal para os Estados Unidos. Estas qualificações têm um impacto direto na economia do país e contribuem para aumentar a segurança e as capacidades turísticas de Cabo Verde (idem).

Os EUA constituem um parceiro incontornável no desenvolvimento de Cabo Verde, não apenas por meio de programas de cooperação e apoio, mas também devido a uma presença significativa da comunidade cabo-verdiana no país, considerada a maior diáspora cabo-verdiana, exercendo um impacto substancial na economia do arquipélago. As remessas[257] enviadas pelos emigrantes cabo-verdianos nos Estados Unidos representam uma fonte crucial de rendimento para muitas famílias em Cabo Verde, contribuindo diretamente para a melhoria das condições de vida e impulsionando o desenvolvimento económico e social do país. Adicionalmente, os vínculos culturais e económicos entre ambos os países continuam a fortalecer-se, proporcionando oportunidades para investimentos e colaborações que beneficiam mutuamente ambas as nações.

---

[255] *Federal Aviation Administration.*

[256] *Extended-range Twin-engine Operational Performance Standards*.

[257] Sobre a importância das remessas para o desenvolvimento de Cabo Verde vide: World Bank, 2020; Varela, 2016 e Tolentino *et al*., 2008.

A parceria estabelecida com os EUA evidencia a habilidade de Cabo Verde em utilizar o seu *soft power*, especialmente a sua imagem de Estado estável, com boa governação, que respeita os direitos humanos e promove a paz, para forjar alianças estratégicas. Esta estratégia culminou em investimentos substanciais, materializados através dos dois compactos com a MCC e outras iniciativas essenciais para o desenvolvimento do país, que não apenas aprimoraram a infraestrutura física, mas também fortaleceram as instituições locais e promoveram reformas políticas para impulsionar o crescimento económico. Cabo Verde soube proveitosamente tirar vantagem do interesse estratégico dos EUA em destacar Cabo Verde como um paradigma de democracia, especialmente considerando a região onde está inserido e a sua condição de Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID). Além disso, a motivação dos EUA em reforçar a segurança no arquipélago, em particular a segurança marítima, como uma medida essencial para combater o crime organizado transnacional e fortalecer os mecanismos de segurança coletiva na região do Atlântico, também tem sido aproveitado para o desenvolvimento de ações concretas visando o fortalecimento da segurança no país.

Efetivamente, a cooperação com os EUA abrange colaborações significativas em áreas como segurança, educação, transporte aéreo e comércio, evidenciando um compromisso mútuo em robustecer o capital humano e fomentar um ambiente propício ao comércio e ao investimento. Ademais, a contribuição vital da diáspora cabo-verdiana nos Estados Unidos, tanto através de remessas financeiras quanto de vínculos culturais e económicos, desempenha um papel crucial neste contexto, reforçando os laços entre as duas nações.

Uma nova era nas relações entre Cabo Verde e os Estados Unidos desponta no horizonte. Em dezembro de 2023, o Conselho de Diretores da MCC selecionou Cabo Verde como elegível para desenvolver um compacto regional, com o propósito de promover a integração económica na região. Analisar os impactos deste novo compacto para a integração de Cabo Verde na sua região seria um tema de pesquisa promissor e relevante.

Foram escolhidos estes dois parceiros, embora outros igualmente exemplificares pudessem ter sido selecionados. Cabo Verde, na sua estratégia de diversificação de alianças, conseguiu estabelecer relações frutíferas com uma variedade de países e

instituições multilaterais. A título de exemplo, nos primeiros anos após a independência, o país desenvolveu laços de cooperação robustos com as nações nórdicas, essenciais para garantir a segurança alimentar. Atualmente, Luxemburgo destaca-se como um dos principais parceiros de Cabo Verde, sendo o país que mais recebe APD deste, contribuindo significativamente para a construção da resiliência climática.

Além disso, o país tem cultivado relações produtivas com países do Sul, como a China[258], com foco especialmente no desenvolvimento de infraestruturas e formação, e com o Brasil, concentrando-se na capacitação técnica e valorização dos recursos humanos. A Rússia (sobretudo logo após a independência), bem como Cuba, Argélia e Marrocos, entre outros, deram um contributo valioso para a formação de quadros tanto superiores como médios em Cabo Verde. Ademais, parceiros multilaterais, como a União Europeia, a ONU, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, também têm desempenhado um papel crucial como parceiros de Cabo Verde.

[258]Com destaque para a construção da Biblioteca Nacional, a reabilitação da ala da Maternidade no hospital da Praia, a construção do Estádio Nacional, a construção e reabilitação do Palácio do Governo, a construção da barragem de Poilão, a reabilitação do Palácio da Presidência e a construção do Liceu de Santa Maria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) tem sido historicamente condicionado por desafios complexos e multidimensionais, caracterizados por vulnerabilidades económicas, ambientais e sociais. Entre estas destacam-se limitações estruturais significativas, como a dependência de setores económicos restritos, a elevada exposição a choques externos – sejam climáticos, económicos ou políticos – e as dificuldades no acesso a mercados e a financiamento internacional. Paralelamente, o sistema internacional, apesar de proclamar a igualdade entre os Estados, evidencia, na prática, profundas assimetrias de poder e influência. Esta realidade permite que as grandes potências moldem as regras e prioridades globais, relegando os PEID para uma posição periférica, frequentemente marginalizados nos processos decisórios internacionais, o que compromete a defesa dos seus interesses e limita o acesso a recursos estratégicos indispensáveis ao seu desenvolvimento sustentável.

Contudo, essas limitações não conduzem inevitavelmente à inação e ao subdesenvolvimento. Muitos PE destacam-se entre os países com maior Produto Interno Bruto per capita no mundo, demonstrando que, com políticas e estratégias adequadas, é possível transformar restrições em vantagens competitivas, especialmente no contexto da globalização. A integração nas cadeias globais de valor, embora exponha esses países a crises e flutuações financeiras, oferece-lhes, simultaneamente, a oportunidade de alargar as suas fronteiras económicas, convertendo vulnerabilidades estruturais em oportunidades de crescimento sustentável. Essa capacidade de adaptação permite mitigar os potenciais riscos associados, promovendo soluções que potenciem a resiliência e reforcem a sua integração no sistema económico global, evidenciando, por conseguinte, o papel central da política externa e da diplomacia como instrumento estratégico dos PEID na conversão de fragilidades em vantagens estratégicas.

Nesse contexto, Cabo Verde emerge como um paradigma de diplomacia, caracterizada por um equilíbrio entre assertividade e pragmatismo, assente numa inserção multilateral sólida, na diversificação de alianças e alicerçada no *soft power*, permitindo ao país transformar desafios em oportunidades e converter fragilidades em vantagens competitivas. Com efeito, através de uma participação multilateral ativa e

estrategicamente orientada, o país tem assegurado recursos técnicos e financeiros indispensáveis ao seu desenvolvimento, enquanto promove causas globais relevantes, como a sustentabilidade ambiental e a segurança marítima. Em paralelo, Cabo Verde tem reforçado a diversificação das suas parcerias bilaterais com atores relevantes no sistema internacional, como a União Europeia, os Estados Unidos, Portugal e a China, alicerçando-se na sua reputação de estabilidade política, boa governação e gestão criteriosa da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

A análise empírica comprova a importância central da política externa e da diplomacia no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, ao evidenciar a relevância da APD, do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e das remessas da diáspora na trajetória de crescimento económico. A análise da correlação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e estes fluxos demonstra a centralidade da APD (0,8673812) e do IDE (0,8673379), sublinhando o seu papel estruturante no financiamento ao desenvolvimento. Embora a correlação entre o PIB e as remessas seja mais moderada (0,3634108), estas desempenham um papel importante como mecanismo de proteção social e fonte complementar de financiamento, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade. Estes resultados refletem ainda na capacidade de Cabo Verde para gerir transições críticas no domínio económico, como a graduação de País Menos Avançado (PMA) para País de Rendimento Médio (PRM), a qual foi acompanhada por esforços consistentes para assegurar os recursos estratégicos indispensáveis ao progresso nacional e prevenir retrocessos económicos.

Conforme sublinha Baker (2009), este arquipélago tem capitalizado a sua reputação de boa governação, já referida, utilizando-a como um alicerce estratégico para atrair apoio externo e estabelecer parcerias sólidas e sustentáveis, afirmando-se como um parceiro fiável e atrativo para colaborações de longo prazo. O *soft power* cabo-verdiano emerge, assim, como uma das suas ferramentas importantes, evidenciando-se tanto nas relações bilaterais com parceiros estratégicos como os Estados Unidos da América e a União Europeia, como nas suas interações com organizações multilaterais, incluindo a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e as Nações Unidas. Nestas plataformas, Cabo Verde tem reforçado a sua posição como um ator relevante, convertendo a sua limitada dimensão geográfica numa vantagem no panorama internacional. No entanto, no contexto da CEDEAO, a aplicação deste *soft*

power requer uma abordagem estratégica mais consolidada, capaz de maximizar a influência de Cabo Verde na região e assegurar um apoio duradouro aos seus objetivos políticos, económicos e sociais.

Para melhor compreender os meandros do desenvolvimento de um país que, à data da sua independência, foi considerado inviável, e analisar o papel estratégico desempenhado pela sua política externa neste percurso, o presente estudo estruturou-se em torno de duas questões fundamentais: quais as principais ancoragens e fontes de financiamento que têm sustentado o desenvolvimento de Cabo Verde, enquanto PEID, no quadro das dinâmicas globais? e qual o papel desempenhado pela política externa na dinamização e fortalecimento deste processo de desenvolvimento?

Para abordar estas questões, recorreu-se à abordagem multidimensional de Amartya Sen (1985, 1992 e 1999), que interpreta o desenvolvimento não apenas como crescimento económico, mas como a ampliação das capacidades e liberdades fundamentais dos indivíduos. Neste contexto, Cabo Verde tem orientado a sua política externa para captar recursos vitais — técnicos e financeiros —, reforçar infraestruturas e combater a pobreza, alinhando estas ações com o objetivo de promover um progresso mais inclusivo e sustentável. Esta estratégia tem-se traduzido em progressos assinaláveis no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), permitindo ao país transcender os indicadores económicos tradicionais e destacar o impacto positivo da diplomacia na qualidade de vida e nas oportunidades efetivas dos seus cidadãos. Com efeito, nos últimos 20 anos, o IDH de Cabo Verde registou uma evolução ascendente, passando de aproximadamente 0,55 em 2000 para cerca de 0,67 em 2021, evidenciando os avanços alcançados no bem-estar e nas condições de vida da população (UNDP, 2000 e 2022).

Esse progresso reflete-se também na projeção internacional de Cabo Verde, que se distingue pela sua estabilidade, paz, respeito pelos direitos humanos, boa governação e gestão criteriosa da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Estes atributos têm assegurado parcerias estratégicas com atores de relevo em diferentes partes do mundo – entre os quais se destacam a União Europeia, os Estados Unidos, Portugal, China e Luxemburgo – e facilitado o acesso a recursos financeiros, técnicos e tecnológicos, tanto em fóruns multilaterais como em relações bilaterais. Este perfil estratégico é reforçado pela flexibilidade da sua política externa, pela capacidade de explorar as suas vantagens geopolíticas e geoeconómicas e pela promoção de valores

como a paz, a segurança e o desenvolvimento sustentável, que constituem eixos centrais da sua diplomacia. A sua localização atlântica, combinada com os laços históricos que mantém com África, Europa e as Américas, confere-lhe um posicionamento estratégico único, enquanto a diáspora cabo-verdiana se afirma como um ativo fundamental, contribuindo com remessas, capital humano e cultural indispensáveis ao desenvolvimento nacional e à resiliência do país.

Os resultados desta análise confirmam que a política externa de Cabo Verde consolidou-se como um pilar essencial do desenvolvimento nacional, permitindo ao país não apenas estabelecer parcerias importantes, mas também afirmar-se como um ator relevante no concerto das nações, desafiando assim as leituras realistas e neorrealistas que tendem a caracterizar os Pequenos Estados como entes periféricos, estruturalmente condicionados e subordinados à influência das grandes potências. A experiência cabo-verdiana demonstra que, mesmo perante constrangimentos estruturais, estes Estados dispõem de uma margem de manobra que lhes permite atuar de forma estratégica, explorando oportunidades e adotando abordagens diferenciadas para se posicionarem no sistema internacional. O presente estudo de caso evidencia que Cabo Verde, ao alinhar a sua ação diplomática com os seus desígnios desenvolvimentistas, soube explorar nichos específicos e áreas de vantagem comparativa, transformando a política externa num ativo diferenciador, numa trajetória que converge com abordagens teóricas que contestam a visão determinista do realismo e do neorrealismo e reconhecem que os Pequenos Estados não são meros agentes passivos do sistema internacional. A literatura contemporânea, nomeadamente no âmbito do construtivismo e das abordagens institucionais, sublinha a centralidade da identidade, da diplomacia estratégica e da participação multilateral como vetores essenciais para a ampliação da margem de manobra destes Estados, inserindo a experiência cabo-verdiana num debate mais amplo sobre a política externa dos Pequenos Estados e ilustrando como a sua capacidade de atuação transcende a lógica tradicional do poder material, evidenciando a importância de estratégias diplomáticas adaptativas na afirmação internacional de Estados de menor dimensão.

Contudo, Cabo Verde encontra-se num momento de inflexão histórica, marcado por um contexto global em constante transformação, onde enfrenta o desafio de conceber e implementar uma política externa ainda mais adaptativa, interdisciplinar e coerente, capaz de integrar eficazmente as prioridades nacionais e responder, com

agilidade e sensibilidade, às dinâmicas globais emergentes. Este cenário exige uma redefinição estratégica que ultrapasse a tradicional dependência da APD como principal fonte de financiamento, privilegiando uma diplomacia económica robusta e proativa, orientada para a captação de IDE e para a promoção internacional dos produtos culturais e empresariais do país. A diversificação económica, alicerçada em setores estratégicos como o turismo sustentável, a economia azul e as energias renováveis, apresenta-se como condição indispensável para fortalecer a resiliência económica de Cabo Verde e projetar o país enquanto destino atrativo para o investimento e a inovação.

Paralelamente, este novo paradigma requer um planeamento estratégico rigoroso, sustentado por uma capacitação institucional robusta, capaz de implementar e monitorizar mecanismos eficazes para garantir que a política externa do país se mantenha alinhada com as rápidas mudanças no cenário global. Apenas com essa combinação de visão estratégica e execução disciplinada será possível reforçar a capacidade de adaptação de Cabo Verde, consolidar o seu *soft power* e posicioná-lo como um modelo de desenvolvimento resiliente e de inovação sustentável entre os PEID, inspirando outras nações com características semelhantes a transformar fragilidades em oportunidades de progresso.

Desafios Atuais da Política Externa de Cabo Verde

Apesar das fragilidades intrínsecas, como a insularidade, exiguidade territorial, escassez de recursos minerais e humanos e condicionantes geoclimáticas e vulnerabilidade a choques económicos, Cabo Verde tem demonstrado uma capacidade notável de mobilizar a sua política externa. Essa mobilização tem sido fundamental para assegurar os recursos necessários ao desenvolvimento social e económico, permitindo ao país concretizar a sua transição para País de Rendimento Médio (PRM) em 2008.

Contudo, as dinâmicas internacionais transformaram-se profundamente ao longo das quase cinco décadas de independência, alterando um contexto que anteriormente facilitava o acesso à APD como País Menos Avançado (PMA). Essa transformação colocou Cabo Verde numa posição onde o acesso aos mecanismos tradicionais de APD se tornou progressivamente mais restrito, impondo uma necessidade urgente de reconfigurar as suas estratégias de financiamento do desenvolvimento. Esta mudança é particularmente evidente quando se analisam os dados históricos: em 1980, a APD

representava impressionantes 43% do PIB, evidenciando uma forte dependência de financiamento externo. Em contraste, em 2022, este peso reduziu-se drasticamente para apenas 4%, refletindo não apenas a menor disponibilidade de APD após a graduação, mas também os esforços de Cabo Verde em diversificar as suas fontes de financiamento e aumentar a resiliência económica.

Este novo cenário exige uma reorientação estratégica, tanto no seio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional (MNECIR), como no tratamento das questões prioritárias, com particular enfoque na diversificação económica e na ampliação das fontes de financiamento. Entre 1990 e 2022, os volumes de IDE líquido captado registaram um crescimento significativo, passando de valores residuais para picos superiores a 160 milhões de USD, apesar de oscilações marcantes nos últimos anos. Esta nova abordagem deverá adotar uma postura mais proativa e dinâmica, privilegiando o IDE e a formalização de acordos comerciais sustentáveis, capazes de garantir um crescimento económico sólido e duradouro.

Para além da graduação, Cabo Verde vê-se confrontado com um sistema internacional emergente e multipolar, caracterizado por uma fragmentação crescente e uma volatilidade acentuada, permeado por interesses divergentes e visões frequentemente antagónicas. Esse cenário exige uma atuação diplomática sofisticada e estrategicamente posicionada, ancorada numa perspetiva interdisciplinar que integre, de forma sinérgica, os diferentes tipos de diplomacia. Sobretudo num contexto de recursos limitados, que podem dificultar a ampliação da presença cabo-verdiana em plataformas multilaterais, torna-se crucial investir em formas de cooperação bilateral e regional de alto valor, estruturadas em prioridades nacionais bem delineadas, promovendo parcerias que facilitem a captação de conhecimento técnico e inovação. Adicionalmente, a criação de redes de colaboração com a diáspora, potenciando o capital humano e cultural que esta representa, constitui uma oportunidade singular para atrair novos investimentos e fomentar o desenvolvimento local. Esta abordagem, ao complementar a diplomacia multilateral, permitirá a Cabo Verde uma atuação mais autónoma e resiliente, assegurando-lhe um posicionamento dinâmico e estratégico num panorama global em constante transformação.

O cenário atual exige a ampliação e diversificação do espectro das missões da diplomacia cabo-verdiana, de modo a capacitá-la para enfrentar um ambiente internacional moldado por tensões geopolíticas complexas – desde as rivalidades sino-

americanas e a relação volátil entre os EUA e a Rússia, até aos conflitos persistentes no Médio Oriente e à guerra na Ucrânia. Estas dinâmicas impõem a um PE, como Cabo Verde, a necessidade de cultivar uma resiliência e adaptabilidade estratégicas que lhe permitam não só interpretar as novas configurações de poder, mas também afirmar-se com discernimento no cenário global. Adicionalmente, as instabilidades na África Ocidental e as flutuações nas alianças internacionais representam desafios adicionais, colocando a política externa cabo-verdiana numa posição de equilíbrio sensível entre coerência e pragmatismo para proteger e avançar os interesses nacionais. Além destes desafios, questões estruturais como as mudanças climáticas e a segurança alimentar reforçam a necessidade de uma diplomacia orientada para a sustentabilidade e a resiliência. A participação ativa de Cabo Verde nos fóruns internacionais sobre ação climática é crucial, assim como a consolidação de parcerias estratégicas que garantam a segurança alimentar e o acesso sustentável a recursos essenciais, reforçando a resiliência do país.

Por outro lado, hodiernamente, o MNECIR enfrenta desafios estruturais significativos que comprometem a eficácia da diplomacia cabo-verdiana, destacando-se a perda de centralidade institucional, a fraca articulação com os principais intervenientes da política externa – incluindo as missões diplomáticas, a Presidência da República e os setores governamentais e privados envolvidos na projeção externa do país – e a escassez de recursos humanos em áreas técnicas e estratégicas fundamentais. Estas incluem a diplomacia económica, cultural, científica, digital e ambiental, com especial foco nas mudanças climáticas, na economia azul e nas energias renováveis, bem como em questões específicas dos PEID, no financiamento ao desenvolvimento e na transição económica sustentável. Além disso, destacam-se as lacunas em áreas técnicas e tecnológicas, como a inteligência artificial, a segurança cibernética e as tecnologias emergentes, e em domínios de direito internacional, gestão de crises e negociações multilaterais. A superação destas fragilidades exige uma estratégia de capacitação direcionada e um planeamento institucional robusto, que permita ao MNECIR responder com eficácia aos desafios contemporâneos.

Este quadro, agravado pela ausência de uma Estratégia Nacional integrada de política externa, sublinha a premente necessidade de adotar uma política de capacitação abrangente e direcionada, que permita ao MNECIR adquirir os recursos, conhecimentos técnicos e ferramentas institucionais indispensáveis para operar de

forma coordenada e assertiva no panorama global. Uma abordagem integrada de política externa deverá, em primeiro lugar, promover a coesão entre todos os intervenientes nacionais, assegurando uma comunicação fluida e um alinhamento de objetivos que fortaleça a posição de Cabo Verde a nível internacional. Para tal, é fundamental que esta estratégia abarque a especialização em áreas prioritárias e a criação de mecanismos de coordenação, avaliação e arranjos institucionais que garantam uma ação diplomática coesa e eficaz, refletindo os interesses de longo prazo de Cabo Verde e respondendo aos desafios globais contemporâneos.

Cabo Verde encontra-se, assim, num momento determinante da sua história, onde o futuro da sua política externa dependerá substancialmente da capacidade de conceber e implementar uma estratégia simultaneamente coerente, adaptativa e proativa. Tal estratégia deverá articular, de forma orgânica, as prioridades nacionais e a capacidade de resposta às flutuações e complexidades das dinâmicas globais. Ao adotar esta abordagem, Cabo Verde poderá consolidar-se como um modelo de resiliência e sustentabilidade no seio dos PEID, evidenciando o seu papel enquanto agente construtivo e útil no cenário internacional.

Com base no trabalho realizado e nas entrevistas conduzidas junto de dirigentes, ex-dirigentes e diplomatas experientes**, sistematizam-se as principais perspetivas e recomendações destinadas a reforçar a política externa de Cabo Verde face aos desafios previamente identificados:**

1. **Reforço da Capacidade Institucional do MNECIR:** Para que a política externa de Cabo Verde continue a responder eficazmente aos complexos desafios do contexto atual, torna-se imperativo que o MNECIR reassuma a sua centralidade enquanto pilar estratégico da diplomacia nacional. Este fortalecimento institucional requer a implementação de canais de articulação robustos e eficientes, como comités interministeriais de coordenação, plataformas digitais para partilha de informação estratégica e mecanismos regulares de consulta entre o governo central, a Presidência da República, setores estratégicos e missões diplomáticas. Estes canais devem assegurar uma coordenação integrada e transversal, promovendo a coerência e a convergência das ações externas do Estado. A restituição do protagonismo do MNECIR passa também por uma gestão criteriosa dos recursos humanos, com um recrutamento que

conjugue quantidade e qualidade, promovendo a especialização dos diplomatas em áreas de elevada especificidade como as elencadas acima. A formação contínua, adaptada às exigências dos diferentes palcos internacionais, deverá constituir um eixo fundamental na preparação do corpo diplomático cabo-verdiano.

2. **Desenvolvimento de uma Agenda Diplomática Estratégica**: Para que a política externa de Cabo Verde permaneça um ativo estratégico na conjuntura global atual, promovendo parcerias essenciais, atraindo investimentos e respondendo assertivamente aos desafios globais, é indispensável a adoção de um plano estratégico e de uma agenda diplomática coerente. Esta agenda deverá alinhar-se aos principais objetivos de desenvolvimento nacional, incluindo a promoção de setores como o turismo sustentável, as energias renováveis e a economia azul. Deve ainda garantir que as missões diplomáticas disponham de orientações claras e recursos adequados para cumprir eficazmente as suas funções. A diversificação de parcerias deverá privilegiar, por exemplo, o fortalecimento da cooperação com a União Europeia no âmbito do Acordo de Parceria Económica e da transição energética, a dinamização das relações com países africanos na área da segurança marítima, e a atração de investimentos estratégicos de potências emergentes como a China e o Brasil. Adicionalmente, a diplomacia económica deve priorizar a captação de investimentos estrangeiros em setores estruturantes, como a digitalização e a logística portuária. Na segurança cooperativa, poderá reforçar iniciativas conjuntas no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e ampliar parcerias bilaterais para o combate ao tráfico transatlântico. O alinhamento estratégico entre o setor público e privado será determinante para maximizar o impacto da presença de Cabo Verde no cenário internacional, estimulando a criação de sinergias em áreas-chave, como a promoção do país enquanto destino de negócios e inovação tecnológica.

3. **Aproveitamento das Novas Oportunidades de Financiamento e Cooperação**: Considerando a transição de Cabo Verde para a categoria de PRM e as consequentes restrições no acesso a APD, torna-se essencial reforçar e explorar com mais acuidade a sua ligação aos PEID, grupo que melhor

representa os seus interesses e desafios específicos. Neste contexto, a sua política externa deverá privilegiar o aproveitamento de mecanismos inovadores de financiamento, especialmente dirigidos ao combate às mudanças climáticas e à promoção da sustentabilidade. A implementação de esquemas de partilha de custos para a conservação dos oceanos e a integração de critérios de sustentabilidade em pacotes de financiamento constituem estratégias determinantes que, não só asseguram uma gestão financeira responsável, como fomentam um crescimento resiliente, permitindo que o país amplie o seu potencial de desenvolvimento sustentável, inserindo-se num quadro de cooperação que potencia e explorar interesses comuns com outros PEID.

4. **Fortalecimento da Integração Regional**: para que a integração regional alcance os resultados preconizados no PEDS II, é imperativo que Cabo Verde adote uma visão estratégica clara e ambiciosa sobre a maximização da sua presença em organizações como a CEDEAO e o fortalecimento dos laços com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), explorando e expandindo as suas competências em mediação de conflitos e cooperação para a estabilidade na África Ocidental. Esta integração não só representa uma plataforma para a cooperação política e económica, mas também permite a projeção do *soft power* cabo-verdiano no continente africano, consolidando o país como um parceiro confiável e útil na promoção da paz e da segurança regionais. Um alinhamento bem definido de prioridades e metas possibilitará a Cabo Verde não apenas fortalecer a eficácia da sua ação externa, mas também afirmar-se como um ator fundamental na construção de um espaço regional mais coeso e resiliente face aos desafios comuns.

5. **Exploração do *Soft Power* na Liderança dos PEID:** Cabo Verde pode intensificar a sua liderança nas questões dos PEID, especialmente no contexto africano e nas negociações internacionais. A sua participação ativa em fóruns globais como a Assembleia Geral das Nações Unidas, a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) e as Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP), com uma defesa assertiva do financiamento diferenciado e uma promoção incisiva das especificidades dos PEID, fortalece a sua posição enquanto defensor firme

destas causas. Exemplos práticos incluem a liderança nas negociações para a implementação do Índice de Vulnerabilidade Multidimensional (MVI), uma participação destacada na Década das Nações Unidas para os Oceanos – onde Cabo Verde já atua como patrono –, e a promoção de iniciativas para o financiamento climático inovador, como a troca de dívida por investimentos em resiliência climática. Esta estratégia amplifica o *soft power* cabo-verdiano, projetando o país como interlocutor de relevância em áreas como sustentabilidade, transição energética e proteção dos oceanos, ao mesmo tempo que solidifica a sua imagem enquanto aliado estratégico na promoção dos interesses comuns dos PEID. Além disso, reforça a perceção de Cabo Verde como modelo de boas práticas e líder natural na construção de soluções globais para desafios que afetam desproporcionalmente os estados insulares.

6. **Mobilizar a Diáspora como Parceira de Desenvolvimento**: A diáspora cabo-verdiana representa um recurso inestimável, cujo potencial deve ser plenamente integrado nas estratégias de desenvolvimento. Melhorar os canais de comunicação e implementar legislações mais inclusiva são medidas essenciais para fomentar o investimento e o empreendedorismo. Incentivos específicos para a diáspora em setores-chave como a economia digital e verde facilitarão a mobilização de capital e *know-how,* contribuindo para o crescimento sustentável do país.

7. **Investir na Diplomacia Económica, Pública, Cultural e Securitária**: A diplomacia económica deve ser meticulosamente estruturada para promover o desenvolvimento sustentável, com foco em setores estratégicos como a economia azul, as energias renováveis e o turismo. A integração do setor privado em delegações oficiais e o desenvolvimento de estratégias orientadas para a promoção económica são cruciais para transformar a diplomacia económica num pilar central do desenvolvimento cabo-verdiano. A diplomacia securitária, fundamental para a estabilidade regional e proteção dos interesses nacionais, deve ser reforçada com uma colaboração estreita entre as instâncias governamentais e organizações regionais e outros parceiros do Norte. Simultaneamente, a diplomacia pública e cultural deverá ser ampliada para

projetar Cabo Verde como um parceiro de confiança, comprometido com o desenvolvimento sustentável.

8. **Reestruturação das Missões Diplomáticas:** para que Cabo Verde responda com eficácia às exigências atuais, torna-se premente uma reestruturação abrangente das redes e missões diplomáticas e consulares, de modo a alinhá-las integralmente com os objetivos estratégicos do Estado e a capacitá-las para responder, com agilidade e precisão, às prioridades nacionais. Esta reconfiguração deverá basear-se numa avaliação criteriosa das funções e capacidades de cada posto diplomático, assegurando que cada missão não só represente de forma plena os interesses cabo-verdianos, mas que também se transforme numa plataforma ativa para o fortalecimento de parcerias estratégicas e para a captação de recursos financeiros, técnicos e humanos indispensáveis ao desenvolvimento do país. Ao modernizar e adaptar as missões diplomáticas para que estejam plenamente adequadas às necessidades estratégicas, Cabo Verde não apenas potencia a sua presença e influência internacionais, como também assegura que estas estruturas se afirmem como instrumentos vitais de promoção económica e cultural, atração de investimento direto estrangeiro, apoio à diáspora e defesa dos seus interesses em múltiplos contextos, consolidando, assim, o país enquanto ator competente e resiliente no sistema global.
9. **Monitorização e Avaliação**: finalmente, a criação de um sistema de monitorização e avaliação periódica dos objetivos da política externa é essencial para garantir que as estratégias se mantêm alinhadas com os interesses nacionais. Este sistema deverá permitir a flexibilidade necessária para ajustes contínuos, mantendo a diplomacia cabo-verdiana em consonância com as dinâmicas globais.

Limitações e Desafios Metodológicos da Investigação

Esta investigação deparou-se com algumas dificuldades, nomeadamente desafios metodológicos e limitações no acesso a fontes documentais. A escassez de estudos académicos e de literatura específica sobre política externa, particularmente no contexto africano e cabo-verdiano, restringiu a base teórica e exigiu uma criteriosa

adaptação de quadros conceptuais concebidos para outros cenários. Acresce que a disponibilidade limitada de fontes primárias e de dados abrangentes desde o período da independência até à atualidade impôs uma barreira substancial. A inexistência de documentos específicos do MNECIR em alguns temas forçou uma dependência considerável de fontes secundárias, que nem sempre captam plenamente as particularidades inerentes à política externa de um PEID como Cabo Verde.

Contudo, a combinação de múltiplos métodos de recolha de dados, incluindo entrevistas a políticos e diplomatas que vivenciaram momentos históricos determinantes, permitiu colmatar parte dessas lacunas, fornecendo elementos robustos de análise. Adicionalmente, a própria experiência da autora como diplomata revelou-se uma mais-valia significativa, na medida em que possibilitou uma abordagem de observação participante, conferindo maior profundidade à compreensão dos processos decisórios e das dinâmicas da política externa cabo-verdiana.

Algumas Pistas para Investigações Futuras

Este estudo levanta diversas questões e aponta para direções promissoras de investigação, que merecem ser exploradas para uma compreensão mais aprofundada dos desafios e particularidades da política externa cabo-verdiana e dos PEID, com destaque para os PEID africanos. No caso específico de Cabo Verde, sobressaem temas que exigem maior aprofundamento, tais como a nova centralidade atribuída à diáspora, conforme delineado no PEDS II, e o potencial impacto de uma integração regional mais estratégica. Importa igualmente investigar que tipo de arranjos institucionais no MNECIR poderiam melhor servir os interesses do país, especialmente numa fase de desenvolvimento que requer uma diplomacia ajustada ao contexto e à complexa conjuntura atual.

Ainda dentro do universo dos PEID africanos, torna-se essencial a realização de estudos comparativos com PE de outras regiões, particularmente europeus, com o propósito de contribuir para a formulação de teorias mais robustas e adequadas à realidade dos PEID. Paralelamente, é igualmente pertinente investigar as estratégias que permitam aos PEID navegar de forma mais eficaz num cenário internacional multipolar. Estes temas configuram um campo fértil e ambicioso para a investigação científica, podendo ser explorados em programas de doutoramento ou constituir objeto de investigações autónomas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abo, S. (2017). The theoretical dimensions of analyzing foreign politics of small states. *Journal of Economic and Political Science, 8*(2), 77-112.

Acemoglu, D. (2003). The form of property rights: Oligarchic vs. democratic. *National Bureau of Economic Research (NBER)*. Cambridge, MA, Working paper No. 10037.

Acemoglu, D., & Robinson, J. (2012). *Why nations fail the origins of power, prosperity, and poverty.* New York: Crown.

Acemoglu, D., Simon, J., & Robinson, J. (2005). Chapter 6 - Institutions as a fundamental cause of long-run growth. *Handbook of Economic Growth, 1*, 385-472. Disponível em https://doi.org/10.1016/S1574-0684(05)01006-3

——— (2001). The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. *American Economic Review, 91*(5), 1369-1401. Disponível em https://doi.org/10.1257/aer.91.5.1369

Adda, J. (1996). *La mondialization de l'économie.* Paris: Éd. La Découverte.

Adelman, L. (1975). Development economics: A reassessment of goals. *American Economic Review, 65*.

Adeoti, T., Morgan, G., Thacker, S., Ceppi, P., Bhikhoo, N., Kumar, S., Crosskey, S., & O'Regan, N. (2020). *Infrastructure for small island developing states.* UNOPS, Copenhagen, Denmark.

Adesina, O. (2016). Foreign policy in an era of digital diplomacy. *African Journal for the Psychological Studies of Social Issues, 19*(3), 169-189.

Aitken, B., & Harrison, A. (1999). Do domestic firms benefit from direct foreign investment? Evidence from Venezuela. *American Economic Review, 89*, 605-618.

Al-Ani, M. (2013). The foreign policy of small states: The foreign policy of the Kingdom of Bahrain as a case study from 2003 to 2009. *Master's thesis*. Cairo: Institute of Arab Research and Studies.

Alden, C., & Aran, A. (2017). *Foreign policy analysis: New approaches.* New York: Routledge.

Alesina, A., & Spolaore, E. (2003). *The size of nations.* Cambridge, MA: MIT Press.

——— (1997). On the number and size of nations. *Quarterly Journal of Economics, November*, 1027-1056.

Almeida, L., & Freire, T. (2003). *Metodologia da investigação em psicologia e educação.* Braga: Psiquilibrios.

Alonso, J., Cortez, A., & Klasen, S. (2014). LDC and other country groupings: How useful are current approaches to classify countries in a more heterogeneous developing world? *CDP Background Paper No. 21 ST/ESA/2014/CDP/21.* UN Department of Economic & Social Affairs. Disponível em https://www.un.org/development/desa/dpad/wpcontent/uploads/sites/45/publication/bp2014_21.pdf

Alvarez, M. (2020). The rise of paradiplomacy in international relations. *E-International Relations.* Disponível em https://www.e-ir.info/2020/03/17/the-rise-of-paradiplomacy-in-international-relations

Amado, A. (2022). The United States and Cabo Verde: From humanitarian assistance to security partnership. In J. Resende-Santos & A. Pilgrim (Eds.), *Economic growth and democracy in post-colonial Africa: Cabo Verde, small states, and the world economy.* Lanham: Lexington Books.

——— (2014). Dôs pezôd ou o liliputiano e o colosso? As relações internacionais entre Cabo Verde e os EUA. In J. Delgado, O. Varela, & S. Costa (Orgs.), *As relações externas de Cabo Verde: (Re)leituras contemporâneas.* Praia: Edições ISCJS.

Amante da Rosa, M. (2007). Geoestratégia de Cabo Verde no Atlântico Médio. *Revista Direito e Cidadania, 25/26*, 163-187.

Amaro, R. (2020). Desenvolvimento ou pós-desenvolvimento? Des-envolvimento e... Noflay! *Cadernos de Estudos Africanos*, 34. Disponível em http://journals.openedition.org/cea/2335

——— (2003). Desenvolvimento: Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4.

Anckar, D. (2020). Small states: politics and policies. In G. Baldacchino & A. Wivel (Eds.), *Handbook on the politics of small states* (pp. 38-54). Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing.

Andrade, C. (2016). A política externa de Cabo Verde e a sua diáspora. *Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Especialização em Estudos Políticos de Área.* Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Andreoni, A. (2022). Compressed development and the political economy of developmentalism. *Development and Change, 53*(5), 1103-1120.

Anjos, J. (2003). Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde. *Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25*(3).

Apostolopoulos, Y., & Gayle, J. (2002). *Island tourism and sustainable development: Caribbean, Pacific and Mediterranean experiences.* Praeger Publisher, USA.

Armstrong, H., & Read, R. (2006). Geographical handicaps and small states: Some implications for the Pacific from a global perspective. *Asia Pacific Viewpoint, 47*, 79-92.

——— (2004a). Insularity, remoteness, mountains and archipelagos: A combination of challenges facing small states? Paper presented at Europe at the Margins: EU Regional Policy, Peripherality and Rurality. Regional Studies Association Conference. Sheffield: Department of Geography, The University of Sheffield and Lancaster: Department of Economics, The Management School, Lancaster University.

——— (2004b). The economic performance of small states and islands: The importance of geography. Paper presented at Island of the World VIII International Conference "Changing Islands—Changing Worlds." Taiwan: Kinmen Island (Quemoy).

——— (2003). The determinants of economic growth in small states. *The Round Table: The Commonwealth Journal of International Affairs, 92*, 99-124.

——— (2002). The phantom of liberty? Economic growth and the vulnerability of small states. *Journal of International Development, 14*(4), 435-458.

——— (2000). Comparing economic development and the economic performance of dependent territories and sovereign microstates. *Economic Development and Cultural Change, 48*(2), 285-306.

——— (1998). Trade and growth in small states: The impact of global trade liberalisation. *The World Economy, 21*(4), 563-585.

——— (1995). Western European micro-states and EU autonomous regions: The advantages of size and sovereignty. *World Development, 23*(7), 1229-1245.

Armstrong, H., De Kervenoael, R. J., Li, X., & Read, R. (1998). A comparison of the economic performance of different micro-states and between micro-states and larger countries. *World Development, 26*(4), 639-656.

Armstrong, H., Johnes, G., Johnes, J., & MacBean, A. (1993). The role of transport costs as a determinant of price level differentials between the Isle of Man and the United Kingdom,1989. *World Development, 21*(2), 311–318.

Ashe, J., Lieropb, R., & Ashe, A. (1999). The role of the Alliance of Small Island States (AOSIS) in the negotiation of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). *Natural Resources Forum, 23*(3), 209–220.

Ashoff, G. (1989). Economic and industrial development options for small third world countries. *Occasional paper No. 91*. Berlin: German Development Institute.

Baehr, P. (1975). Review: Small states: A tool for analysis. *World Politics, 27*, 456-466.

Baker, B. (2009). Cape Verde: Marketing good governance. *Africa Spectrum, 44*, 135-147. Disponível em https://doi.org/10.1177/000203970904400208

Baldacchino, G. (2020). Small states: Challenges of political economy. In G. Baldacchino & A. Wivel (Eds.), *Handbook on the politics of small states*. Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing.

——— (2018). Seizing history: Development and non-climate change in Small Island Developing States. *International Journal of Climate Change Strategies and Management, 10*(2), 217–28.

——— (2009). Thucydides or Kissinger? A critical review of smaller state diplomacy. In A. F. Cooper & T. M. Shaw (Eds.), *The diplomacies of small states* (pp. 21–40). New York: Palgrave Macmillan.

Baldacchino, G. (2006). Small islands versus big cities: Lessons in the political economy of regional development from the world's small islands. *Journal of Technology Transfer, 31*(1), 91-100.

——— (2005). The contribution of 'social capital' to economic growth: Lessons from island jurisdictions. *The Round Table, 94*(1), 31–46.

Baldacchino, G., & Wivel, A. (2020). Small states: Concepts and theories. In G. Baldacchino & A. Wivel (Eds.), *Handbook on the politics of small states* (pp. 2-19). Edward Elgar Publishing. Disponível em https://doi.org/10.4337/9781788112932.00007

Baldacci, E., Clements, B., Gupta, S., & Cui, Q. (2004). *Social spending, human capital, and growth in developing countries: Implications for achieving the MDGs.* Washington: International Monetary Fund, Fiscal Affairs Dept.

Baldwin, D. (1985). *Economic statecraft.* Princeton, NJ: Princeton University Press.

Baldwin, R., & Martin, P. (1999). Two waves of globalization: Superficial similarities, fundamental differences. *NBER Working Paper no. 6904, NBER Program(s): IT.*

Bambrick, H. (2018). Resource extractivism, health and climate change in small islands. *International Journal of Climate Change Strategies and Management, 10*(2), 272–88.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo.* São Paulo: Edições 70.

Barros, D. (2016). As estratégias do estatuto especial junto à União Europeia nos marcos da política externa de Cabo Verde de 2007 a 2015. *Conjuntura Austral, 7*, 28. https://doi.org/10.22456/2178-8839.62784

Baudrillard, J. (1994). De la marchandise absolue. In A. Melo (Org.), *Arte e dinheiro.* Lisboa: Assírio e Alvim.

Baum, T. (1997). The fascination of islands: A tourist perspective. In D.G. Lockhart and D. Drakakis-Smith (Eds.), *Island tourism: Trends and prospects* (pp. 21–35). London: Pinter.

Bayne, N., & Woolcock, N. (Eds.). (2017). *The new economic diplomacy: Decision-making and negotiation in international economic relations* (4th ed.). London and New York: Routledge.

Behlert, B., Diekjobst, R., Felgentreff, C., Manandhar, T., Mucke, P., Pries, L., & Weller, D. (2020). *World risk report 2020.* Berlin: Bündnis Entwicklung Hilft. Disponível em https://weltrisikobericht.de/English

Belotto, M. J. (2018). Data analysis methods for qualitative research: Managing the challenges of coding, interrater reliability, and thematic analysis. *The Qualitative Report, 23*(11), 2622-2633. Disponível em https://nsuworks.nova.edu/tqr/vol23/iss11/2

Benedict, B. (1967). *Problems of smaller territories.* London: University of London.

Benjamin, L. (2011). The role of the Alliance of Small Island States (AOSIS). In E. Couzens & T. Honkonen (Eds.), *UNFCCC negotiations: International environmental law-making and diplomacy review 2010* (pp. 117–133). Disponível em https://doi.org/10.1111/j.1477-8947.1999.tb00910.x

Berridge, G. (2015). Economic and commercial diplomacy. In *Diplomacy*. Palgrave Macmillan, London. Disponível em https://doi.org/10.1057/9781137445520_15

Bertram, G. (2006). Introduction: The MIRAB Model in the twenty-first century. *Asia Pacific Viewpoint, 47*, 1-13.

——— (1999). The MIRAB Model twelve years on. *The Contemporary Pacific, 11*, 105–138.

Bertram, G., & Watters, R. (1985). The MIRAB economy in South Pacific microstates. *Pacific Viewpoint, 26*(3), 497-519.

Bergeijk, P. van (2009). *Economic diplomacy and the geography of international trade.* Cheltenham: Edward Elgar.

Bergeijk, P., & Moons, Selwyn (2009). Economic diplomacy and economic security. In C. Costa (Ed.), *New frontiers for economic diplomacy*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Bernardino, L., & Leal, J. (2011). *A arquitetura de segurança e defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996-2011).* Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

Betzold, C., & Weiler, F. (2017). Allocation of aid for adaptation to climate change: Do vulnerable countries receive more support? *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics, 17*, 17–36. Disponível em http://dx.doi.org/10.1007/s10784-016-9343-8

Betzold, C. (2015). Adapting to climate change in small island developing states. *Climatic Change, 133*(3), 481–489. https://doi.org/10.1007/s10584-015-1408-0

Betzold, C., Castro, P., & Weiler, F. (2012). AOSIS in the UNFCCC negotiations: From unity to fragmentation? *Climate Policy, 12*(5), 591–613. Disponível em https://doi.org/10.1080/14693062.2012.692205

Bigliardi, B., Ferraro, G., Filippelli, S., & Galati, F. (2021). The past, present and future of open innovation. *European Journal of Innovation Management, 24*, 1130–1161.

Billet, B. (1993). *Modernization theory and economic development: Discontent in the developing world.* Westport, CT: Praeger.

Blanchard, J.-M., & Ripsman, N. (2008). A political theory of economic statecraft. *Foreign Policy Analysis, 4*(4), 374-398.

Bogdan, R., & Biklen, S. (2010). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos.* Porto: Porto Editora.

——— (1994). *Investigação qualitativa em educação.* Porto: Porto Editora.

Bojang, A. (2018). The study of foreign policy in international relations. *Journal of Political Sciences & Public Affairs.* Disponível em https://doi.org/10.4172/2332-0761.1000337

Boza-Chirino, J., González-Hernández, M., & De León-Ledesma, J. (2019). La gestión de la ayuda y las políticas públicas para el desarrollo: Estudio del caso de Cabo Verde. *Iberoamerican Journal of Development Studies, 8*(2), 6-27. Disponível em https://doi.org/10.26754/ojs_ried/ijds.355

Bräutigam, D., & Woolcock, M. (2001). *Small states in a global economy: The role of institutions in managing vulnerability and opportunity in small developing countries.* WIDER Discussion Paper No. 2001/37.

Braveboy-Wagner, J. (2010). Opportunities and limitations of the exercise of foreign policy power by a very small state: The case of Trinidad and Tobago. *Cambridge Review of International Affairs, 23*(3), 407–427.

Brighi, E., & Hill, C. (2012). Implementation and behaviour. In S. Smith, T. Dunne, & A. Hadfield (Eds.), *Foreign policy: Theories, actors, cases* (2nd ed.). Oxford: Oxford University Press.

Briguglio, L., Cordina, G., & Kisanga, E. (2006). *Building the economic resilience of small states.* Malta: Formatek Publishing for the Islands and Small States Institute of the University of Malta and the Commonwealth Secretariat, London.

Briguglio, L. (2018). *Handbook of small states: Economic, social and environmental issues.* USA: Routledge.

——— (2003). The vulnerability index and small island developing states: A review of conceptual and methodological issues. Paper prepared for the AIMS Regional Preparatory Meeting on the Ten Year Review of the Barbados Programme of Action: Praia, 1-5 September 2003.

——— (1997). Alternative economic vulnerability indices for developing countries. Report prepared for the Expert Group on the Vulnerability Index. New York: UNDESA.

——— (1995). Small island developing states and their economic vulnerabilities. *World Development, 23*(9), 1615-1632.

Briguglio, L., Cordina, G., Farrugia, N., & Vella, S. (2009). Economic vulnerability and resilience: Concepts and measurements. *Oxford Development Studies, 37*(3), 229-247. Disponível em http://dx.doi.org/10.1080/13600810903089893

Briguglio, L., & Galea, W. (2002). Updating and augmenting the economic vulnerability index. Occasional Paper by the Islands and Small States Institute of the University of Malta.

Briguglio, L., Cordina, G., & Kisanga, E. (2006). *Building the economic resilience of small states.* Malta: Islands and Small States Institute of the University of Malta and London: Commonwealth Secretariat.

Briguglio, L., Persaud, B., & Stern, R. (2005). *Towards an outward-oriented development strategy for small states: Issues, opportunities and resilience-building.* Washington: The World Bank.

Brito, J. (2014). Diagnóstico do crescimento da economia cabo-verdiana [Growth diagnostic of Cape Verdean economy]. MPRA Paper 63407, University Library of Munich, Germany.

Brooks, G. (2010). *Western Africa and Cabo Verde, 1790s–1830s: Symbiosis of slave and legitimate trades.* Bloomington: Author House.

——— (1970). *Yankee traders, old coasters & African middlemen; A history of American legitimate trade with West Africa in the nineteenth century.* Brookline: Boston University Press.

Browning, C. (2008). *Constructivism, narrative and foreign policy analysis: A case study of Finland.* Bern: Peter Lang.

——— (2006). Small, smart and salient? Rethinking identity in the small states literature. *Cambridge Review of International Affairs, 19*(4), 669–684.

——— (2002). Coming home or moving home?: 'Westernizing' narratives in Finnish foreign policy and the reinterpretation of past identities. *Cooperation and Conflict, 37*(1).

Brito, J. (2013). Growth diagnostic of Cape Verdean economy. https://doi.org/10.13140/2.1.4909.6964. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/265727066_Growth_Diagnostic_of_Cape_Verdean_Economy

Brito, J. (2015). Relação Cabo Verde/África: Falta vontade política e falta compreender a realidade do continente. Disponível em http://www.expressodasilhas.sapo.cv/exclusivo/item/44760-relacao-cabo-verde-africa-falta-vontade-politica-e-falta-compreender-a-realidade-do-continente

Burt, R., Robison, O., & Fulton, B. (1998). *Reinventing diplomacy in the information age: A report of the CSIS Advisory Panel on Diplomacy in the Information Age.* Washington, DC: CSIS.

Butler, R. (1993). Tourism development in small islands: Past influences and future directions. In D. Lockhart, D. Drakakis-Smith, & J. Schembri (Eds.), *The development process in small island states* (pp. 71–91). London: Routledge.

Camilleri, V. (2007). How small states influence diplomatic practice: A look at the fourth round of accession negotiations to the European Union. Disponível em http://www.diplomacy.edu/poolbin.asp?IDPool=357

Campbell, J., Quincy, C., Osserman, J., & Pedersen, O. (2013). Coding in-depth semistructured interviews: Problems of unitization and intercoder reliability and agreement. *Sociological Methods & Research, 42*(3), 294-320. https://doi.org/10.1177/0049124113500475

Cardoso, G. (2001). Questões de poder, autoridade e legitimidade em Cabo Verde: Análise histórica e antropológica. Dissertação de Mestrado. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Cardoso, K. (2014). Das baleeiras ao Millennium Challenge Account: Os desafios das relações entre Cabo Verde e os Estados Unidos da América. In J. Delgado, O. Varela, & S. Costa (Orgs.), *As relações externas de Cabo Verde: (Re)leituras contemporâneas* (pp. 507-528). Praia: Edições ISCJS.

Cardoso, R. (1986). *Cabo Verde, opção para uma política de paz.* Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro.

Cardoso, S. (2022). *Manual de metodologia da pesquisa.* Sobral-CE: FLF. Disponível em https://flucianofeijao.com.br/flf/wp-content/uploads/2022/03/2022_manual-de-metodologia-da-pesquisa_engenharia.pdf

Carlsnaes, W. (2002). Foreign policy. In W. Carlsnaes, T. Risse, & B. Simmons (Eds.), *Handbook of International Relations*. SAGE Publications.

Carreira, A. (1977). *Migrações nas ilhas de Cabo Verde.* Portugal: Universidade Nova de Lisboa, Ciências Humanas e Sociais, Série Investigação.

Castello, S., & Ozawa, T. (1999). *Globalization of small economies as a strategic behavior in international business.* New York: Garland Publishing Inc.

Chang, H-J. (2006). Understanding the relationship between institutions and economic development. Disponível em http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/discussion-papers/2006/en_GB/dp2006-05/

——— (2002a). Lessons for the present. In H.-J. Chang (Ed.), *Kicking away the ladder: Development strategy in historical perspective.* London: Anthem Press.

——— (2002b). Rompendo o modelo: Uma economia política institucionalista alternativa à teoria neoliberal do mercado e do estado. In G. Arbix, M. Zilbovicius, R. Abramovay, & A. Comin (Eds.), *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que chegaram depois.* São Paulo: Editora Unesp.

——— (2002c). *Kicking away the ladder: Development strategy in historical perspective.* Londres: Anthem Press.

Chang, H-J., & Grabel, I. (2004). Myths and realities about development. In H-J. Chang & I. Grabel, *Reclaiming development: An alternative economic policy manual.* London: Zed Books.

Charles, D., Jacovides, A., & Mata'afa, F. (1997). *A future for small states: Overcoming vulnerability.* Report by a Commonwealth Advisory Group. London: Commonwealth Secretariat.

Chen, W., & Inklaar, R. (2016). Productivity spillovers of organization capital. *Journal of Productivity Analysis, 45*, 229–245.

Chohan, U. (2021). *Economic diplomacy: A review.* Islamabad: CASS Working Papers on Economics & National Affairs. Disponível em https://casstt.com/theme/posts/295/Usman_Chohan-WP-Eco-Dip-3_Feb_2021-ED-SSA-FINAL1.pdf

Chong, A. (2010). Small state soft power strategies: Virtual enlargement in the cases of the Vatican City State and Singapore. *Cambridge Review of International Affairs, 23*, 383–405.

——— The foreign policy potential of small state soft power information strategies. Working paper: National University of Singapore.

Chong, A., & Maass, M. (2010). Introduction: The foreign policy power of small states. *Cambridge Review of International Affairs, 23*(3), 381-382.

Clark, I. (2014). Globalization and the post-cold war order. In J. Baylis, S. Smith, & P. Owens (Eds.), *The globalization of world politics: An introduction to international relations* (6th ed.). Oxford: Oxford University Press.

Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2018). *Research methods in education* (8th ed.). New York: Routledge.

Collier, P., Guillaumont, P., Guillaumont, S., & Gunning, J. (1999). Reforming Stabex. *The World Economy, 22*(5), 669-682.

Collin, R. (1985). *Theodore Roosevelt, culture, diplomacy, and expansion: A new view of American imperialism.* Baton Rouge: Louisiana State University Press.

Conceição, O. (2002). A relação entre processo de crescimento económico, mudança e instituições na abordagem institucionalista. Disponível em http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_2_conceicao.pdf

Connell, J. (2007). Islands, idylls and the detours of development. *Singapore Journal of Tropical Geography, 28*(2), 116–135.

Constantinou, C. (2010). Sustaining global hope: Sovereignty, power and the transformation of diplomacy. In C. Costas & J. Der Derian (Eds.), *Sustainable diplomacies.* Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Constantinou, C., Kerr, P., & Sharp, P. (Eds.). (2016). *The SAGE handbook of diplomacy.* Disponível em https://doi.org/10.4135/9781473957930

Conversi, D. (2004). *Americanization and the planetary spread of ethnic conflict: The globalization trap.* London: Department of Government, London School of Economics.

Cook, N., & Husted, T. (2017). *Cabo Verde: Background and U.S. relations.* Washington: Congressional Research Service. Disponível em https://sgp.fas.org/crs/row/R44756.pdf

Cooper, C., & Scobell, A. (2014). Carrier dreams or coherent naval strategy? China's aircraft carrier program and what it means for Taiwan. In M. Chu & S. Kastner (Eds.), *Globalization and security relations across the Taiwan Strait: In the shadow of China* (pp. 80–92). London: Routledge.

Cooper, A., & Shaw, T. (Eds.). (2009). *The diplomacies of small states: Between vulnerability and resilience.* Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Cornago, N. (2013). Diplomacy and paradiplomacy in the redefinition of international security: Dimensions of conflict and cooperation. In F. Aldecoa (Ed.), *Paradiplomacy in action: The foreign relations of subnational governments*. Londres-Nueva York: Routledge.

——— (2008). Diplomacy. In L. Kurtz (Ed.), *Encyclopedia of violence, peace, & conflict* (Vol. 1, pp. 574–580). Oxford: Elsevier. Disponível em https://doi.org/10.1016/B978-012373985-8.00050-7

Corneloup, I., & Mol, A. (2013). Small island developing states and international climate change negotiations: The power of moral "leadership". *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics, 14*, 281–297. https://doi.org/10.1007/s10784-013-9227-0

Correia, A., Cunha, V., Heitor, F., Maria, J., & Saramago, L. (2020). Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde: Caraterização, evolução e desafios após 20 anos. Disponível em https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/re202004_pt_3.pdf

Costa, S., & Pinto, J. (2014). A política externa cabo-verdiana num mundo multipolar: Entre a ambivalência prática e a retórica discursiva? In J. Delgado, O. Varela, & S. Costa (Eds.), *As relações externas de Cabo Verde: (Re)leituras contemporâneas* (pp. 159–223). Praia: ISCJS.

Costa, S. (2011). A política externa na encruzilhada atlântica. In S. Frias & I. Évora (Orgs.), *In progress - Seminário sobre ciências sociais e desenvolvimento em África* (pp. 221–257). Lisboa: ISEG-UTL, CEsA.

——— Cabo Verde e a União Europeia: Diálogos culturais, estratégias e retóricas de integração (Dissertação de Mestrado). Lisboa: FCSH-UNL.

Coutinho, K. (2015). Análise da política externa de Cabo Verde (1975 a 1990): A configuração e atuação da política externa de Cabo Verde durante a Guerra Fria (Monografia de Bacharelado). Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais.

Craig, G. (1983). The historian and the study of international relations. *American Historical Review, 88*.

Cresswell, J. (2011). Controversies in mixed methods research. In Denzin, N., & Lincoln, Y. (Eds.), *The SAGE handbook of qualitative research* (pp. 269–283). London: SAGE.

——— (2003). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches.* London: Sage.

Croes, R. (2006). A paradigm shift to a new strategy for small island economies: Embracing demand-side economics for value enhancement and long-term economic stability. *Tourism Management, 27*(3), 453–465.

Cropley, A. (2022). *Qualitative research methods: A practice-oriented introduction* (updated, revised, and enlarged edition). Bucharest: Editura Intaglio. Disponível em https://doi.org/10.13140/RG.2.1.3095.6888/1

Curto, H., Moita, L., Brito, B., Quintas, C., & Galito, M. (2014). Cidades e regiões: A paradiplomacia em Portugal. *JANUS.NET e-journal of International Relations, 5*(2). Disponível em http://hdl.handle.net/11144/793

Davies, M. (2007). *Doing a successful research project: Using qualitative or quantitative methods.* Basingstoke, UK: Palgrave Macmillian.

Davis, W. (1996). The alliance of small island states (AOSIS): The international conscience. *The Asia-Pacific Magazine*, May 1996.

De Águeda C., & Mol, A. (2014). Small island developing states and international climate change negotiations: The power of moral “leadership”. *International Environmental Agreements, 14*, 281–297. https://doi.org/10.1007/s10784-013-9227-0

De Beule, F., & van Beveren, I. (2019). Sources of open innovation in foreign subsidiaries: An enriched typology. *International Business Review, 28*, 135–147.

De Magalhães, J. (1988). *The pure concept of diplomacy.* Westport, CT: Greenwood Press.

De Mesquita, B., & Lalman, D. (1992). *War and reason: Domestic and international imperatives.* New Haven, CT: Yale University Press.

De Muro, P., Mazziotta, M., & Pareto, A. (2009). A composite index for multidimensional development and poverty: An application to MDG indicators. *Wye City Group Conference*. Rome: FAO.

Deidda, M. (2016). Insularity and economic development: A survey. *International Review of Economics, 63*, 107–128. https://doi.org/10.1007/s12232-015-0238-8

Delgado, A. (2009). *Políticas de saúde em Cabo Verde na década de 1980–1990: Experiência de construção de um sistema nacional de saúde.* Coleção Sociedade Vol. 2. Praia: Edições Uni-CV.

Denzin, N., & Lincoln, Y. (1994). Introduction: Entering the field of qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research.* Thousand Oaks: Sage Publications.

Dinnie, K. (2016). *Nation branding: Concepts, issues, practice* (2nd ed.). Abingdon, UK: Routledge.

Dinnie, K., & Sevin, E. (2020). The changing nature of nation branding: Implications for public diplomacy. In N. Snow & N. J. Cull (Eds.), *Routledge handbook of public diplomacy* (2ª ed.). Abingdon, UK: Routledge.

Docquier, F., & Hillel, R. (2012). Globalization, brain drain, and development. *Journal of Economic Literature, 50*(3), 681–730.

Dogan, E., & Wong, K. (2020). Sources and channels of international knowledge spillovers in ASEAN-5: The role of institutional quality. *Journal of International Development, 32*, 470–486.

Donkoh, D., & Mensah, J. (2023). Application of triangulation in qualitative research. *Journal of Applied Biotechnology & Bioengineering, 10*(1), 6–9. Disponível em https://medcraveonline.com/JABB/JABB-10-00319.pdf

Duarte, J. (2004). Relações externas de Cabo Verde na região da África Ocidental e os quadros regionais de cooperação da União Europeia. In *Cabo Verde - um caso insular nas relações Norte-Sul*. *Revista Estratégia*, nº 20, IEEI. Cascais: Principia.

Duchacek, I. (1990). Perforated sovereignties: Towards a typology of new actors in international relations. In H. J. Michelmann & P. Soldatos (Eds.), *Federalism and international relations: The role of subnational units*. Oxford: Oxford University Press.

Duncan, T. (1972). *Atlantic islands: Madeira, the Azores, and the Cape Verdes in seventeenth-century commerce and navigation*. Chicago and London: University of Chicago Press.

Duarte, L., Kedong, Y., & Xuemei, L. (2017). The relationship between FDI, economic growth, and financial development in Cabo Verde. *International Journal of Economics and Finance, 9*(5), 132. Disponível em https://doi.org/10.5539/ijef.v9n5p132

East, M. (1975). Size and foreign policy behavior: A test of two models. In C. W. Kegley Jr. et al. (Eds.), *International events and the comparative analysis of foreign policy*. Columbia, SC: University of South Carolina Press.

Easterly, W., & Kraay, A. (2000). Small states, small problems? Income, growth, and volatility in small states. *World Development, 28*, 2013–2027. https://doi.org/10.1016/S0305-750X(00)00068-1

——— (1999). Small states, small problems? *Policy Research Working Paper 2139*. Washington, DC: The World Bank.

Eisenstadt, S. (1966). *Modernization: Protest and change*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

Elhami, A., & Khoshnevisan, B. (2022). Conducting an interview in qualitative research: The modus operandi. *MEXTESOL Journal, 46*(1), 1–7.

Elman, M. (1995). The foreign policies of small states: Challenging neo-realism in its own backyard. *British Journal of Political Science, 25*(2), 171–217.

Erhan, Ç., & Akdemir, E. (Eds.). (2018). *Foreign policy analysis*. Eskisehir: Anadolu University.

Estêvão, J. (2011). A economia cabo-verdiana desde a independência: Uma transição lenta. In L. Bussotti & S. Ngoenha (Orgs.), *O pós-colonialismo na África lusófona: O Cabo Verde contemporâneo / Il postcolonialismo nell'Africa lusofona: il Capo Verde Contemporâneo* (pp. 69–91). Torino: L'Harmattan.

——— (2007). A economia cabo-verdiana 30 anos após a independência: Uma transição difícil. In J. C. Fonseca (Org.), *Cabo Verde - Três décadas depois*. *Revista Direito e Cidadania*, Ano VIII, Número Especial.

——— (2004). Desenvolvimento económico e mudança institucional: O papel do Estado. *Working Paper WP08/2004/DE/CESA*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Departamento de Economia.

Estevão, G. (1992). Development. In W. Sachs (Org.), *The development dictionary: A guide to knowledge as power* (pp. 6–25). Londres & Nova Iorque: Zed Books.

Ethridge, T. (2004). Small-state foreign policy: An analysis of Kiribati, Nauru. Eastern Illinois University. Disponível em http://pol.illinoisstate.edu/downloads/icsps_papers/2004/Kiribati_Nauru_Palau_Tonga_Tuvalu%20_Final%20Draft_.pdf

Evans, G., & Newnham, J. (1998). *The Penguin dictionary of international relations*. London: Penguin Books.

Évora, M. (2014). A evolução do processo de securitização do narcotráfico em Cabo Verde: Das limitações do Estado à displicência da sociedade civil. In J. P. Delgado et al. (Eds.), *As relações externas de Cabo Verde: (Re)leituras contemporâneas* (pp. 450–473). Praia: ISCJS.

Farto, M. (2006). Objectivos e tarefas da nova diplomacia económica. *Revista JANUS*, Universidade Autónoma de Lisboa/Público, 9, Janeiro–Dezembro.

Feldman, M., Hadjimichael, T., Lanahan, L., & Kemeny, T. (2016). The logic of economic development: A definition and model for investment. *Environment and Planning C., 34*(1), 5–21.

Fernandes, G. (2000). Entre a europeidade e a africanidade: Os marcos da colonização/descolonização no processo de funcionalização identitária em Cabo Verde. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.

Ferreira, A., Rodrigues, A., & Malta, C. (2006). *Relatório final do estudo de impacto de um acordo de parceria económica*. Lisboa: Sociedade Nacional de Empreendimentos e Desenvolvimento Económico.

Ferreira, B., & Raposo, R. (2017). Evolução do(s) conceito(s) de desenvolvimento: Um roteiro crítico. *Cadernos de Estudos Africanos, 34*, 113–144. Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Ferrini, L. (2012). The importance of economic institutions to economic development. Disponível em https://www.e-ir.info/pdf/27265

Folgôa, C. (2004). Os Cinco – a cooperação entre os PALOP. *Janus Online*. Disponível em https://www.janusonline.pt/arquivo/2004/2004_2_5.html

Fox, A. (1959). *The power of small states: Diplomacy in World War II*. Chicago: University of Chicago Press.

Freire, M., & Vinha, L. (2011). Política externa: Modelos, actores e dinâmicas. In M. Freire (Org.), *Política externa: As relações internacionais em mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Friedmann, J. (1996). *Empowerment: Uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta Editora.

Friedman, T. (1999). *The Lexus and the olive tree: Understanding globalization*. New York, NY: Farrar, Straus, and Giroux.

Furtado, C. (1964). *Development and underdevelopment*. Berkeley: University of California Press.

Furtado, V. (2017). Organizações internacionais e ajuda pública multilateral a Cabo Verde. *Conjuntura Global, 6*(2), 160–190.

Galal, A. (2020). External behavior of small states in light of theories of international relations. *Review of Economics and Political Science, 5*, 38–56. Disponível em https://doi.org/10.1108/REPS-11-2018-0028

Gavalia, G. (2013). *Thinking outside the Bloc: Explaining the foreign policies of small states*. New York: Taylor and Francis Group.

García-Herrero, A. (2019). From globalization to deglobalization: Zooming into trade. *SSRN Electronic Journal*. Disponível em https://doi.org/10.2139/ssrn.3496563

Gaspa, M. (2020). Diplomata no século XXI: Continuidades e mudanças na prática diplomática face às transformações tecnológicas - o caso português. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCSP.

Gerner, D. (1991). Foreign policy analysis: Renaissance, routine, or rubbish? In W. Croty (Ed.), *Political science: Looking to the future, Volume 2: Comparative politics, policy, and international relations*. Evanston, IL: Northwestern University Press.

Giddens, A. (2011). *Sociology*. London: Polity Press.

Gleason, G., Kerimbekova, A., & Kozhirova, S. (2008). Realism and the small state: Evidence from Kyrgyzstan. *International Politics, 45*(1), 40–51.

Gloersen, E., Michelet, J., Corbineau, C., Giraut, F., Price, M., Borowski, D., & Schuiling, R. (2012). *GEOSPECS European perspectives on specific types of territories*. ESPON programme.

Gossling, S. (2003). *Tourism and development in tropical islands: Political ecology perspectives*. Cheltenham: Edward Elgar.

Goulet, D. (1971). *The cruel choice: A new concept in the theory of development*. New York: Atheneum.

Goundar, S., Chandra, B., Bhardwaj, A., & Saber, F. (2020). Digital transformation of diplomacy: The way forward for small island states. https://doi.org/10.4018/978-1-7998-2367-4.ch003

Gourevitch, P. (1978). The second image reversed: The international sources of domestic politics. *International Organization, 32*(4), 881–912. Disponível em http://www.jstor.org/stable/2706180

Grecequet, M., Noble, I., & Hellmann, J. (2017). Many small island nations can adapt to climate change with global support. *The Conversation*. Disponível em https://theconversation.com/many-small-island-nations-can-adapt-to-climate-change-with-global-support-86820

Greig, A., Turner, M., & D'Arcy, P. (2011). The fragility of success: Repositioning Mauritian development in the twenty-first century. *Island Studies Journal, 6*(2), 157–178. https://doi.org/10.24043/isj.255

Haenggi, H. (1998). Small state as a third state: Switzerland and Asia-Europe interregionalism. In L. Goetschel (Ed.), *Small states inside and outside the European Union: Interests and policies*. Boston: Kluwer Academic Publishers.

Halcomb, E., & Hickman, L. (2015). Mixed methods research. *Nursing Standard, 29*(32), 41–47. https://doi.org/10.7748/ns.29.32.41.e8858

Hall, R., & Jones, C. (1999). Why do some countries produce so much more output per worker than others? *Quarterly Journal of Economics, 114*(1), 83–116.

Hamilton, D., & Tiilikainen, T. (Eds.). (2018). *Domestic determinants of foreign policy in the European Union and the United States.* Washington, DC: Center for Transatlantic Relations and Finnish Institute of International Affairs.

Hampton, M., & Jeyacheya, J. (2020). Tourism-dependent small islands, inclusive growth, and the blue economy. *One Earth, 2*(1), 8–10. Disponível em https://doi.org/10.1016/j.oneear.2019.12.017

Handel, M. (1990). *Weak states in the international system.* London: Frank Cass.

Harvey, D. (2008). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.* São Paulo: Ed. Loyola.

Harvey, D. (1990). Between space and time: Reflections on the geographical imagination. *Annals of the Association of American Geographers, 80*, 418–434.

Hennessey, G. (2021). Migration-relevant policies in Cabo Verde (v2). Oslo: Peace Research Institute Oslo. Disponível em www.mignex.org/cpv

Hein, P. (1985). The study of microstates. In E. Dommen & P. Hein (Eds.), *States, microstates and islands.* London: Croom Helm.

Henrikson, A. (2001). A coming 'Magnesian' age? Small states, the global system, and the international community. *Geopolitics, 6*, 49–86.

Herbert, S. (2019). Development indicators and the Small Island Developing States. K4D Helpdesk Report. Brighton, UK: Institute of Development Studies.

Hey, J. (2003). Introducing small state foreign policy. In J. Hey (Ed.), *Small states in world politics: Explaining foreign policy behavior.* Boulder: Lynne Rienner Publishers.

Hicks, N., & Streeten, P. (1979). Indicators of development: The search for a basic needs yardstick. *World Development, 7*, 567–580.

Hill, C. (2015). *Foreign policy in the twenty-first century* (2nd ed.). London: Palgrave.

Hirschman, A. (1958). *The strategy of economic development.* New Haven, CT: Yale University Press.

Hoad, D. (2015). Reflections on small island states and the international climate change negotiations (COP21, Paris, 2015). *Island Studies Journal, 10*(2), 259–262.

Hocking, B. (2004). Introduction: Gatekeepers and boundary-spanners – Thinking about foreign ministries in the European Union. In B. Hocking & D. Spence (Eds.), *Foreign ministries in the European Union: Integrating diplomats*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Hoegh-Guldberg, O., Jacob, D., Taylor, M., Guillén, B., Bindi, M., Brown, S., Camilloni, I., Diedhiou, A., Djalante, R., Ebi, K., Engelbrecht, F., Guiot, J., Hijioka, Y., Mehrotra, S., Hope, C., Payne, A., Pörtner, H., Seneviratne, S., Thomas, A., Warren, R., & Zhou, G. (2019). The human imperative of stabilizing global climate change at 1.5°C. *Science, 365*(6459). Disponível em https://doi.org/10.1126/science.aaw6974

Horscroft, V. (2005). *Small economies and special and differential treatment: Strengthening the evidence, countering the fallacies.* Paper prepared for the Commonwealth Secretariat.

Huntington, S. (1994). *A terceira onda: A democratização no final do século XX.* São Paulo: Ática.

Hurt, S. (2003). Co-operation and coercion? The Cotonou Agreement between the European Union and ACP States and the end of the Lomé Convention. *Third World Quarterly, 24*(1), 161–176.

Ingebritsen, C., Neumann, I., Gstohl, S., & Beyer, J. (Eds.). (2006). *Small states in international relations.* Seattle: University of Washington Press; Reykjavik: University of Iceland Press.

Ingebritsen, C. (2006). Learning from Lilliput. In C. Ingebritsen, I. Neumann, S. Gstohl, & J. Beyer (Eds.), *Small states in international relations.* Reykjavik: University of Iceland Press.

Ingebritsen, C. (2002). Norm entrepreneurs: Scandinavia's role in world politics. *Cooperation and Conflict, 37*(1), 11–23.

Inglehart, R. (1997). *Modernization and post modernization: Cultural, economic, and political change in 43 societies.* Princeton, NJ: Princeton University Press.

Jacobs, G., & Cleveland, H. (1999). *Social development theory.* Disponível em http://www.icpd.org/development_theory/SocialDevTheory.htm

Jørgensen, K. (2006). Theoretical perspectives on the role of values, images and principles in foreign policy. In S. Lucarelli & I. Manners (Eds.), *Values and principles in European Union foreign policy* (pp. 42–58). London: Routledge.

Jaschik, K. (2014). Small states and international politics: Climate change, the Maldives and Tuvalu. *International Politics, 51*(2), 272–293. https://doi.org/10.1057/ip.2014.5

Javadov, S., Rustamov, A., Aliyev, E., Bahmanov, Y., & Yarmammadli, N. (2022). Impact of the institutions on economic growth in selected post-Soviet countries. *Journal of Eastern Europe Research in Business and Economics*, Article ID 279662. https://doi.org/10.5171/2022.279662

Jayaraman, T. (2006). Macroeconomic reform and resilience building in small states. In L. Briguglio, G. Cordina, & E. Kisanga (Eds.), *Building the economic resilience of small states.* Malta: Islands and Small States Institute; London: Commonwealth Secretariat.

Johnson, R., Onwuegbuzie, A., & Turner, L. (2007). Toward a definition of mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research, 1*(2), 112–133. Disponível em https://doi.org/10.1177/1558689806298224

Kaczynski, V., & Fluharty, D. (2002). European policies in West Africa: Who benefits from fisheries agreement? *School of Marine Affairs, College of Ocean and Fisheries Sciences, University of Washington.* Disponível em http://www.sciencedirect.com/science/article/B6VCD-44MYX3J-1/2/a2c25ff682cdf255ad0ceb6cd8e6e53e

Karnauskas, K., Schleussner, C., Donnelly, J., & Anchukaitis, K. (2018). Freshwater stress on small island developing states: Population projections and aridity changes at 1.5 and 2°C. *Regional Environmental Change, 18*(8), 2273–2282.

Kelman, I. (2014). No change from climate change: Vulnerability and Small Island developing states. *Geographical Journal, 180*(2), 120–129.

Kenny, S. (2007). *Developing communities for the future.* South Melbourne: Thompson.

Keohane, R. (1969). Review: Lilliputians' dilemmas: Small states in international politics. *International Organization, 23*(2), 291–310.

Keohane, R., & Nye, J. (2001). *Power and interdependence* (3ª ed.). New York: Longman.

Khan, A., Khan, S., & Khan, M. (2016). Factors affecting life expectancy in developed and developing countries of the world (An approach to available literature). Disponível em file:///C:/Users/Isabel.G.Monteiro/Downloads/FactorseffectinglifeexpectencyindevelopedanddevelopingcountriesoftheworldAnapproachtoavailableliterature.pdf

Kisanga, E., & Dancie, S. (2007). *Commonwealth small states, issues and prospects.* London: Commonwealth Secretariat.

Kissinger, H. (1966). Domestic structure and foreign policy. *Daedalus, 95*, 503–529.

Kowert, P. (1998). Agent versus structure in the construction of national identity. In V. Kubalkova, N. Onuf, & P. Kowert (Eds.), *International relations in a constructed world* (pp. 15–23). Armonk: M.E. Sharpe.

Krause, V., & Singer, J. (2001). Minor powers, alliances and armed conflict: Some preliminary patterns. In E. Reiter & H. Gärtner (Eds.), *Small states and alliances* (pp. 15–23). Vienna: Physica-Verlag.

Kubalkova, V. (2015). A constructivist primer. In V. Kubalkova (Ed.), *Foreign politics in a constructed world*. New York: Routledge.

Kurecic, P., Kozina, G., & Kokotović, F. (2017). Revisiting the definition of small state through the use of relational and quantitative criteria. In *19th International Scientific Conference on Economic and Social Development* (pp. 129–142). Melbourne, Australia: Varazdin Development and Entrepreneurship Agency.

Kuznets, S. (1960). Economic growth of small nations. In E. A. G. Robinson (Ed.), *The economic consequences of the size of nations*. London: Macmillan.

Kvale, S. (1995). The social construct of validity. *Qualitative Inquiry, 1*(1), 19–40. https://doi.org/10.1177/107780049500100103

Lakatos, I. (2017). The potential role of small states and their niche diplomacy at the UN and in the field of human rights, with special attention to Montenegro. *Pécs Journal of International and European Law, 97*(March), 58–68.

Lal, D. (1985). Misconceptions of development economics. *Finance & Development, 22*, 10–13.

Lecours, A. (2002). Paradiplomacy: Reflections on the foreign policy and international relations of regions. *International Negotiation, 7*.

Lederman, D., & Lesniak, J. (2018). *Open and nimble: Finding stable growth in small economies*. Directions in Development-Countries and Regions. Washington, DC: World Bank. Disponível em https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28544

Leite, I. (2004). Entre África e Europa: Cabo Verde e sua estratégia de desenvolvimento. Comunicação apresentada na Conferência Internacional Asia/África. UFP: Porto. Disponível em https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1016/2/Cabo_Verde%5B1%5D.pdf

Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1990). *Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Levitt, P. (1998). Social remittances: Migration-driven local-level forms of cultural diffusion. *International Migration Review, 32*(4), 926–948.

Lewis, N., Day, J., Wilhelm, A., Wagner, D., Gaymer, C., Parks, J., Friedlander, A., White, S., Sheppard, C., Spalding, M., San Martin, G., Skeat, A., Taei, S., Teroroko, T., & Evans, J. (2017). *Large-scale marine protected areas: Guidelines for design and management*. Gland, Switzerland: IUCN. https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2017.PAG.26.en

Lewis, W. (1954). Economic development with unlimited supplies of labour. *The Manchester School of Economic and Social Studies, 22*, 139–191.

Li, C., & Tanna, S. (2019). The impact of foreign direct investment on productivity: New evidence for developing countries. *Economic Modelling, 80*, 453–466.

Lima, O. (2001). Transição económica e desenvolvimento em Cabo Verde. *Revista Cultura, Número Especial*, 59–69.

Lisazo, T. (2022). *Cape Verde in the ECOWAS: From free trade agreement to a customs union: A CGE analysis at the product level (HS6)* (Master's thesis). Universidad de San Andrés, Departamento de Economía, Buenos Aires. Disponível em https://repositorio.udesa.edu.ar/jspui/bitstream/10908/22798/1/%5BP%5D%5BW%5D%20T.%20M.%20Eco.%20Lisazo%2C%20Tom%C3%A1s.pdf

Lohmann, S. (2017). *Understanding diplomacy in the 21st century*. Working Paper Project Diplomacy in the 21st Century. Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP)/German Institute for International and Security Affairs. Disponível em https://www.swp-berlin.org/publications/products/arbeitspapiere/WPDiplomacy21_No11_Sascha_Lohmann_01.pdf

Long, T. (2017). It's not the size, it's the relationship: From 'small states' to asymmetry. *International Politics, 54*(2), 144–160.

Lopes, H. (2017). *Investimento direto estrangeiro e crescimento económico em Cabo Verde: Uma análise exploratória com séries temporais* (Master's thesis). Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Coimbra.

Lopes, J. (2012). *Aristides Pereira: Minha vida, nossa história*. Praia: Spleen Edições.

Lopes, J. (2002). *Cabo Verde: Os bastidores da independência*. Praia: Spleen Edições.

Lowe, P. (2016). The rise of the BRICS in the global economy. *Teaching Geography, 41*(2), 50–53. Disponível em https://www.jstor.org/stable/26455170

Lucas, D. (2019). Measuring the cost of bailouts. *Annual Review of Financial Economics, 11*. Disponível em https://doi.org/10.1146/annurev-financial-110217-022532

Maass, M. (2009). The elusive definition of the small state. *International Politics, 46*(1), 65–83.

Madeira, J. (2021). Cabo Verde e Estados Unidos da América: Uma ligação bicentenária. *Janus.net. E-journal of International Relations, 12*(2). Disponível em https://doi.org/10.26619/1647-7251.12.2.7

(2019). Política externa cabo-verdiana: evolução, perspetivas e linhas de força. *Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas, 7*, 87–109. Disponível em https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2019v7n1p87-109

_____ (2016). Cabo Verde: De um "Estado inviável" ao pragmatismo na política externa. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, 11*(1), 85–101. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18359/ries.1368

_____ (2013). África versus Europa: Cabo Verde no Atlântico Médio. *Revista de Estudos Internacionais, 4*, 46–59.

Madeira, J., & Monteiro, N. (2016a). Cabo Verde: Entre as estratégias de segurança Euro-Atlântica e a nova dimensão de parceria Sul-Sul. *Meridiano 47 - Journal of Global Studies, 17*. Disponível em https://doi.org/10.20889/M47e17011

_____ (2016b). Cape Verde in West Africa region: Towards a new paradigm for regional integration. *Brazilian Journal of International Relations, 5*, 545–561. Disponível em https://doi.org/10.36311/2237-7743.2016.v5n3.05.p545

Marinescu, S. (2022). Delivering quality education in Small Island Developing States. Disponível em https://unsdg.un.org/latest/blog/delivering-quality-education-small-island-developing-states

Mark, S. (2010). Rethinking cultural diplomacy: The cultural diplomacy of New Zealand, the Canadian Federation, and Quebec. *Political Science, 62*(1), 62–83.

Mason, J. (2002). *Qualitative researching* (2nd ed.). London: Sage.

Melissen, J. (2005). The new public diplomacy: Between theory and practice. In J. Melissen (Ed.), *The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations*. Palgrave Macmillan.

Marriott, R. (1943). *Federalism and the Problem of the Small State*. London: Allen & Unwin.

McIntyre, W. D. (2012). The partition of the Gilbert and Ellice Islands. *Island Studies Journal, 7*(1), 135–146.

Marrocu, E., & Paci, R. (2010). The effects of public capital on the productivity of the Italian regions. *Applied Economics, 42*(8), 989–1002.

Marshall, P. (1999). *Positive Diplomacy*. New York: Palgrave Macmillan.

McClelland, D. (1961). *The Achieving Society*. New York: Free Press.

McElroy, J. (2006). Small island tourist economies across the life cycle. *Asia Pacific Viewpoint, 47*.

McLeod, D. (2004). *Tourism, Globalization and Cultural Change: An Island Community Perspective*. Channel View Publications.

Mearsheimer, J. (2014). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton.

Mendes, P. (2012). *Portugal e a Europa: Fatores de afastamento e aproximação da política externa portuguesa (1970–1978)*. Porto: CEPESE.

Merriam, S. (2009). *Qualitative research: A guide to design and implementation* (2nd ed.). San Francisco, CA: Jossey-Bass.

Midgley, J. (1995). *Social Development: The Developmental Perspective in Social Welfare*. London: Sage Publications.

Modelski, G. (1962). *A Theory of Foreign Policy*. New York: Praeger.

Molis, A. (2006). The role and interests of small states in developing European security and defense policy. *Baltic Security and Defense Review, 8*(1), 81–100.

Moncada, S., Briguglio, L., Bambrick, H., & Kelman, I. (2018). Guest editorial: Development and climate change in small island developing states. *International Journal of Climate Change Strategies and Management, 10*(2), 214–216.

Monnereau, I., & Oxenford, H. (2017). Impacts of climate change on fisheries in the coastal and marine environments of Caribbean small island developing states (SIDS). *Science Review 2017*, 124–154.

Monteiro, C. (2022). O mundo da diplomacia cabo-verdiana e o campo dos diplomatas. *Direito, Política & Sociedade: Revista Sociojurídica da Universidade do Mindelo, 1*. Disponível em: https://repositorio.um.edu.cv/home

Monteiro, J. (2004). *O I.D.E. em Cabo Verde: Experiência e Perspectiva* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Monteiro, M. (2011). Parceria especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas relações Cabo Verde e UE? (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Monteiro, N. (2016). África, a nova fronteira estratégica no desenvolvimento global: A geo-política de Cabo Verde no contexto da CEDEAO. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, 11*(2). Disponível em: www.scielo.org.co/pdf/ries/v11n2/v11n2a05.pdf

Moreira, C. (1994). Planeamento e Estratégias da Investigação Social. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Moreira, S., & Crespo, N. (2011). Sobre a natureza multidimensional do desenvolvimento. In A. Romão, J. R. Silva, & M. E. Ferreira (Eds.), *Livro de Homenagem ao Professor Doutor Adelino Torres* (pp. 817–838). Lisboa: Editora Almedina.

Morgenthau, H. (1948). *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York: Alfred A. Knopf.

Morris, D., & Liser, F. (1977). The PQLI: Measuring progress in human needs. *Communique on Development Issues, 32*.

Mosser, M. (2001). Engineering influence: The subtle power of small states in the CSCE/OSCE. In E. Reiter & H. Gärtner (Eds.), *Small states and alliances*. Heidelberg: Physica Verlag.

Mouritzen, H., & Wivel, A. (2005). *The geopolitics of Euro-Atlantic integration*. London: Routledge.

Muls, L. (2010). Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. *Economia, Brasília (DF), 9*(1), 1-21. Disponível em: <www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n1p1_21.pdf>.

Murray, D. (1981). Microstates: Public administration for the small and beautiful. *Public Administration and Development, 1*(3), 245–256.

Murray, S. (2012). Towards an enhanced understanding of diplomacy as the business of peace. In A. Plaw (Ed.), *The metamorphosis of war*. Amsterdam: Brill Rodopi.

Murteira, M. (1990). *Lições de economia política do desenvolvimento*. Lisboa: Presença.

Mycoo, M. (2018). Beyond 1.5°C: Vulnerabilities and adaptation strategies for Caribbean Small Island Developing States. *Regional Environmental Change, 18*(8), 2341–5324.

Myrdal, G. (1970). *The challenge of world poverty*. New York: Pantheon.

Narsa, S. (2011). Governance in EU foreign policy: Exploring small state influence. *Journal of European Public Policy*. Disponível em https://doi.org/10.1080/13501763.2011.544490

_____ (2010). Weak power, great influence: Small states in EU policy: The case of Belgium and Greece. Draft - Working in progress. EUIA 2010 Conference, Panel E.1, Coherence, Consensus and Conflict in EU External Affairs, Brussels, 22-24 April 2010, 1–18.

Năumescu, V. (2014). *Foreign policy and diplomacy: An introduction*. Cluj-Napoca: Editura Fundaţiei Pentru Studi Europene. Disponível em: https://euro.ubbcluj.ro/wp-content/uploads/PED-Suport.pdf.

Neack, L., Hey, J., & Haney, P. (1995). Generational change in foreign policy analysis. In L. Neack, J. Hey, & P. Haney (Eds.), *Foreign policy analysis: Continuity and change in its second generation*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

Neuman, S. (1998). International relations theory and the Third World: An oxymoron? In S. G. Neuman (Ed.), *International relations theory and the Third World*. New York: St. Martin's Press.

Neumann, I. (1998). *Uses of the other: "The East" in European identity formation*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Neumann, I., & Gstöhl, S. (2006). Introduction: Lilliputians in Gulliver's world? In C. Ingebritsen, I. Neumann, S. Gstöhl, & J. Beyer (Eds.), *Small states in international relations* (pp. 3–36). Seattle, WA: University of Washington Press.

Neves, J. (2023). Discurso de Sua Excelência o Presidente da República, Dr. José Maria Pereira Neves, na abertura da Conferência Internacional do Tribunal de Justiça da Comunidade CEDEAO. Praia: Presidência da República.

_____ (2018). A ousadia de construir um país digno e útil na arena internacional: As linhas de força da política externa cabo-verdiana. *A Semana*. Disponível em: https://www.anacao.cv/noticia/2018/07/21/ousadia-construir-um-pais-digno-util-na-arena-internacional-as-linhas-forca-da-politica-externa-cabo-verdiana/

Nguyen, C., Ngo, Q., Pham, M., Nguyen, A., & Huynh, N. (2021). Economic linkages, technology transfers, and firm heterogeneity: The case of manufacturing firms in the Southern Key Economic Zone of Vietnam. *Cuadernos de Economía, 44*, 1–25.

Ni, B., Spatareanu, M., Manole, V., Otsuki, T., & Yamada, H. (2017). The origin of FDI and domestic firms' productivity—Evidence from Vietnam. *Journal of Asian Economics, 52*, 56–76.

Nicolson, H. (1939). *Diplomacy*. London: Thornton Butterworth.

Nganje, F. (2014). Paradiplomacy and the democratization of foreign policy in South Africa. *South African Journal of International Affairs, 21*(1), 89-107.

North, D. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance* (Political Economy of Institutions and Decisions). Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em https://doi.org/10.1017/CBO9780511808678

Nunn, P., & Kumar, R. (2018). Understanding climate-human interactions in Small Island Developing States (SIDS): Implications for future livelihood sustainability. *International Journal of Climate Change Strategies and Management, 10*(2), 245–271.

Nurkse, R. (1953). *Problems of capital formation in underdeveloped countries*. Oxford: Oxford University Press.

Nye, J. Jr. (2018). China's soft and sharp power. *Project Syndicate*. Disponível em: https://www.project-syndicate.org/commentary/china-soft-and-sharp-power-by-joseph-s--nye-2018-01

_____ (1990). *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York: Basic Books.

Obama, B. (2014). State of the Union Address. Disponível em https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/01/28/president-barack-obamas-state-union-address.

Olafsson, B. (1998). *Small States in the Global System: Analysis and Illustrations from the Case of Iceland*. Aldershot: Ashgate.

Ourbak, T., & Magnan, A. (2017). The Paris Agreement and climate change negotiations: Small Islands, big players. *Regional Environmental Change, 18*. Disponível em https://doi.org/10.1007/s10113-017-1247-9

Padelford, N., & Lincoln, G. (1977). *The Dynamics of International Politics*. New York: Macmillan Company.

Pais, I. (2012). Cabo Verde e a graduação da lista de países menos avançados: da validação política à transição sustentável. *Política Internacional e Segurança, 6/7*. Lisboa: Universidades Lusíada. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1029/1/LPIS_n6-7_2.pdf.

Paiva, J. (1977). A conception of social development. *Social Service Review, 51*, 327-336.

Panke, D. (2010). Small states in the European Union: structural disadvantages in EU policy-making and counter-strategies. *Journal of European Public Policy, 17*(6), 799-817.

Panke, D. (2008). The Influence of Small States in the EU: Structural Disadvantages and Counterstrategies. *UCD, Dublin European Institute Working Paper*.

Parry, M., Canziani, O., Palutikof, J., Linden, V., & Hanson, C. (Eds.). (2007). *Climate change 2007: Impacts, adaptation and vulnerability*. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press.

Parsons, T. (1951). *The Social System*. New York: Free Press.

Pateman, C. (1988). *The Sexual Contract*. USA: Polity Press.

Patrício, R. (2014). Política Externa. In N. Mendes & F. Coutinho (Orgs.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Lisboa: Dom Quixote.

Paul, J., & Feliciano-Cestero, M. (2021). Five decades of research on foreign direct investment by MNEs: An overview and research agenda. *Journal of Business Research, 124*, 800–812. Disponível em https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.04.017

Percy, W., Kostere, K., & Kostere, S. (2015). Generic qualitative research in psychology. *The Qualitative Report, 20*(2), 76-85. Disponível em http://www.nova.edu/ssss/QR/QR20/2/percy5.pdf.

Peron, F. (2004). The contemporary lure of the island. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie, 95*(3), 326–339.

Petrochilos, G. (1989). *Foreign Direct Investment and the Development Process: The Case of Greece*. United Kingdom: Avebury.

Pickering, J., Betzold, C., & Skovgaard, J. (2017). Special issue: managing fragmentation and complexity in the emerging system of international climate finance. *International Environmental Agreements: Politics, Law, and Economics, 17*(1), 1–16. Disponível em https://doi.org/10.1007/s10784-016-9349-2

Plischke, E. (1979). Diplomacy: Search for its Meaning. In E. Pliscke (Ed.), *Modern Diplomacy: The Art and the Artisans*. Washington, DC: The American Enterprise Institute for Public Policy Research.

Ponte, J. (1994). O estudo de caso na investigação em educação matemática. *Quadrante, 3*(1), 03-18.

Potter, E. (2002). Canada and the New Public Diplomacy. *Clingendael Discussion Papers in Diplomacy, 81*. The Hague: Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’.

Pouliot, V., & Cornut, J. (2015). Practice theory and the study of diplomacy: A research agenda. *Cooperation and Conflict, 50*(3), 297–315.

Puchala, D. (1995). The pragmatics of international history. *Mershon International Studies Review, 39*, 1-18.

Querido, C. (2005). *Estabilização Macroeconómica e Financiamento do Desenvolvimento em Cabo Verde*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Raadschelders, J. (1992). Definitions of smallness: a comparative study. In R. A. Baker (Ed.), *Public Administration in Small and Island States* (pp. 26–33). West Hertford, CT: Kumarian Press.

Rasheed, A. (2019). Role of small islands in UN climate negotiations: A constructivist viewpoint. *International Studies, 56*, 215-235. Disponível em https://doi.org/10.1177/0020881719861503

Rashid, H. (2005). Economic diplomacy in South Asia. Address to the Indian Economy and Business Update, 18 August 2005. Disponível em https://crawford.anu.edu.au/acde/asarc/pdf/papers/conference/CONF2005_04.pdf

Ramondo, N., Rodriguez-Clare, A., & Saborio-Rodriguez, M. (2016). Trade, Domestic Frictions, and Scale Effects. *American Economic Review, 106*(10), 3159–3184.

Rawnsley, G. (s.d.) Cultural Diplomacy: What is it? What is it not? And why should Taiwan care? University of Nottingham Ningbo China. Financiado pela School of International Studies at UNNC. Disponível em https://backend.univie.ac.at/fileadmin/user_upload/k_tsc_conference/documents/2019_10_culturaldiplomacy/files/Cultural_diplomacy_Gary_Rawnsley.pd.

Read, R. (2010). Trade, Economic Vulnerability, Resilience and the Implications of Climate Change in Small Island and Littoral Developing Economies. Department of Economics. Management School: Lancaster University.

Reis, C. (2001). IDE e Spillovers sobre a produtividade (Dissertação de Mestrado). Coimbra: Universidade de Coimbra.

Reis, J. (2008). As Políticas Públicas de Cabo Verde no âmbito da Integração na CEDEAO e da Estratégia Global de Desenvolvimento. In Iva C. & Cláudio F. (Orgs.), *Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*. Praia: Gráfica da Praia.

Reeves, J. (2014). Rethinking Weak State Behavior: Mongolia's Foreign Policy toward China. *International Politics, 51*(2), 254–271.

Ribeiro, S., Reis, R., & Garcia, F. (2021). Cabo Verde na CEDEAO: por uma Integração Inteligente: Documento de Orientação Estratégica e Operacional "Uma visão para a comunidade económica dos estados da África Ocidental". *Revista Política y Estrategia, XXIX*, 277.

Rickli, J., & Almezaini, K. (2017). Theories of small states' foreign and security policies. In K. Almezaini & J. Rickli (Eds.), *The small Gulf states: foreign and security policies before and after the Arab Spring* (pp. 8–30). London: Routledge.

Ringmar, E. (1996). On the Ontological Status of the State. *European Journal of International Relations, 2*(4), 439–466.

Ringsmose, J. (2009). Paying for Protection: Denmark's Military Expenditure during the Cold War. *Cooperation and Conflict, 44*, 73–97.

Rist, G. (2008). *The history of development: From Western origins to global faith*. Londres & Nova Iorque: Zed Books.

Robinson, E. (2018). In Globalisation and deglobalization. Bank For International Settlements: Monetary and Economic Department. *BIS Papers No 100*. Disponível em https://www.bis.org/publ/bppdf/bispap100.pdf.

Robinson, S. (2013). Assessing the Europeanisation of Portuguese Foreign and Security Policy. PhD thesis. Newcastle: Newcastle University, School of Geography, Politics and Sociology. Disponível em https://theses.ncl.ac.uk/dspace/handle/10443/1871.

Rocha, L. (2022). MNECIR: Centralidade na Politica Externa, o Estado da Questão. Documento elaborado pelo Embaixador Jose Luis Rocha, no âmbito do grupo de trabalho criado no MNECIR para debater a questão da centralidade do MNECIR.

Rodrik, D. (2019). Globalization's Wrong Turn: And How It Hurt America. USA: *Foreign Aff. 26* Editor.

_____(2017). *Populism and the Economics of Globalization*. Manuscript, Harvard University, August.

_____(2011). *The Globalization Paradox*. Norton & Company, Inc. ISBN 978-0-393-07161-0.

_____(2002). Estratégias de Desenvolvimento para o Novo Século. In *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que Chegaram Depois* (pp. 43-76). São Paulo: Dani Unesp.

Rosecrance, R., & Stein, A. (1991). Beyond Realism: The Study of Grand Strategy. In R. Rosecrance & A. Stein (Eds.), *The Domestic Bases of Grand Strategy*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

Rosentein-Rodan, P. (1943). Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe. *Economic Journal, 53*(210/211), 202-211.

Rosenau, J. (1972). The External Environment as a Variable in Foreign Policy Analysis. In J. N. Rosenau et al. *The Analysis of International Politics* (pp. 145-165). New York: The Free Press.

_____(1966). Pretheories and Theories of Foreign Policy. In R. Farrell (Org.), *Approaches to Comparative and International Politics* (pp. 27-92). Evanston: Northwestern University Press.

Rosenau, J. (Ed.) (1969). *Linkage Politics: Essays on the Convergence of National and International Politics*. New York: Free Press.

Rostow, W. (1960). *The Stages of Economic Growth: A non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press.

Rothstein, R. (1968). *Alliances and Small Powers*. New York: Columbia University Press.

Ruffini, P-B. (2016). International Trade and Foreign Affairs – Some Reflections on Economic Diplomacy. *Journal of International Logistics and Trade, 14*(1), 3-28. https://doi.org/10.24006/jilt.2016.14.1.3

Sachs, I. (1986). *Ecodesenvolvimento: Crescer Sem Destruir.* São Paulo: Vértice.

Sachs, W. (1992). *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power.* Londres & Nova Iorque: Zed Books.

Saideman, S., & Ayres, R. (2007). Pie Crust Promises and the Sources of Foreign Policy: The Limited Impact of Accession and the Priority of Domestic Constituencies. *Foreign Policy Analysis, 3*(3), 189-210.

Saldaña, J. (2009). *The Coding Manual for Qualitative Researchers.* Thousand Oaks, CA: Sage.

Sandre, A. (2015). *Digital Diplomacy: Conversations on Innovation in Foreign Policy.* Lanham, MD: Rowman & Littlefield.

Saner, R., & Yiu, L. (2003). International Economic Diplomacy: Mutations in Post-Modern Times. *Clingendael Discussion Paper in Diplomacy* N.º 84. Haia: Clingendael Institute of International Relations. Disponível em http://www.clingendael.nl/publications/2003/20030100_cli_paper_dip_issue84.pdf

Santana, E. (2017). *Determinantes do Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde: Evidência para o Período 1986-2015.* Tese de Mestrado em Economia e Gestão Internacional Orientada. Porto: FEP. Disponível em https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/108074/2/223201.pdf

Santos, A. (2011). *A insularidade e as suas condicionantes económicas.* (Tese de doutoramento). Lisboa: IGOT.

Santos, P. (2010). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais.* Lisboa: Sílabo.

Santos, J. (2022). *Estratégia Nacional dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (En-Sids)*. Relatório de Consultoria. Cabo Verde, Praia.

Santos-Paulino, A. (2011). Fragility and Vulnerability in Small Island Developing States: Issues and Challenges. *UNCTAD First Meeting of the Caribbean Development Round Table*, ECLAC, Port of Spain.

Santos, N. (2017). Economic Diplomacy, GEO - Economics and the External Strategy of Portugal. *JANUS.NET, e-journal of International Relations, 8*(1), 88-118.

Santos, V. (2009). Diplomacy, ´Old´ and ´New´ on the Concept of Economic Diplomacy. In Costa, Carla Guapo (Ed.), *New Frontiers for Economic Diplomacy.* Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Sarapuu, K., & Randma-Liiv, T. (2020). Small States: Public Management and Policy-Making. In Baldacchino, G., & Wivel, A. (Eds.), *Handbook on the Politics of Small States* (pp. 55–69). Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing.

Sarmento, E., & Silva, A. (2023). Cape Verde: Islands of Vulnerability or Resilience? A Transition from a MIRAB Model into a TOURAB One? Disponível em https://doi.org/10.20944/preprints202312.0880.v1

Sarmento, E. (2019). *Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e os Desafios da Sustentabilidade do Turismo.* Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

_____ (2008). *O Turismo Sustentável como Fator de Desenvolvimento das Pequenas Economias Insulares: o Caso de Cabo Verde.* Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Scandurra, G., Romano, A., Ronghi, M., & Carfora, A. (2018). On the Vulnerability of Small Island Developing States: A Dynamic Analysis. *Ecological Indicators, 84* (September 2017), 382–392. Disponível em https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2017.09.016

Schaik, L. (2012). The EU and the Progressive Alliance Negotiating in Durban: Saving the Climate? *ODI Working Papers ISSN 1759 2917*. Disponível em https://www.odi.org/publications/6864-eu-and-progressivealliance-negotiating-durban-saving-climate

Scheyvens, R., & Momsen, J. (2008). Tourism in Small Island States: From Vulnerability to Strengths. *Journal of Sustainable Tourism, 16*(5), 491-510.

Schumpeter, J. (1961). *Capitalismo, Socialismo e Democracia.* Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura.

Sen, A. (2005). Human Rights and Capabilities. *Journal of Human Development, 6*(2), 151–166.

_____(2004). Capabilities, Lists and Public Reasons: Continuing the Conversation. *Feminist Economics, 10*(3), 77–80.

_____(1999). *Development as Freedom.* New York: Knopf.

_____(1993). Capability and Well-being. In Nussbaum and Sen (Eds.), *The Quality of Life* (pp. 30–53). Oxford: Clarendon Press.

_____(1992). *Inequality Re-examined.* Oxford: Clarendon Press.

_____(1985). *Commodities and Capabilities.* Amsterdam: North-Holland.

_____(1979). Issues in the Measurement of Poverty. *The Scandinavian Journal of Economics, 81*(2), 285–307.

Seers, D. (1969). The Meaning of Development. *IDS Communication No. 44*. Institute of Development Studies.

Seidman, I. (2019). *Interviewing as qualitative research: A guide for researchers in education and the social sciences* (5th ed.). New York: Teachers College Press.

Semedo, A. (2007). Avaliação da Sustentabilidade do Défice da Balança Corrente Cabo-Verdiana [Sustainability Assessment of the Cabo-Verdiana Current Balance Deficit]. Praia: Banco de Cabo Verde. Disponível em http://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Working%20Papers/2007/caderno05.pdf.

Serra, J. (2017). *Financiamento do Desenvolvimento e da Economia.* Praia: Banco de Cabo Verde. Disponível em https://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Working%20Papers/Reflex%C3%B5es%20sobre%20Financiamento%20da%20Economia_VF_JS_Agosto2017%20H.pdf.

Sharp, P. (2003). Herbert Butterfield, the English School and the Civilizing Virtues of Diplomacy. *International Affairs, 79*(4), 855–878.

Sheller, M. (2003). *Consuming the Caribbean.* London: Routledge.

Silva, D., Nelson, A., & Silva, M. (2017). Do Desenvolvimento como Crescimento Económico ao Desenvolviment como Liberdade: A Evolução de um Conceito. *Desenvolvimento em Questão, 16*(42), 42-71. Disponível em https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018

Silva, E. (2018). Migrações internacionais, remessas e desenvolvimento: O caso paradigmático de Cabo Verde. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais. Disponível em https://www.academia.edu/36573602/MIGRA%C3%87%C3%95ES_INTERNACIONAIS_REMESSAS_E_DESENVOLVIMENTO_O_CASO_PARADIGM%C3%81TICO_DE_CABO_VERDE.

Silva, V. (2008). *As relações entre a União Europeia e Cabo Verde: que alternativas para a integração económica em Cabo Verde* (Dissertação de mestrado). Universidade de Évora, Évora.

Silva, J. (2002). *Estados e Empresas na Economia Mundial.* Lisboa: Editora Vulgata.

Silveira, O. (2004). A Nação Cabo-verdiana e os Desafios da Globalização. In *Cabo Verde - um Caso Insular nas Relações Norte-Sul*, *Revista Estratégia, 20*, IEEI, Cascais, Principia. Disponível em http://www.ieei.pt/files/Cabo_Verde_desafios_globaliza%E7%E3o_Onesimo_Silveira.pdf.

Silverman, E. (2004). Cannibalizing, Commodifying, or Creating Culture? Power and Art in Sepik River Tourism. In V. Lockwood (Ed.), *Globalization and Culture Change in the Pacific Islands* (pp. 339-358). Upper Saddle River, NJ: Pearson Education

Singer, D. (1961). The Level of Analysis Problem in International Relations. *World Politics, 14*, 77-92.

Siniver, A., & Hart, D. (2021). The meaning of diplomacy. *International Negotiation: a Journal of Theory and Practice, 26*(2), 159-183. Disponível em https://doi.org/10.1163/15718069-BJA10003.

Smelser, N. (1966). The Modernization of Social Relations. In Weiner, M. (Ed.), *Modernization: The Dynamics of Growth.* New York: Basic.

Snow, N. (2020). *Public Diplomacy.* https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.518. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/343413437_Public_Diplomacy.

Snyder, J. (1991). *Myths of Empire: Domestic Politics and International Ambitions.* Ithaca, NY: Cornell University Press.

Snyder, R., Bruck, H., & Sapin, B. (Eds.). (2002). *Foreign Policy Decision-Making (Revisited).* New York: Palgrave-Macmillan.

So, A. (1990). *Social Change and Development: Modernization, Dependency, and World System Theories.* Newbury Park, CA: SAGE Publications.

Soldatos, P. (1990). An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-Policy Actors. In Michelmann, H. J., & Soldatos, P. (Eds.), *Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units.* Oxford: Oxford Press.

Soros, G. (2002). *George Soros on Globalization.* New York: Public Affairs.

_____ (1998). *The Crisis of Global Capitalism: Open Society Endangered.* New York: Public Affairs.

Source, J. (2007). The foreign policy of small states: Sweden and the Mosul crisis. *Contemporary European History, 16*(3), 1924-1925.

Stanzel, V. (Ed.). (2019). *New Realities in Foreign Affairs: Diplomacy in the 21st Century.* Baden-Baden: Nomos Verlag.

Stein, J. (Ed.). (2011). *Diplomacy in the Digital Age: Essays in Honour of Ambassador Allan Gotlieb.* Toronto, ON: Signal.

Stiglitz, J. (2018). *Globalization and its Discontents Revisited: Anti-Globalization in The Era of Trump.* USA: W.W. Norton & Company.

_____ (2013). Inequality is a choice. *The New York Times*, The Opinion Pages – The Opinionator.

_____ (2007). *Tornar a Globalização Eficaz.* Porto: Edições ASA.

_____ (2002). *Globalization and Its Discontents.* New York: W.W. Norton.

_____(1999). More instruments and broader goals: Moving toward the Post-Washington Consensus. In G. Kochendorfer-Lucius & B. Pleskovic (Eds.), *Development Issues in the 21st Century*. Berlin: German Foundation for International Development; World Bank. WIDER Annual Lectures 2, World Institute for Development Economics Research, Helsinki.

__(1996). Some lessons from the East Asian miracle. *World Bank Research Observer, 11*(2), 151–177.

Streeten, P. (1996). Why small countries succeed. Paper presented at the Conference on the Effects of Economic Globalisation and Regional Integration on Small Countries, Nicosia, Cyprus.

Strange, S. (1998). *Mad money*. Manchester, UK: University Press.

Subotić, J. (2016). Narrative, ontological security, and foreign policy change. *Foreign Policy Analysis, 12*(4), 610–627.

Sugiharti, L., Yasin, M., Purwono, R., Esquivias, M., & Pane, D. (2022). The FDI spillover effect on the efficiency and productivity of manufacturing firms: Its implication on open innovation. *Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity, 8*(99). https://doi.org/10.3390/joitmc8020099

Suyanto, S., Sugiarti, Y., & Setyaningrum, I. (2021). Clustering and firm productivity spillovers in Indonesian manufacturing. *Heliyon, 7*, e06504.

Tashakkori, A., & Teddlie, C. (2003). The past and future of mixed methods research: From data triangulation to mixed model designs. In A. Tashakkori & C. Teddlie (Eds.), *Handbook of Mixed Methods in Social & Behavioral Research* (pp. 671–701). Thousand Oaks, CA: Sage.

Tavares, A. (2016). *Cabo Verde na encruzilhada (trans) atlântica: Posicionamento geopolítico e a necessidade de uma política externa de segurança e defesa* (Tese de doutoramento). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/20149/1/Tese_doutoramento_adilson_tavares.pdf

Taymaz, E. (2009). Economics of small states and globalization: Lessons for the Caucasus. *Caucasian Center for Strategic Studies Discussion Paper No. 0902*. Disponível em http://www.kafsam.org/dp/kafsam_dp0902.pdf

Terauds, K., & Zhuawu, C. (2021). *Alternative development strategies for SIDS: Building competitiveness in new industries*. United Kingdom: Commonwealth Secretariat.

Thorhallsson, B., & Steinsson, S. (2017). Small state foreign policy. *Oxford Research Encyclopaedia of Politics*. Oxford: Oxford University Press.

Thomas, A., Baptiste, A., Martyr-Koller, R., Pringle, P., & Rhiney, K. (2020). Climate change and small island developing states. *Annual Review of Environment and Resources, 45*, 1-27. Disponível em https://doi.org/10.1146/annurev-environ-012320-083355

.

Thomas, A., & Benjamin, L. (2018). Management of loss and damage in small island developing states: Implications for a 1.5°C or warmer world. *Regional Environmental Change, 18*(8), 2369–7828.

Thomas, A., Pringle, P., Pfleiderer, P., & Schleussner, C. (2017). Tropical cyclones: Impacts, the link to climate change and adaptation. *Climate Analytics*, Nov. 6. Disponível em https://climateanalytics.org/publications/2017/tropical-cyclones-impacts-the-link-to-climate-change-and-adaptation/.

Trochim, W., & Donnelly, J. (2008). *The research methods knowledge base* (3rd ed.). Mason, OH: Cengage Learning.

Twining-Ward, L., & Butler, R. (2002). Implementing STD on a small island: Development and use of sustainable tourism development indicators in Samoa. *Journal of Sustainable Tourism, 10*(5), 363–387.

Todaro, M. (1993). *Economic development in the Third World*. Hyderabad: Orient Longman.

Todaro, M., & Smith, S. (2012). *Economic development* (11th ed.). Boston: Pearson Addison Wesley.

Tolentino, A. (2013). A difícil integração africana. In C. Sarmento & S. Costa (Coords.), *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde* (pp. 609–622). Coimbra: Almedina.

Tolentino, A., Rocha, C., & Tolentino, N. (2008). A importância e o impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/266042988_A_Importancia_e_o_Impacto_das_Remessas_dos_Emigrantes_em_Portugal_no_Desenvolvimento_de_Cabo_Verde/citation/download.

Tolentino, J. (2019). *Estados Unidos da América e Cabo Verde: Uma parceria histórica e estratégica*. Praia: Arnaldo França Livraria.

Tracy, S. (2020). *Qualitative research methods: Collecting evidence, crafting analysis, communicating impact* (2nd ed.). Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell.

Tuckman, B. (2002). *Manual de investigação em educação - Como conceber e realizar o processo de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Tuch, H. (1990). *Communicating with the world: US public diplomacy overseas*. New York: St Martin's Press.

Ugwu, C., & Eze, V. (2023). Qualitative research. *Idosr Journal of Computer and Applied Sciences, 8*(1), 20-35. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/367221023_Qualitative_Research.

Varela, O. (2016). Readmitidos e/ou repatriados? Uma re-leitura do acordo de readmissão de Cabo Verde com a União Europeia. In I. Évora (Ed.), *Diáspora cabo-verdiana: Temas em debate*. Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina.

Varela, O. (2007). A encruzilhada da defesa e segurança no Atlântico Médio: Cabo Verde entre a "espada" da NATO e a "parede" africana? *Revista Direito e Cidadania, 7*(25/26).

Värynen, R. (1971). On the definition and measurement of small power status. *Cooperation and Conflict, 6*(1), 91–102.

Vital, D. (1967). *The inequality of states: A study of the small power in international relations*. Oxford: Clarendon Press.

Vital, D. (1971). *The survival of small states: Studies in small/great power conflict*. Oxford: Oxford University Press.

Vossenaar, R. (2004). Trade and the environment: An important relationship for SIDS. In *UNCTAD* (Ed.), (pp. 57–90).

Wade, R. (2017). Global growth, inequality, and poverty: The globalization argument and the "political" science of economics. In J. Ravenhill (Ed.), *Global political economy* (pp. 319–355). Oxford: Oxford University Press.

Wade, R. (2004). Is globalization reducing poverty and inequality? *World Development, 32*(4), 567–589.

Wallerstein, I. (1976). *The modern world-system: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press.

Walt, S. (1987). *The origins of alliances*. Ithaca: Cornell University Press.

Waltz, K. (1979). *Theory of international politics*. Reading: Addison-Wesley.

Waltz, K. (1959). *Man, the state and war: A theoretical analysis*. New York: Columbia University Press.

Watson, C., Schalatek, L., & Evéquoz, A. (2016). *Climate finance briefing: Small Island Developing States*. Heinrich Böll Stiftung Foundation, Berlin.

Watson, A. (1984). *Diplomacy: The dialogue between states*. London; New York: Routledge.

Weiner, R. (2004). The foreign policy of the Voronin administration. *Demokratizatsiya, 12*.

Weisbrode, K. (2016). Diplomacy and politics. In A. R. Holmes & S. Rofe (Eds.), *Global diplomacy: Theories, types, and models*. Boulder, CO: Westview Press.

Wendt, A. (1996). Identity and structural change in international politics. In Y. Lapid & F. Kratochwil (Eds.), *The return of culture and identity in IR theory*. London: Lynne Rienner Publishers.

Wiarda, H. (1983). Towards a non-ethnocentric theory of development: Alternative conceptions from the third world. *Journal of Developing Areas, 17*.

Williams, M. (1998). Identity and the politics of security. *European Journal of International Relations, 4*(2), 204–225.

Willis, J. (2021). Breaking the paradigm(s): A review of the three waves of international relations small state literature. *Pacific Dynamics: Journal of Interdisciplinary Research, 5*(1), 18–32. Disponível em https://ir.canterbury.ac.nz/bitstream/handle/10092/101587/2%20Small%20states-final.pdf?sequence=5.

Witt, M. (2019). De-globalization: Theories, predictions, and opportunities for international business research. *Journal of International Business Studies, 50*, 1053–1077. https://doi.org/10.1057/s41267-019-00219-7.

Wivel, A., & Baldacchino, G. (2020). Small states: Concepts and theories. https://doi.org/10.4337/9781788112932.00007.

Wivel, A., Bailes, A., & Archer, C. (2014). Setting the scene: Small states and international security. In C. Archer, A. Bailes, & A. Wivel (Eds.), *Small states and international security: Europe and beyond* (pp. 3–25). London: Routledge.

Wivel, A., & Thorhallsson, B. (2006). Small states in the European Union: What do we know and what would we like to know? *Cambridge Review of International Affairs, 19*(4), 651–668.

Yasin, M., Esquivias, M., & Arifin, N. (2022). Foreign direct investment and wage spillovers in the Indonesian manufacturing industry. *Bul. Ekon. Monet. Dan Perbank, 25*, 125–160.

Yin, R. (2018). *Case study research and applications: Design and methods* (6th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Yin, R. (1984). *Case study research: Design and methods*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Yueh, L. (2020). Economic diplomacy in the 21st century: Principles and challenges. *LSE IDEAS Blog*. Disponível em https://lseideas.medium.com/economic-diplomacy-in-the-21st-century-principles-andchallenges-adce88916be4.

Zahariadis, N. (1994). Nationalism and Small-State Foreign Policy: The Greek Response to the Macedonian Issue. *Political Science Quarterly, 109*(4), 647-668

Zaharna, R., & Uysal, N. (2016). Going for the jugular in public diplomacy: How adversarial publics using social media are challenging state legitimacy. *Public Relations Review, 42*(1), 109–119. Disponível em https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2015.07.006

OUTRAS FONTES

Documentos Oficiais:

CABO VERDE

Assembleia Nacional - AN. (2010). *Constituição da República de Cabo Verde*. Praia: Assembleia Nacional.

Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos – ANMCV. (2024). *Acordos de Geminação e de Cooperação*. Praia: ANMCV.

Banco de Cabo Verde - BCV. (2024). *IDE por País de Origem e Setor (Estatísticas do 4º trimestre de 2000 ao 4º trimestre de 2023)*. Praia: BCV. Disponível em https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Quadros%20Estatisticos/Sector%20Externo/quadrosestatisticos/Paginas/BalancadePagamentos.aspx

——— (2022). *Principais Indicadores Macroeconómicos (2000, 2021)*. Praia: BCV. Disponível em https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Quadros%20Estatisticos/Principais%20Indicadores/Paginas/PrincipaisIndicadoresdaEconomiaCaboVerdiana.aspx

Boletim Oficial. (2023). *B.O. N.º 79 da República de Cabo Verde, de 27 de Julho de 2023.*Conselho de Ministros - CM. (2006). *Programa do Governo para a VII Legislatura (2006-2011)*. Praia: Governo de Cabo Verde.

——— (2011). *Programa do Governo para a VIII Legislatura (2011-2016)*. Praia: Governo de Cabo Verde.

Direção Nacional dos Assuntos Políticos, Económicos e Culturais - DNAPEC. (2022). *Dossier de Visita Oficial a Cabo Verde de Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, João Gomes Cravinho*. Praia: DNAPEC.

Direção Nacional dos Assuntos Políticos e de Cooperação - DNAPEC. (2017). *Relações Cabo Verde – Portugal: Ficha Informativa*. Praia: DNAPEC.

——— (2024). *Ficha Informativa de Portugal*. Praia: DNAPEC.

——— (2013). *Relações Cabo Verde – Portugal: Ficha Informativa*. Praia: DNAPEC.

——— (2011a). *Memorando Interno*. Praia: DNAPEC.

——— (2011b). *Ficha Informativa de Portugal: Desembolsos efetuados em 2010*. Praia: DNAPEC.

Direção-Geral da Cooperação Internacional - DGCI. (2009). *Memorando Interno*. DGCI: Praia.

——— (2008a). *Relatório de Atividades 2008*. DGCI: Praia.

——— (2008b). *Portugal: Ficha Informativa*. DGCI: Praia.

——— (2007). *Desembolso de PIC 2005/07 com Portugal*. Praia: DGCI.

——— (2005). *Dossier Sucinto da Visita Oficial a Cabo Verde de S.E o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, Professor Doutor João Gomes Cravinho*. Praia: DGCI.

——— (2001). *Dossier Detalhado da Visita Oficial de S.E. o Primeiro Ministro a Portugal*. Praia: DGCI.

——— (2000). *Missão de Avaliação a Meio Percurso do Programa Indicativo de Cooperação com Portugal*. Praia: DGCI.

Instituto Nacional de Estatística – INE. (2023a). *Principais Indicadores do Mercado de Trabalho - IMC 2022*. Praia: INE.

——— (2023b). *Estatísticas do Comércio Externo - Ano 2022*. Praia: INE.

——— (2023c). *Relatório de Estimativa de Pobreza SWIFT 2023*. Praia: INE. Disponível em https://ine.cv/pobreza/

——— (2022). *V Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH – 2021)*. Praia: INE.

——— (2018a). *Retropolação das Contas Nacionais de Cabo Verde (Série 1980 – 2012)*. Praia: INE. Disponível em https://ine.cv/quadros/retropolacao-das-contas-nacionais-cabo-verde-serie-1980-2012/

——— (2018b). *Perfil da Pobreza: Evolução da Pobreza Monetária Absoluta 2001/02, 2007 e 2015*. Praia: INE. Disponível em https://ine.cv/wp-content/uploads/2018/06/idrf-2015-perfil-da-pobreza-versao-final.pdf

Instituto Nacional de Estatística – INE. (2018c). *Perfil da Pobreza: Resultados Definitivos do III Inquérito às Despesas e Receitas 2001-2015*. Praia: INE. Disponível em https://ine.cv/wp-content/uploads/2016/11/idrf_2015_resultados-difinitivos-apresentacao.pdf

——— (2016). *Evolução da população residente em Cabo Verde por Ilha Concelho (1900-2010)*. Praia: INE. Disponível em https://ine.cv/wp-content/uploads/2016/11/evolucao-da-populacao-residente-em-cabo-verde-1900-2010.pdf

——— (2015). *40 Anos de Independência***.** Praia: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em https://ine.cv/publicacoes/40-anos-de-independencia-40-anos-a-informar-por-um-cabo-verde-prospero/

——— (2010). *Características Económicas da População: Censo 2010*. Praia: INE – Gabinete do Censo 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Isabel.G.Monteiro/Downloads/analise-caracteristcias-economicas-censo-2010.pdf

——— (2001). *Características Económicas da População – RGPH 2000 de Cabo Verde*. Praia: INE. Disponível em https://ine.cv/wp-content/uploads/2000/11/caracteristicas-economicas-da-populacao.pdf

Ministério das Finanças - MF. (2021). *Voluntary National Review (VNR)*. Praia: National Directorate for Planning. Disponível em https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/282392021_VNR_Report_Cabo_Verde.pdf

——— (2020). *Coronavírus: Impacto na Economia Cabo-verdiana*. Praia: Direção Nacional do Planeamento, Serviço de Prospetiva, Acompanhamento Macroeconómico e Estatísticas.

——— (2015). *Relatório ODM Cabo Verde 2015*. Praia: Direção Nacional do Plano/Ministério das Finanças.

Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional – MFPDR. (2002). *Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005. Volume II*. Praia: Direção Geral do Planeamento.

Ministério da Coordenação Económica – MCE. (1997). *Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000*. Praia: Ministério da Coordenação Económica.

Ministério das Finanças e do Planeamento – MFP. (1992). *III Plano Nacional de Desenvolvimento, 1992-1995*. Praia: MFP.

Ministério do Plano e da Cooperação – MPC. (1989). *Elementos para Apreciação da Evolução Sócio Económica em Cabo Verde (1980-1987)*. Praia: Ministério do Plano e da Cooperação - Direcção-Geral do Planeamento.

——— (1986). *II Plano Nacional do Desenvolvimento 1986-1990. II vol.* Praia: Ministério do Plano e da Cooperação.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional – MNECIR. (2024a). *Ficha informativa da China*. Praia: MNECIR.

——— (2024b). *Nota de Dossier das Relações Cabo Verde – União Europeia*. Praia: MNECIR.

——— (2023a). *Ficha Informativa – Canárias*. Praia: MNECIR.

——— (2023b). *Dossier EUA*. Praia: MNECIR.

Ministério das Finanças e Planeamento [MFP]. (2004). *Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza*. Praia: Ministério das Finanças e Planeamento.

Ministério da Saúde e Segurança Social - MSSS. (2018). *Relatório Estatístico 2017*. Praia: Ministério da Saúde e da Segurança Social.

Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais - MSTAS. (1990). *Sistema de Saúde Cabo-verdiano: 15 anos ao serviço da população*. Praia: Edições "Voz di Povo".

——— (1986). *Programa de Ação 1986-1990*. Praia: Gabinete de Estudos e Planeamento/ MSTAS.

Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento - SECP. (1982). *Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento 1982-1985. Vol. I – Relatório Geral*. Praia: Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento.

OUTROS:

DOMINICA

Government of Dominica. (2018). *2018 Budget: From Survival to Sustainability and Success: A Resilient Dominica.* Government of Dominica, Roseau. Disponível em http://finance.gov.dm/budget/budget-addresses/file/27-budget-address-2018-2019-from-survival-to-sustainability-and-success-a-resilientdominica.

PORTUGAL

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. (2011). *Cooperação Portuguesa: Uma Leitura dos Últimos Quinze Anos de Cooperação para o Desenvolvimento.* Lisboa: IPAD.

Presidência do Conselho – PC. (1968). *III Plano de Fomento 1968-1973 – Cabo Verde.* Imprensa Nacional de Lisboa.

Presidência do Conselho – PC. (1974). *IV Plano de Fomento 1974-1979 – Cabo Verde.* Lisboa: Casa da Moeda, Portugal.

ORGANISMOS/INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

African Development Bank – ADB (2012). *Cape Verde: a success story*. ADB: Regional-West 2 Department (ORWB). Disponível em https://www.afdb.org/sites/default/files/documents/projects-and-operations/cape_verde_-_a_success_story.pdf.

African Union Commission (AUC), African Development Bank (AfDB), United Nations Economic Commission for Africa (UNECA) (2019). *The second edition of the Africa Regional Integration Index (ARII)*. Disponível em https://www.integrate-africa.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/ARII-Report2019-FIN-R40-11jun20.pdf.

African Foundation for Development - AFFORD (2020). *Mapeamento do envolvimento da diáspora - Cabo Verde*. Disponível em https://diasporafordevelopment.eu/wp-content/uploads/2020/09/CF_Cabo-Verde_PT-v.2.pdf.

Banco de Cabo Verde - BCV (2012). *Boletim de Estatísticas 20 anos*. Praia: BCV. Disponível em: https://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/Boletim20anos%20-%20FINAL.pdf.

Bank for International Settlements – BIS (2018). *Globalisation and deglobalization*. Bank For International Settlements: Monetary and Economic Department. BIS Papers No 100. Disponível em https://www.bis.org/publ/bppdf/bispap100.pdf.

Banco Mundial (2023). *Navegar em Mares agitados: Acelerar o Crescimento e Fomentar a Resiliência às Alterações Climáticas em Cabo Verde*. Memorando Económico do País. Relatório No: AUS0003221. Disponível em https://documents1.worldbank.org/curated/en/099070623171021083/pdf/P177268037cc15033095150647976976 1b4.pdf.

Committee for Development Policy and United Nations Department of Economic and Social Affairs - CDP & DESA (2008). *Handbook on the Least Developed Country Category: Inclusion, Graduation and Special Support Measures*. Disponível em https://www.un.org/development/desa/dpad/wpcontent/uploads/sites/45/publication/2008cdphandbook1.pdf.

Commonwealth Secretariat (2000). *Small States: Meeting Challenges in the Global Economy*. Report Prepared for the Commonwealth Secretariat/World Bank Joint Task Force on Small States. Washington, DC.

_____ (1985). *Vulnerability: Small States in the Global Society*. Report of a Commonwealth Consultative Group. London: Commonwealth Secretariat.

Commonwealth Secretariat/World Bank - CS/BM (2000). *Small States: Meeting Challenges in the Global Economy*. Report of the Commonwealth Secretariat/World Bank Joint Task Force on Small States.

European Commission (2000, 2005, 2010). *Cotonou Agreement*. Disponível em: file:///C:/Users/Isabel.G.Monteiro/Downloads/the%20cotonou%20agreement%20signed%20in%20cotonou%20on%2023%20junegp_eudor_WEB_MN3012634ENC_002.pdf.

Food and Agriculture Organization - FAO (2014). *Food security and nutrition in small island developing states*. Policy Pap., FAO. Rome, Italy. Disponível em https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2231Food%20Security%.

International Labour Organization - ILO (1976). *Employment, Growth and Basic Needs: A One World Problem*. Report of the Director-General of the International Labour Office by International Labour Office. Geneva. Disponível em https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1976/76B09_199.pdf.

Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC (2019). *Summary for policymakers*. In *IPCC Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate*, ed.

_____(2018a). Summary for policymakers. In *Global warming of 1.5°C: An IPCC special report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty*, ed. V. Masson-Delmotte, P. Zhai, H.-O. Pörtner, D. Roberts, J. Skea, et al. In press. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/sr15/

(2018b). *Global warming of 1.5°C. An IPCC special report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty*, ed. V Masson-Delmotte, P Zhai, H-O Pörtner, D Roberts, J Skea, et al. In press. Disponível em https://www.ipcc.ch/report/sr15/.

International Monetary Fund – IMF (2023). *Cabo Verde first review under the extended credit facility arrangement - Press release and staff report*. Washington, DC: IMF Publication Services. Disponível em https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2023/01/24/Cabo-Verde-First-Review-Under-the-Extended-Credit-Facility-Arrangement-Press-Release-and-528531.

_____ (2009). *Balance of payments and international investment position manual*. Washington, D.C.: International Monetary Fund. Disponível em https://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/pdf/bpm6.pdf.

Institute for Cultural Diplomacy – ICD (2023). Disponível em: http://www.culturaldiplomacy.org/index.php.

Millennium Challenge Corporation – MCC (2019). *Star report: Cabo Verde II*. Disponível em https://assets.mcc.gov/content/uploads/report-2018001220002-cabo-verde-ii-star-report.pdf.

_____ (2017). *Closed compact report: Cabo Verde compact*. Disponível em https://assets.mcc.gov/content/uploads/closed-compact-report-cabo-verde.pdf.

Mo Ibrahim Foundation – MIF (2023). *2022 Ibrahim index of African governance: Index report*. Disponível em https://mo.ibrahim.foundation/sites/default/files/2023-01/2022-index-report.pdf.

Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD (2021a). “COVID-19 pandemic: towards a blue recovery in small island developing states.” *OECD Policy Responses to Coronavirus.* Disponível em: https://www.oecd.org/coronavirus/policyresponses/covid-19-pandemic-towards-a-blue-recovery-in-small-island-developing-states-241271b7/.

_____(2021b). *Official development assistance (ODA)*. Disponível em: https://web-archive.oecd.org/2021-05-07/154009-What-is-ODA.pdf

_____ (2018a). *Making development co-operation work for small island developing states*. OECD Publishing: Paris. Disponível em: https://doi.org/10.1787/9789264287648-en.

_____(2018b). *Official Development Assistance (ODA)*. Disponível em https://www.oecd.org/dac/stats/What-is-ODA.pdf.

_____ (2015). *Small island developing states (SIDS) and the post-2015 development finance agenda*. OECD. Disponível em: https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/Addis%20Flyer%20SIDS%20FINAL.pdf.

United Nations Secretary-General – UNSG (2018). *Secretary-General’s remarks to high-level event marking the 70th anniversary of the Universal Declaration of Human Rights: A prevention tool to achieve peace and sustainable development* [as delivered]. Disponível em https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2018-0926/secretarygenerals-remarks-high-level-event-marking-the-70th-anniversary-of-the-universal-declaration-of-human-rights-prevention-tool-achieve-peace-and-sustainable.

United Nations - UN (2022). *Global impact of war in Ukraine on food, energy and finance systems. Brief No.1*. UN. Disponível em https://news.un.org/pages/wp-content/uploads/2022/04/UN-GCRG-Brief-1.pdf.

_____ (2010). *Implementation of the programme of action for the sustainable development of small island developing states* (Vol. A/65/115, Report of the Secretary-General). New York, NY: United Nations.

United Nations – UN Cabo Verde (2021). *The 4-4-2 Economic Bulletin*. Disponível em https://caboverde.un.org/sites/default/files/2021-05/The%204-4-2%20Economic%20bulletin%20-%20April%202021.pdf.

United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD (2023). *World investment report 2023: Investing in sustainable energy for all*. United Nations publication. Sales No. E.23.II.D.17. New York and Geneva.

_____ (2022). *The impact on trade and development of the war in Ukraine: Unctad rapid assessment*. UNCTAD. Disponível em https://unctad.org/system/files/official-document/osginf2022d1_en.pdf.

_____ (2021). *Building resilience in small island developing: A compendium of research prepared by the UNCTAD Division for Africa, Least Developed Countries and Special Programmes*. Disponível em https://unctad.org/system/files/official-document/aldcinf2021d3_en.pdf.

United Nations Conference on Environment and Development - UNCED (1992). *Rio Declaration on Environment and Development*. Rio de Janeiro, Brazil: United Nations. Disponível em: UN Doc. A/CONF.151/26 (vol. I), 31 ILM 874 (1992).

United Nations Department of Economic and Social Affairs Financing – UNDESA (2002). *Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development*, as contained in Report of the International Conference on Financing for Development, res 1, UN Doc A/CONF.198/11 (22 March 2002) ('Monterrey Consensus').

United Nations Development Program – UNDP (2022). *Human development report 2021/2022: Uncertain times, unsettled lives: Shaping our future in a transforming world*. Disponível em: https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2021-22.

_____ (2020). *Human development report 2020: The next frontier: Human development and the Anthropocene*. Disponível em https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2020pdf.pdf.

_____ (2019). *Human development report 2019: Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century*. Disponível em https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019pdf.pdf.

_____ (2018). *Human development indices and indicators: 2018 statistical update*. Disponível em https://hdr.undp.org/content/statistical-update-2018.

_____ (2016). *Human development report 2016: Human development for everyone*. Disponível em https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2016.

_____ (2015). *Human development report 2015: Work for human development*. Disponível em https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2015.

_____ (2014). *Human development report 2014: Sustaining human progress: Reducing vulnerabilities and building resilience*. Disponível em https://hdr.undp.org/system/files/documents/human-development-report-2014.human-development-report-2014.

_____ (2013). *Human development report 2013: The rise of the South: Human progress in a diverse world*. Disponível em https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2013.

___ (2012). *Africa human development report 2012: Towards a food secure future*. Disponível em https://www.undp.org/publications/africa-human-development-report-2012.

_____ (2011). *Human development report 2011: Sustainability and equity: A better future for all*. New York: Palgrave Macmillan.

_____ (2010). *Human development report 2010: The real wealth of nations: Pathways to human development*. New York: Palgrave Macmillan.

_____ (2009). *Human development report: Overcoming barriers: Human mobility and development*. Oxford and New York: Oxford University Press.

_____ (2007). *Human development report 2007/2008: Fighting climate change: Human solidarity in a divided world*. New York: Palgrave Macmillan.

_____ (2006). *Human development report: Beyond scarcity: Power, poverty and the global water crisis*. New York: Palgrave Macmillan.

_____ (2005). *Human development report: International cooperation at a crossroads: Aid, trade and security in an unequal world*. Oxford and New York: Oxford University Press.

_____ (2004). *Human development report 2004: Cultural liberty in today's diverse world*. Oxford and New York: Oxford University Press.

_____ (2003). *Human development report 2003: Millennium development goals: A compact among nations to end human poverty*. Oxford and New York: Oxford University Press.

_____ (2002). *Human development report 2002: Deepening democracy in a fragmented world*. Oxford and New York: Oxford University Press.

_____ (2001). *Human development report 2001: Making new technologies work for human development*. Oxford and New York: Oxford University Press.

_____ (2000). *Human development report 2000: Human rights and human development*. Oxford and New York: Oxford University Press.

_____ (1999). *Human development report 1999: Globalization with a human face*. Oxford and New York: Oxford University Press.

_____ (1998). *Human development report 1998: Consumption for human development*. Oxford and New York: Oxford University Press.

_____ (1997). *Human development report 1997: Human development to eradicate poverty*. Oxford and New York: Oxford University Press.

_____ (1996). *Human development report 1996: Economic growth and human development*. Oxford and New York: Oxford University Press.

_____ (1995). *Human development report 1995: Gender and human development*. Oxford and New York: Oxford University Press.

_____ (1994). *Human development report 1994: New dimensions of human security*. Oxford and New York: Oxford University Press.

_____ (1993). *Human development report 1993: People's participation*. Oxford and New York: Oxford University Press.

_____ (1992). *Human development report 1992: Global dimensions of human development*. Oxford and New York: Oxford University Press.

_____ (1991). *Human development report 1991: Financing human development*. Oxford and New York: Oxford University Press.

_____ (1990). *Human development report 1990: Concept and measurement of human development*. Oxford and New York: Oxford University Press.

United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC (1992). *United Nations, FCCC/INFORMAL/84 GE.05-62220 (E) 200705, Secretariat of the United Nations Framework Convention on Climate Change*. Bonn, Germany, 24 pp. Disponível em https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf.

_____ (2015). *The Paris Agreement*. Disponível em https://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/10a01.pdf#page=2.

United Nations General Assembly - UNGA (2000a). *United Nations millennium declaration, resolution adopted by the general assembly* (A/RES/55/2). Disponível em https://www.refworld.org/docid/3b00f4ea3.html.

_____ (2000b). *We the peoples: The role of the united nations in the twenty-first century*. New York: United Nations General Assembly.

_____ (2005). *In larger freedom: Towards development, security, and human rights for all*. Report of the Secretary-General on the Integrated and Coordinated Implementation of and Follow-up to the Outcomes of the Major United Nations Conferences and Summits in the Economic, Social, and Related Fields: Follow-up to the Outcome of the Millennium Summit. Disponível em https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/CPR%20A%2059%202005.pdf.

_____ (2014). *SIDS accelerated modalities of action (SAMOA) pathway* (A/RES/69/15). New York: UN Publishing. Disponível em https://sustainabledevelopment.un.org/sids2014/samoapathway.

_____ (2015). *Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development* (A/RES/70/1, 25 September 2015). United Nations, New York, NY.

United Nations Department of Global Communications - UNDGC (2019). *SAMOA pathway high level midterm review*. United Nations High-level Week, New York, 21–27 September 2019.

United Nations Environment Programme - UNEP (2014). *Emerging issues for Small Island Developing States. Results of the UNEP Foresight Process.* Nairobi, Kenya: United Nations Environment Programme (UNEP).

United Nations Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States - UN-OHRLLS (2009). *The Impact of Climate Change on the Development Prospects of the Least Developed Countries and Small Island Developing States.* Disponível em http://www.unohrlls.org/UserFiles/File/LDC%20Documents/The%20impact%20of%20CC%20on%20LDCs%20and%20SIDS%20for%20web.pdf.

_____ (2015). *SIDS in numbers, climate change edition 2015.* Disponível em https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2189SIDS-In-Numbers-climate-change-edition_2015.pdf.

United Nations Research Institute for Social Development - UNRISD (1970). *Contents and Measurements of Socioeconomic Development.* Geneva: United Nations Research Institute for Social Development.

United Nations World Tourism Organization - UNWTO (2018). *UNWTO Tourism Highlights.* Spain: UNWTO.

World Bank - Banco Mundial (2023). *GDP growth (annual %) - Cabo Verde.* World Bank database. Disponível em https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2021&locations=CV&start=1981&view=chart.

_____ (2021). *Support to Small States.* Washington, DC: World Bank Group. Disponível em https://thedocs.worldbank.org/en/doc/b6217d2790ba4515176ae5ee674940d2-0290032021/original/Small-States-2021-brochure.pdf.

_____ (2020). *Personal remittances, received (% of GDP) - Cabo Verde.* Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/BX.TRF.PWKR.DT.GD.ZS?locations=CV.

_____ (2018). *Republic of Cabo Verde Adjusting the Development Model to Revive Growth and Strengthen Social Inclusion.* Washington, DC: World Bank Group. Disponível em https://documents1.worldbank.org/curated/en/875821538129394201/pdf/Adjusting-the-Development-Model-to-Revive-Growth-and-Strengthen-Social-Inclusion.pdf.

_____ (2017). *Small states: a roadmap for World Bank group engagement.* Washington, DC: Operations Policy and Country Services.

_____ (1985**).** *Cabo Verde: Situação Económica e Perspectivas. Volume I* (Relatório nº 5446-CV).

WEBSITES

1. www.agoa.gov
2. https://thecommonwealth.org/our-work/small-states
3. https://www.worldbank.org/en/country/smallstates/overview
4. https://www.ipcc.ch/reports/
5. https://ustr.gov/issue-areas/trade-development/preference-programs/african-growth-and-opportunity-act-agoa
6. https://www.mapsland.com/africa/cape-verde/large-regions-map-of-cape-verde
7. https://ine.cv/censo-2021/
8. https://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview
9. https://freedomhouse.org/country/cabo-verde
10. https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-estrategica-de-Cabo-Verde_fig1_340592883
11. https://databank.worldbank.org/
12. https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators
13. https://www.transparency.org/en/cpi/2022/index/cpv
14. https://www.eeas.europa.eu/cabo-verde/uniao-europeia-e-cabo-verde_pti?s=134
15. https://www.mac-interreg.org/
16. https://caboverdeoceanweek.cv/
17. https://peds.gov.cv/caboverde4dev/pedes-e-mudancas/
18. https://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2022/08/Revised-treaty-1.pdf
19. https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2021-03/cabo-verde-quer-estar-na-cedeao-de-forma-diferente.html
20. https://www.researchgate.net/figure/Figura-Mapa-do-arquipelago-de-Cabo-Verde-Fonte-http-wwwhidroex-mggovbr_fig2_256599096
21. https://www.eeas.europa.eu/cabo-verde/uniao-europeia-e-cabo-verde_pti?s=134#5894
22. https://www.rfi.fr/pt/cabo-verde/20230522-pr-de-cabo-verde-apoia-realiza%C3%A7%C3%A3o-do-referendo-no-saara-ocidental

23. https://search.wikileaks.org/?query=cape+verde+southern+africa+&exact_phrase=&any_of=&exclude_words=&document_date_start=1975-01-01&document_date_end=1990-01-01&released_date_start=&released_date_end=&new_search=True&order_by=most_relevant#results
24. https://www.anacao.cv/noticia/2018/07/21/ousadia-construir-um-pais-digno-util-na-arena-internacional-as-linhas-forca-da-politica-externa-cabo-verdiana/
25. https://www.balai.cv/noticias/investimento-estrangeiro-em-cabo-verde-aumentou-85-liderado-por-portugal/
26. https://www.tribunalconstitucional.cv/wp-content/uploads/2022/07/1-Acrdo10-2020-FiscalizaoAbstrataSucessivadoAcordoSOFA-RequeridoporDeputadosdoPAICV.pdf
27. https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbdl486/files/our_work/ODG/GCM/IOM-Thematic-Paper-Remittances.pdf
28. https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/Series/Back-to-Basics/Remittances
29. https://data.worldbank.org/country/cabo-verde
30. https://www.bcv.cv/pt/Paginas/Homepage.aspx
31. https://documents1.worldbank.org/curated/pt/320521541698395488/pdf/130289-SCD-REVISED-PORTUGUESE-P159323-PUBLIC.pdf.

ANEXO: Guião de Entrevista
Caracterização do(a) Entrevistado(a)

Entrevistado(a)	
Data de Nascimento	
Naturalidade	
Função/Categoria	

Percurso no MNE

Participação em Reuniões Internacionais e outros Processos Relevantes

Política Externa Cabo-verdiana

1. Quais são as linhas mestras da atual política externa do país?
2. Entende que haja consenso entre os vários partidos políticos (sobretudo MpD e PAICV), no que concerne às questões candentes da política externa do país?
3. Acredita que existe uma coerência entre a retórica discursiva e a prática diplomática?

Roturas e/ou Continuidades Política Externa

4. Como sabe, desde a Independência até este momento Cabo Verde já teve vários Governos, inclusive houve alternância de poder entre os dois maiores partidos políticos. Identifica alguma rotura/incongruência na política externa cabo-verdiana

ou o país tem sido monodirecional/linear no seu relacionamento com o mundo? Se sim, quando e como explica esta rotura?

Determinantes Internos e Externos da Política Externa Cabo-verdiana

Há um consenso generalizado de que os Estados pequenos têm pouca ou nenhuma influência a nível internacional e que o próprio ambiente internacional tende a circunscrever as ações externas dos mesmos.

1. Considera que a política externa cabo-verdiana e determinada por fatores internos os externos? Se considera que são fatores essencialmente externos, acredita que alguma vez essa política sofreu alterações para absorver exigências de políticas internas (por exemplo: reivindicação de partidos políticos da oposição, classe empresaria ou a sociedade civil?
2. Houve algum momento em que a política externa de Cabo Verde procedeu ao contrário do "consenso" internacional e teve uma posição diferente da ''imposta'' pelas pressões de Estados poderosos?
3. Houve algum momento em que se possa dizer que Cabo Verde, sozinho ou em colaboração com outros Estados, alterou o curso dos acontecimentos a nível internacional por defender interesses nacionais, de terceiros e/ou grupos?

Política Externa: Potencialidades, Organização, Arranjos Institucionais e seu Contributo para o Desenvolvimento de Cabo Verde

4. Esta tesa argumenta que a diplomacia – instrumento da política externa - desempenha um papel importante na promoção do desenvolvimento de qualquer país. Concorda ou não? Justifica.

5. Considera que os diplomatas cabo-verdianos estão preparados/têm o perfil adequado para as complexas negociações e outras lides internacionais?
6. Sobretudo para os Diplomatas: Existe uma política ativa de formação e treinamento dos diplomatas? Sempre/nunca houve?

7. Considera importantes todas as missões de Cabo Verde no exterior? Se pudesse eliminar algumas, quais eliminarias? Há algum país em que cabo Verde não tem uma missão representativa e que deveria ter?
8. Considera que existe uma estratégia bem definida da diplomacia económica e que as missões diplomáticas participam ativamente tanto na promoção das empresas e dos serviços cabo-verdianos no estrangeiro como na captação do Investimento Directo Estrangeiro?

9. E em relação a diplomacia pública, digital, cultural, desportiva, ambiental, entre outros importantes tipos de diplomacia para um PEID? Tendo em conta as fragilidades de Cabo Verde, nomeadamente no que diz respeito a recursos económicos e humanos, o que acha que poderia ser feito para potencializar a política externa do país?

10. Quando participa nas reuniões internacionais vai com diretrizes claras/posição oficial e concertada de Cabo Verde?

11. Considera que a política externa tem contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento de Cabo Verde?